

Karine Rios de Oliveira Leite

**IN-DETERMINAÇÃO NOS COMENTÁRIOS ÀS
CIBERNOTÍCIAS**

UBERLÂNDIA/MG
2015

Karine Rios de Oliveira Leite

IN-DETERMINAÇÃO NOS COMENTÁRIOS ÀS CIBERNOTÍCIAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos

Área de Concentração: Linguística e Linguística Aplicada

Linha de Pesquisa: Linguagem, texto e discurso

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Lúcia Hernandes Agustini

UBERLÂNDIA/MG
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

L533i Leite, Karine Rios de Oliveira, 1981-
2015 In-determinação nos comentários às cibernotícias / Karine Rios de
Oliveira Leite. - 2015.
243 f. : il.

Orientadora: Carmen Lúcia Hernandes Agustini.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.
Inclui bibliografia.

1. Linguística - Teses. 2. Análise do discurso - Teses. 3.
Comunicação escrita - Teses. 4. Referência (Linguística) - Teses. I.
Agustini, Carmen Lúcia Hernandes. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. III.
Título.

CDU: 801

Dedico esta tese à minha mais importante “produção”, minha filha Geovana, dádiva de Deus em minha vida, que me veio como presente a sorrir e iluminar meus dias.

AGRADECIMENTOS

Entre os prazeres que temos na vida, um deles é o conviver e, talvez, o mais importante deles, o agradecer o conviver. Por isso, quero agradecer tanta(s) (con)vivência(s) e demonstrar a minha gratidão. If I think, I thank!

Meus primeiros agradecimentos a Deus, que, ao me conceder a vida, me concedeu a vontade de conhecer, o desejo de saber, as oportunidades de estudar e os momentos para aproveitar as pessoas e as experiências nesta caminhada de estudo. A Ti, Senhor, devo tudo!

Obrigada, meu pai, pela sua dedicação, pelo seu esforço, pelo seu trabalho para cuidar de mim, da minha formação; obrigada pelo seu interesse, fazendo de minha mãe nossa intermediária, (de)mo(n)strando em gestos, no silêncio, suas palavras de incentivo, de que tantas eu soube através dela...

Obrigada, minha mãe, pelo compartilhar as ansiedades, por aquecer meu coração no calor do seu colo, pelo seu afago na minha alma sempre que eu precisei. Por ser só amor, só torcida! Obrigada pelas palavras, orações, preocupações e, hoje, pelas (or)ações no plano espiritual; pela persistência que as lembranças de você me trazem.

Obrigada, meu marido, meu Thikim, pelo amor da descoberta, pela descoberta do amor, pelo amor do dia a dia, pela parceria teórica e marital, pelo carinho, pelo apoio em cada passo, em cada letra, em cada dígito, por compartilhar comigo ideias, teorias, conquistas, por compartilhar comigo a vida. Por compartilhar comigo o melhor da vida: nossa filha, nossa família! Que orgulho você me dá!

Obrigada, minha filha Geovana, pela sua vi(n)da, pelo seu sorriso, seu cheirinho, seu pequeno toque, a doçura do seu olhar... Tudo que vem de você foi/é combustível para eu persistir, foi/é alegrias a me incentivar. Um verdadeiro renovar de forças! Você é amor e luz na minha vida!

Obrigada, meu irmão, pelo carinho, pela preocupação e pela admiração silenciosos no dia a dia. Espero ser merecedora de todos eles. Saiba que eu tenho muito carinho e admiração por você.

Obrigada, meus sogros e seus familiares, pelas ajudas nas pequenas e nas grandes coisas do cotidiano. O prestimoso auxílio de vocês foi importante para dar prosseguimento aos projetos de vida pessoal, acadêmica e profissional. Muito obrigada!

A todos da minha família, meus afetuosos agradecimentos. Agradeço-lhes a compreensão pelos momentos em que fui um pouco ausente durante os estudos. Saibam que meu amor por vocês é sempre presente!

Obrigada, Profa. Carmen, pela acolhida no corredor, pela confiança em mim, pelo aconchego na chegada, pelo braço dado na caminhada, pelo ombro na dificuldade, pela mão na escrita, pelas palavras de apoio e incentivo, pela compreensão no olhar, pelo olhar com atenção para mim, pelo carinho com a minha família. Obrigada pela generosidade com que você nos premia ao ter você como orientadora.

Obrigada, Prof. Ernesto, que, desde o mestrado, me ensina não só tantos conteúdos, mas, principalmente, o exercício da docência com ética, respeito aos teóricos e suas teorias, aos pares, aos alunos. Obrigada por me ensinar, com tantas interlocuções, com tanta delicadeza e ponderação nas falas, que a seriedade de um trabalho acadêmico pode ser feita com bom humor. Obrigada por suas leituras.

Obrigada, Profa. Alice, pelas leituras, ponderações, sugestões, pelo cuidado e pelo cuidar das minhas escritas. Seu olhar sempre contribuiu muito! Obrigada pela seriedade e pela leveza na condução dos exames de qualificação. Sua presença e seus dizeres marcaram não apenas momentos cruciais como esses no curso de doutorado, mas minha formação acadêmica. Obrigada por ser acessível e receptiva.

Obrigada, Profa. Fernanda, por nos honrar com sua presença na banca examinadora na defesa de nossa tese. Com certeza, seu olhar nos abre novas perspectivas, suscita novas questões. Obrigada, Profa. Telma, pelo parecer incentivador quando fez parte da banca de qualificação desta tese. Obrigada pelo seu interesse pelo meu trabalho e pela prontidão com que nos honrou em fazer parte da banca examinadora da defesa desta de doutorado.

Obrigada, meus amigos, que compartilharam e acompanharam tantos momentos de diversão, de descontração e mesmo os de tensão, de sofrimento, de angústia, de afastamento... Obrigada por persistirem comigo na sua/nossa amizade.

Colegas de estudo, obrigada pelos debates teóricos, pelas trocas, pelas ajudas, pelos sorrisos. Obrigada pelas tardes construindo ideias, lanchando juntos, tecendo relações. Que bom a Academia nos permitir tantas coisas boas!

Obrigada a todos que, de alguma forma, deram sua colaboração: cor, labor, ação.

RESUMO

A indeterminação constitui tema tanto nas pontuações das gramáticas quanto nas pesquisas linguísticas sob variadas perspectivas, sendo que estas, muitas vezes, (re)produzem, ainda que com certa diferença, o modo de tradicionalmente concebê-la, ou seja, intrínseca ao emprego de certas formas linguísticas e visando a certa intencionalidade: a de ocultar, de não saber, não poder ou não querer revelar. Ao constatar, desde nossos primeiros estudos sobre esse tema, a possibilidade de a indeterminação ocorrer relacionada a formas outras não comumente sugeridas e a necessidade de, para analisá-la, voltarmos para questões de sentido, passamos a concebê-la como um efeito de sentido e que, por isso, deve ser pensada na relação com outro(s) (efeitos de) sentido(s), o que justifica o fato de, a partir de então, falarmos em in-determinação. Sendo, pois, efetivamente pensada sob o viés semântico, coloca-se para nós a questão da referência, à qual atrelamos a definição de in-determinação. Tendo em vista que boa parte de nossos questionamentos (e de outros igualmente relevantes para (re)pensarmos sobre a in-determinação) deu-se ao observarmos o funcionamento dos comentários às cibernotícias políticas, especialmente a dissolução entre os limites público-privado, nosso objetivo é analisar o funcionamento da in-determinação em tais comentários, de modo a respondermos à seguinte pergunta de pesquisa: como funciona a in-determinação e o que ela faz funcionar, semanticamente, em tais comentários? Nossa hipótese é de que, nos comentários às cibernotícias, a in-determinação é acirrada de modo a produzir certos efeitos próprios a essa prática discursiva. Para respondermos a essa pergunta e averiguarmos a nossa hipótese, analisamos comentários a cibernotícias políticas dos jornais *online* “Estadão” e “Folha de S. Paulo”, tendo a Análise de Discurso de Michel Pêcheux, principalmente em sua terceira época, e certos conceitos (ressignificados) da Teoria da Linguagem de Émile Benveniste como nossas bases teóricas, haja vista que estas são teorias semânticas que nos permitem promover um deslocamento/descolamento teórico para pensarmos a in-determinação como um efeito de sentido que ocorre, a despeito dos interlocutores, como um funcionamento constitutivo da construção referencial.

Palavras-chave: comentários; cibernotícias; referência; in-determinação.

ABSTRACT

The indetermination constitutes theme in the approaches of grammars and in the linguistic researches under varying perspectives. These ones, many times, (re)produce, even with a certain difference, the way of traditionally conceiving it, or rather, intrinsic to the use of some linguistic forms and aiming at certain intentionality: the intentionality of hiding, not knowing, can't reveal or not wanting to reveal. Noticing, since our first studies about this theme, the possibility of the indetermination happens related to other forms not commonly suggested and the need for, to investigate it, approaching questions about meaning, we start to conceive it as an effect of meaning and that, because of this, must be thought in the relation to other(s) (effect(s) of) meaning(s), what justifies the fact of, since then, saying in terms of indetermination. Therefore, effectively thought under the semantic perspective, the reference, to which we put to the definition of in-determination, comes to us as an important question. In view of the most part of our questionings about the in-determination occurred when observing the functioning of the commentaries to the political cyber news, specially the dissolution between the public-private limits, our aim is to investigate the functioning of the indetermination in these commentaries, to answer the following research question: how does the in-determination work and what does it make work, semantically, in such commentaries? We hypothesize that, in the commentaries to the cyber news, the in-determination is intensified to the level of producing certain functionings and effects proper to this discourse practice. To answer this question and ascertain our hypothesis, we investigate commentaries to political cyber news from the *online* newspapers "Estadão" and "Folha de S. Paulo", having Michel Pêcheux's Discourse Analysis, mainly in its third epoch, and some concepts (reformulated) from the Theory of Language, by Émile Benveniste, as our theoretical basis, since these are semantic theories that allow us promoting a theoretical displacement/detachment to think the indetermination as an effect of meaning that happens, in spite of the interlocutors, as a constitutive functioning of the referential construction.

Key words: commentaries; cyber news; reference; in-determination.

SUMÁRIO

INDETERMINAÇÃO - HISTÓRIA(S) E CAMINHOS ABERTOS	17
 CAPÍTULO 1 – A IN-DETERMINAÇÃO: RESSIGNIFICANDO O CONCEITO	37
1.1 Algumas noções sobre a indeterminação: (re)visitar para ressignificar	37
1.2 Indeterminação: uma questão (de) semântica, mas de qual semântica?.....	41
1.3 Que indeterminação?	61
1.3.1 A in-determinação	68
1.3.1.1 Que referência é essa?	71
1.3.1.2 O aspecto relacional da in-determinação	86
 CAPÍTULO 2 - OS COMENTÁRIOS ÀS CIBERNOTÍCIAS	97
2.1 O ciberespaço	97
2.2 As cibernotícias	110
2.3 Os comentários às cibernotícias	113
 CAPÍTULO 3 - QUESTÕES E IMPLICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	131
3.1 Material de análise: constituição do material de pesquisa	131
3.2. Método de análise: constituição/construção do <i>corpus</i> e procedimentos analíticos ..	136
 CAPÍTULO 4 - A IN-DETERMINAÇÃO E SEUS EFEITOS NOS COMENTÁRIOS ÀS CIBERNOTÍCIAS – ANÁLISES (POSSÍVEIS)	145
4.1 A in-determinação e os nomes próprios	146
4.2 A representação in-determinada do comentador.....	151
4.3 Comentários com efeito de ruptura	160
4.4 Discussão de análise	200
 CONSIDERAÇÕES “FINAIS”	215
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	231
 ANEXOS	235

INDETERMINAÇÃO - HISTÓRIA(S) E CAMINHOS ABERTOS

A indeterminação constitui tema tanto nas pontuações das gramáticas quanto nas pesquisas linguísticas sob variadas perspectivas. Essas diferentes abordagens apresentam, por vezes, divergências, as quais não se restringem à identificação ou não de uma forma como indeterminadora, mas que chegam ao ponto de reduzir funcionamentos linguísticos distintos a um mesmo funcionamento, conforme é abordado no decorrer desta tese. E, embora vários estudos se proponham a trabalhar esse tema sob uma abordagem distinta daquela da Gramática Tradicional (doravante GT), muitos deles mantêm certa regularidade com a GT, inclusive no que concerne ao modo de conceber a indeterminação, relacionando-a com certa intencionalidade.

Nesse sentido, as inquietações que surgiam, desde a nossa pesquisa sobre a indeterminação, durante o Mestrado, impeliram-nos a olhar para outras questões relativas à indeterminação; questões outras além das que olhávamos, mas já aventadas desde então, como a relevância de pensarmos sobre a indeterminação para além das formas linguísticas, sob outro ponto de vista, sob outra perspectiva conceitual de língua, sem considerá-la uma estratégia linguística disponível ao locutor para ser utilizada quando sua intenção fosse ocultar a referencialidade de um agente discursivo; um ponto de vista que levasse efetivamente em conta aspectos semânticos nela envolvidos, de modo a lidarmos com a indeterminação como um funcionamento discursivo. Esse outro olhar sobre a indeterminação nos levou a falar em in-determinação¹, dada a relação constitutiva entre ambos os funcionamentos discursivos: determinação e indeterminação.

Em decorrência disso, ao olhar para a indeterminação a partir de outra lente teórica, entendemos que é preciso desvincular da relação direta que se constrói entre forma e indeterminação. Sob esse (novo) olhar, a indeterminação não está relacionada ao simples emprego da(s) forma(s) linguística(s), assim como não se restringe às estratégias propostas pela GT (verbo transitivo indireto e intransitivo seguidos de se e verbos na terceira pessoa do

¹ Diante dessas diferentes nomenclaturas, “indeterminação” e “in-determinação”, sinalizamos, desde já, que essa oscilação ocorre não por uma questão de sinonímia, nem de flutuação terminológica, o que é pontualmente esclarecido no tópico destinado à ressignificação desse conceito. Antecipamos que, ao usarmos o primeiro termo, estamos nos referindo ao que tradicional e formalmente se tem dito sob a indeterminação, como associá-la ao emprego de certas formas dadas de antemão, ao passo que o emprego do segundo termo é uma contraposição ao que se pensa(va) sobre a indeterminação; refere-se ao modo como agora a concebemos: a in-determinação como um fato discursivo, cujo aspecto relacional da enunciação e do sentido se traduz em uma relação constitutiva entre indeterminação e determinação dos traços referenciais nas instâncias discursivas. Essa diferenciação é discutida de modo aprofundado no decorrer do texto.

plural), nem às formas “nós”, “a gente”, “você”, entre outras, cuja descrição linguística nos faz perceber que, ora aparecem associadas à determinação, ora aparecem associadas à indeterminação. Porém, pensando a indeterminação como um sentido possível **relacionado** ao emprego de tais formas (haja vista que outros são igualmente possíveis, como a determinação), partimos da seguinte afirmação de Benveniste (2005):

Eis que surge o problema que persegue toda a lingüística moderna, a relação *forma: sentido*, que muitos linguistas queriam reduzir à noção única da forma, sem porém conseguir libertar-se do seu correlato, o sentido. O que não se tentou para evitar, ignorar ou expulsar o sentido? É inútil: essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam (BENVENISTE, 2005, p.135).

Essa afirmação reforça a pertinência do nosso olhar ao pensar sobre a indeterminação para além das formas linguísticas, ou seja, sem reduzi-la à mera questão de emprego de formas e sem extirpar dessa reflexão o componente “sentido”, o qual, segundo o autor, é o correlato da forma. Procedemos desse modo por reconhecermos, segundo e a partir de Benveniste (2005), a inutilidade de tentar expulsar o sentido, o qual sempre está envolvido no emprego da forma. Ainda segundo esse autor, construímos a realidade e usamos a língua já impregnados pela cultura. Pensando ainda discursivamente, o emprego da língua (e, logo, das formas) não se dá senão já impregnado de sentido.

Portanto, abordar a indeterminação, ou melhor, a in-determinação, sob as especificidades de um olhar discursivo para compreender a relação entre forma material² e a produção de efeitos de sentido in-determinados implica trazer outras variáveis a serem (re)consideradas, como aquelas relativas às condições de produção (doravante CPs). Desse modo, o funcionamento da in-determinação parece-nos mostrar-se ainda mais complexo e mais amplo se pensarmos nas CPs em que se realizam as práticas discursivas. O espaço discursivo³, como um espaço de produção de discurso, é afetado pelas condições em que este é produzido.

Nesse sentido, ao observarmos e analisarmos os comentários às cibernotícias, verificamos funcionamentos particulares, como a diluição dos limites entre público-privado, a aparente desconexão entre certos comentários e as cibernotícias e/ou demais comentários,

² Segundo Orlandi (2003, p.19), a forma material é "a forma encarnada na história para produzir sentidos", "o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história". Ela é, pois, linguístico-histórica. Já está vinculada a uma interpretação; ela é aquela para a qual o analista, num gesto de interpretação, propõe uma leitura possível. Já é a materialidade discursiva trabalhada pelo analista.

³ A noção de *espaço discursivo* é apresentada no capítulo 2.

assim como o frequente retorno dos comentadores para esclarecimentos, correções, dentre outros funcionamentos, os quais, de início, relacionamos à in-determinação nessa prática, a qual deve ser problematizada considerando inclusive as características do espaço em que é produzida, ou seja, o ciberespaço, virtualizado pela Internet.

A Internet dispõe/disponibiliza uma diversidade de práticas discursivas⁴ particulares, dentre as quais há as pertencentes ao jornalismo virtual. Em nossa tese, trabalhamos com as cibernotícias⁵, uma prática específica desse espaço; em especial, analisamos a in-determinação na relação entre cibernotícias e comentários às cibernotícias. Nosso interesse por essa relação surge, como já mencionado, do estranhamento de sentido diante de certos comentários que migram para outras discursividades, produzindo, por isso, sentidos outros, diferentes daqueles que seriam “esperados” de ali se produzirem, porque, aparentemente, não tinham relação com as demais postagens, não comentavam a cibernotícia, nem os demais comentários.

Assim, postagens como essas nos levaram a procurar (re)pensar sobre a in-determinação em função do funcionamento nessa prática discursiva, especialmente levando em consideração que ela é, pelo menos em tese, um espaço específico para comentar uma cibernotícia e/ou interagir comentando outros comentários, constituindo, assim, aspectos da ordem do discurso ali envolvida. E por que, como pudemos notar, é possível não comentar a cibernotícia por ela mesma?

Estamos tentados a dizer que o efeito de “face protegida”⁶, presente nesse espaço e reforçado nessa prática, é a variável determinante para o movimento nas redes de memória que o deslocamento e o deslize podem provocar⁷. O deslocamento e o deslize são os mecanismos discursivos responsáveis por essa movimentação nos espaços e pela produção de outras discursividades.

Assim como as Cartas do Leitor presentes em jornais e revistas impressos, os comentários às cibernotícias constituem-se como forma de abertura à participação dos leitores nos debates sociais que as (ciber)notícias podem promover. Nos comentários às cibernotícias, os leitores-comentadores⁸ contam, inclusive, com a possibilidade de comentar mais de uma

⁴ Antecipamos, aqui, a expressão *prática discursiva*, a qual é retomada e abordada no capítulo 2, referente aos comentários às cibernotícias.

⁵ O termo *cibernotícia*, assim como a expressão *comentário às cibernotícias*, é definido no capítulo 2.

⁶ A discussão sobre a face protegida é empreendida no segundo capítulo, no qual abordamos especificamente o ciberespaço e suas características.

⁷ Os conceitos de deslocamento (enunciado deslocado) e deslize (enunciado deslizante) são postos/apresentados no capítulo 3.

⁸ Doravante, usamos apenas o termo *comentador(es)*, pressupondo o fato de que todo comentador é também

vez e, por isso, com mais de uma possibilidade de (se) dizer⁹, especialmente se considerados os vários endereçamentos¹⁰ possíveis nessa prática discursiva, a qual molda os dizeres e projeta certa regularidade, a qual advém do modo de o comentador (inter)agir no espaço das cibernotícias, no modo como (se) endereça (ou não) a elas e aos demais comentários, na (ir)regularidade dos dizeres ali produzidos.

Em se tratando de prática discursiva, o espaço discursivo não é mero suporte. Ele afeta e constitui a significação e os efeitos de sentidos possíveis. É a máquina, o computador, que faz da internet um espaço discursivo, devendo ser pensada como materialidade discursiva. Outras máquinas constituem outros modos de dizer. E o ciberespaço é um espaço produzido pela relação com a máquina, que é parte constitutiva de sua materialidade. A máquina (o computador) é imprescindível. Sem ela, não há o ciberespaço, não temos acesso ao que está nesse espaço, aos modos de dizer nele presentes. Não há inscrição nesse espaço se não houver a máquina. Sem ela e suas tecnologias, não há como. Isso constitui as características do ciberespaço e afeta as suas práticas diferentemente.

Por isso, torna-se relevante estudar as suas particularidades e as suas condições sociais, históricas e políticas, já que as características do espaço pertencem às CPs em que os comentários são produzidos, em que os comentários funcionam como dizer.

A internet e a tecnologia, por suas feições e características, têm algo a contribuir sobre a in-determinação. Dadas as particularidades do espaço virtual, e mais propriamente dos comentários às cibernotícias, a in-determinação ganha contornos diferentes daqueles que apresenta em outras práticas discursivas, configurando-se como um modo específico de in-determinar e, ao fazer isso, de (se) dizer. Aventamos, por conseguinte, a hipótese de que a in-determinação, entendida como efeito de sentido, sofre um acirramento nos comentários às

leitor de algo da cibernotícia (a chamada, a manchete, a foto, ou outro aspecto) e/ou dos comentários a ela direcionados. Ademais, cumpre-nos esclarecer que não desconhecemos o fato de haver leitores que não comentam (cuja passagem por aquele espaço não pode ser notada) e que por isso, como leitores, a implicação subjetiva deles é de uma ordem diferente daqueles que são leitores e, também por uma implicação subjetiva (mas de outra ordem), sentem-se impelidos a comentar e, ao serem impelidos a comentar, ao terem esse espaço de participação, não se furtam a fazê-lo. O conceito *implicação subjetiva* é detalhado adiante. O comentador, neste trabalho, não é tomado como indivíduo. É tomado como sujeito e, nesse caso, considerando que é sujeito de uma prática, faz parte sofrer as afetações do meio virtual, como o contato com a máquina, com os aparelhos eletrônicos, com o ato de digitar, de ser ou não letrado nesse espaço.

⁹ Empregamos a expressão *de (se) dizer* referindo-se à possibilidade de dizer algo e, dizendo, dizer de si. Isso, para nós, relaciona-se ao conceito de implicação subjetiva como temos trabalhado.

¹⁰ Para nós, a ideia de endereçamento se ancora no conceito benvenistiano de *reversibilidade*. Ambos os termos, “endereçamento” e “reversibilidade”, são explicados na sequência, no capítulo 1. Se, segundo Benveniste (2005), desde que nascemos, o que vemos no mundo é um homem falando com outro homem, as palavras são endereçadas ao outro, sendo o “eu” e o “tu” lugares projetados na língua, o que podemos relacionar ao que diz Pêcheux (1969) sobre a existência dos polos “a” e “b” na alocação. Ademais, o emprego do termo “endereçar”, como é feito aqui, dispensa a regência direta do verbo, pois está pressuposta: endereça seu discurso ao outro.

cibernetícias, uma vez que o espaço virtual produz um efeito de “face protegida”, permitindo, assim, que o leitor-comentador (se) exponha no e pelo que diz, a tal ponto que ele (se) diz.

Assim, buscamos, na materialidade discursiva¹¹ dos comentários às cibernetícias, compreender e explicitar o funcionamento dos mecanismos discursivos que produzem a in-determinação e, assim procedendo, mostrar alguns efeitos de sentido possíveis provocados/produzidos por esse funcionamento in-determinado.

Para realizarmos a análise dos mecanismos discursivos que produzem a in-determinação nos comentários, tomamos como material de análise, para dele recortar o *corpus*¹² desta pesquisa, um conjunto de comentários a algumas cibernetícias de cunho político dos jornais *online* “Folha de S.” e “Estadão” por serem estes jornais de grande circulação nacional.

Considerando que toda produção discursiva é política, se levamos em conta que ela direciona o sentido e acaba por apontar lugares sociais que estão envolvidos em relações de poder (o chamado “sentido forte do termo”, aquele que atravessa as relações sociais), é preciso esclarecer o sentido de *político* neste trabalho: o recorte de nosso trabalho é feito em cibernetícias políticas no sentido de representação, a política relacionada aos governantes (política governamental), ao aspecto eleitoral, partidário. E não o político da divisão dos sentidos.

Elegemos trabalhar com comentários a cibernetícias de cunho político, primeiramente, por razões pessoais, por particularmente nos interessarmos por política, pela nossa atração, apreciação e envolvimento por essas e nessas questões. E ainda pelos efeitos que a discussão do político parece provocar nessa prática, como, por exemplo, o humor.

Além disso, porque entendemos que, além de serem representativas do funcionamento dos comentários às cibernetícias, posto que são as mais comentadas em ambos os jornais (sendo seus comentários marcados pelo efeito de in-determinação¹³), elas incitam o comentador a posicionar-se discursivamente, de tal modo que poderíamos, em certo sentido, compreender as posições políticas dos comentadores.

Ademais, aventada, em certos comentários, a diluição entre os limites do público e do privado¹⁴, escolhemos esse tipo de cibernetícia para verificar como se dá tal diluição na seção

¹¹ O conceito de materialidade discursiva é detalhado no capítulo 1.

¹² De nossa perspectiva teórica, o *corpus* é constituído pelos recortes que empreendemos no material de análise.

¹³ Assim, o que dizemos sobre o funcionamento da in-determinação nessa prática pode, talvez, ser estendido a outras cibernetícias, mas não há garantias, posto que a materialidade discursiva delas é diferente.

¹⁴ Tal diluição foi aventada tendo em vista que essa “observação” foi fruto de uma primeira percepção na passagem pelos comentários em estudos exploratórios que precederam a este trabalho.

de notícias políticas, observando não somente questões pessoais de um político que são trazidas à esfera pública, mas também do ponto de vista do próprio comentador, que traz questões dele, de cunho pessoal, para aquele espaço público de discussão sobre o coletivo, passando o político a funcionar, semelhantemente ao que afirma Souza (1997), como um lugar de confissão do privado. E o aparecimento desse privado como algo que promove uma ruptura e que pode mostrar algo de certa implicação do sujeito naquilo que diz.

Essas razões pelas quais fomos levados a focar as cibernotícias políticas devem-se ao fato de, desde o início do curso de Doutorado, em nossos estudos-pilotos, cogitarmos a possibilidade de atribuímos à in-determinação a causa de certos funcionamentos constatados nos comentários a essas cibernotícias, o que nos fez, inclusive, (re)pensar sobre a in-determinação, desta vez sob um ponto de vista discursivo.

Considerando, portanto, a in-determinação como efeito de sentido, objetivamos analisar o funcionamento do(s) mecanismo(s) discursivo(s) que produz(em) a in-determinação nos comentários às cibernotícias políticas, a fim de problematizar a seguinte questão: como funciona a in-determinação e o que ela faz funcionar, semanticamente, em tais comentários?

Por isso, desde já, nesta introdução, traçamos um percurso sobre os estudos sobre a indeterminação, com o intuito de pontuar para o leitor os caminhos que trilhamos ao (re)pensar sobre a indeterminação, além de informá-lo sobre as inquietações que nos motivaram a nos debruçar sobre o tema, a fim de explicitarmos não somente a história das problematizações sobre esse conceito, mas nossa própria história pessoal nessa problematização, bem como o caminho que tomamos e que se constituíram trilhas abertas a nos permitir o “encontro” com Pêcheux e Benveniste. Por isso, é importante apresentarmos este percurso, para contar a nossa história e, simultaneamente, explicar como caminhos teóricos nos foram abertos mediante nossas inquietações sobre a in-determinação. Então, apresentamos, antes de iniciarmos o capítulo I, não apenas certa história acerca da in-determinação, mas a nossa história, nosso percurso às voltas com esse conceito e os caminhos que nos foram gradativamente abertos.

Desde nossa pesquisa no curso de Mestrado, incomodou-nos o modo como a indeterminação era conceituada e identificada, especialmente na Gramática Tradicional (GT), que, numa postura ortodoxa, tendia ao fechamento dos sentidos, à restrição de algo que já nos parecia tão aberto, como a in-determinação.

Na GT, encontramos a problemática da indeterminação em contextos restritos e associada a categorias, formas e estruturas sintáticas previamente apontadas e definidas como

indeterminadoras. Um exemplo seria o emprego do verbo na terceira pessoa do plural, como em “Roubaram a vida de Manoel” e com verbos intransitivos ou transitivos indiretos seguidos da partícula *se* apassivadora, como em “Falou-se muito, no Brasil, em democracia na década de 80”. Esses casos exemplificariam a indeterminação do sujeito gramatical. Ou seja, a indeterminação, na GT, aparece ligada à categoria de sujeito gramatical, posta pela forma (embora ligada ao sentido) e a estruturas definidas, como as supracitadas. Nessa perspectiva, o aparecimento de tais formas já asseguraria a produção da indeterminação.

Por um lado, ao conceber a indeterminação associada à função sintática de sujeito gramatical, tanto em Bechara (2005) quanto em Cunha e Cintra (2007), por exemplo, ela aparece relacionada à não-referência do verbo a uma pessoa determinada, sendo, então, definida a indeterminação por sua oposição à determinação e associada a um não querer, não saber ou não poder dizer de quem se trata, ou melhor, de não poder dizer quem seria o sujeito gramatical da ação expressa pelo verbo. Nesse sentido, a indeterminação seria puramente um aspecto da gramática da Língua Portuguesa¹⁵.

Por outro lado, ao observarmos as formas de indeterminação que a GT propõe e ao constataremos a existência e o funcionamento de outras formas que podem funcionar, no discurso, como in-determinadoras, experimentamos certo estranhamento quanto ao modo de a GT conceber a indeterminação. Esse estranhamento levou-nos à pesquisa. Em nossa pesquisa de Mestrado, propusemo-nos a analisar algumas formas lexicais e gramaticais como indeterminadoras do sujeito, optando por considerá-las, assim como aquelas indicadas na GT, como estratégias de indeterminação disponíveis ao falante de Língua Portuguesa.

Conforme o dicionário Aurélio (2011), o termo *estratégia* significa

arte de planejar operações de guerra. / Arte de combinar a ação das forças militares, políticas, morais, econômicas, implicadas na condução de uma guerra ou na preparação da defesa de um Estado. / Arte de dirigir um conjunto de disposições: estratégia política. / Fig. Habilidade, astúcia, esperteza: contornou a dificuldade com estratégia. / Fig. Ardil, manha, estratagemas.

Também no dicionário *online* Priberam (2011), *estratégia* consta como a “ciência das operações militares. 2.Fig. Combinação engenhosa para conseguir um fim. = ARDIL, ASTÚCIA, MANHA.”. Em ambas as definições, é possível associarmos *estratégia* a planejamento como algo voluntária e propositalmente elaborado para atingir um fim. Embora na literatura

¹⁵ E, talvez, de outras línguas.

linguística o termo *estratégia* nem sempre esteja associado a uma operação consciente e intencional do sujeito, reforçamos que, em nosso posicionamento atual, as operações linguísticas que ocorrem no e por meio do sujeito são da ordem do inconsciente, porque não há como o sujeito controlar os sentidos daquilo que diz ao (se) enunciar e a função basilar da linguagem é significar.

Assim, quando situávamos no ponto de vista teórico da Sociolinguística, adotávamos os preceitos e tínhamos objetivos próprios a esse olhar, que nos permitia ver alguns aspectos da indeterminação, e, pelos próprios contornos do campo, não tocar em outros. Em nossa pesquisa sobre a indeterminação, durante o Mestrado, a indeterminação foi relacionada a *estratégias* de indeterminação, ligadas a formas linguísticas específicas, tendo esse trabalho sido motivado pela identificação do uso de formas que, embora não fossem previstas pela GT e nem fossem problematizadas por ela, apareciam provocando efeito de in-determinação¹⁶.

A nosso ver, os contextos em que a língua pode ser pensada como dispendo de estratégias para criar indeterminação parecem-nos mais restritos do que o uso ordinário da língua e, mesmo nos casos em que tentamos usá-la intencionalmente, entendemos que algo acaba escapando e efeitos de sentidos outros são possíveis, mesmo quando pretendemos intencionalmente indeterminar, haja vista o que ocorre, por exemplo, em certas propagandas, nas quais, muitas vezes, produz-se, na verdade, efeito contrário.¹⁷

Por isso, conforme passamos a compreender, a indeterminação é um efeito de sentido e, assim sendo, não se limita ao uso de certas formas e não se presta a servir de estratégia e não se restringe ao sujeito gramatical.

Portanto, por uma questão de posicionamento teórico, o que nos incomoda não é o emprego de termos como “estratégia”, “uso”, mas o modo de concebê-los. Sob outro ponto de vista teórico que não o nosso, podemos até usar alguma forma linguística como estratégia, mas não há garantias de que ela vá funcionar do modo como estamos “querendo” que funcione. Se não há garantias de que ela vá funcionar de um modo x e não de modo y é porque

¹⁶ A identificação de tais formas funcionando como indeterminadoras pode servir de argumento para, minimamente, duas considerações: (1) a gramática da língua não está subordinada à forma e, por isso, pode valer-se de formas diferentes para produzir certos efeitos de sentido, como, a indeterminação; (2) a indeterminação não seria puramente um aspecto da gramática da Língua Portuguesa. A indeterminação é um efeito de sentido que pode emergir no processo discursivo na construção das coordenadas referenciais da instância de discurso. Nesse sentido, a indeterminação é concebida como um aspecto da referência discursiva.

¹⁷ Um exemplo de propaganda em que, a despeito dos sentidos direcionados por ela, sentidos contraditórios coexistem é a propaganda da cerveja “Schin”, na qual, em resposta à pergunta “Por que Schin?”, temos o enunciado “Porque sim”. Paralelamente ao sentido de obviedade da resposta que é direcionado pela equipe de *marketing* da cerveja, coexiste um sentido negativo, depreciativo da cerveja em questão, como se, ao dizer “Porque sim”, não houvesse uma justificativa plausível e aceitável para tal escolha, ou uma boa argumentação para sustentar a boa qualidade da cerveja.

deve haver algo que prevaleça à intencionalidade do locutor, ou seja, o funcionamento linguístico como base para as práticas e processos discursivos.

Além desse nosso incômodo diante das premissas da GT, houve, por vezes, na análise das formas linguísticas, a necessidade de nos voltarmos para aspectos relativos ao sentido para decidirmos sobre a in-determinação. A partir da observação de exemplos¹⁸ como os que seguem, começaram a ganhar vulto outros questionamentos sobre a in-determinação. Esses outros questionamentos levaram-nos à filiação a outro quadro teórico. Vejamos uma dessas ocorrências.

(01)¹⁹

De volta ao ensino médio - 27 de junho de 2011 | 23h23min

Grupo que deixou escola há 10 anos faz prova para saber o que lembra das matérias.

Pense rápido: o que **você** estava fazendo dez horas atrás? E há dez anos? Edison, Paulo, Joatan, Wilson, Silvia e Tarsilla lembram que em 2000 estavam no ensino médio. Mas o que estavam estudando e o que ficou na memória? Para responder a essa questão, o **Estadão.edu** pediu aos seis que fizessem um teste com 15 questões de disciplinas no ensino médio, preparado pelo coordenador do colégio Oswald de Andrade, André Meller (*veja abaixo as perguntas e respostas*).

Nesse exemplo, o pronome de tratamento *você* pode ser interpretado de modo determinado, porque, segundo a GT, esse *você* refere-se ao interlocutor-leitor. No entanto, não há como saber quem lerá essa cibernotícia e esse *você* referir-se-á a todo aquele que for o leitor da cibernotícia em questão, a todo aquele que se colocar como interlocutor da cibernotícia em tela. Desse modo, embora haja o traço²⁰ determinado "leitor da cibernotícia", permanecem traços indeterminados, de modo a promover a genericidade. Assim, há um efeito de indeterminação marcado pelas restrições específicas às condições de suas produções.

Esse funcionamento é reforçado pelo emprego dos verbos no modo imperativo, como em "Pense rápido", "veja abaixo as perguntas e respostas". Portanto, a nosso ver, há indeterminação nesse emprego do pronome de tratamento *você*. No entanto, há também um traço determinante da referência, uma vez que, para o interlocutor estar alçado a esse *você*, ele

¹⁸ Empregamos o termo *exemplo* tendo em vista que alguns excertos como esse não pertencem propriamente ao nosso *corpus*, já que fazem parte de um primeiro estudo exploratório (em nossas primeiras passagens por esse espaço, pensando-o do ponto de vista do funcionamento discursivo) e servem, nesse primeiro momento, para ilustrar o que encontramos nesse primeiro estudo e que nos incitou a realizar esta pesquisa.

¹⁹ Exemplo extraído da cibernotícia "De volta ao ensino médio", disponível no site <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,de-volta-ao-ensino-medio-imp-,737771> Acessado em: 30 jun. 2011.

²⁰ O termo *traço*, conforme empregamos aqui e a discussão sobre os traços referenciais na instância de discurso constam do capítulo 1.

precisa, inalienavelmente, ser leitor dessa cibernotícia. O *você*, enquanto forma correlata ao *tu*, lugar da instância discursiva *interlocutor*, atualiza-se a cada leitura, o que acirra o efeito indeterminado.

Um funcionamento similar pode ser observado no seguinte comentário:

(02)²¹



Leonardo Koppes - 2 de Julho de 2011 | 12h33

Comentado em: **Na faculdade, conteúdo do ensino fundamental**

Que visão absurda, Guilherme. Quer dizer que ensino superior é coisa de elite? Que o aluno de escola pública que não teve acesso à um conteúdo satisfatório no ensino fundamental deve se dobrar ao destino e nunca almejar outro patamar social? Presta atenção no que **você** escreve, meu caro. [...] Na Korea, todo o país está focado em educar os seus jovens, sejam eles pobres ou não. Aqui ainda se vê pessoas escrevendo o que **você** escreveu sem ao menos se ruborizar, achando que isso é o correto. Tenha santa paciência, heim.

No comentário (02) acima, é compreensível que o pronome de tratamento *você* refere-se a um interlocutor em específico: no comentário, nomeado *Guilherme*; está, pois, determinado que a referência de *você* está correlacionada à referência discursiva construída pela presença do nome próprio *Guilherme*. Guilherme é outro comentador, como é construído por meio dos dizeres “presta atenção no que você escreve, meu caro” ou “aqui ainda se vê pessoas escrevendo o que você escreveu”. O comentador de *nickname* Leonardo Koppes reporta-se aos dizeres de Guilherme anteriormente postados (sobre o fato de, na opinião dele, "ensino superior ser “coisa de elite”), a fim de criticá-lo, ou seja, de pontuar sua posição como contrária a de Guilherme. Nesse caso, embora não saibamos exatamente quem seria Guilherme e se seria, realmente, alguém cujo nome é Guilherme, há uma referência construída discursivamente como determinada (tem-se o efeito de determinação), uma vez que se trata de *Guilherme*. No entanto, por estar no ciberespaço, não há como saber quem é Guilherme, o que nos permite dizer que a indeterminação, assim como a determinação, é um efeito de sentido produzido no processo discursivo e relativo à (re)construção dos traços referenciais na instância de discurso. Por isso, não se trata de saber se o leitor pode ou não propriamente localizá-lo no mundo.

²¹ Esse comentário não constitui nem o material, nem o *corpus* de nossas análises. Ele comparece aqui como exemplo para ilustrar como uma mesma forma pode ter efeito determinado e indeterminado. Disponível em: <<<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,na-faculdade-conteudo-do-ensino-fundamental,739369>>> Acesso em: 02 jul. 2011.

Nesse caso, o nome próprio está funcionando in-determinadamente, pois mesmo o nome próprio *Guilherme* não assegura a determinação, ainda que costumeiramente seja usado para determinar. Sendo uma construção discursiva, o nome próprio, nesse caso, permanece na in-determinação. No entanto, exemplos como esse, com nome próprio, a GT considera como havendo determinação exatamente em função do aparecimento do nome próprio *Guilherme*.

Diante dessas duas breves análises, fomos acometidos pelo incômodo de perceber que, se uma mesma forma pode ter interpretação determinada ou indeterminada e, mais ainda, se formas como o pronome *eles*, *eu*, *você* podem assumir sentido indeterminado é porque a indeterminação não está propriamente na forma linguística em si; ela é um efeito da inserção da forma em um processo discursivo específico. Por isso, podemos encontrar enunciados que, além de apontarem para uma indeterminação que não está prevista na GT, como nos exemplos (01) e (02), permitem dissociar a indeterminação da forma linguística em si, diferentemente do modo como tradicionalmente fazem os estudos linguísticos formalistas e funcionalistas sobre a indeterminação, e podendo perceber o efeito de indeterminação em enunciados como (03). Esse enunciado foi extraído de uma conversa face a face entre dois alunos que, em uma sala de aula, terminado o horário de estudo, conversavam sobre trivialidades, combinando de trocar de sala, posto que essa seria mais resguardada, até que, num dado momento, um dos alunos aponta a inviabilidade de tal mudança:

(03)

Uma **D. Maria** chega e manda a gente sair de lá.²²

O enunciado (03) é parte de uma conversa entre dois alunos. O aluno, locutor do enunciado, refere-se à inviabilidade de ir para uma determinada sala de aula, dado que, a qualquer momento, pode chegar, por exemplo, uma inspetora de alunos e mandá-los sair de lá. Nessa instância discursiva, o nome próprio, geralmente associado a uma referência determinada, a alguém cujo nome seja *Maria*, apresenta certo sentido indeterminado, referindo-se a qualquer inspetora de alunos que possa determinar a desocupação da sala de aula. “D. Maria”, a nosso ver, poderia ser pensada como uma mulher que trabalha na limpeza do local, ou qualquer outra pessoa que seja funcionária da escola, que não necessariamente a inspetora de alunos, mas, que, nesse caso, sinta-se autorizada a mandar o aluno sair daquele espaço, tanto que não é apenas alguém que chega. O conectivo “e” auxilia na determinação de

²² Uma análise mais detida desse enunciado é apresentada no capítulo 4.

certos traços do referente, pois remete a alguém que está no lugar de autoridade. Não é qualquer D. Maria. É alguém que chega e pode enunciar uma ordem.

Em relação à forma *a gente* que, ainda nesse recorte, poderia ser também interpretada como indeterminada, o conhecimento de suas condições de produção imediatas pode barrar a produção do efeito de indeterminação, uma vez que pode se referir aos dois alunos, locutor e interlocutor, participantes da locução. No entanto, podemos ainda questionar: quem são estes dois alunos? Continuamos sem o saber, ou seja, não somos capazes de identificá-los no mundo simbolizado pelo discurso em questão, mas essa incapacidade não é suficiente para barrar a produção de certo efeito de determinação, o que constitui um argumento para acirrar nossa posição de que a indeterminação, assim como a determinação, é um efeito de sentido produzido no processo discursivo e relativo à (re)construção de traços referenciais na instância de discurso. Por ser um efeito, é também relacional.

Em funcionamento, os nomes próprios guardam traços de uma história que lhes é própria, conhecida de alguns interlocutores²³ (e que, por isso, fazem parte de suas redes de memória), geralmente envolvendo, por isso, nomes próprios mais frequentemente encontrados, porém tendo efeitos de sentido diferentes na enunciação em que aparecem, quando mobilizados pelo locutor, num certo uso, numa certa instância discursiva, como no enunciado (03).

O enunciado (03) foi proferido em uma conversa de alunos, na qual um menciona a inviabilidade de estudar numa determinada sala de aula, pois, a qualquer momento, poderia chegar alguém e mandá-los sair de lá. No enunciado “Uma D. Maria”, há nome comum, cuja referência pode estar indicando qualquer pessoa que pode chegar lá e interrompê-los, mas não precisa quem seria essa “D. Maria”. Há traços indeterminados e determinados, pois, paralelamente a essa falta de precisão da expressão, há a referência a uma mulher; uma mulher qualquer, dada a quantidade de mulheres que se chamam Maria; ou por se tratar de uma mulher simples, relação com o nome de Maria, mãe de Jesus, para se referir, provavelmente, a alguma das mulheres que trabalham na escola.

Outra interpretação importante a partir da expressão da qual faz parte o nome próprio (“D. Maria”) diz respeito ao modo como socialmente se diz de uma “dona de casa”, correspondendo, no caso, a alguém que não é estudante ou professor, alguém que entende de “assuntos domésticos”. Essa análise permite-nos mostrar, a nosso ver, uma divisão política

²³ Haja vista as atualizações dos nomes *Madalena arrependida*, *Judas*, *Zé Mané*, *Patricinha/Mauricinho*, e outros, atualizações estas que podem ser feitas a partir de possíveis sentidos historicamente construídos e associados a essas formas, relacionando, por exemplo, à Madalena, personagem bíblica, assim como Judas e outras. Esses nomes são atualizados, podendo ser interpretados in-determinadamente, mas trazendo certa memória.

entre estudante e professor de um lado, e funcionário de outro, evidenciando a hierarquia e a possível segregação (e conflitos sociais) que ela ocasiona. Pode apontar ainda para outra divisão, desta vez, no que diz respeito ao gênero. Certos traços determinados reconstruídos a partir do nome próprio, no caso, o traço feminino, poderia estar revelando a prevalência desse gênero dentre os trabalhadores do universo de escolar.

Embora alguns traços possam ser determinados sobre essa “D. Maria”, os traços que permanecem indeterminados apontam para possibilidades de certa profusão de referência a definir a vagueza (de modo que não é possível dizer que mesmo os alunos saibam quem poderá vir tirá-los do local) e certo deslocamento referencial, haja vista que, conforme sejam as redes de memória dos interlocutores, traços diferentes serão mobilizados na (re)construção do referente.

Compreendemos, pois, que a in-determinação é reforçada pela relação do nome próprio com o artigo “uma”, de modo que, possivelmente, efeito semelhante não seria obtido na relação, por exemplo, com o artigo definido “a”. Entendemos ainda que, nesse caso, o efeito de sentido de in-determinação está provocando certa vagueza, endossada pelo emprego do artigo em questão.

Considerando as circunstâncias das condições²⁴ em que o enunciado foi proferido, a in-determinação poderia funcionar diferentemente se, em vez do artigo indefinido, fosse empregado o artigo definido “a”, tendo mais força de determinação, podendo referir-se, por exemplo, a uma mulher chamada Maria que está/trabalha na escola. Logo, embora possa haver certa memória relacionada a esse nome próprio, quando atualizado, a referência, atualizada, (pode) fica(r) deslocada de um para outro, mostrando-nos que mesmo o nome próprio pode não estar distinguindo.

É nesse sentido que considerarmos a in-determinação como ligada à referência, sob o modo como vem sendo aqui traçado, permite-nos visualizar a in-determinação ocorrendo em enunciados como o que segue:

²⁴ Levando em conta a noção de “condições” relacionada às CPs, entendemos que não se trata de condições apenas relacionadas ao “contexto imediato” de produção de um enunciado, mas também a ele. Há mais aspectos em jogo, como os fatores sócio-históricos. As CPs devem ser entendidas, portanto, a nosso ver, não como determinantes, mas como afetando o modo de dizer. Elas não são determinantes no sentido de algo externo, mas como aquilo que faz com que se diga de um modo e não de outro, porém não está fora do discurso, mas no interior dele, diferenciando-se da noção de “fatores condicionadores”, pois, enquanto estes apontam para certa homogeneização, as CPs permitem falar em termos de heterogeneidade. Isso significa que, mesmo nas mesmas condições imediatas, no mesmo contexto sócio-histórico, não teremos homogeneidade.

(04)

Eu *estou de Chico*.²⁵

No enunciado em (04), a relação entre os termos do sintagma verbal “estar de Chico” promove um efeito determinado para certos interlocutores, mas não para outros. Isso mostra que os referentes se dão quando vistos em funcionamento no sistema linguístico, e são arbitrários, podendo uma mesma forma ter referentes distintos conforme seja a instância de discurso.

Esse enunciado, em que a in-determinação parece recair mais fortemente sob o sintagma verbal “estar de Chico” (isso em termos de relação entre os signos, pois está em jogo também a questão dos interlocutores, das CPs²⁶), como aqueles com nome próprio, mostra que é possível que nem mesmo o nome próprio determine, melhor dizendo, é possível que até mesmo o nome próprio indetermina e ainda que, ao mesmo tempo em que certos traços estão indeterminados, outros estão determinados²⁷, especificando, particularizando, isto é, ele indetermina determinando, porque o nome, embora atualizado para indeterminar, carrega em si uma memória, que parcialmente determina, com o valor que foi empregado anteriormente, nesse novo acontecimento, como parece se dar em expressões como *Maria vai com as Outras*, *Maria Madalena*, *José Ninguém*, e outras. Assim, os nomes próprios, que a princípio não são definidos como indeterminadores, podem “levar” a tal interpretação.

Em (04), não é o nome próprio em si que está funcionando de modo a in-determinar, mas a expressão de estado expressa pelo sintagma verbal, que é uma expressão idiomática, assim como *estar de folga* - o que, a nosso ver, faz com que, de certo modo, “Chico” perca, no enunciado, o *status* de nome próprio. Porém, esse enunciado reforça o caráter relacional da in-determinação, pois, nesse caso, o efeito de in-determinação é relativo a “estar de Chico”, demonstrando a in-determinação para além de uma identificação das formas, não estando, o sentido in-determinado, contido nelas.

²⁵ Enunciado proferido em situação de sala de aula em conversa com alunas, dentre as quais uma menciona estar no ciclo menstrual. Geralmente, elas usam essa expressão na conversa entre garotas, ou de modo a não deixar isso claro para algumas pessoas. Esse enunciado não pertence a nosso material de análise. No entanto, ele comparece aqui por ter feito parte das primeiras observações e dos primeiros deslocamentos teóricos que fizemos sobre a indeterminação/in-determinação.

²⁶ Quando mencionamos que estão em jogo ainda questões relacionadas aos interlocutores, às CPs, entendemos que a in-determinação manifesta-se diferentemente. Como é relacionada às CPs, pode ser considerada uma “afronta”, falta de pudor, numa dada conjuntura, falar abertamente do ciclo menstrual.

²⁷ Algo similar parece ocorrer em enunciados como *O policial chega e bate*; *Um político é sempre corrupto*. Há certa in-determinação: indetermina e generaliza, mas determina a classe e atribui feições a ela. Mesmo porque há sempre algo que escapa à categoria (MILNER, 2006), pois a classe não é estagnada.

A nosso ver, esse sentido surge do efeito da relação entre as formas, a ponto de um nome próprio não funcionar como nome próprio, ou seja, não servir para referir e significar um ser específico, para localizar alguém, haja vista a impossibilidade de substituição por outro nome próprio preservando o sentido, ou melhor, tendo efeito semelhante, pois comparecem, nesse caso, certas redes de memórias atualizadas nessa expressão.

Se a in-determinação é um efeito semântico que se produz na relação entre forma, sentido, instância de discurso e (inter)locutores, o locutor não pode ser a fonte dela. Embora o locutor possa tentar produzi-la, não há garantias de que ela aconteça, por exemplo: ao mencionar “Estou de Chico”, a locutora tenta cifrar o seu dizer, mas é possível que haja uma decifração por parte daqueles de quem a locutora intenta ocultar a informação de estar menstruada. Seria um modo indireto de dizer que se está menstruada, produzindo um efeito de que a locutora é uma pessoa recatada, por exemplo.

Diante dos exemplos analisados, como os que apresentamos anteriormente, fomos impelidos a considerar aspectos discursivos em nossa abordagem sobre a indeterminação. Ou seja, tornou-se impossível (tentar) desconsiderar tais aspectos como antes pretendíamos e, por isso, abandonamos a abordagem formal da indeterminação, especialmente por constatar enunciados que, embora não contivessem uma pretensa forma indeterminadora, veiculavam indeterminação, passando a ser relevante que aspectos semânticos fossem (re)considerados, especialmente a partir de nossas leituras feitas, como a de Normand (2009), para quem o fato de as formas serem diferentes relaciona-se ao fato de também o ser a significação: se as formas são diferentes é porque distinta é a significação, de modo que uma forma **diz** o que a outra não diz, sem corresponder ou equivaler uma forma a uma significação.

Se a indeterminação pode ser entendida como um aspecto de sentido, então ela é uma questão semântica. A in-determinação é relativa ao plano semântico porque tem uma relação com a referência, com o localizar e é assim mesmo que a GT a trata, porém, embora a considerando do plano semântico, identifica-a a partir das formas, tentando restringir-se ao plano formal. Dada a impossibilidade de localizarmos as coisas no mundo (em que teríamos uma forma para algo no mundo), a in-determinação não se associa a elas, mas à referência. Determinação e indeterminação como funcionamentos discursivos só se colocam no plano semântico, o da conversão da língua em discurso, via enunciação. É no plano semântico que se constroem os traços referenciais.

Sendo uma questão semântica, a in-determinação torna-se objeto de estudo de teorias que lidam com o sentido e seus efeitos. Sendo assim, voltamo-nos para a Análise de Discurso

de Michel Pêcheux, principalmente em sua terceira época (doravante AD ou AD3)²⁸, e para certos pontos da Teoria da Linguagem²⁹ de Émile Benveniste, a fim de analisarmos a in-determinação nos comentários às cibernotícias.

Com nosso percurso de estudo, compreendemos que abordar a in-determinação não é falar de forma isolada, mesmo porque o sentido não emerge das/nas formas isoladamente; é considerar os signos em relação e em uso, ou melhor, na enunciação que converte a língua em discurso. Portanto, é também falar de discurso, uma vez que os efeitos de sentido, conforme Pêcheux (1997 [1969]), decorrem de uma relação discursiva entre (inter)locutores. Embasando-nos na AD, trazemos para nosso trabalho, para problematizar a in-determinação, aspectos discursivos, especificamente relativos à língua, à história e ao social, tendo subjacente a essa problematização uma concepção de sujeito descentrado, que não tem controle sobre os efeitos de sentido que produz ao (se) dizer.

Conceber a indeterminação como não estando exclusivamente ligada à forma, como se fosse responsabilidade dela promover esse sentido, produz implicações do lugar teórico em que ora nos situamos. Por isso, interessou-nos apresentar essa trajetória de deslocamento-descolamento³⁰ teórico, pois ela evidencia a movimentação no nosso pensar sobre a in-determinação e nas elaborações que temos construído desde então, de modo que interessa mobilizar devidamente, no próximo capítulo, os conceitos dos campos teóricos nos quais ora nos inscrevemos para (re)pensar sobre a indeterminação/in-determinação, mais especificamente nos comentários às cibernotícias políticas.

De início, cumpre-nos explicitar que o nosso foco na relação cibernotícias-comentários (e mesmo comentários-comentários) não significa que a in-determinação não aconteça em outras práticas discursivas. Ao contrário, esse efeito de in-determinação é, para nós, fundante das e nas práticas discursivas. No entanto, nos comentários às cibernotícias a in-determinação ganha um funcionamento diferenciado, o qual pretendemos compreender, além de explicitar suas decorrências. Essa importância que a indeterminação apresenta nos

²⁸ Segundo Orlandi (1999, p.3), a Análise de Discurso é uma semântica discursiva. Assim entendemos pelo fato de essa disciplina lidar com o sentido numa acepção bastante específica de discurso, como apresentamos na sequência.

²⁹ Esclarecemos que, ao adotarmos a expressão “Teoria da Linguagem benvenistiana”, baseamo-nos nas afirmações de Agustini (2014) ao salientar que Benveniste parece não ter tido a intenção de fundar um campo (o da Teoria da Enunciação) e que, na verdade, o que ele parece fazer é, ao interessar-se pelo funcionamento da linguagem, elaborar, antes, uma teoria sobre o funcionamento da linguagem.

³⁰ Falamos em descolamento porque, para promovermos a resignificação do conceito de indeterminação e deslocá-lo para outro campo (passando a falar em in-determinação), foi necessário descolarmo-nos de certos pontos de vista teóricos que versam sobre esse conceito. Um descolamento até dos fundamentos sedimentados em nosso conhecimento. Entendemos que tal implicação ocorre (e deve ocorrer) por certa incompatibilidade dos pilares que norteiam os trabalhos sob um ou outro campo teórico.

comentários às cibernotícias é fruto, em certo sentido, de algumas características provenientes do espaço virtual e, também, de outras derivadas do fato de os comentários se constituírem como um lugar de (poder) dizer e de participar de modo mais amplo de debates sociais.

Em relação ao espaço virtual, cabe citarmos características desse espaço que afetam as CPs e os modos de (se) dizer que ali podem aparecer. Nos comentários às cibernotícias, são observáveis desde comentários ingênuos e restritos à cibernotícia até aqueles que relacionam outras cibernotícias e/ou outras informações e sentidos circulantes em nossa sociedade. Os comentários são muitos (o número de comentários às cibernotícias é geralmente muito grande) e habitualmente curtos; porém, às vezes, com grande quantidade de informação, de inserção de *links*, de trocas e trocadilhos ali possíveis, de equívocos.

Caracterizam-se também pela ausência de um lugar definido para postagem (não há um lugar específico para atrelar/fixar/*linkar*/associar o comentário, pois não há obrigatoriedade quanto a isso), o que dificulta a identificação dos ganchos entre os comentários, e, logo, a atribuição imediata de referência. Há uma grande oferta de informações nos comentários e, diante disso, não conseguimos, muitas vezes, atribuir sentido(s) de imediato. Ademais, os comentários são postados e interagem entre si e com a cibernotícia não necessariamente de modo simultâneo, o que reforça o anonimato e acirra o efeito imaginário³¹ da face protegida produzido pelo funcionamento do imaginário³² e acarreta a produção de certos modos de (se) dizer específicos dessa/nessa prática, especialmente aqueles que julgamos relacionarem-se à in-determinação. Embora possa ser rastreada pelo IP (*Internet Protocol*) do computador a máquina a partir da qual foi postado o comentário, esse efeito do imaginário funciona, pois temos uma escrita de não identificação.

Esse quadro conduz à hipótese de que, como já mencionamos, a in-determinação, nos comentários, acirra o (poder) dizer, de tal modo que o comentador (se) diz. Nesse sentido, o efeito de in-determinação incitaria o comentador a posicionar-se discursivamente. Para realizarmos este trabalho de pesquisa, a fim de confirmarmos ou refutarmos nossa hipótese e aprofundarmos nossos estudos sobre as questões que se colocaram a nós, abordamos algumas considerações sobre a in-determinação, para, em seguida, detalharmos nossas problematizações sobre a in-determinação nos comentários às cibernotícias. Mas, antes de apresentarmos algumas (re)(des)construções do conceito de in-determinação a partir do

³¹ Empregamos aqui a expressão *efeito imaginário de face protegida* por entendermos que a ideia de face protegida é um efeito produzido pelo funcionamento do imaginário. Assim, não haveria imaginários, mas efeitos produzidos por seu funcionamento. Como efeito que é, a noção de face protegida seria, como já afirmamos, um efeito de face protegida.

³² A definição de *imaginário* consta do capítulo 1.

(nosso) olhar discursivo, julgamos necessária uma breve passagem por alguns trabalhos tradicionais sobre esse conceito (o que fazemos no primeiro capítulo), a fim de conseguirmos mostrar, em seguida, com propriedade e pertinência, os deslocamentos efetuados na ressignificação desse conceito. Esse procedimento torna-se necessário porque o conceito passa de um campo teórico a outros, sofrendo, pois, as afetações que esses prismas teóricos imprimem àquilo que se lhes constitui como objeto de estudo. É preciso, antes, (re)visitar o(s) campo(s), trazendo algumas noções sobre a indeterminação, para, depois, ressignificar o conceito de indeterminação.

Agora, que já esboçamos não apenas certa história da indeterminação, mas, de certo modo, parte de nossa história na pesquisa sobre esse conceito, apresentamos os caminhos que nos foram abertos para (re)pensá-lo. Assim, no primeiro capítulo, retomamos algumas perspectivas tradicionais sobre a indeterminação, a fim de propormos uma ressignificação do conceito, para o que revisitar certos trabalhos faz-se necessário. Nessa ressignificação, abordamos fundamentos dos quadros teóricos de filiação e seus contributos para o nosso estudo sobre a in-determinação. Voltamo-nos sobre as bases teóricas da Análise de Discurso pecheuxtiana e para o que ela nos habilita a dizer sobre a in-determinação e, também, voltamo-nos, de modo menos incisivo, à Teoria da Linguagem benvenistiana, abrindo alguns pontos de aproximação com a abordagem discursiva, sendo essas teorias semânticas que melhor nos embasam nessa ressignificação, que envolve fortemente os conceitos de referência, redes de memória, efeitos de sentido e o aspecto relacional da in-determinação.

No segundo capítulo, traçamos algumas características do espaço virtual (ciberespaço), pois, se pensamos que o discurso é afetado/construído por/a partir de sua materialidade discursiva, as características desse espaço devem ser consideradas parte das CPs da prática discursiva dos comentários às cibernotícias, afetando essa materialidade, assim como as próprias cibernotícias devem ser igualmente consideradas CPs para tais comentários. Discorreremos também sobre as cibernotícias como uma prática discursiva, produtora de sentidos e de outra prática discursiva, a dos comentários, sobre os quais também discorreremos.

No terceiro capítulo, retomamos algumas questões teóricas para expormos os procedimentos teórico-metodológicos construídos para a realização das análises dos comentários, procurando mostrar como a nossa incursão teórica molda os procedimentos de análise, destacando, em especial, a relevância de lidarmos com os conceitos de recorte, descrição e interpretação, estas pensadas no ato mesmo de recortar o material de pesquisa para

elaboração de nossas análises. Sob essa perspectiva, apresentamos a constituição do nosso material de pesquisa, a composição dos recortes e a elaboração dos procedimentos de análise.

No quarto e último capítulo, procedemos às nossas análises, procurando averiguar o funcionamento da in-determinação nos comentários às cibernotícias e nos atentarmos especialmente para os efeitos desse funcionamento. Ainda nesse capítulo, damos relevo à parte dos resultados encontrados, apresentando uma discussão adicional sobre questões que dão decorrência à escolha do material de pesquisa e a questões relevantes como a dissolução dos limites público-privado nos comentários em questão.

Finalizamos nosso trabalho com as considerações finais, retomando alguns resultados alcançados nas análises dos recortes feitos neste trabalho, procurando responder à nossa questão de pesquisa sobre o modo de funcionamento da in-determinação nos comentários às cibernotícias e sobre algumas decorrências desse funcionamento, bem como pretendendo projetar contribuições que uma visada discursiva sobre a in-determinação pode permitir.

CAPÍTULO 1

A IN-DETERMINAÇÃO: RESSIGNIFICANDO O CONCEITO

1.1 Algumas noções sobre a indeterminação: (re)visitar para ressignificar

As problematizações sobre a in-determinação têm origem na filosofia da linguagem (que também podemos chamar de filosofia semântica), a qual visa à relação entre conhecimento, mundo e linguagem, entrelaçando noções como a de referência, os significados das sentenças a questões filosóficas.³³ Assim, não nos atemos aqui a essa área de estudos, porque, enquanto para a semântica filosófica o foco é o conhecimento, para nós, a questão é um funcionamento específico no discurso.

Portanto, desobrigamo-nos a fazer o percurso da semântica filosófica, pois estamos pensando no funcionamento discursivo da in-determinação, e não em como conhecemos as coisas do/no mundo, em como produzir proposições verdadeiras ou não via linguagem. Além disso, reportar-nos, no momento, a esses estudos sobre a in-determinação nos parece desnecessário, dado que eles têm, em função de seu foco, pouco ou nenhum efeito sobre nossas análises, já que os caminhos trilhados pelos diferentes teóricos da semântica filosófica não respondem propriamente à nossa questão.

Como, de algum modo, nosso foco recai sobre aspectos de uso da língua, pensando em termos propriamente linguísticos, podemos citar a semântica linguística como outra área que se interessou pela problemática da indeterminação. Apresentamos brevemente algumas considerações sob essa óptica, através dos trabalhos de Lyons (1981) e Moura (2002), que tomamos como textos tradicionais dessa área, pois, quando propomos uma ressignificação de conceitos, é necessário, ainda que brevemente, saber de que fundamentos teóricos descolamos/deslocamos.

Se, conforme entendemos, um conceito, ao ser levado de um campo teórico a outro, precisa ser ressignificado de modo a refletir suas premissas teóricas, ao pensar sobre a indeterminação sob os vieses teóricos da AD, é necessária uma ressignificação desse conceito a partir de seu ponto de vista específico. Para tanto, é oportuno esclarecer o ponto de partida nesse processo de ressignificação: (re)visitar outros campos, outros trabalhos, outros

³³ Para uma maior compreensão desse ponto de vista teórico sobre a indeterminação, ler Oliveira (1996), Hacking (1999) e Nef (1995).

fundamentos sobre a indeterminação para depois ressignificar esse conceito na perspectiva discursiva. Tal é o que fazemos a partir de então.

A indeterminação, quando comumente pensada pela semântica tradicional, ou por correntes formalistas e/ou estruturalistas, aparece relacionada à concepção de que, ao falarmos, falamos das coisas no mundo, sendo que algo está indeterminado porque não se sabe que(m) é. De um modo geral, os trabalhos sobre a indeterminação vinculam-na ao não querer, não poder localizar o que(m) seria o objeto referido pelo dizer. Aparece, então, uma ligação direta com a realidade, com a localização do objeto referido no mundo e com o indeterminar propositalmente, para não revelar esse objeto referido.

A indeterminação, pensada como estratégia é tida, como em Lyons (1981), sob o prisma da intencionalidade, da língua como instrumento para atingir determinado fim. A indeterminação, para esse linguista, está associada a um tipo de classe, dentre os tipos que o autor observa e que funcionam, para ele, regidos por uma lógica semântica. Nesse caso, a indeterminação seria, segundo ele, um tipo de classe que “será empregado quando nós não sabemos se uma classe é aberta ou fechada (ou não queremos nos comprometer a esse respeito³⁴)” (LYONS, 1981, p.155) (tradução nossa). Esse é um terceiro tipo de classe que se diferencia do que o autor classifica como classe fechada (classe finita, cujos membros podem ser listados) ou classe aberta (classe infinita, cujos membros não podem ser listados, porque não possuem um limite determinável de identificação de seus membros). Nesse sentido, dada a impossibilidade de definir quantos e quais os membros de uma classe, tem-se a classe indeterminada.

Já Moura (2002), um semanticista formal, associa a indeterminação a um funcionamento do léxico e à interação dele com componentes da gramática. Na perspectiva apresentada por esse autor, a indeterminação estaria diretamente relacionada à polissemia, em que a possibilidade de indeterminação por alguma forma seria reduzida à polissemia diante da variação dos sentidos lexicais, a qual, segundo o autor, “é provocada por diferentes padrões de valência e por diferentes padrões de falhas de ligação” (MOURA, 2002, p.11).

Tanto Lyons (1981) quanto Moura (2002) apresentam, a nosso ver, uma perspectiva de língua submetida a um uso voluntário por parte de um sujeito cognoscente, que manipula a língua, tanto que falam em “estratégias pragmáticas e discursivas”. Essas noções parecem-nos vinculadas a uma perspectiva essencialista de língua, que apontaria, diversamente de Saussure (2011), para a língua como substância, controlada pelo falante. Esse é, pois, o ponto de vista

³⁴ “Or do not wish to commit ourselves on the point” (LYONS, 1981, p.155).

de língua que nos parece ser responsável pela concepção de indeterminação como sendo da ordem da intencionalidade, como um não poder ou não querer revelar de quem fala ou de quem se fala. O termo *estratégia*, como aparece, por exemplo, em Moura (2002), é geralmente associado à visão funcionalista e aponta para a possibilidade de controle da língua por parte do falante, e, conforme compreendemos, o funcionamento linguístico não se presta a essa tentativa de controle³⁵.

Assim, entendemos que a manutenção de nomenclaturas, mesmo nas pesquisas e trabalhos sob o escopo da Linguística, como “estratégia de indeterminação”, “formas indeterminadoras”, entre outras, pode ser explicada pelo que parece nortear tanto a maior parte dessas pesquisas quanto a GT, a saber: um olhar primordialmente funcionalista, pragmático, lógico para a indeterminação, o que faz com que ela seja, comumente, definida como um não saber ou não poder revelar. Consideramos que isso se relaciona à concepção de língua com a qual lidam e que subjazem a esses trabalhos.

Segundo Wilson (2009, p.87),

[d]ependendo do modo como os estudiosos concebem a língua, surge uma teoria e um método equivalente e adequado para explicar seu funcionamento, sua organização, sua estrutura e as possíveis relações da língua com outros elementos internos ou externos ao sistema linguístico.

Diríamos ainda que o modo de conceber a língua interfere diferentemente inclusive no modo de conceber o que estaria na ordem da língua ou não; por exemplo, o aspecto social que, comumente, é visto como não sendo da ordem da língua, é, para nós, considerado próprio à língua, uma vez que, como instituição social, a língua é a base principal dos processos discursivos, como dizia Pêcheux (1975).

Por isso, pensamos a in-determinação diferentemente porque isso decorre do nosso modo de ver a língua, pensando-a como um sistema de signos linguísticos³⁶, nos moldes de Benveniste (2005, 2006) e de Pêcheux (1975), ou seja, um sistema linguístico, cuja unidade é o signo linguístico, que é o princípio de organização e que confere uma autonomia relativa ao falante, e que, colocada em funcionamento (a língua em uso mobilizada por um ato individual de utilização), convertida em discurso, permite que surjam efeitos de sentido e serve de base para práticas e processo discursivos. Por isso, não pensamos em signos ou proposições isolados, como comumente já se pensou sobre a indeterminação, mas em termos da relação

³⁵ Retomamos esse ponto, com maiores detalhes, no capítulo seguinte.

³⁶ Cf. Saussure (2011).

língua-discurso, e não num composicional somatório de palavras.

Portanto, sob nosso ponto de vista teórico, falar em “estratégia” para tocar na questão relativa à indeterminação significa situar-se sob uma, dentre as perspectivas de visão dos estudos linguísticos a olhar para ela. Considerar a indeterminação sob o prisma da estratégia seria, a nosso ver, colocar a linguagem como instrumento e, conforme Benveniste (2005, p.285), “[f]alar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou” (BENVENISTE, 2005, p.285). Ao contrário, “a linguagem ensina a própria definição de homem”, não sendo possível sair da linguagem para falar do homem, por isso não é possível colocá-la separada dele.

Não ocorre, pois, de haver um homem completo, que, ao encontrar outro igualmente completo, ambos, juntos, elaborariam a linguagem. “Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a.” (BENVENISTE, 2005, p.285). Por isso, o que encontramos, no mundo, é, segundo ele, um homem falando com outro homem. Ou seja, para ele, “a linguagem ensina a própria definição de homem”. As próprias características da linguagem (seus caracteres, sua natureza imaterial, seu funcionamento simbólico, sua definição articulada, o fato de ter conteúdo) já levam a ter como suspeita sua associação a um instrumento, “que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem” (BENVENISTE, 2005, p.285). A linguagem é propriedade do homem e entendê-la como instrumento pareceria dissociá-los. Desse modo, entendemos a linguagem como constitutiva do homem.

Se tal é nossa concepção, baseando-nos na afirmação de Saussure (2011, p.15) de que “é o ponto de vista que cria o objeto”, apresentamos, juntamente com aspectos referentes à indeterminação, alguns fundamentos do arcabouço teórico que, doravante, embasa o nosso modo de olhar para a indeterminação, especialmente nos comentários às cibernotícias, como objeto de estudo desta pesquisa de bases teóricas discursivas. Como, para nós, conforme já afirmado, a questão é um funcionamento específico no discurso, também nos afastamos da postura da semântica linguística, a qual também tem sua relevância. No entanto, trilhamos outros caminhos...

1.2 Indeterminação – Uma questão (de) semântica, mas de qual semântica?

Para ressignificar um conceito, entendemos que é preciso (re)visitar campos teóricos que já se debruçaram sobre ele, a fim de empreender sua migração de um lugar teórico para outro. Assim, a retomada de alguns estudos sobre indeterminação interessa para (re)modelar esse conceito, uma vez que, embora haja um deslocamento do ponto de vista, é necessário que algo dele permaneça. Consideramos tarefa difícil discorrer sobre essa ressignificação porque o ponto de vista acaba produzindo outro conceito e, no entanto, algo dele deve permanecer, o que se torna, em certo sentido, contraditório. Descortina-se, sob esse outro olhar, outro conceito, outra perspectiva, mas é preciso que haja certo efeito de mesmo (uma espécie de diferença com repetição)³⁷, como se estivéssemos somente fornecendo novos contornos à indeterminação, explicando, por exemplo, por meio da abordagem de seu funcionamento, o porquê a designamos *in-determinação*, com hífen.

Nas considerações introdutórias, expusemos algumas colocações que a nós se colocaram como entraves a restringir a in-determinação ao emprego de formas e apenas tangenciar questões de sentido: formas outras não previstas pela GT permitindo interpretação indeterminada; formas que, a princípio, não seriam indeterminadas, mas que, em certa prática discursiva, funcionam como indeterminadoras e vice-versa; e a verificação de que analisar a indeterminação, mais especificamente, em relação aos comentários às cibernotícias, implica recorrer a questões de sentido. Essas colocações nos permitiram vislumbrar que a indeterminação não é puramente da ordem da forma; ela se constitui na relação forma-sentido, sendo, mais propriamente, efeito de sentido que resulta de um processo discursivo, tratando-se, portanto, de uma questão (de) semântica. Ao percebermos que a in-determinação poderia ser uma questão (de) semântica, precisávamos nos direcionar para uma teoria que fosse semântica e tivesse por objeto o discurso, uma vez que pretendemos trabalhar a indeterminação em funcionamento no discurso, a saber: o suposto discurso sobre política, discurso esse em circulação nas cibernotícias e em seus comentários. Daí questionarmo-nos: qual semântica?

A semântica, segundo Tamba (2006), é definida de modos bastante distintos, marcando uma diversidade de trabalhos, o que a leva a falar em “*as semânticas*”, cujo consenso, para ela, vai até a definição de semântica como um trabalho com o sentido, indo desde uma visão

³⁷ Diferentemente de Guerra & Carvalho (2002), as quais falam em repetição com diferença, fazemos aqui uma inversão. Ao fazermos essa inversão (diferença com repetição), estamos dizendo que, embora tentemos promover uma diferença no conceito de in-determinação, repetimos certas nuances dos modos anteriores de concebê-lo.

englobante que a define como “o estudo do sentido” (LYONS 1978 *apud* TAMBA, 2006, p.10) até uma visão que envolve “três níveis distintos de organização do sentido: a estruturação lexical no nível das unidades-palavras; estruturação gramatical ou morfossintática no nível das unidades-frases; organização discursiva no nível das unidades-enunciados” (TAMBA, 2006, p.11). Essa diversidade não permite delimitar, segundo a autora, nem o objeto de estudo, nem uma metodologia unificada para a semântica.

Nesse sentido, torna-se mais produtivo, na visão da autora, fazer o “exame *das* semânticas existentes” (TAMBA, 2006, p.12) (grifo da autora), numa perspectiva histórica, “para tentar perceber, por meio de seus respectivos desenvolvimentos, as relações de continuidade e de ruptura entre suas problemáticas”. A partir dessa concepção, ela realiza o que chama de “sobrevoo histórico”³⁸. Nesse sobrevoo, ela vincula a semântica às “grandes correntes teóricas que balizaram a linguística” (TAMBA, 2006, p.13): linguística comparada, linguística estrutural, linguística das gramáticas formais e linguística cognitiva, sendo que esses períodos “ocasionaram o surgimento de opções semânticas distintas”, respectivamente, a semântica lexical histórica, a semântica lexical sincrônica, a semântica da frase ou do discurso e a semântica conceitual, a qual se interessa pelo sentido em sua relação com a dimensão cognitiva da linguagem.

Num primeiro período, a semântica foi afetada pelo conceito de evolução (de Spencer e Darwin), tendo três pontos de embasamento: seu objeto é “o estudo da evolução das significações nas línguas”, “essa evolução é comandada por leis gerais” e “essas leis, próprias dos ‘fenômenos’ semânticos, devem ser extraídas a partir de observações empíricas” (TAMBA, 2006, p.15). Logo, essa semântica “pega emprestado” do evolucionismo o objetivo de descobrir as leis de evolução, e também a metodologia de observar empiricamente os fatos de sentido, pautando-se na observação das transformações semânticas das palavras; com uma concepção evolucionista do sentido; por meio de um “estudo científico *das mudanças de significação nas palavras*” (TAMBA, 2006, p.17) (grifos da autora); situando a semântica entre as ciências naturais e as ciências históricas, dado o prestígio gozado pelo darwinismo e pelo prestígio da gramática histórica nessa época.

A partir de 1931, no período estrutural, instaura-se uma semântica lexical pautada na vulgata historiográfica da linguística estrutural, da qual são excluídos fenômenos do uso da fala, tendo como objeto “o estudo sincrônico das estruturas lexicais de uma língua”, “cujo *sentido* é tributário de conceitos ou objetos preexistentes, mas como os elementos ou *termos*

³⁸ Nesse sobrevoo, a autora esclarece que, nesse histórico, não há linearidade, de modo que ela apresenta apenas a data inicial de cada semântica, mas não a data final.

de um sistema de relações lexicais, de onde eles extraem sua *significação diferencial* ou *valor*” (TAMBA, 2006, p.21) (grifos da autora).

No terceiro momento, a partir de 1963, embora pareça ter havido certo “avanço” na semântica a partir das gramáticas formais, com uma semântica frástica, transferindo seu campo do léxico para as frases, o interesse mantinha-se nas estruturas sintáticas e semânticas das frases. Enquanto na gramática gerativa não havia espaço para a semântica nos primeiros trabalhos chomskianos, foi integrado, nos trabalhos seguintes, um módulo semântico, mas transpondo a análise em fonemas para os significados lexicais em traços semânticos. Há um “abandono de uma *semântica lexical* focalizada nas relações entre as palavras e as ideias em proveito de uma *semântica frástica* centrada nas relações entre as estruturas sintáticas e semânticas” (TAMBA, 2006, p.33) (grifos da autora), sendo que a sintaxe continua no núcleo das problematizações.

Dentre as semânticas desenvolvidas a partir de 1963, Tamba (2006, p.37) separa, num grupo à parte, as “teorias pragmático-enunciativas do sentido”, as quais “têm como traço comum não encerrar os significados linguísticos em sistemas fechados e autônomos (léxico ou frases descontextualizados), integrando em seus modelos algumas determinações provenientes das condições de utilização das línguas. É a *pragmática lógica*, dos *atos de fala* e da *semântica enunciativa*” (grifos da autora), pelas quais a autora passa brevemente.

Quanto à pragmática lógica, ela afirma ser um trabalho com os chamados “*símbolos lexicais*”, como *eu, aqui, ontem*, que necessitam de um contexto discursivo preciso para serem interpretados. A autora estende essas afirmações para o interesse no domínio entre o semântico e o pragmático, dos *atos de fala*. Porém, não aprofunda nas especificidades de um e de outro, bem como no que concerne à semântica enunciativa, que ela assim define:

A *semântica enunciativa* propõe outro modo de apreender o sentido estrutural e discursivo das línguas, opondo, como faz Benveniste, a dimensão *semiótica* da *significação*, vinculada à economia interna de um sistema de signos, a *dimensão semântica*, que “se identifica com o **mundo da enunciação** e com o **universo do discurso**” (*Problèmes de linguistique générale*, II, p.64) e fixa as regras do *jogo enunciativo*. (TAMBA, 2006, p.38) (grifos em itálico da autora) (grifos em negrito nossos)

A autora menciona ainda que, no período das ciências da cognição, a partir de 1978, “L. Talmy inaugura uma nova corrente semântica de fundamento cognitivo” (TAMBA, 2006, p.39). Essa semântica, segundo Tamba (2006), rejeita tanto a componente sintática autônoma das gramáticas de Chomsky, quanto a componente semântica interpretativa de Fodor,

atacando, ainda, o modelo cognitivista clássico da primeira cibernética e a tese computacional da inteligência artificial. Essa semântica “visa *naturalizar* o sentido linguístico vinculando-o ao funcionamento geral do cérebro” (TAMBA, 2006, p.41) (grifo da autora), tendo, pois, um forte vínculo com a mente-cérebro.

A semântica pautada no estudo da evolução das significações nas línguas não nos serve não somente pelo caráter diacrônico que ela tem, por sua tentativa de buscar leis gerais para o funcionamento semântico, mas também por acreditar que observações empíricas poderiam ser capazes de garantir a reconstituição dos sentidos a ponto de traçar leis gerais e, especialmente, por situar a significação **nas** próprias palavras. A nosso ver, o sentido é efeito de sentido e, por ser efeito, envolve interpretação, de modo que não há leis gerais que o governem.

É igualmente improcedente para nosso trabalho, pelas razões já apresentadas, mantermos o foco da indeterminação em estruturas lexicais, como se elas, por si só, garantissem tal efeito de sentido. Ainda que se pretenda pensar sobre os termos em relação, essa perspectiva não garante que a indeterminação esteja sendo pensada como efeito de sentido, mas como um sentido posto na relação entre formas. Essa questão não é resolvida nem pela pragmática lógica, que se atém a símbolos lexicais (ainda que se voltando para o chamado “contexto discursivo”), nem pelas gramáticas formais (em que se pretende uma semântica frástica, que vise a extrapolar a análise do léxico), tampouco pelas ciências da cognição (cujos trabalhos visam a “*naturalizar* o sentido linguístico vinculando-o ao funcionamento geral do cérebro”) (TAMBA, 2006, p.41) (grifo da autora).

Quanto à pragmática citada e o que a autora chama de “semântica enunciativa”, a nosso ver, é apresentada uma leitura reducionista dessas teorias, tanto que elas são parcamente esclarecidas no tópico e aproximadas apenas por não lidarem com “sistemas fechados e autônomos”, mas buscarem algo do “contexto”.

Assim, algumas descrições mesclam-se e não permitem diferenciar a pragmática lógica dos atos de fala da “semântica da enunciação”, sendo que cada uma delas tem suas especificidades; outras ficam para a ordem do pressuposto, como a distinção benvenistiana entre semiótica e semântica, o que seriam o “mundo da enunciação” e o “universo do discurso”. Por isso, em função do modo como a autora concebe a teoria de Benveniste, empregamos a expressão “semântica da enunciação” entre aspas, a fim de marcar que, embora nos pautemos em aspectos dessa teoria como nosso aporte teórico, não o fazemos do modo como essa autora a define.

Tamba (2006, p.129) cita ainda Følendal (1985, p.201) na epígrafe do capítulo conclusivo: “O sentido é a **interseção de todos os dados** de que as pessoas que se comunicam podem dispor”. Entendemos que acreditar nessa disposição de “todos os dados” está ligado ao efeito imaginário de completude³⁹, de unidade, de fechamento, dada a impossibilidade de prever o que seriam todas as possibilidades da língua, pois, segundo Saussure (2011, p.43), a língua é um princípio de ordenação, “um sistema que só conhece sua própria ordem”, que impõe seus limites, mas que permite certa liberdade ao falante, o qual não é senhor da língua, pois se submete a suas leis; mesmo na criação, está submetido às leis do sistema. O falante “deixa-se” assenhorear pela língua, esclarecendo que isso não significa algo realizado propositalmente, já que ele é instituído na e pela linguagem, já que, segundo Benveniste (2005, p.285), “a linguagem ensina a própria definição de homem”, desde que estamos no mundo o que vemos é um homem falando com outro homem, de modo que ele não está, em momento algum, apartado dela, indo de encontro ao entendimento da linguagem como instrumento. Esta não é a concepção aqui presente, e isso tem afetações na nossa resposta à pergunta “Qual semântica?” e, conseqüentemente, na nossa resposta ao questionamento sobre qual indeterminação está em jogo neste trabalho, conforme abordaremos a seguir.

Além disso, entendemos que nem sempre se cumpre o imaginário da comunicação. Chamamos de *imaginário da comunicação* a ideia de (completa) convergência/congruência de sentidos entre (inter)locutores, o imaginário de correferimos identicamente, em função da convergência de certos traços da referência, decorrente da maior aproximação entre as redes de memória mobilizadas pelos interlocutores, conforme retomamos e detalhamos ao longo deste capítulo.

De nossa perspectiva teórica, o sentido é produzido de outra forma. Por isso, a teoria semântica em que nos embasamos é a AD pecheuxtiana⁴⁰ (especialmente em sua terceira época – AD3), que contempla certas possibilidades de pensar sobre o sentido, como o fato de ele ser possível inclusive no não-sentido. Assim, para aclararmos nossas considerações sobre o sentido, sobre o modo como ele é produzido, apresentamos alguns fundamentos da AD aos quais nos filiamos teoricamente neste trabalho de pesquisa.

³⁹ Diante de tal concepção de sentido, mencionamos essa consideração sobre o imaginário de completude tendo em vista que este é uma decorrência do imaginário linguístico (nos termos pecheuxtianos), o qual é abordado posteriormente, com maiores detalhes, ainda neste capítulo.

⁴⁰ O fato de, em resposta à pergunta “Qual semântica?”, termos mencionado a AD não implica a desconsideração de que, na verdade, ela é uma teoria de entremeio, não se enquadrando totalmente nem na Linguística, nem nas Ciências Sociais, mas indo até essas disciplinas para construir seus próprios fundamentos.

Segundo Pêcheux (1997 [1969]), discurso, sendo efeito de sentido entre interlocutores, é também estrutura e acontecimento⁴¹, o que pretendemos explicar, retomando construtos conceituais da AD, desde os mais primevos desenvolvidos desde a primeira época de suas teorizações e que são relevantes para nossas problematizações.

Nessa época, em “Análise Automática de Discurso”, Pêcheux (1997 [1969], p.82), compreende que “(...) o termo *discurso* (...) implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B”, ou seja, para ele, discurso é efeito de sentido entre (inter)locutores. Entendemos que, ao definir o discurso como efeito, esse autor está apontando para a impossibilidade de fechamento de sentido, pontuando a possibilidade de sempre advirem sentidos outros. Segundo Orlandi (2003), o discurso é marcado por tensões entre o efeito de mesmo, com formulações diferentes para um “mesmo” dizer e o efeito de diferente, uma quebra no processo de significação (os efeitos parafrásticos e polissêmicos, respectivamente), de modo que o discurso está sempre em constante construção.

Segundo Pêcheux (1997 [1969], p.82), “os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais”, esses elementos “designam **lugares determinados na estrutura de uma formação social**” (grifos nossos). Portanto, não correspondem a indivíduos, entendidos como pessoas físicas, e sim a lugares “*representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo” (grifo do autor). Esses pontos A e B são os polos participantes da alocação, ou seja, da relação dialógica. Cruzando esse conceito com a propriedade fundamental da linguagem de que fala Benveniste (2005), a polaridade, podemos entender que o termo *interlocutores* refere-se à possibilidade de que cada um desses polos se torne locutor e interlocutor.

Ainda sobre esses elementos, o autor esclarece que há uma série de formações imaginárias a funcionar nos processos discursivos que designam os lugares que A e B atribuem a si e ao outro, “**a imagem que eles se fazem** de seu próprio lugar e do lugar do outro” (cf. PÊCHEUX (1997 [1969], p.82)) (grifos nossos). Se são formações imaginárias que funcionam nos processos discursivos, podemos entender os elementos A e B como efeito de linguagem, como projeções, pois, segundo ele, “existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações).” (PÊCHEUX, 1997 [1969], p.82).

⁴¹ As noções de *estrutura* e *acontecimento* são abordadas ainda neste tópico.

Partindo desses princípios, o autor elabora o seguinte quadro:

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
I _A (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
I _A (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
I _B (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
I _B (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

FONTE: PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso**. 1997 [1969], p.83

Esse quadro aponta quatro possibilidades de projeções de representações para uma situação: a imagem que A faz de si, a imagem que A faz que o outro tem dele, ocorrendo o mesmo para o interlocutor B, ou seja, a imagem que B faz de si e a que ele imagina que o outro (A) projeta dele. Assim, essas formações imaginárias são projeções construídas dos sujeitos, por ele mesmo e pelos interlocutores, a partir dos dizeres por eles proferidos.

Cumpre-nos ressaltar que, nesses casos, essa imagem é construída com base nos dizeres desses interlocutores, haja vista o emprego do verbo “falar” em todas as formações elaboradas, por exemplo: “Quem sou eu para lhe **falar** assim?”, ou ainda “Quem é ele para que me **fale** assim”? (PÊCHEUX, 1997 [1969], p.83) (grifos nossos). Essas posições projetadas, ou melhor, as representações da situação, correspondem, segundo o autor, à “maneira pela qual a posição dos protagonistas do discurso intervém a título de condições de produção do discurso”.

Pêcheux (1997 [1969]) acrescenta que o referente⁴² (o “contexto”, a “situação” na qual aparece o discurso) pertence também às CPs, sendo também ele uma construção, um objeto imaginário, e não uma realidade física. Assim, o autor aponta a possibilidade de outras projeções: o “ponto de vista” de A sobre o referente (“Do que lhe falo assim?”) e o “ponto de vista” de B sobre o referente (“Do que ele me fala assim?”). Todos esses casos - concernentes **aos interlocutores ou aos referentes** – são “*representações imaginárias* das diferentes instâncias do processo discursivo” (PÊCHEUX, 1997 [1969], p.85) (grifos nossos) e constituem-se CPs.⁴³

⁴² Entendemos, aqui, o termo *referente*, segundo empregado por Pêcheux (1997 [1969]), não como resultado (definido) do processo de (re)construção referencial, mas como objeto de discurso. Nesse sentido, as representações que o interlocutor faz do referente também constituem representações imaginárias que fazem parte das CPs e interferem nos modos de dizer.

⁴³ Quando falamos em *formações imaginárias*, *imagem* ou ainda em *representações imaginárias*, o fazemos

Para Pêcheux (1997 [1969], p. 77) “um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção dadas*” (grifos do autor), as quais se configuram como “mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso” (grifo do autor) (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 78) e constituem o modo como o locutor diz.

Segundo Orlandi (2003, p.30),

[o]s dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em **condições determinadas** e que estão de alguma forma **presentes no modo como se diz**, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com **sua exterioridade, suas condições de produção**. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que pode ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (grifos nossos)

Diante do exposto, quando falamos em CPs, referimo-nos não somente às condições imediatas de produção de um dizer, mas também ao contexto sócio-histórico-ideológico que marca aspectos outros relativos, por exemplo, aos lugares sociais em que se situam os interlocutores, às projeções (representações imaginárias) que fazem de si e do outro, aspectos sócio-históricos da produção do discurso, trabalhando a AD, portanto, com o contato entre o histórico⁴⁴ e o linguístico na produção dos efeitos de sentido, isto é, do discurso.

A propósito ainda da noção de discurso, desta vez remetendo-nos às problematizações da terceira época pecheuxtiana⁴⁵, devemos acrescentar que o discurso passa a ser definido por Pêcheux (2008), em “Discurso: estrutura ou acontecimento?”, como a estrutura e acontecimento. A noção de discurso, que tem muitas acepções nos vários campos teóricos, modifica-se ao longo dos estudos desse autor (embora traga certos aspectos de suas épocas precedentes, como sua caracterização como efeito de sentido), reconhecido o fato de que uma formação discursiva (FD) pode ser, em si, contraditória, trazendo até mesmo seu contrário, as

tomando esses três termos em relação sinonímica.

⁴⁴ Entendemos que o histórico, na constituição da materialidade discursiva (como a soma entre o histórico e o linguístico), é o interdiscurso, ou seja, toda possibilidade de dizer. Nesse sentido, história deve ser concebida como sentido, primeiramente, porque não temos acesso ao puro acontecimento histórico, mas a discursivizações produzidas sobre ele, e, em segundo lugar, porque os efeitos de sentido são construídos historicamente e historicamente vão se cristalizando. Esse entendimento nos é possível especialmente a partir das nossas leituras sobre a terceira época pecheuxtiana.

⁴⁵ Trazemos, para este tópico, alguns aspectos das teorizações de Pêcheux na chamada terceira época (AD3), as quais interessam propriamente a nosso trabalho, pois, ao observarmos e analisarmos os comentários sobre cibernetícias, não o fazemos senão pressupondo que estão em tela teorizações sobre discurso, sendo eles uma prática discursiva. Cf. capítulo 2.

quais passam a ser entendidas como um campo de fronteiras ausentes.

Diante disso, coloca-se a necessidade de compreendermos o discurso não como um bloco homogêneo, falando em “o discurso” como unívoco, ou falando em “*esse discurso*”⁴⁶, mas, conforme realizado por esse autor, lidando com “discursividades”⁴⁷ produzidas sobre algo ou alguém (sobre o objeto). A noção de discurso ganha, pois, outros contornos, sendo acrescida à ideia de discurso como efeito de sentido entre (inter)locutores o entendimento de discurso como *estrutura* e *acontecimento*, noção essa que impede que a de FD, ligada à ideia de repetição, apague o novo e, segundo PÊCHEUX (2008, p.56), a possibilidade do novo, do diferente, da memória, mas também da atualização.

Antes de nos determos na continuidade da apresentação desses e de outros fundamentos pecheuxtianos para definição de discurso na terceira época, cumpre-nos esclarecer que, assim como a noção de discurso, outras sofreram variações, inclusive de enfoque, nas problematizações de Pêcheux, como os conceitos de real, simbólico e imaginário, advindos da Psicanálise, mas ressignificados no aparato teórico que esse autor elabora.

Basicamente, esses são conceitos que foram anteriormente trabalhados por Pêcheux desde a primeira época de suas teorizações, e que, de certo modo, mantêm-se em sua terceira época e recebem enfoques diferentes ao longo dos estudos de Pêcheux, na AD, os quais costumam ser divididos, para fins didáticos, em três etapas, conforme o foco sobre o qual recaiam as atenções desse autor quanto a suas problematizações sobre o discurso.⁴⁸

Desde a primeira época de suas teorizações na AD, intentando desvincular-se de uma visão comunicacionista e mecanizada de conceber a língua, Pêcheux (1997 [1969]) busca alguns fundamentos na Psicanálise para a criação de dispositivos de análise na AD. Compreendendo que mera transposição de instrumentos de um campo a outro não é adequada para pensar sobre outro objeto de estudo (já que Pêcheux problematiza questões sobre o discurso, não fazendo propriamente Psicanálise), para pensar sobre tais fundamentos em outro

⁴⁶ Para nós, falar em “*esse discurso*” como sendo “o discurso x”, “o discurso y” equivaleria a tipificar os discursos segundo classes fechadas, como se elas fossem fechadas; baseando-nos nas considerações pecheuxtianas sobre as formações discursivas, não há fronteiras definidas entre um discurso e outro, mostrando que algo de um aparece no outro, não há homogeneidade. Portanto, quando falamos em discurso, não o fazemos pensando-o como o discurso fechado, unívoco, homogêneo, sempre regular e inserido em apenas uma FD.

⁴⁷ O discurso é uma construção possível, sendo, a nosso ver, por isso que Pêcheux, em sua terceira época, passa a falar em *discursividades*, já que várias construções são possíveis. Elas são frutos do processo de discursivização, do falar sobre.

⁴⁸ Por isso, dentre as teorizações de Pêcheux, interessam-nos, particularmente, as produzidas durante a terceira época, dado que, ao longo do tempo, certos conceitos desse/para esse autor vão se deslocando, vão sendo acrescentados ou excluídos à medida que ele observa e problematiza os funcionamentos discursivos e os elementos/constituintes nesse/desse processo.

campo teórico, o autor prudentemente os adéqua, promovendo neles uma modificação, ou seja, trabalhando com eles a seu modo, como analista de discurso e não como psicanalista.

A primeira época é considerada aquela de prevalência de imaginário; a segunda, aquela em que se fazem mais fortes as teorizações sobre o simbólico; e a terceira é considerada a etapa em que, definitivamente, o autor toma partido pela existência e funcionamento do real no discurso, sendo mais especificamente as teorizações dessa época que interessam mais diretamente a nosso trabalho.

Considerando que embora sejam diferentemente enfocados em cada uma das épocas, os diferentes registros (real, simbólico e imaginário) não desaparecem de nenhuma delas. Compreendemos que, especialmente na terceira época, ainda que tenha sido dado relevo ao funcionamento do real e aos efeitos que ele produz, os demais registros continuam operando nas teorizações, exatamente porque operam no funcionamento discursivo. Esses três registros ganham enfoque na terceira época de Pêcheux, na qual a tomada de partido pelo real (re)configura o campo teórico da AD, especialmente a noção de discurso e, por isso, apresentamos brevemente esses três registros.

Desde a primeira época das teorizações de Pêcheux, o imaginário, para esse autor, pode ser associado à ideia de unidade envolvida na constituição de uma maquinaria discursiva, do fechamento presente na noção de um dispositivo de análise, para dar a unidade a essa maquinaria. A ideia de completude é reforçada pela existência e funcionamento, segundo Pêcheux (1997 [1969]), de dois esquecimentos.

O primeiro deles seria o de que “o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina”, ou conforme Teixeira (2005, p.48), esse esquecimento “cria a ilusão de que o sujeito precede o discurso e está na origem do sentido”, ou seja, o sujeito como origem, fonte do sentido. O segundo é o “esquecimento pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase”, ou seja, a língua é vista como transparente.

Esses esquecimentos parecem-nos estar diretamente relacionados: como a língua é transparente, é possível aos interlocutores dizer (de) tudo, selecionar algo na língua, estando, pois, fora dela. Esses esquecimentos relacionam-se ao que o autor chama de “imaginário linguístico”⁴⁹. O imaginário diz respeito, a nosso ver, a esquecimentos necessários para que as

⁴⁹ Compreendemos que a adjetivação utilizada nessa expressão já demonstra que não se trata do imaginário com o qual lida a Psicanálise Lacaniana, e sim a ideia de imaginário que envolve exatamente questões linguísticas, ou efeitos imaginários (efeitos do funcionamento do imaginário) relacionados à língua e seu funcionamento. Nesse

práticas discursivas funcionem, para que falemos. Segundo Teixeira (2005, p.95), ele cria a “ilusão necessária de que ele é Um”, o que se aplica tanto para o sujeito quanto para a língua e o sentido.

Embora haja, por parte de Pêcheux (1997 [1969]), certa problematização sobre os esquecimentos, os quais são sustentados pelo imaginário, a identificação da língua como base dos processos discursivos realça o enfoque dado pelo autor, especialmente em “Semântica e Discurso”, à questão do simbólico, em sua relevância nos processos discursivos. Ele é considerado a base, a estrutura para os processos discursivos. Para esse autor, “a língua se apresenta (...) como a *base* [material] comum de *processos* discursivos diferenciados” (grifos do autor), (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 91), podendo ocorrer diversamente nos mais variados espaços discursivos.⁵⁰

Em nossa compreensão, o funcionamento do imaginário produz efeitos: o da completude, o da comunicação, o da face protegida, de poder tudo dizer, o efeito de participação, entre outros. Por isso, quando mencionamos, por exemplo, imaginário de comunicação, estamos pretendendo dizer que a crença na comunicação, assim como o (e)feito de participação, de poder tudo dizer, são efeitos do funcionamento do imaginário. Logo, quando o classificamos como “da comunicação”, por exemplo, fazemo-lo no intuito de marcar seus efeitos e não no intuito de criar divisões e postular a existência de “imaginários”. Portanto, cumpre-nos frisar de que imaginário falamos aqui, o imaginário linguístico.

Já o real relaciona-se ao indizível, ao intangível, ao que escapa no dizer. Sobre isso, o autor afirma que “‘há real’, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode ser ‘assim’. (O real é o impossível... que seja do outro modo)” e acrescenta que “não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontros com ele, o encontra” (PÊCHEUX, 2008, p.29).

Diante dessa constatação, fica em cena o fato de que há heterogeneidade, divergências no interior de uma formação discursiva (FD), a interpelação ideológica, considerada anteriormente por ele como afetando e constituindo um discurso, passa a ser concebida como um ritual sujeito a falhas. Logo, a nosso ver, essa é uma decorrência do reconhecimento da existência de real em operação e provocando efeitos, e isso põe por terra, de certo modo, a

sentido, o que afirmamos sobre o imaginário ao longo deste texto refere-se a esse imaginário (linguístico), ou seja, a esquecimentos sobre o funcionamento próprio da língua que nos fazem funcionar também de determinado modo e referindo-se a aspectos discursivos problematizados na ancoragem discursiva pecheuxtiana no campo teórico da Psicanálise, pensando as implicações que as categorias desse campo teórico podem ter no funcionamento discursivo.

⁵⁰ Com os avanços nos trabalhos em AD, especialmente no Brasil, o simbólico deixa de se referir apenas à língua, abrangendo outras manifestações de linguagem, outras materialidades.

relação fechada entre posição (forma-sujeito, posição-sujeito) e FD (que certa leitura de “Semântica e Discurso” possibilitou), porque o reconhecimento de que há real quebra a homogeneização que a noção de FD promovia.

Ao falarmos em real a partir das teorizações de Pêcheux, devemos considerar que ele fala de real da língua e real da história. Nesse contexto, é reconhecida, então, em meio à homogeneidade, à regularidade, a relevância de problematizar uma heterogeneidade que atravessa tanto sujeito, quanto discurso, promovendo uma diversidade de pontos de vista e de formações discursivas, um conceito de heterogeneidade que “refere, na sua abordagem, a *impossibilidade* de um sentido separado da palavra *sempre equívoco* que o sustenta” (TEIXEIRA, 2005, p.21) (grifos da autora), reconhecendo que algo (ir)rompe no discurso “à revelia do sujeito”. Nessa perspectiva, o sentido dá sempre abertura para emergir o equívoco, ou melhor, a equivocidade é constitutiva, de modo que é sempre possível que emerja certo equívoco, embora reconheçamos que ele não vá se manifestar na materialidade linguística a todo o momento.

A propósito da materialidade linguística, cumpre-nos retomar a afirmação pecheuxtiana de que a língua atua como a base para os processos discursivos, ou seja, o funcionamento simbólico, via língua, dos processos discursivos. O discurso se estrutura em uma língua. Retomamos essa afirmação, para, conseqüentemente, afirmarmos que as práticas discursivas têm também a língua como base para a (ir)regularidade de seus processos discursivos e, se pensarmos sobre esse registro relacionado aos outros dois, passamos a entender que o simbólico (no caso do discurso, a língua), e, conseqüentemente, também o sentido, é marcado pelo efeito de unidade, de um poder (de) tudo dizer, paralelamente a uma falta que lhe é constitutiva, a pontos de impossível. Por isso, acreditamos ser esta concepção de discurso como definitivamente efetivando a tomada de partido pelo real que o autor efetua na terceira época de seus estudos.

O real é, portanto, uma consideração que ganha realce na terceira época dos estudos pecheuxtianos, quando esse autor passa a conceber a língua como uma estrutura, mas com uma “falta irremediável”, porque ali há o real que insiste. O autor também revisa a enunciação no quadro da AD, sendo ela “o lugar onde o *equívoco* pode ser ‘tocado’.” (grifos da autora) (TEIXEIRA, 2005, p.21). Portanto, a terceira época da AD pecheuxtiana abre lugar para a possibilidade (regularidade) e para aquilo que é da ordem da imprevisibilidade, da impossibilidade, considerando haver aí a incidência de real, o qual constitui o sujeito, a história e a língua, havendo palavras por detrás das palavras, e um determinado ponto,

segundo Teixeira (2005, p.54), “em que o ritual vacila”⁵¹, apontando para a heterogeneidade, e que explica o retorno à Psicanálise como meio de procurar tocar nessa “incompletude fundante” de um sujeito “estruturalmente marcado pela falta”.

Diante do exposto, colocarmos, como analistas de discurso, o sentido apenas na interseção de todos os dados de que o sujeito-falante pode dispor, conforme previamente mencionado, seria mantermo-nos no imaginário linguístico de completude, de fechamento do sentido, e ignorar a existência e o funcionamento do real, e, por isso, ignorar questões outras relacionadas inclusive ao não-sentido, às possibilidades de sentido, ligando o sentido somente à convergência, à “comunicação” (e nem sempre é o que ocorre). É por isso que as teorias semânticas apresentadas por Tamba (2006), no panorama traçado por ela, não nos são adequadas para responder aos nossos questionamentos sobre a in-determinação, haja vista que tais teorias semânticas muitas vezes lidam com dados, pressupõem um sujeito instituído pelo saber (em vez de pelo não-saber), têm o conceito de língua como transparente, pressupõem a comunicação como garantia.

Conforme Benveniste (2005), a comunicação é um efeito pragmático do fato de que o homem fala com outro homem, no mundo. Nesse sentido, as interlocuções que estabelecemos entre suas teorizações com os estudos pecheuxtianos dão argumentação, fundamentos, para sustentar teoricamente nosso (re)pensar sobre a in-determinação, posto que essas concepções nos permitem levar em conta também o sentido no não-sentido, envolvem um trabalho com o não-sentido, com a possibilidade de não-convergência, conforme delineamos ainda neste capítulo.

Mediante a constatação da contradição no interior das FDs⁵², as quais passam a ser entendidas como um campo de fronteiras ausentes, no deslocamento teórico ocorrido com Pêcheux, a noção de discurso ganha, portanto, outros contornos, sendo acrescida a ela a ideia de discurso como efeito de sentido entre (inter)locutores, o entendimento de que o discurso como sendo, simultaneamente, estrutura e acontecimento, os quais, finalmente, detalhamos.

Já afirmamos, em outros pontos deste texto, que entendemos, a partir da afirmação de Pêcheux (1975) sobre a língua como base para os processos discursivos, que ela pode ser considerada uma materialidade em que o discurso é construído, ou melhor, parte da materialidade em que se constrói o discurso; ela é parte daquilo que o **estrutura** (somada à história). Ela é parte dessa materialidade, pois o discurso se constrói sob as especificidades de

⁵¹ É porque há real que a interpelação ideológica é um ritual sujeito a falhas.

⁵² A noção de FD ligada à ideia de repetição “desembocaria em um apagamento do acontecimento” (PÊCHEUX, 2008, p.56).

sua materialidade discursiva, a qual deve ser entendida como a confluência da materialidade linguística e a materialidade histórica, ou seja, a soma da materialidade linguística, com a materialidade histórica, tendo a língua e a história como meios materiais através dos quais se constrói o discurso, através dos quais são atribuídos efeitos de sentido possíveis. A materialidade discursiva (histórica + linguística) afeta as práticas discursivas. Dela fazem parte as CPs que, em certo sentido, moldam os dizeres nas práticas discursivas.

Assim, ao utilizar o termo *estrutura* para definir o discurso, entendemos que Pêcheux (2008) pode estar se referindo ao aspecto linguístico que permite a construção do discurso, ao passo que o componente histórico (o interdiscurso) estaria atravessando tanto a estrutura quanto o *acontecimento*, tendo em vista o termo *memória* que o constitui.

Entretanto, reconhecemos o fato de que, ao falar em estrutura, o autor pode estar concebendo-a como aquilo que possibilita todo e qualquer dizer, os já ditos, os ainda não ditos e aqueles a serem ditos. Ou seja, o interdiscurso serve de base para que os dizeres signifiquem, de modo que não se trata de memória entendida como lembrança, recordação individual, e sim como memória discursiva que se volta para os sentidos já produzidos e para as possibilidades de produção de sentidos.

Ainda que pensemos a estrutura como se referindo à língua, já que esta é a base para que os processos discursivos se constituam, tanto ela quanto a memória e a atualidade (que compõem o acontecimento) são atravessados pelo interdiscurso, já que só podemos dizer e veicular/interpretar sentidos a partir de uma base, que são os sentidos que vão sendo social e historicamente consolidados. Interdiscurso $\leftrightarrow$ ~~Discurso = estrutura + acontecimento~~. Esse trajeto esquematizado representa o interdiscurso atravessando todo o processo de produção de sentidos, estando presente tanto na língua quanto na memória e na atualidade, logo, no discurso.

Porém, embora essa estrutura, a memória discursiva (o interdiscurso), possa remeter à regularidade na produção dos sentidos, ela está aberta à produção de novos/outros sentidos, pois é lacunosa. Há a impossibilidade de ela comparecer, no discurso, como um todo. Por isso, entendemos que o que temos dela são fragmentos, recortes e, por isso, falarmos em redes de memória. Ao falarmos em redes de memória, o fazemos considerando que, assim como o sentido, a memória sempre está em relação a outra memória.

Assim, o interdiscurso, entendido como toda possibilidade de dizer, nos permite pensar que não serão todos os dizeres possíveis que comparecerão num dado dizer, são mobilizados apenas fragmentos do interdiscurso e, por isso, o discurso é marcado pelo cruzamento de

algumas redes de memória. Assim, pensada como memória discursiva (como interdiscurso), a estrutura que constitui o discurso é corrompida, em sua regularidade, pelo estatuto do novo com que a noção de acontecimento caracteriza o discurso.

Para Pêcheux (2008), o acontecimento compreende atualidade e memória manifestando-se na estrutura. Segundo afirmamos anteriormente, o interdiscurso não comparece, no discurso, como um todo. Dele, temos apenas fragmentos, recortes que constituem as várias redes de memória mobilizadas. Essa mobilização acontece diferentemente se consideramos o aspecto da atualidade, pois esta, envolvendo o *eu-aqui-agora* (a enunciação⁵³), sendo este *eu-aqui-agora* considerado como afetado por questões sócio-históricas, já que delas não se desvincula e relacionando-se a outros dizeres proferidos em outros *eu-aqui-agora*.

Podemos relacionar a noção de atualização referente ao acontecimento à de enunciação, entendendo que esta está subjacente à atualidade, considerando que a atualidade está intimamente relacionada às CPs em que é proferido um dizer, sendo a enunciação o “contexto imediato”⁵⁴ dessas condições, havendo fatores outros na atualização, de modo que não podemos reduzir atualização à enunciação, pois a enunciação manifesta-se nas CPs. O conceito de atualidade remeteria a questões outras, como vestígios da conjuntura sócio-histórica em que dada enunciação foi proferida.⁵⁵

Logo, é pelo acontecimento, pelo imbricamento entre memória e atualidade, que o discurso é marcado pela simultaneidade entre aquilo que é/está sendo dito com aquilo que já foi dito, ou seja, o aspecto novo somado aos fragmentos de interdiscurso que comparecem nas redes de memória tocadas em dada atualidade, permitindo um contínuo (des)estabilizar do sentido, haja vista que as redes de memória tocadas por um e por outro interlocutor podem aproximar-se ou afastar-se.⁵⁶

Conforme já mencionado, é preciso não entendermos a memória envolvida na noção de acontecimento, conforme diz Pêcheux (2010, p.50), “no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória

⁵³ Ao teorizarmos sobre a enunciação, como parte da atualidade, reconhecemos que já estamos ressignificando discursivamente esse conceito, o que, em certo sentido, nos autoriza a abrir, neste trabalho, um fulcro em algumas das problematizações benvenistianas.

⁵⁴ Pensando o “contexto imediato” como a circunstância que provoca a enunciação, não estamos separando-o da linguagem, mas o entendendo como sendo perpassado por esta, e que não deve, pois, ser entendido como a situação empírica, e sim como sendo já sempre simbólico, por isso o emprego das aspas na referida expressão. O empírico em si é intangível, ele já é perpassado pela história, pelo simbólico, e pelo sentido.

⁵⁵ Por isso, entendemos que o termo *atualidade* nas teorizações de Pêcheux (2008) não subsume o termo *enunciação* e não está com ele numa relação de sinonímia.

⁵⁶ Maiores detalhes sobre essa aproximação e afastamento entre as redes de memória são fornecidos ainda neste capítulo.

social inscrita em práticas, da memória construída”. A nosso ver, dessa forma, o autor se reporta a importantes traços desse conceito, que deve, pois, ser compreendido como algo que é construído, de modo regular, no interior de uma prática, compartilhado socialmente e que, assim como a definição de *mítico*, significa algo “aceito como verdadeiro por força da tradição”⁵⁷, ou seja, ele fala, pois, do caráter inquestionável e irrevogável da memória no discurso.

Segundo Achard (*apud* PÊCHEUX, 2010, p.52), “essa regularização discursiva, que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória”⁵⁸, o acontecimento discursivo, com sua atualização, provoca “interrupção, pode desmanchar essa ‘regularização’ e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento”, configurando-se, em função deste, um jogo de força na memória. Pêcheux (2010, p.53) esclarece em que consiste esse jogo de força, dizendo tratar-se da manutenção de uma regularização pré-existente, tendo como uma “boa forma” paralela a uma “‘desregulação’ que vem perturbar a rede dos ‘implícitos’”.

Entendemos que é a partir da consideração do acontecimento que a memória é (re)definida por Pêcheux (2010, p.56) como “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. Nesse sentido, compreendemos que é em função de sua caracterização como acontecimento discursivo que o discurso pode ser compreendido como marcando

a possibilidade de uma **desestruturação-reestruturação das redes e trajetos**: todo discurso é o índice potencial de uma **agitação nas filiações sócio-históricas de identificação**, na medida em que **ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho** (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) **de deslocamento no seu espaço**. (PÊCHEUX, 2008, p.56-57) (grifos nossos)

O acontecimento impede a eterna repetição do mesmo, ele faz com que a matriz do sentido (o interdiscurso) seja mobilizada de forma diferente, podendo emergir sentidos

⁵⁷ Conforme Aurélio (2005).

⁵⁸ Isso reforça, a nosso ver, a afirmação pecheuxtiana de que a memória não pode ficar apagada, embora possa ficar, em alguns casos, ofuscada.

(im)previstos. No cruzamento com a atualidade, a memória aparece esburacada e o sentido, como efeito de sentido entre (inter)locutores, é passível de tornar-se sempre outro. Dessa forma, a memória sofre deslocamentos em função da atualidade do acontecimento, o que permite Pêcheux considerar, inclusive, que há a possibilidade de um enunciado sempre poder vir a ser outro, podendo isso ocorrer, conforme compreendemos, em qualquer enunciado (e não somente naqueles que têm um pronome indefinido, como no enunciado analisado por Pêcheux (2008)), exatamente porque a estrutura em si é aberta, e, conseqüentemente, o sentido é disperso.

Entretanto, apesar disso, no acontecimento, há uma espécie de repetição, de modo que a memória que comparece no acontecimento em seu contexto de atualidade pode, conforme Pêcheux (2008), ficar ofuscada, jamais apagada. Portanto, entendê-la, a nosso ver, como uma espécie de repetição significa apontar para a impossibilidade de uma repetição por completo, sendo sempre, certa repetição com diferença. Além disso, ao constatar que ela pode ficar ofuscada, jamais apagada, compreendemos que a atualidade é, de certo modo, responsável por isso, maquiando o estatuto do “já-dito” característico da memória, mesclando-o com o estatuto do “novo” da atualidade.

A memória, nesse caso, não se refere a um evento primeiro que lhe seja originário, a um rememorar, lembrar⁵⁹. Ela está, em nosso entendimento, para certa regularidade no discurso, enquanto a atualidade estaria para a possibilidade de emergência do “novo”, para a irregularidade. Mas a memória não é algo que intencionalmente se recupera; ela é convocada a compor o acontecimento, não pelo sujeito, ela emerge a despeito dele, mas pelas relações no/do discurso. Ela comparece na atualização.

Quando estão sendo considerados estrutura e acontecimento, aquilo que é regular do discurso não está exclusivamente na estrutura. A regularidade está também na tensão em que o acontecimento se inscreve, ou seja, entre memória e atualização, sendo que esta contribui também, a nosso ver, para que o acontecimento seja interpretado por alguns como estando para a ordem do inesperado, do contingente. Quando mobilizadas pelo acontecimento, podem ser convocadas outras redes de memória, fazendo com que o sentido fique diferente, mediante a sua relação com a atualidade.

Os apontamentos de Pêcheux (2008), na caracterização do discurso como estrutura e acontecimento, mostram como essa constituição se funda na relação entre o estabilizado e a possibilidade de emergência do diferente, ou seja, não basta ter uma estrutura, deve haver

⁵⁹ Assim como a noção de memória não significa lembrança, a de atualidade não é concebida no sentido de tempo presente, mas como a ressignificação de uma memória.

atualização dessa estrutura e a evocação de uma memória de modo que qualquer ponto pode constituir deriva de sentido, pois, conforme Foucault (2009, p.26), “[o] novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.

Entendemos ainda que a noção de acontecimento, embora não equivalha a um fato histórico, é relacionada a ele, pois esse acontecimento não é desvinculado de uma realização no tempo. Ele remete, segundo Pêcheux (2008), a um conteúdo sócio-político próprio de uma conjuntura, o qual parece ao mesmo tempo transparente, sendo profundamente opaco. O acontecimento histórico é discursivizado, ou seja, fala-se dele, e nunca se chega a ele na íntegra; é via língua, na compatibilização entre memória e acontecimento, que se torna acontecimento discursivo. Essa é, pois, uma definição que, ao mesmo tempo, passa a contemplar a memória, mas também a atualização, de modo que, segundo Pêcheux (2008, p.56), previamente citado, a ideia de repetição não apague o novo.

Assim, a noção de acontecimento tem de ser, semelhantemente à de estrutura, (re)discutida quando se leva a sério que há real. Assim como a estrutura passa a ser pensada como suscetível a furo e pensada considerando que há um sujeito que a sustenta, cuja falta lhe é constitutiva, como é com a língua, a noção de acontecimento traz em seu bojo a possibilidade de romper com a homogeneidade das FDs, já que ele, o acontecimento, também é afetado pelo real em operação e é marcado por uma opacidade, que permite que a equivocidade constitutiva da língua se apresente.

Entendemos que o fato de esse autor, inicialmente, definir discurso como efeito de sentido e chegar à última época de suas teorizações caracterizando-o como estrutura e acontecimento, não compromete de todo a definição primeira, já que, em “Discurso: estrutura ou acontecimento”, ele continua lidando com a noção de discurso como efeito de sentido. Entendemos que, nessa obra, o autor incorpora novas reflexões à sua definição primeira de discurso, sem deslocá-la totalmente, ou seja, ele acrescenta novas nuances, novos aspectos a essa definição, e não a descarta nas épocas seguintes de seus trabalhos. Ao longo do tempo, certos conceitos desse/para esse autor vão se deslocando, outros vão sendo acrescentados ou excluídos, à medida que ele observa e problematiza os funcionamentos discursivos e os aspectos envolvidos nesse processo e a noção de discurso é apenas um desses conceitos.

Além dos fundamentos da AD3 apresentados até o momento, salientamos que, até aqui, mencionamos, algumas vezes, a expressão “*prática discursiva*”, para nos referirmos ao funcionamento dos comentários às cibernotícias. Julgamos, pois, que este é o momento de esclarecer, com base nos fundamentos teóricos da AD3, em que consiste, para nós, a

concepção de prática discursiva.

A nosso ver, a prática discursiva é uma prática de linguagem que medeia a relação entre o homem e a realidade social, em função da produção de discurso, de uma regularidade na produção de discurso associada a práticas sociais, mas nela também podemos dizer constatar (ir)regularidade no funcionamento de produção de sentidos. Através dela, o homem é impelido a interpretar e a produzir sentidos.

As práticas discursivas têm relação com as práticas sociais e para diferentes práticas sociais, há diferentes práticas discursivas. Associadas a diferentes práticas sociais, as práticas discursivas constituem modos específicos de dizer. Todavia, isso não significa haver uma homogeneidade na prática. Algo sempre escapará, porque o dizer é não-todo. Modos de dizer de/em outras práticas vão aparecer, a ponto de não haver uma relação de um para um: uma prática discursiva x está para um modo de dizer x, ao passo que uma prática discursiva y tem um modo de dizer y. Nos dizeres de Foucault (2009, p. 52-53): “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”. Por isso, embora a expressão “prática discursiva” possa remeter a certa homogeneidade, esta se refere apenas à regularidade da prática. Só há regularidade porque existe irregularidade no interior da própria prática. Na verdade, há uma dominância nos/dos modos de dizer numa prática para que tenha visibilidade e se constitua como diferente de outras práticas.

Para Orlandi (2003, p. 15), “[o] discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.” Portanto, entendemos que, associadas, então, às práticas sociais, as práticas discursivas podem ser consideradas como língua em ação na realidade social; através delas os interlocutores participam dessas práticas sociais, produzem e interpretam sentidos e tomam posições na realidade social, ou seja, posicionam-se socialmente posicionando-se discursivamente. As práticas discursivas especificam-se, segundo Orlandi (2003), por serem uma prática simbólica que constitui a sociedade na história.

Considerando, segundo Pêcheux (2008), que não há “o discurso” enquanto univocidade de sentido, antecipamos que entendemos os comentários às cibernotícias como prática discursiva, pensando que esta se relaciona ao modo como em diversas práticas sociais os fatos vão sendo discursivizados de certo modo regular. Se, conforme mencionamos, as práticas discursivas são a língua em ação na realidade social, ou melhor, nas práticas sociais, há que entendermos os comentários às cibernotícias como uma prática discursiva que tem um

funcionamento próprio, ainda que, segundo Foucault (2009), as práticas possam se cruzar, se tocar e, por isso, esses comentários podem ser entendidos como veiculadores/produtores de certos efeitos de sentido, dentre os quais situamos o in-determinado. Como, ao falarmos em prática discursiva, pensamos em certas regularidades, pretendemos apresentar, no capítulo a eles destinado, algumas regularidades que pudemos verificar.

Dentre as teorias semânticas apresentadas no tópico anterior, ressaltamos a AD pecheuxtiana como a teoria semântica que embasa este trabalho. Todavia, já antecipamos, no início deste texto, que recorreremos a aspectos⁶⁰ da Teoria da Linguagem benvenistiana, fazendo as devidas ressignificações desses aspectos, pois estes nos auxiliam a (re)pensar sobre a indeterminação como estando para a ordem do sentido, haja vista que essa teoria lida com a fugacidade do sentido, da referência, conceitos relevantes para promovermos o pretense descolamento-deslocamento teórico no (re)pensar a in-determinação. Daí estabelecermos, não fortuitamente, certa aproximação entre os campos teóricos para o embasamento desta pesquisa, a saber: a Teoria da Linguagem benvenistiana, como fundamentalmente semântica, por considerar os signos em uso e os sentidos que daí decorrem, e a AD, que pressupõe o semântico⁶¹, já que o discurso, seu objeto de estudo, é definido, por Pêcheux, como efeito de sentido entre (inter)locutores.

Assim organizamos então nosso quadro teórico, a AD pecheuxtiana, e alguns conceitos ressignificados da Teoria da Linguagem benvenistiana. Como ambas as teorias trabalham com o conceito de discurso, de um modo que julgamos possível correlacioná-las, consideramos profícuo recorrer a alguns conceitos da Teoria da Linguagem benvenistiana, para lidarmos com aspectos organizadores da instância de discurso. A teoria de base de nossa pesquisa é a AD, posta em relação com aspectos da Teoria da Linguagem benvenistiana, com aspectos com os quais há certa compatibilidade. Cumpre lembrarmos que essa aproximação entre os campos não implica a existência de lacunas em algum deles, lacunas estas que deveriam ser preenchidas com aspectos de outro(s) campo(s), e sim que são aspectos diferentes dos campos que se tocam que nos permitem dizer a respeito da in-determinação e adotamos essa postura teórica visando a não infringir os pressupostos teóricos seja da AD, seja da Teoria da Linguagem benvenistiana, embora saibamos que as teorias estão abertas e preñhes de outras leituras possíveis.

⁶⁰ Um desses aspectos diz respeito, como será aclarado no tópico seguinte, à não-fixidez do sentido nas palavras já que a Teoria da Linguagem benvenistiana, lidando com a língua em uso, não fixa o sentido nas palavras, nos signos, mas na relação entre eles, entre os interlocutores, pensando o sentido no *eu-aqui-agora* da enunciação.

⁶¹ Essa é uma teoria que, a nosso ver, pressupõe o semântico, pois outras questões também se colocam para ela.

Então, pautando-nos nos preceitos apresentados ao longo deste item, a fim de esclarecer um pouco da teoria que respalda as considerações sobre a indeterminação neste trabalho, resta-nos, portanto, lançar o seguinte questionamento: “Que indeterminação?”.

1.3 Que indeterminação?

Se, conforme Saussure (2011), o objeto é construído a partir do ponto de vista, entendemos que o modo de conceber a língua é resultado dos posicionamentos teóricos assumidos. Esse posicionamento determina o modo de conceber os fatos e funcionamentos linguísticos. Dessa forma, o ponto de partida de uma (re)formulação sobre a indeterminação são as concepções de língua, de linguagem e de discurso envolvidas na teorização. Assim, pautando-nos, particularmente, em Saussure (2011), Benveniste (2005, 2006) e Pêcheux (1997 [1969], 2008, 2010), julgamos relevante salientar, de início, aspectos do modo como concebemos a língua a partir da leitura de tais autores e as decorrências teóricas dessa filiação, para pontuarmos, ao longo do texto, questões relativas à ressignificação do conceito de indeterminação.

De início, cumpre-nos dizer que a pergunta “Que indeterminação?” já revela a aceitação da existência de outras **perspectivas** para falar sobre a indeterminação e não deve ser lida como abrindo para a possibilidade de existência de outro tipo de indeterminação. A pergunta “Que indeterminação?”, diferentemente da pergunta “Qual indeterminação?”, antecipa o intuito de olhar para ela a partir de outro ponto de vista teórico, reconhecendo que não é o objeto que antecede o ponto de vista, mas, ao contrário, é este que cria aquele. Portanto, seria este outro olhar para a indeterminação, como um fato discursivo, pressupondo que ela emerge como efeito de discurso e que, por isso, não é inerente à própria língua (como estando sempre já na própria língua), o que fica reforçado pela associação da in-determinação à referência, observada no plano do sentido e, por isso, discursivo. Trata-se de um olhar teórico que nos leva a falar em in-determinação, o que é, juntamente a outras questões, tema deste tópico.

Falarmos sobre a in-determinação como um fato discursivo nos impele a retomar, então, alguns aspectos teóricos dos autores que contornam/orientam nosso modo de olhar para a língua e, conseqüentemente, para a in-determinação. Partimos das considerações de

Saussure (2011), para quem a língua é a parte social da linguagem, parte essa que os falantes⁶² recebem como/por herança, uma herança da qual eles não dispõem, pois, como sistema que é, possui um funcionamento próprio, havendo estruturas que refletem e orientam esse funcionamento. Portanto, a língua é o princípio de ordenação que rege a fala, parte individual da linguagem. A esse princípio submete-se também o falante, que não pode fazer (de) tudo com a língua. Ao mesmo tempo em que ela dá possibilidade para a fala, o falante é condição para a existência e funcionamento da língua, daí o fato de Saussure (2011) entender que o falante tem autonomia relativa.

A língua, entendida como um sistema (linguístico), tem um funcionamento que lhe é próprio, o qual faz dela o princípio de ordenação, oferece possibilidades e, ao mesmo tempo, as controla. Por isso, entendemos que, ao nos opormos a uma visão de indeterminação atrelada à intencionalidade do falante, estamos, conseqüentemente, revelando nossa oposição à definição de língua que sustenta e cria o modo de tradicionalmente conceber a indeterminação, ou seja, a língua entendida como um instrumento de comunicação, do qual dispõe o falante para cumprir seus objetivos, para ter os efeitos de sentido pretendidos por ele.

Opondo-nos a essa concepção de língua, para nós, se a língua é um sistema, há um componente fundamental a compor sua estrutura, o signo linguístico. A língua seria, a partir de nossa leitura de Saussure (2011), um sistema, posto que não há positividade entre os elementos desse sistema, não há essencialidade. É nesse sentido que a língua não é um *conjunto* de signos, e sim um funcionamento de elementos a comporem uma estrutura. Os signos linguísticos são componentes desse sistema e tomá-los isoladamente significa tirá-los de sua estrutura e romper com a ideia de que eles pertencem a uma estrutura maior e fundam um sistema quando postos em relação e isso, em parte, é responsável pelo fato de o valor do signo linguístico ser relacional.

Para ele, o signo linguístico é composto por significado e significante, sendo que este é a imagem acústica e aquele, um conceito. O significante sem o significado é um bloco sonoro, nem o significado é possível sem significante, não constituindo um signo linguístico

⁶² Adotamos, nesse caso, o termo *falante*, por referência a Saussure (2011), que o utiliza em suas teorizações. Esse termo não pode ser compreendido como sinônimo de *locutor*, nem de *interlocutor*. Pensando a partir de Pêcheux (1997 [1969]), ao falar em sujeito-falante, esse autor (Pêcheux) parece relacionar a noção de falante àquele que controla seus dizeres e os sentidos veiculados em seus dizeres. Portanto, partindo dessa consideração, adotamos os termos *locutor*, *interlocutor*, ou apenas *interlocutores*. No entanto, advertimos que, dessa forma, não estamos nos contradizendo e afirmando que Saussure (2011) tenha considerado o *falante* como aquele que dispõe do controle sobre a língua. *Falante* e *sujeito-falante* são nomenclaturas diferentes, usadas em diferentes escopos teóricos.

propriamente.⁶³ Embora não haja um sem o outro, o laço que os une é, conforme Saussure (2011), arbitrário, não havendo ainda nenhuma ligação direta com a realidade, de modo que, por isso, a língua não é nomenclatura.

Saussure (2011), em sua análise sobre o caráter arbitrário do signo linguístico, evidencia como a língua não é nomenclatura, posicionando-se, conseqüentemente, contra um modo essencialista de ver a língua. Segundo ele, o que haveria de essencial na língua, por exemplo, seria o fato de ela **escapar à vontade individual ou social**, seria o fato de o signo ser constituído por significante e significado. Benveniste (2005) retoma, de certo modo, essas considerações e volta-se para a natureza do signo linguístico⁶⁴, reelaborando a questão da arbitrariedade, pois diz que a relação entre significado e significante tem algo de necessário e considera arbitrária, na verdade, a relação desse signo com a realidade, conforme detalharemos adiante.

O fato é que, em ambos os casos (para Saussure e para Benveniste), há uma visão não essencialista da língua já que, para Saussure (2011), a língua é forma e não substância e, para Benveniste (2005), a relação com a realidade está para ordem do arbitrário, de modo que não haveria nessa relação nenhuma essência.

Voltada para o sentido, a Teoria da Linguagem benvenistiana auxilia-nos a pensar sobre a indeterminação para além de sua relação com o signo linguístico, o que se restringiria a uma abordagem semiótica; essa teoria permite direcionarmos o estudo da indeterminação pensada como sentido, podendo haver casos em que signos linguísticos que geralmente não são associados à indeterminação passam a permitir esse sentido em certas enunciações.

Ao dizer, com base em Saussure (2011), que a língua é a norma para os outros sistemas, ao dizer que, para Benveniste (2006, p.63), ela não é a parte do todo que seria a sociedade, mas, ao contrário, é a condição dela, constitui o que mantém os homens juntos e que fundamenta as relações na sociedade, o foco para pensarmos sobre a indeterminação, novamente, parece ser retirado do controle dos interlocutores. Nesse sentido, a indeterminação, seja na língua falada, seja na língua escrita (que costumeiramente é pensada como planejada), não seria concebida como fruto da vontade de seus interlocutores, os quais têm certa liberdade, mas sempre dentro daquilo que a língua, o sistema, permite e que acabam dizendo mais e veiculando sentidos outros diversos do que pretendem dizer.

⁶³ Na língua, o que temos é, segundo Saussure (2011), o plano das ideias e o plano dos sons, sendo que esses planos se comparam a uma folha de papel, não se corta um sem se cortar o outro. Nesse sentido, a própria relação entre significante e significado reproduz esse quadro, ou seja, em se tratando de signo linguístico, não se tem significante sem significado, e vice-versa.

⁶⁴ Benveniste (2005) discute a natureza do signo linguístico em um capítulo homônimo.

Parece-nos que essa dimensão/relevância dada, tanto por Benveniste (2006) quanto por Saussure (2011), à língua, como condição para a interpretação dos outros sistemas, advém de sua particularidade, a sua abrangência, explicada por Benveniste (2006). Segundo ele, a língua é o único sistema em que a significação se articula tanto do ponto de vista semiótico quanto semântico, enquanto outros sistemas têm uma significância, segundo Benveniste (2006,), unidimensional, sendo semiótica ou semântica. Assim, o “privilegio da língua é [...] comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação” (BENVENISTE, 2006, p.66), ou seja, o ponto de vista semiótico e o semântico, respectivamente, de modo que ela comporta “dois domínios distintos”, cada um com seu aparelho conceptual.

Para o primeiro, Benveniste (2006) julga servir de base a teoria saussuriana do signo, enquanto para o segundo domínio, o semântico, é necessário outro aparelho de conceito e definições. Nesse sentido que, a nosso ver, constrói-se e desenvolve-se a Teoria da Linguagem benvenistiana, a qual é eminentemente voltada para o sentido, sendo uma teoria semântica de fundamentos saussurianos, haja vista que Benveniste fez uma leitura possível do Curso de Linguística Geral (CLG). É nesse sentido que, ao (re)pensarmos sobre a indeterminação, aspectos dessa Teoria da Linguagem, pensados juntamente ao prisma discursivo da AD, se fazem relevantes como fundamentação teórica.

Partindo de algumas afirmações saussurianas como “o signo linguístico não une uma coisa e um nome mas um conceito e uma imagem acústica” e que a natureza do signo é arbitrária por não ter “nenhuma ligação natural na realidade”, Benveniste (2005, p.54) discute a relação do signo com a realidade e postula que a *coisa* é “excluída da definição do signo”, mas, contraditoriamente, está ali presente na exemplificação saussuriana da arbitrariedade, em que este autor mostra a arbitrariedade pela possibilidade de dois termos referirem-se à mesma realidade, o que leva este autor a reforçar que “a língua é *forma* e não substância” (SAUSSURE, 2011, p.163 *apud* BENVENISTE, 2005, p.54).

Quanto a essa relação com a realidade, Benveniste (2005, p.55) propõe outro olhar:

[e]ntre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, *é necessário*. O conceito (“significado”) “boi” é forçosamente idêntico na minha consciência ao conjunto fônico (“significante”) *boi*. Como poderia ser diferente? Os dois foram impressos no meu espírito; juntos evocam-se mutuamente. (grifos do autor)

A nosso ver, tal afirmação não compromete o postulado saussuriano da arbitrariedade do signo em sua fundação. Mas, nas (re)atualizações do signo, via enunciação, certa estabilização do valor do signo torna-se necessária, segundo Benveniste (2005), já que se torna parte da regularidade da língua. No entanto, embora haja, na língua, segundo Flores et al (2008, p.181), um traço mais comumente provável de acontecer, são possíveis outras possibilidades de sentido, uma vez que este não pode ser fixado, dado o fato de a enunciação não ser passível de “aprisionamento”. Assim, ele não emana exclusivamente das formas, mas do “*eu-aqui-agora*”, sempre novo.

Entendemos que, ao proceder dessa forma, Benveniste (2005, p.56) acirra essa arbitrariedade dizendo que “o que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro”. Sob esse modo de pensar, constroem-se considerações sobre a referência, haja vista que ela é o componente da prática de linguagem que permite tangenciar algo ou alguém no mundo, ressaltando não remeter a referência a figuras empíricas.

Assim, a referência se torna uma questão cara às teorizações sobre a enunciação, por se constituir parte integrante da enunciação, como parte da expressão de “uma **certa** relação com o mundo” (BENVENISTE, 2005, p.84) (grifo nosso). Entendendo que a língua tem “certa relação com o mundo”, coloca-se, para ele, na abordagem do uso da língua, a questão da referência, conforme podemos ver nos seguintes dizeres do autor:

[p]or fim, **na enunciação**, a língua se acha empregada para expressão de uma **certa relação com o mundo**. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. (BENVENISTE, 2006, p.84) (grifos nossos)

Entendemos que, ao dizer “certa relação com o mundo” - o que tange à referência – Benveniste (2006) já deixa entrever que a noção de referência com a qual ele lida não é a que está diretamente relacionada à exata localização das coisas no mundo, e sim que é uma relação possível com algo/alguém no mundo. E que, pelo discurso, o locutor⁶⁵ tem a

⁶⁵ Empregamos aqui o termo *locutor* por alusão às teorizações de Benveniste. No entanto, reconhecemos que tal termo não equivale ao termo *interlocutor*, mais comumente empregado na AD, embora possa ter com ele alguma aproximação. Entendemos que a noção benvenistiana de locutor não subsume, não contradiz a definição da AD para esse termo. Embora o primeiro autor possa entender que o locutor é marcado e constituído por suas experiências com a linguagem e de linguagem, o segundo campo teórico nos permite acrescentar que essas experiências são marcadas pelo social, pelos lugares sociais que esses locutores ocupam. Algo semelhante acontece com o termo *discurso*. Resguardadas as diferenças entre esses conceitos, é possível aventarmos, entre

necessidade e a possibilidade de se referir a essas coisas. Entender a referência como estando diretamente relacionada às coisas no mundo toca numa noção de língua como essencialista, de modo que uma referência a um objeto no mundo deveria ser a mesma para todos, e não é. O fato de ela não o ser já é um indício, para nós, de que a referência é a precisa localização do objeto no mundo.

Pensando a referência como um aspecto da significação, conforme detalharemos a seguir, partimos da afirmação de Benveniste (2006, p.221) de que, se “são concretos, definidos e descritíveis os aspectos da *forma*”, quando pretendemos fazer uma análise do sentido, essa é sempre uma análise - não uma análise concreta, definida -, ainda que passe sob aspectos da descrição do emprego forma. Essa descrição⁶⁶ é sempre uma análise possível. Portanto, abordarmos questões de sentido não exclui as formas, não nos isenta da descrição das formas. Ao contrário, para falarmos em sentido é preciso considerarmos a língua em uso. Esse uso da língua é, para Benveniste (2006, p.82), “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” ou como parafraseado por Flores et al. (2008, p.37) “é [...] transformar individualmente a língua – mera virtualidade – em discurso”.

Segundo Benveniste (2006, p.83-84),

[o] ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. **Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua.** Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana do locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que **suscita uma outra enunciação de retorno.** (grifos nossos)

A enunciação emana do locutor porque é nele e por ele que a enunciação acontece. Isso tem a ver, de certa forma, com a relação de imbricamento entre língua e fala. Como a enunciação emana de um locutor, a enunciação, para efetivar-se, precisa dele, que é quem mobiliza a língua ainda em seu caráter de virtualidade; daí, talvez, a razão de Benveniste (2006, p.84) conceber a enunciação como um processo de apropriação. Segundo ele, “enquanto realização individual, a enunciação pode se definir em relação à língua, como um processo de *apropriação*” (grifo do autor), sua conversão em discurso.

eles, alguma aproximação, assim como também fizemos, anteriormente, com o conceito de enunciação. Compreendemos que, em ambos os casos, o termo *locutor* refere-se a um lugar, a uma posição dos envolvidos na alocação, na relação dialógica.

⁶⁶ Reforçamos que, sob nosso ponto de vista teórico, isso ocorre pelo fato mesmo de que a descrição não é isenta de interpretação, especialmente quando o que está em cena são questões relativas ao sentido. Também ela (a descrição) é uma interpretação possível sobre um fato, o qual é sempre uma construção do olhar teórico em que se situa o pesquisador.

Além disso, a partir desses dizeres de Benveniste (2006), julgamos relevante salientar algumas propriedades que esse autor considera como fundamentais da linguagem: a polaridade e a reversão da polaridade, esta diretamente relacionada àquela. No construto teórico desse autor, o conceito de polaridade é a projeção de outra pessoa, exterior ao *eu*, a constituir-se *tu*⁶⁷. A reversibilidade, outro conceito igualmente fundamental, corresponde à possibilidade de reversão dessa polaridade, ao fato de um *tu*, numa dada enunciação, poder vir a ser locutor, a ser *eu*. O autor esclarece que a categoria de pessoa (as pessoas “eu” e “tu” e a não-pessoa, “ele”) é pertencente à língua, mas a polaridade e a possibilidade de sua reversão são possíveis pela linguagem e fazem da condição do homem uma condição única na linguagem.

O processo de conversão da língua em discurso, a enunciação, que citamos anteriormente, é, conforme Flores et al (2008, p.181), a *semantização* da língua, de que fala Benveniste. Esse processo é responsável pelo fato de as palavras e frases adquirirem, pelo viés enunciativo, “novo estatuto na linguagem”. Elas “saem” do domínio semiótico, para serem pensadas sob o prisma semântico. Assim, a in-determinação, que pontualmente nos interessa neste trabalho, passa a ser pensada como um efeito que se produz no ato mesmo de sua enunciação, ou melhor, na atualização das redes de memória numa certa instância de discurso da relação dialógica⁶⁸.

Também nesse ponto a teorização de Benveniste contribui para este trabalho, a partir do próprio conceito de enunciação, a qual é esse “ato individual de utilização”, ou seja, a língua em uso. Segundo Benveniste (2006), a enunciação refere-se ao ato de produzir o enunciado e não propriamente ao texto do enunciado, o qual é o objeto de estudo; isso porque a enunciação em si é inapreensível, sendo possível apenas “tocá-la” ao olhar para os vestígios de si que ela deixa no enunciado. Nesse sentido, a instância de discurso, mesmo que pensada sob o viés enunciativo, comporta o irrepetível no repetível, o diferente no “mesmo”.

Como o ato individual de enunciação é sempre único, porque única é a situação em que ele ocorre na língua, esse ato desaparece, e dele somente podemos saber pela análise do enunciado inscrito em uma instância de discurso específica e também única, irrepetível⁶⁹, no entanto, social e histórica. Ele permite-nos conhecer as marcas da enunciação. “É, portanto,

⁶⁷ Segundo Benveniste (2005, p.286), “[...] *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e eu me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental”.

⁶⁸ A expressão *relação dialógica*, em nosso trabalho, não se refere a uma alocação estabelecida face a face, mas a toda alocação, entendendo ser ela, sempre, dialógica, pois, não envolvendo pessoas físicas, indivíduos, sempre projetada, segundo Benveniste (2005), um *tu* a lhe servir de interlocutor.

⁶⁹ Assim como não conseguimos apreender, no discurso, o todo das condições de sua produção.

na concretude do enunciado que se instaura a possibilidade de análises enunciativas” (FLORES et al., 2008, p.101).

Essas afirmações nos permitem pensar que é possível entender, a partir disso, que um estudo sobre a indeterminação restrito à descrição(-interpretação) de emprego de formas seria um trabalho com a língua como virtualidade e que a in-determinação não está *a priori* contida nas formas, não lhes é propriedade imanente. Então, de que indeterminação se trata? A essa pergunta pretendemos responder até o final deste capítulo.

1.3.1. A in-determinação

Sendo nosso objeto de estudo a in-determinação **nos comentários às cibernotícias**, desmembramos aqui esse objeto, falando, neste tópico, em in-determinação, pensando-a/tomando-a circunscrita à prática discursiva que observamos, ou seja, (re)pensando a in-determinação observando-a nos comentários. Por isso, desde já, esclarecemos que o fazemos sem nos comprometermos a fazer afirmações sobre o funcionamento da in-determinação em outras práticas.

A língua é pensada, em muitos casos, como um instrumento, como algo que o falante usa segundo seus interesses e para cumprir determinados fins. Mas, pautando-nos em Saussure (2011), invertemos a ordem desses fatores e língua passa a ser concebida como a senhora, enquanto o falante passa a ser o regido por ela, posto que ela é o princípio de ordenação e dá as “coordenadas” quanto ao que é possível. Se o falante “manuseia” a língua é dentro daquilo que ela o permite, haja vista que, conforme Saussure (2011), dela não somos senhores; ao contrário, submetemo-nos a ela, ao princípio de ordenação, de modo que a in-determinação, logo, pode não ser considerada fruto da vontade, da intenção do falante.⁷⁰

Ainda, segundo Saussure (2011), se a essência da língua é sua capacidade de escapar à vontade individual ou social, entendemos que a in-determinação, compreendida como efeito de sentido, escapa à vontade do sujeito de determinar ou não.

A partir dessas teorizações, passamos a considerar que vincular a indeterminação à ideia de um querer ocultar, de um não saber quem, seria fazer uma ligação direta, intrínseca com a realidade, e o sistema linguístico não se presta a isso. Portanto, a ideia de que o falante provoca intencionalmente a indeterminação está, a nosso ver, associada a um não-querer

⁷⁰ Se consideramos que a in-determinação não é fruto da vontade dos interlocutores, como afirmarmos, ela pode ser pensada como um efeito de sentido, que surge a despeito deles, a despeito de um querer, conforme retomaremos adiante.

revelar, não-saber revelar e, conforme previamente mencionamos, entendemos que essa noção acaba pressupondo um vínculo direto com a realidade, como se falássemos das coisas no mundo: alguém, não sabendo quem foi lá e fez, indeterminou; não querendo ou não podendo revelar quem foi lá e fez, indeterminou.

O falante, ou o locutor⁷¹, pelo funcionamento do imaginário, tem a ilusão/impressão de que “manuseia” as formas linguísticas e de que elas o “obedecem”, mas desconsidera/desconhece os sentidos e os efeitos que o uso dessas formas pode ter, que o sentido independe dele, não está sob seu controle. Assim como já mencionamos anteriormente, ao desvincularmos a in-determinação da exclusividade das formas, do mero emprego de alguma delas, associamo-la a um funcionamento semântico, entendendo-a como uma questão de sentido que também não se desvincula da forma, mas, antes, que deve ser pensada na relação entre elas, e, por isso, como um efeito de sentido resultante, parcialmente, dessa relação.

Benveniste (2006, p.81) considera que uma coisa é fazer uma descrição das formas linguísticas e outra é abordá-las/problematizá-las quando em uso, como nos dizeres do autor: “[a]s condições de emprego das formas não são, em nosso modo de entender, idênticas às condições de emprego da língua. São, em realidade, dois mundos diferentes”. O emprego das formas é, para ele, “parte necessária de toda descrição”, mas esse autor adverte que “a diversidade das estruturas linguísticas, tanto quanto sabemos analisá-las, não se deixa reduzir a um pequeno número de modelos” (BENVENISTE, 2006, p.82). E acrescenta: “De fato, as manifestações do *sentido* parecem tão livres, fugidias, imprevisíveis, quanto são concretos, definidos e descritíveis os aspectos da *forma*.” (BENVENISTE, 2006, p.221) Mas isso não implica opor um a outro, pois eles são inalienáveis. Assim, pensando a in-determinação como efeito de sentido da língua em uso, compreendemos que o levantamento ou a pretensa/pressuposta descrição das formas não abarca os sentidos possíveis se pensarmos as formas linguísticas em uso e, por isso, em relação.

Assim como, para Saussure (2011), o valor do signo é relacional, opositivo e negativo, e por isso não o analisar isoladamente, a indeterminação, pensada enunciativa e/ou discursivamente, pensada na língua em uso, também não parece se restringir ao emprego de determinado signo linguístico, ou seja, à determinada forma. Como apresentado anteriormente, na introdução, o fato de serem encontrados enunciados em que uma forma parece ter sentido indeterminado e enunciados em que essa mesma forma parece permitir interpretação

⁷¹ Aqui, empregamos o termo *locutor* segundo a AD, tendo em vista que, afetado pelo imaginário (linguístico) o sujeito-falante (cf. Teixeira (2005)) tem a ilusão de ser o centro de seu dizer, de ter o controle sobre seu dizer.

determinada parece comprovar que a indeterminação não se dá na exclusividade do emprego de certos signos linguísticos. Entra em jogo, pois, o que Benveniste (2006) chama de domínio semiológico e, por isso, o apoio à teoria benvenistiana como suporte a essa abordagem que nos permite pensar sobre a in-determinação como uma questão semântica.

A in-determinação, compreendida como efeito, ou seja, relacionada ao sentido, está, conseqüentemente, ligada à referência, não sendo, pois, o somatório de termos, os quais poderiam ser recapitulados em enunciados isolados. Por isso, uma sentença dotada de nome próprio, de pronomes pessoais, ou outros termos “pessoalizadores”, pode não ser tão determinada como é possível crer, como visto também nos exemplos de (01) a (03). Se a in-determinação não está somente na forma, conforme consideramos, um mesmo sintagma pode in-determinar e essa possibilidade - de atingir todo um sintagma - é, a nosso ver, uma das maneiras de ratificar que não está associada à forma, conforme é apresentado adiante.

Se a in-determinação não é inerente ao uso de uma forma linguística, ela não está sempre já lá, iner(en)te ao que foi dito, ela surge como um efeito possível entre os interlocutores, o que, novamente, nos remete à noção de discurso segundo a AD.

Então, a partir do nosso encaminhamento para a AD (mobilizando alguns conceitos da Teoria da Linguagem benvenistiana), pudemos problematizar a indeterminação e aventar, a partir desses campos teóricos, um modo diferente de concebê-la, tirando o foco de sua relação direta e intrínseca às formas e direcionando-nos para questões de sentido. Por isso, a partir da apresentação de aspectos das teorias em que nos embasamos como fundamentação, retornamos a algumas questões e apresentamos outras a fim de expormos, neste tópico, como compreendemos o conceito de indeterminação, a partir do que as teorias em que nos apoiamos como fundamentação preconizam, e como pretendemos lidar com ele neste trabalho. Por isso, tendo em vista o deslocamento teórico no nosso (re)pensar sobre esse objeto, ele passa, agora, a ser visto de outro modo, como intentamos detalhar a seguir, o que implica considerá-lo, a partir de então, como efeito de indeterminação, ou melhor, como explicitaremos ao longo deste trabalho, efeito de in-determinação.

Assim, entendemos que a in-determinação, concebida como uma questão semântica, extrapola o estudo semiótico, restrito ao signo, e nos direciona para pensar sobre sua relação com a referência, de modo a reformular a ideia de que a in-determinação não seria um não saber quem, um não poder dizer, uma ausência de referência, passando, então, à noção de um deslocamento de referência⁷².

⁷² Usamos a expressão “deslocamento de referência”, ou, em outros pontos deste texto, “deslocamento

Quando nos opomos a uma visão de língua como ferramenta a ser proposital e calculadamente usada, quando nos opomos a uma noção de sujeito como origem do sentido, que sabe e controla seu dizer, e, mais especificamente, pautamo-nos em Pêcheux (1997 [1969], 2008), Benveniste (2005, 2006) e outros que têm semelhantes pontos de vista, pretendemos deslocar a relação direta da in-determinação com a realidade, relação esta, a nosso ver, sempre indireta por ser sempre mediada pela linguagem. Por isso, associamos a in-determinação, por exemplo, à questão da referência.

1.3.1.1. Que referência é essa?

A discussão empreendida no tópico anterior mostra como a in-determinação pode ser algo diferente de um “não querer”, não saber” e “ não poder” revelar de quem se trata. Como a língua, especialmente a referência, não é uma relação direta com o mundo, pensar sobre a in-determinação e sua relação com a referência tira a conceituação de in-determinação desse “não querer”, não saber” e “ não poder” revelar de quem se trata.

Portanto, a in-determinação não é um mero fato de língua relacionado à intencionalidade do locutor em ocultar certa(s) informação(ões) de seu(s) interlocutor(es). Entendida como “quando não se pode, não se sabe ou não se quer revelar que(m)”, essa noção de indeterminação é sustentada pelo imaginário de que o sujeito cognoscente, origem do sentido, sabe do que fala, quando fala e para que fala. Porém, como o interlocutor não é a origem do dizer, conforme Pêcheux (1997 [1969]), ele não é, sob nosso ponto de vista, a origem da in-determinação, a qual ocorre a despeito dele, porque ela repousa no discurso (por ser efeito de sentido).

Entendendo a in-determinação como efeito de sentido, associamo-la não à localização precisa do objeto no mundo, mas ao modo como ele é significado na construção discursiva da referência. Para isso, pensamos a língua em uso, convertida em discurso, no qual o signo linguístico, convertido em palavra, é palavra em (dis)curso, e, por isso, passível de sofrer movimentações e deslocamentos na construção da referência.

Arelada à referência, embora esta seja algo próprio do funcionamento da língua, a in-determinação, entendida como efeito de sentido resultante de deslocamentos referenciais entre interlocutores, ocorre porque a referência (re)(des)constrói-se⁷³ discursivamente (ela é uma

referencial” para nos referirmos à in-determinação como a possibilidade de a referência mudar, transitar de um ponto a outro. Esse deslocamento será detalhado a seguir.

⁷³ Sendo uma construção que se realiza discursivamente, na alocação, a construção referencial por parte dos

construção que se realiza discursivamente) e assim deve ser pensada. Por isso, associamo-la às redes de memória mobilizadas no discurso, como apresentamos a seguir.

Se, para Saussure (2011), a língua é forma e não substância, e, para Benveniste (2005), a relação da unidade desse sistema (o signo linguístico) com a realidade está para a ordem do arbitrário, entendemos que a in-determinação não está vinculada propriamente à realidade, a uma relação direta e intrínseca com ela, o que nos remete à questão da referência, a qual não é, para Benveniste (2005), correspondente à realidade, mas uma construção linguageira que guarda **certa relação** com a realidade, não se relaciona diretamente às coisas no mundo, mas constitui um modo como nos referimos a elas por meio da linguagem. Por isso, para falarmos em in-determinação, relacionamo-la não diretamente à realidade, mas à referência, uma construção na e via linguagem e que é, segundo Benveniste (2006), parte da significação, ou seja, também ela, a referência, significa. Entendemos que isso equivale a afirmar que ela torna-se, pois, constitutiva do próprio sentido.

Se a referência é da ordem da significação, podemos dizer que a referência é feita (efeito) de sentido, porque é no nível semântico que temos a língua em funcionamento e, portanto, a conversão do signo em palavra. Só que não é uma palavra solta, é uma palavra em (dis)curso. É signo em palavra, palavra em discurso. Essa conversão do signo em palavra (no discurso) faz com que o signo seja passível de ser relacionado a um **objeto significado**, e não objeto no mundo. Por isso, entendemos que, ao trazer a noção de referente para a discussão do signo linguístico, Benveniste (2005) está pensando a língua em uso. Não o emprego de uma forma, mas a língua em uso, com os sentidos que podem emergir do emprego da forma, de modo que a análise, nesse caso, é semântica. Assim, o referente “aparece” como resultado de pensar o signo linguístico em uso. Os diferentes referentes que ele (o signo linguístico) pode vir a assumir nas diversas enunciações podem ser os mais diversos conforme sejam as diversas enunciações.

A relação do interlocutor com a realidade é, então, a nosso ver, uma relação **discursiva**, e não empírica, pois é já mediada pela linguagem. É discursiva porque, reconstruindo o conceito de discurso em Benveniste (2006), é esse manejo da língua de tal modo a produzir um ato de linguagem **organizado**, que é capaz de (re)criar um efeito de uniformidade, de unidade e, logo, de produzir referência(s).

interlocutores pode convergir, embora nunca identicamente (o que chamamos de reconstrução) ou divergir (o que chamamos de desconstrução), promovendo equívocos, reiteraões, etc. Um interlocutor constrói a referência, construção esta que pode ser reconstruída ou desconstruída por parte do interlocutor, a depender das movimentações nas redes de memória.

Se, para Benveniste (2006, p.84), a referência representa certa relação com o mundo, podemos entender que a linguagem medeia essa relação e a referência é construída discursivamente, na alocação, entre os interlocutores. Portanto, a referência não é um objeto no mundo, nem algo que está no próprio corpo do texto e que possa ser, de algum modo, recuperável entre interlocutores sem prejuízos nos efeitos de sentido que ela provoca, pois o que temos é uma construção discursiva (nem mesmo textual) da referência, a qual não é um objeto no mundo. Portanto, embora acreditemos falar sobre o mundo (pois a linguagem produz o imaginário de que o estamos fazendo), estamos, na verdade, construindo esse mundo discursivamente, ou melhor, construindo referências discursivas sobre esse mundo.

Por isso, a referência constrói, segundo Benveniste (2006), uma realidade imaginária por parte dos interlocutores⁷⁴. E, a partir das referências que construímos, produzimos representações imaginárias sobre os sujeitos, o que nos parece ser demonstrado a partir do quadro pecheuxtiano sobre as formações imaginárias⁷⁵.

Na AD, o sujeito é efeito de linguagem, mais precisamente efeito de discurso. A referência, enquanto voltada para a instância de discurso, aponta os locutores, criando o imaginário de que os sujeitos são as imagens que deles construímos. No entanto, aquilo que acreditamos, como interlocutores, tocar na realidade, seria, na verdade, a referência, a qual, a nosso ver, contribui para as imagens que são também (re)(des)construídas. Sendo efeito de linguagem, o sujeito pode ser associado às representações imaginárias produzidas nos e pelos dizeres dos interlocutores. Assim como a referência cria uma realidade imaginária, o quadro apresentado por Pêcheux (1997 [1969]) também demonstra que, ao pensarmos estar falando sobre o mundo, construímos representações, também imaginárias, sobre os sujeitos.

Ademais, assim como em Pêcheux (1997 [1969]), mas de um modo diferente, em Benveniste (2006), a “compreensão” ou não entre os locutores produz uma realidade imaginária. E constitui por isso um efeito pragmático de comunicação que pode ou não acontecer. Assim como as imagens construídas de A sobre B (ou mesmo sobre A) e de B sobre A (ou mesmo sobre B) podem não coincidir, a (não) coincidência entre a realidade imaginária elaborada pelos interlocutores também pode fazer com que o efeito pragmático de comunicação aconteça ou não, de tal modo que os (inter)locutores se percebam falando ou não das “mesmas” coisas.

Já a partir da compreensão benvenistiana de discurso, de que ele é um dizer

⁷⁴ Utilizamos aqui o termo *interlocutores* entendendo que, ao mencionar em reversão da polaridade, o próprio Benveniste (2005) já entrevê a possibilidade de empregarmos tal termo.

⁷⁵ Conforme consta do capítulo 1.

organizado, compreendemos que os traços referenciais são as coordenadas – seja do objeto de discurso, seja do locutor ou do interlocutor – que produzem uma projeção imaginária dependendo da interpretação que se dê àquilo que se diz.

Os traços da referência, no processo de (re)construção referencial, estão ligados a perspectivas de “olhar” o objeto no mundo. Podemos “olhá-lo” de diferentes posições. Por isso, é sempre um recorte. Faltam outros traços, de outras perspectivas, de outros lugares sociais e discursivos. Toda vez que construímos uma referência, ela é construída por um recorte que é (im)posto pela perspectiva a partir da qual se olha e a partir das representações construídas que já se têm socialmente postas.

Essas coordenadas, que vão sendo construídas no discurso⁷⁶, são traços referenciais de (re)construção da realidade entre os interlocutores, produzidas pelas movimentações nas redes de memória, podendo promover um efeito de correferência, uma relação de consonância, que chamamos aqui de efeito de encaixe.

Esse efeito de encaixe será maior ou menor conforme as redes de memória tocadas, e repercute no fato de nos vermos ou não falando das “mesmas” coisas, entendendo que isso tem a ver com os lugares sociais que ocupamos, tendo reflexo, logo, nas posições discursivas em que nos colocamos. A partir das experiências de linguagem (mediadas pelo social, vivenciadas a partir de um lugar social, de um processo de interpelação), o modo como o sujeito vai sendo imerso, tocado nos/pelos dizeres constituem não apenas seus campos referenciais, mas, antes, suas redes de memória. Por isso, esse efeito de encaixe é, a nosso ver, fruto das relações entre as redes de memória mobilizadas por um e por outro interlocutor, segundo as experiências de linguagem, experiências essas **construídas pelo e no social** e, logo, pelas e nas posições sociais, conforme pretendemos ilustrar na análise da figura a seguir.

Trazendo ainda à baila a definição pecheuxtiana de discurso como estrutura e acontecimento, julgamos relevante esclarecermos que a estrutura estaria, na análise da figura, simultaneamente relacionada às redes de memória, para a ordem do repetível, e àquilo que escapa a essa repetição como sendo fruto da atualização dessas redes de memória. Assim, enquanto Benveniste (2006) diz que a enunciação é irrepetível, a AD traz o componente *história*, de modo que a atualidade, embora possa ser pensada como irrepetível, é também repetível. Em termos de acontecimento, as CPs são irrepetíveis diante da impossibilidade de serem exatamente as mesmas, a atualidade é, ao mesmo tempo, repetível, pois não se desvincula dos dizeres e dos sentidos que circulam socialmente (memória), enquanto aquilo

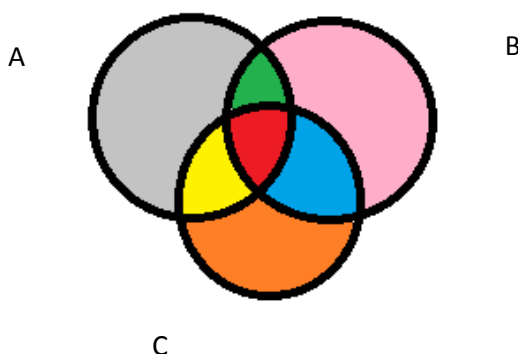
⁷⁶ Também quanto a esse assunto parece-nos ser possível aproximarmos Benveniste à AD, porque, para ele, as coordenadas referenciais são da ordem da instância do discurso, são construídas discursivamente.

em que a memória atua. Há memória, há possibilidade de repetição (do ponto de vista da AD), mas sempre, e necessariamente, suscetível (essa repetibilidade) de ruir-se sob o peso da atualidade.

Na Teoria da Linguagem benvenistiana, se a enunciação é aquilo que converte a língua em discurso, temos aspectos da enunciação relacionados à atualidade, mas temos igualmente em peso, conforme perspectiva pecheutiana, as redes de memória que vão fazer a ancoragem discursiva e trazer a repetição de sentido, por isso é uma repetição diferente, uma repetição com diferença e isso ocorre via movimentação das redes de memória, que procuramos representar no diagrama a seguir, em que os círculos A, B e C representam as redes de memória mobilizadas pelos sujeitos.

O diagrama abaixo representa uma relação entre conjuntos; nesse caso específico, é preciso considerá-lo em uma teoria dos conjuntos matematicamente refinada, ou seja, na perspectiva de um conjunto aberto, para ter validade em relação ao funcionamento da memória discursiva. Além de considerar uma noção de conjunto aberto, é necessário também ter em mente que há elementos de um conjunto que podem pertencer, ao mesmo tempo, a outro conjunto, mesmo quando não estejam situados na zona de intersecção.

Figura 01 - Redes de memória discursiva⁷⁷



Esse diagrama representa o encontro e a movimentação das redes de memória dos interlocutores envolvidos numa alocução. Assim como Pêcheux (1997 [1969]), no seu esquema das formações imaginárias, projeta possibilidades de formações imaginárias a partir de dois interlocutores, o que fazemos aqui é representar o encontro e a movimentação das redes de memória, que funcionam não apenas segundo as representações que os interlocutores têm já construídas para si acerca de si, acerca de seu(s) interlocutor(es) e acerca do referente,

⁷⁷ Esquema elaborado a partir de encontro de orientação com a Profa. Dra. Carmen Lúcia Hernandes Agustini, em 17/9/13, e modificado a partir de nossas reflexões teóricas.

mas que também projetam representações. Logo, o encontro e a movimentação das redes de memória, na (re)(des)construção referencial, acontecem segundo as representações que os interlocutores têm, e projetam (outras) representações, ou melhor, as formações imaginárias que eles têm de si, do outro, daquilo sobre o que conversam.

Na definição de discurso de Pêcheux (1997 [1969]) como efeito de sentido entre (inter)locutores, esse autor menciona dois polos da alocação, A e B, aos quais acrescentamos, sem prejuízo à definição (e sim dizendo que esse funcionamento aplica-se a quantos forem os (inter)locutores), mais um polo, o C.

Assim como Pêcheux (1997 [1969]), em seu esquema, lida com dois interlocutores, nós apresentamos o diagrama com três, pois o encontro e a movimentação entre as redes de memória acontecem com quantos interlocutores forem, relacionando-se ao funcionamento discursivo da construção referencial e não a um tipo de alocação específico. Por isso, aplica-se à infinidade de interlocutores que se “relacionam” nos comentários às cibernotícias.

Assim, cada um dos círculos representa, no diagrama acima, as redes de memória para cada um dos polos da alocação - A, B e C -, sendo que essas redes podem ser separadas em zonas, em termos de aproximação ou distanciamento.

As zonas de intersecção evidenciam zonas comuns das redes de memória mobilizadas. As redes de memória aproximadas (as zonas de intersecção) são responsáveis pela repetição, pelo efeito de “mesmo” e a zona que permanece fora da intersecção são fruto do movimento da atualidade, a qual é responsável por fazer essas zonas aproximarem-se em maior ou menor dimensão.

Essa aproximação, por mínima que seja, existe em todo discurso. Podemos dizer que, para todos e quaisquer interlocutores, haverá uma zona de intersecção; o que varia é a dimensão dessa aproximação. Alguma coisa sempre compartilhamos, pois não falamos nada completamente diferente uns dos outros, haja vista a existência do interdiscurso, que é, de algum modo, produto de todos.

Assim, temos a intersecção em vermelho entre os três círculos, a qual evidencia que os três polos estão sendo afetados por uma zona (em comum) da rede de memória (e não por toda ela), ou seja, estão sendo afetados por fragmentos aproximados dos recortes da memória discursiva e a possibilidade de, via imaginário, correferirem. Entendemos que o correferir ocorre, pois, nessa intersecção, e, assim como aquilo que permanece fora dela, é fruto do movimento provocado pela atualização; é ela que provoca o movimento das redes de memória,

permitindo que a referência se construa discursivamente de modo diverso entre os interlocutores.

Se uma referência se situa no espaço em vermelho, significa que o efeito de correferência entre os três interlocutores estaria mais forte e que as redes de memória aproximaram-se mais. Consequentemente, acreditamos que quanto mais semelhantes sejam as redes de memória de cada interlocutor, maior a possibilidade de correferirem, variando os casos de correferência entre eles. Do “A” com o “B” em verde e vermelho, do “A” com o “C” em vermelho e amarelo, do “B” com o “C” do vermelho e azul. Podendo acontecer de, por exemplo, a referência para um interlocutor situar-se na zona de redes de memória mais aproximada das redes de memória de um interlocutor, e não de outro. Seria o caso de, por exemplo, de A se ver falando da “mesma” coisa que B diz, mas não que C diz, ou seja, o que estaria representado, na figura 01, pela cor verde.

Numa dada relação dialógica, as relações entre as redes de memória de um e/ou outro interlocutor são moventes e os campos de (ir)regularidades nessas redes tocadas ora aproximam-se (mais), ora afastam-se (mais), o que é responsável por deslocamentos referenciais entre um e outro, o que, a nosso ver, é responsável por provocar o efeito de indeterminação.

Devemos lembrar sempre que, por maior que seja a aproximação entre as redes de memória entre os interlocutores, ainda que seja entre todos eles, necessariamente, algo restará de fora, tendo em vista que eles não são, em suas experiências de linguagem, tocados do mesmo modo, pelas mesmas redes de memória, pelo interdiscurso. Por exemplo, para “A”, o(s) ponto(s) de contato com as redes de memória de outros interlocutores, seja(m) em vermelho, verde, ou amarelo, está(ão) em relação ao que permanece de fora da zona da intersecção e configura as redes de memória tocadas por um interlocutor e não por outro(s), o que consta em cinza da figura 01. Assim, como para “B”, o verde, o vermelho e o azul, pontos de toque com outros interlocutores, estão em relação àquilo que está representado em rosa, ocorrendo o mesmo com o interlocutor “C”.

Quanto mais aproximadas estejam as redes de memória, mais próxima do vermelho está a referência, ou seja, a correferência, e, logo, o efeito de encaixe, responsável pelo fato de os interlocutores se verem falando das “mesmas” coisas e “comunicando”. É possível “correferirmos” quando mobilizamos redes de memória mais aproximadas e que permitem a convergência maior de traços do referente. Quando estamos afetados por redes de memória mais aproximadas, temos a impressão, via funcionamento do imaginário, de uma

convergência perfeita, exata. Quando “correferirmos”, não é da ordem de um acaso. Isso ocorre em função da prevalência dos sentidos socialmente dominantes, possíveis/passíveis de serem (com)partilhados, contribuindo para a projeção de um maior efeito de determinação.

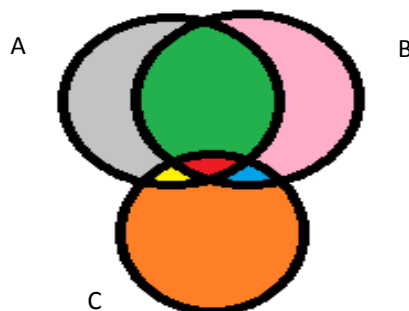
Porém, mesmo o correferir entre os interlocutores não é idêntico, porque está em relação, para cada interlocutor, com zonas das redes de memória não tocadas por outros interlocutores. Daí a existência sempre de pontos de deriva possíveis na referência. Mesmo aquilo que é “compartilhado” entre eles, é, pois, diferente de um para outro. Uns podem tocar mais redes de memória em comum do que outros. Assim, essas zonas de intersecção variam em tamanho. Quanto maior a zona de intersecção, maior o ponto de contato entre as redes de memória e maior a possibilidade de correferir. E mesmo isso não é estanque, por haver a atualidade movimentando esses campos e possibilitando os deslocamentos de referência, fazendo com que o correferir seja só um efeito, pois o que está de dentro, na intersecção, tem relação com o que está de fora dela.

Conforme afirmamos anteriormente, o acontecimento, marcado pelo imbricamento entre memória e atualidade, lida com aquilo que é/está sendo dito com aquilo que já foi dito, e mesmo com aquilo que ainda não foi dito, mas poderia ter sido dito, ou seja, o aspecto novo possível pela movimentação que atualidade ocasiona somado aos fragmentos de interdiscurso que comparecem nas redes de memória tocadas e “mexidas” na e pela atualidade, num movimento de aproximação e/ou de afastamento entre essas zonas, mostrando o aspecto móvel de toque entre essas redes de memória, permitindo um contínuo (des)estabilizar do sentido, conforme aproximem-se ou afastem-se as redes de memória tocadas por um e por outro.

Na atualização das redes de memória (a atualização está no movimento das redes de memória), entendemos haver a contribuição da enunciação, cujo irremediável caráter evanescente faz com que certos sentidos produzidos a partir das referências (re)conhecidas por um e outro interlocutores sejam irrecuperáveis, que alguns sentidos veiculados possam não ser (re)ditos.

A atualidade aumenta e/ou diminui a zona de intersecção, o que faz a intersecção variar e, logo, as referências construídas discursivamente também, o que podemos ver na figura que segue, a qual estaria representando um (outro) momento da instância discursiva de uma relação dialógica.

Figura 02 - Movência nas redes de memória



Diferentemente da figura anterior, a zona de intersecção entre os três interlocutores, representada em vermelho, é menor, mostrando haver entre eles pouco, ou quase nenhum contato, nesse momento da relação dialógica, entre as redes de memória que os constituem como (inter)locutores. Se considerarmos ainda que os interlocutores da figura 02 seriam os mesmos da figura 01, podemos pensar que, nesse momento da instância discursiva, as redes de memória sobre o referente em tela foram movimentadas pela atualidade de tal modo que a possibilidade de os três correferirem tornara-se menor.

Situando-se a referência na zona em vermelho, a figura 02 representaria o fato de os três quase não estarem lidando com a “mesma” referência, havendo uma maior aproximação, no caso, entre zonas das redes de memória entre A e B. Assim, nesse momento da interlocução, é possível que haja o efeito de que apenas A e B estariam, pois, se entendendo, se “comunicando”, ao passo que o interlocutor representado por C não compreenderia do que A e B estão falando, pois ele é afetado por uma pequena parcela das zonas da rede de memória mobilizadas pelos outros dois. O ponto de encontro entre “A” e “B” é maior do que em relação ao terceiro interlocutor. Daí a possibilidade de que eles correfiram com mais frequência/facilidade do que em relação a “C”.

Assim, a nosso ver, assim como acontece a compreensão entre “A” e “B”, pode haver, por parte de outro interlocutor, um não compreender; a possibilidade de se colocar como algo da ordem do real, de um impossível de simbolizar, e, portanto, de significar. Julgamos haver dizeres em que a equivocidade é tão acentuada que vai afetar a compreensão. Um interlocutor pode compreender de um modo outro, um sentido outro, mas pode também não compreender e os dizeres nele incidirem como real...

Há coisas que se colocam como da ordem do real. De um impossível de compreender, um intransponível, para o qual não há compreensão possível. Nesses casos, pelos interlocutores conhecerem o sistema linguístico, o efeito de encaixe parece-nos representar

uma interseção vazia de sentido, ou seja, envolve um aparente compartilhar de signos; aparente, porque não há compreensão, entendida no sentido de troca, de um “fazer laço”, não há (com)partilha de sentidos, um correferenciar.

As zonas de interseção variam nas relações entre os interlocutores. O que “A” e “B” “compartilham” (a parte que “C” não “compartilha” e não correferencia com eles), o que “A” e “C” “compartilham” (e “B” não “compartilha”) e o que “B” e “C” “compartilham” (e a parte que “A” não “compartilha”), evidenciando a possibilidade de “compartilharmos” não somente o que está socialmente estabilizado.

Se entendemos a possibilidade de uma referência ser (re)(des)construída na predominância do que está fora da zona de interseção para um interlocutor, demonstramos como, sob nossa perspectiva teórica, o sentido pode ser produzido de outra forma, sendo também possível fora da zona de interseção; o sentido é possível inclusive no não-sentido.

Por isso, cada um desses esquemas apresentados representa um momento, uma instância discursiva da relação dialógica, em que esses círculos movem. Eles não são estanques. Em outro momento, a cada atualidade, os círculos movem, o que mexe nas relações entre as redes de memória, e, logo, nas referências construídas discursivamente. Se a atualidade é responsável por provocar a “mexida” nas zonas das redes de memória dos (inter)locutores, aproximando-as ou as afastando, os círculos que representam as redes de memória são móveis, mostrando que estas são relacionais e também moventes, pois, conforme seja afetado por outras redes de memória, é possível que o interlocutor relacione com outras redes de memória e que isso (lhe) permita a circulação de outros sentidos e de (“outras”) referências⁷⁸.

A parte é sempre menor que o todo, que a área total. O todo é a soma de todas as possibilidades: de correferir na interseção com todos os interlocutores, com apenas alguns, ou ainda acreditar-se correferindo, mesmo não estando, considerando, inclusive, que, do ponto de vista do funcionamento da língua e do discurso, não estamos falando sempre exatamente das mesmas coisas. Do ponto de vista do imaginário, podemos até reconhecer que não estamos falando as mesmas coisas, ou ainda pode ocorrer que nos acreditemos falando das mesmas coisas, sem que, de fato, estejamos, porque, como o todo é o que permite o correferir e o que

⁷⁸ Elas sempre serão outras, pois nunca serão as mesmas já que há enunciação e sujeito envolvidos e o modo como a linguagem o constitui e funciona nele/para ele é diferente. Isso do ponto de vista do funcionamento discursivo sob olhar do analista. Quando falamos em *outra referência* queremos dizer do ponto de vista dos interlocutores, do predomínio do funcionamento do imaginário, da quebra do efeito de mesmo.

“fura” com essa possibilidade⁷⁹, ele mostra como o funcionamento da referência é relacional por abarcar inclusive o que não está nos sentidos (e nas referências) cristalizados socialmente, no regular, mas também no contingencial, e que vai nos permitir definir a in-determinação como deslocamento(s) referencial(is) possível(is) nesse funcionamento.

Além disso, segundo Agustini (2014)⁸⁰, a realidade social é movente, e dela, de toda parte que é social, há sempre uma zona de obscuridade. Entendemos que essa obscuridade é o que torna possíveis os deslocamentos de referência, ou seja, a in-determinação, pois o que entra num dado recorte da realidade está em contato com o que fica de fora.

Como dissemos, a evanescência da enunciação contribui para que os sentidos produzidos na (re)construção referencial se movimentem. A movimentação nas/das redes de memória faz com que certos sentidos produzidos a partir das referências (re)conhecidas por um e outro interlocutores sejam irrecuperáveis, que alguns sentidos veiculados possam não ser (re)ditos. Assim, certos traços da referência que podem comparecer para um interlocutor podem não comparecer para outro, por isso falarmos em in-determinação.

Para “B”, por exemplo, o que está fora das redes de memória em relação a “A” (cinza e amarelo) é responsável por, em certo sentido, permitir com que haja in-determinação, porque “B” não “compartilha” dessa realidade com “A”. Como as redes de memória de um para outro são diferentes, a construção da referência é também sempre outra, sempre única para um e para outro, fazendo com que certos traços da referência até possam ser “compartilhados”, determinados para os interlocutores, mas sempre em relação ao diferente, permitindo com que traços indeterminados dela sempre restem. Conforme sejam tocadas pelos (inter)locutores certas redes de memória, mais ou menos aproximadas, a referência, que se constrói discursivamente, vai sofrendo maiores ou menores deslocamentos, os quais, conforme compreendemos, estão relacionados à in-determinação na construção da referência.

Há sentidos que não são compartilhados socialmente, que não se encaixam nas redes de memória compartilhadas. No entanto, é preciso levarmos em conta que podemos passar a partilhar tais sentidos, caso contrário (re)produziríamos sempre a(s) “mesma(s)” referência(s)”, só poderíamos compartilhar o que está socialmente estabilizado. É preciso, pois, reforçarmos o caráter movente, a possibilidade de que algo que pertence a certas redes de memória de que não compartilhamos passe a fazer parte, em algum momento, de nossas

⁷⁹ Semelhantemente, consideramos que nem sempre se cumpre o fato de haver “comunicação” a despeito dos deslizamentos do sentido. Por isso que, segundo Orlandi (2012b), mesmo a falha significa.

⁸⁰ Essas considerações foram elaboradas pela Profa. Carmen Lúcia H. Agustini, em encontro de orientação realizado em 17/9/13.

redes de memória.

Assim, as zonas de intersecção revelam aqueles sentidos estabilizados socialmente entre alguns interlocutores. Os sentidos são socialmente (com)partilhados; podem ser compartilhados, situando-se na zona de intersecção; ou partilhados, passando, de algum modo, das redes de memória de um interlocutor para outro, nas experiências de linguagem. Essa passagem também não significa equivalência na (re)construção da referência de um para outro, mas de alguma forma a passagem de uma zona de rede de memória compartilhada para certo(s) interlocutor(es) para as redes de memória de outro(s) interlocutor(es), ainda que não exatamente da mesma forma. Isso conduz ao compartilhar, ao correferir.

Nas mais variadas experiências de linguagem vivenciadas a partir de certos lugares sociais em contato com outros interlocutores situados em outros lugares sociais, o interlocutor vai incorporando redes de memória de que não dispunha e passa a haver aí uma partilha referencial entre eles, fruto da migração de redes de memória de um(ns), passando a compor as redes de memória de outro(s), aspectos referenciais de uma rede de memória (de um interlocutor) para outra (de outro).

O enunciado *Eu vou para casa*, por exemplo, pode significar diferentemente, a depender das associações feitas pelas redes de memória mobilizadas nos e pelos interlocutores, como o que pode significar “casa” para cada um deles, conforme as filiações de sentido, as quais poderão fazer com que eles se reconheçam (ou não) como membros de um mesmo grupo e que se reconheçam falando (ou não) das mesmas coisas, mesmo que falando diferentemente.

Pensando no que se refere ao ponto de vista dos interlocutores, reconhecendo-se falando das mesmas coisas, ocorre o efeito de encaixe, ou seja, o efeito de mesmo, o imaginário de unidade, o qual relacionamos à ideia de determinação, ou melhor, o imaginário de determinação.

No entanto, a depender da relação discursiva, o mesmo signo, *casa*, por exemplo, pode estar funcionando, do ponto de vista dos interlocutores, indeterminadamente, revelando o não reconhecimento de estarem falando da mesma coisa. Diante disso, entendemos haver casos de (des)construção referencial, em que traços do referente mobilizados pelas redes de memória de certo interlocutor apontam para uma direção na construção referencial e, para seu interlocutor, esses traços apontam para outra direção.

O reconhecer-se ou não falando das “mesmas” coisas depende do lugar, no diagrama, no qual vai se situar a referência para cada interlocutor. Quando ela se situa na zona de não-

intersecção, acontece de o interlocutor poder reconhecer não estar falando da mesma coisa de que falam seus interlocutores, ou não, ao contrário de quando se situa na zona de intersecção. Todavia, consideramos ainda a possibilidade de que o interlocutor acredite estar falando a “mesma coisa” que seu interlocutor, embora não esteja. Decorrem disso deslizamentos do sentido em que um ou outro interlocutor sente vontade ou se sente responsável por fazer retificações, ratificações, ou dar maiores esclarecimentos, a fim de sanar equívocos, ou, do nosso ponto de vista, a fim de tentar cercar os sentidos que, como sabemos, não estão sob seu controle.

Entendemos, então, que, mesmo sob o prisma benvenistiano, a in-determinação ocorre como um funcionamento discursivo, porque a in-determinação, não associada a um ser no mundo, mas à referência, é significação. Assim, a questão da determinação e da indeterminação só vai se colocar em relação ao plano semântico, o plano da conversão da língua em discurso, na enunciação, ou seja, o plano do discursivo. Para Benveniste, essa questão só se coloca em relação ao plano semântico, porque é desse plano a (re)construção dos traços referenciais.

Por isso, assim como Pêcheux afirma que um enunciado é sempre passível de vir a ser outro, a referência é, para nós, sempre passível de vir a ser outra, porque vai mexer no sentido. A nosso ver, se um enunciado é passível de ser outro, em termos de sentido, é porque a referência é passível de ser outra. Daí o fato de concebermos a in-determinação como um deslocamento referencial.

Assim, para nós, a in-determinação funciona, como já afirmamos, através das aproximações ou distanciamentos entre partes das redes de memória, criando pontos de deriva possíveis na referência, os quais são responsáveis pelos deslocamentos referenciais para um interlocutor e para outro, ou melhor, através dos deslocamentos possíveis no recorte da realidade, deslocamentos esses que podem ser pensados a partir das imagens (dos diagramas) que apresentamos anteriormente.

Se a língua é representação, sua relação com a realidade não é direta, mas essa é, conforme Foucault (2012), uma construção, o que aponta, conforme compreendemos, para não-correspondência, para um recorte, alguns traços sempre permanecerão indeterminados, mesmo na determinação. Embora entendamos que a referência nunca será exatamente a mesma para um interlocutor e para outro, concebemos que o efeito de sentido de indeterminação ocorre, para eles, quando há um **acirramento** nesse deslocamento de referência. Certos traços são determinados, outros permanecem indeterminados. Assim, a in-

determinação pode ser concebida como efeito do recorte que a (construção da) referência produz, nesse recorte que é feito na (re)(des)construção da referência, mais especificamente ao deslocamento de referência.

A referência não é igual para todos, especialmente se pensada sob a perspectiva enunciativa, pois, sendo novo e irrepetível todo ato enunciativo, a referência sempre será, inevitavelmente, outra. Outra enunciação produz outras referências, dadas as relações que nela os signos contraem, daí a impossibilidade de correferirmos identicamente. O correferir identicamente, como mencionamos, estaria para a ordem do imaginário, de uma ilusão necessária para que o efeito pragmático de que o homem fala, - a comunicação - se cumpra⁸¹, pelas semelhantes redes de memória tocadas, as quais são responsáveis, como já afirmamos, pelo efeito de mesmo. Então, entendemos que, ao falar em “correferir”, parece-nos ser fazendo alusão a um direcionamento semelhante, por parte dos interlocutores, na construção dessa referência no discurso.

Conforme Benveniste (2005, p.55), “[é] claro que, com relação a uma mesma realidade, todas as denominações têm igual valor; o fato de que existem é, pois, a prova de que **nenhuma delas pode pretender o absoluto da denominação.**” Ao dizer que “as denominações têm igual valor”, entendemos que o autor refere-se à relação com a realidade, já que não são absolutas as denominações. Além disso, essa afirmação reforça o fato de que a noção de referência, embora se direcione para a realidade, não tem com esta relação direta⁸², tanto que são possíveis denominações diferentes para uma “mesma” realidade. Essas diferentes denominações resultam de posições de observação diferentes, de modo que as referências não são iguais.

Assim como esse autor afirma que cada cultura recorta a realidade a seu modo, julgamos que, se pensarmos a noção de discurso segundo os preceitos da AD, retomamos os conceitos de memória e atualidade. Assim, o contingencial da referência e, logo, a indeterminação, se marca não apenas na e pela atualização, pelo aspecto enunciativo (efêmero) que ela pode trazer, mas também pelas redes de memória mobilizadas por um e por outro, em dadas CPs e não em outras. Pensar, então, sobre a in-determinação como efeito de sentido entre interlocutores, envolve a “repetição” e “estabilização” de sentidos via redes de memória

⁸¹ Conforme compreendemos, nesse momento em que Benveniste (2006, p.84) menciona a possibilidade de “correferir identicamente”, ele não está criando uma contradição no interior de sua teorização, mas problematizando o funcionamento da linguagem na comunicação sob o ponto de vista dos interlocutores e não do linguista, ou ainda, como concebemos, do ponto de vista do imaginário.

⁸² Diferentemente da perspectiva de Lyons (1981). Para ele, a referência é relação direta entre a expressão e o que a expressão representa em ocasiões particulares de expressão. Semelhantemente a Ogden e Richards (*apud* LYONS, 1981), que empregaram o termo para qualquer objeto ou estado de coisas no mundo externo.

e as CPs, compostas pelo sócio-histórico-político e pelo “contexto imediato”, tendo em vista as referências que se (re)(des)constroem a cada atualização.

Como uma coisa é falar em termos de possibilidade e outra é falar da língua em uso, a referência, não sendo a mesma, vai sendo construída discursivamente de modo subjetivo⁸³ e social. Por isso, a in-determinação é relacional, é efeito de sentido, podendo advir de relações linguísticas inesperadas, manifestando-se em vários pontos da língua, o que evidencia certa liberdade do locutor, o qual, segundo Benveniste (2006), mobiliza a língua, mas sempre dentro de certos quadros, havendo certos limites, dada a questão da regra, mostrando como o locutor não é senhor da língua; ao contrário, está assenhoreado por ela, de forma que uma interpretação in-determinada pode advir de relações linguísticas inesperadas, ou seja, dissociadas de formas que, tradicionalmente, são relacionadas à indeterminação.

Diante da impossibilidade de tudo determinar ou de tudo indeterminar, entendemos que a indeterminação pode ser vislumbrada, como já esclarecemos, no batimento com a determinação, de modo que temos o efeito de in-determinação. Por isso, considerando-a como efeito de sentido, ela também é relacional com os outros sentidos. Essa concepção desloca a ligação do in-determinar com a forma, para pensar sobre a in-determinação relacionada como efeito de sentido do uso das formas, do uso da língua, as relações envolvidas nesse uso, porque o sentido é relacional, e sempre da ordem de uma contingência, de uma provisoriedade.

O efeito de in-determinação, como emergindo do sentido resultante das relações contraídas entre os signos, deve ser considerado como fundamentalmente relacional e dando abertura aos vários sentidos possíveis⁸⁴; logo, segundo já afirmamos, a in-determinação porta em seu bojo a impossibilidade de precisar haver completa determinação ou completa indeterminação, entendendo ser um determinar e indeterminar simultaneamente, configurando um batimento entre uma interpretação e outra, ou seja, determina indeterminando, indetermina determinando, fazendo com que sempre reste algo de indeterminado, o que nos leva a falar em in-determinação. Isso porque a in-determinação está ligada/relacionada, a nosso ver, ao funcionamento da referência no discurso, mais especificamente ao funcionamento da referência, conforme sejam, por exemplo, as redes de memória mobilizadas

⁸³ Entendemos o termo *subjetivo* aqui como não estando para a ordem da individualidade. Trata-se, antes, segundo a AD, de uma subjetividade não-subjetivista. Ela relaciona-se ao modo como o(s) (inter)locutor(es) vão sendo tocados pela linguagem, em suas experiências de linguagem, que são sociais, vivenciadas a partir dos lugares sociais em que se situam.

⁸⁴ Reiteramos que não se trata de uma proposta de trabalho com outro tipo de in-determinação, mas sim de uma ressignificação necessária quando migramos um conceito de um campo teórico a outro, isso porque o olhar, afetado pela “lente teórica”, é outro.

por um ou outro interlocutor, havendo maior ou menor força de in-determinação. Ou seja, ela será diferente para um e para outro.

Embora, inicialmente (nas primeiras versões deste texto), tenhamos adotado a escrita *(in)determinação*, com os parênteses, à medida que nossas teorizações ganharam corpo, passamos a adotar a forma hifenizada (*in-determinação*), por entendermos que os parênteses poderiam permitir uma leitura dupla (duas leituras): determinação ou indeterminação, ao contrário do hífen. Em nosso trabalho, não se trata de exclusão de um ou outro sentido, de modo que o hífen empregado não é excludente, significa um *e* (inclusivo): determinação e indeterminação, ou seja, o batimento entre os dois efeitos de sentido.

É determinação na indeterminação e vice-versa, de modo que, valendo-nos da metáfora saussuriana da folha de papel⁸⁵, entendemos que o mesmo se dá com a in-determinação, não havendo determinação e/ou indeterminação isoladas; tocando uma, tocamos a outra. Empregamos o hífen para demonstrar o aspecto relacional entre esses efeitos de sentido, que são constitutivos. Por mais que o interlocutor produza uma interpretação, ou seja, que dê um sentido (determinado ou indeterminado), esse sentido nunca é completo. Por mais determinada que pareça uma referência, alguns traços dela permanecem indeterminados e vice-versa.

1.3.1.2 O aspecto relacional da in-determinação

Se até o momento talvez não esteja clara a diferenciação que propomos com a nomenclatura in-determinação, este é, finalmente, o tópico em que pretendemos aclarar porque assim procedemos. Embora possa haver, para nós, indícios suficientes de que seja possível falar de completa indeterminação, ou completa determinação, isto é, o que temos, é, de fato, a in-determinação, é preciso, segundo Benveniste (2005) pedir ao óbvio, à evidência que se explique, se justifique. E tal é o que intentamos fazer neste tópico.

O fato de verificarmos formas linguísticas variadas que podem expressar a in-determinação reforçam nossa ideia de que ela é um fato discursivo, e que deve ser pensada como estando para a ordem da relação entre essas formas, das redes de memória, das CPs e do aspecto enunciativo da atualidade, e isso muda a ideia de indeterminação, reforçando o emprego do hífen, estando isso em contraposição ao que se pensa(va) sobre a indeterminação, como previamente apresentado. A nosso ver, é preciso, então, não a entender meramente

⁸⁵ Cf. Saussure (2011).

como um fato linguístico, o que significaria tratá-la como imanente à língua, e sim compreendê-la como relacional: na relação entre os signos da língua, entre interlocutores, e afetada pelas CPs em que emerge no discurso. Portanto, in-determinação estará em variância.

Por isso, da mesma forma como, a partir de Saussure (2011), não procede pensar os signos linguísticos isoladamente (já que o próprio valor do signo é relativo, negativo e opositivo), compreendemos que restringir a in-determinação ao emprego de formas e mesmo tentando considerá-la pensada em relação aos demais elementos do enunciado significa reduzi-la ao emprego de formas, à intencionalidade, sendo que, para nós, ela é um efeito de sentido possível, estando em relação, inclusive com outros aspectos, além dos demais signos linguísticos. Desse modo, também a indeterminação deve ser pensada de modo relativo, ou seja, como negativa, opositiva e relacional. Negativa, porque não existe *a priori*, ou seja, de antemão, ela não está sempre já lá, intrínseca às formas linguísticas. Relacional, porque, assim como um signo está em relação a outros signos, a in-determinação está em relação a outros sentidos; ou ainda, ela depende da relação entre as formas em dadas instâncias discursivas. Opositiva, porque se relaciona a outros efeitos e, apesar disso, foi esse o efeito que surgiu, o in-determinado, em detrimento de outros, já que, do ponto de vista do imaginário, é possível, para os interlocutores, que haja completa determinação e que eles possam pensar: “É exatamente disso que eu falava”.

Se entendemos que é no ato de fala, segundo Saussure (2011), que se tem o valor do signo linguístico, é no e pelo discurso que, a nosso ver, esse signo pode produzir certos efeitos de sentido, como o da in-determinação. Assim, entendemos não haver “formas de indeterminação”, prova disso é que, mesmo um “eu”, que vem de um locutor e que pode se referir a ele, pode ter caráter in-determinado, fazendo diferentes recortes na referência, a qual pode incluir o locutor ou não, podendo, por exemplo, referir-se a outrem⁸⁶; ou ainda que inclua o locutor, também pode haver deslocamentos referenciais nos próprios recortes que são feitos sobre esse locutor, fazendo com que a in-determinação aí seja possível.

Isso nos permite reafirmar, como pressuposto teórico, que a in-determinação é um fato discursivo que, como muitos outros, surge da relação entre os signos e da construção discursiva da referência, não estando, por isso, propriamente na forma, e que parece apontar

⁸⁶ Imaginemos a situação em que um professor diz “Eu sou um professor estressado”, mas o diga ironicamente, referindo-se, por exemplo, a um colega de trabalho. Nesse caso, o pronome “eu” não estaria se referindo ao locutor e a in-determinação poderia surgir da interpretação de quem ouvisse tal fala. Poder-se-ia interpretar como se referindo ao interlocutor, ou a outrem. Como podemos perceber, alguns traços podem ser determinados (o *eu* não se refere ao locutor, mas pode ser, igualmente a ele, um professor), e outros permanecem indeterminados (se não se refere a ele, a que interlocutor ele se refere?), podendo decorrer disso o efeito de in-determinação.

para algo diferente do que um propósito de indeterminar ou porque não se conhece o referente ou porque não se quer determiná-lo.

Falamos de in-determinação como efeito pensando que ela é relacional, ou seja, está em relação também com outros sentidos, com o determinado. Reforça-se, portanto, o fato de falar em in-determinação, ou seja, é no batimento com outros sentidos que a indeterminação se manifesta. Ela não é o sentido, mas está sempre em relação com outros sentidos possíveis, tanto que é no batimento que se estabelece. Não haveria, portanto, a indeterminação, mas in-determinação.

Como ela nos parece resultar das relações que as formas contraem no discurso, entendemos que a in-determinação não está exclusivamente no enunciado em si. Ela é o efeito de sentido que resulta dessas relações, não sendo um sentido posto igualmente para os variados interlocutores, tanto que uma forma pode ter interpretação indeterminada para uns e não ter para outros, a depender das relações discursivas travadas inclusive com outros enunciados, de outros interlocutores, conforme as condições de sua produção. Se a indeterminação fosse propriamente o/um sentido, essa variância não haveria; como efeito de sentido, ela pode emergir para uns interlocutores, a partir de determinados dizeres, e não para outros.

Portanto, não lidando exclusivamente com a identificação de formas tidas como indeterminadoras, concebemos a indeterminação como efeito semântico, pensando que tal efeito pode se dar, na verdade, na relação dos (inter)locutores com o discurso e(m) seu funcionamento, atrelada a aspectos sociais, históricos referentes às CPs, demonstrando que ela seria, pois, efeito de sentido, e não propriamente o sentido (sendo que este apontaria) para uma univocidade. Portanto, como já afirmamos, a AD3 e aspectos da Teoria da Linguagem benvenistiana configuram-se como lugares teóricos nos quais é possível trabalhar com a in-determinação como sendo da ordem de um efeito, especialmente, por podermos problematizá-la levando em conta aspectos relativos ao sentido.

A in-determinação seria um efeito semântico (como resultado de uma relação linguística e discursiva), ou melhor, como efeito de sentido e implicada ao ato de sua produção. Por isso, sendo relacional, não pode residir unicamente na forma, a qual não garante, por si só, uma interpretação indeterminada, mas no uso da língua, lembrando da afirmação benvenistiana de que o emprego das formas é algo diferente do uso da língua. Para reforçarmos esse argumento, retomamos os enunciados de (01) a (03) apresentados

anteriormente, os quais nos permitem visualizar a indeterminação como não sendo intrínseca a certas formas.

(01)

De volta ao ensino médio - 27 de junho de 2011 | 23h23min

Grupo que deixou escola há 10 anos faz prova para saber o que lembra das matérias.

Pense rápido: o que você estava fazendo dez horas atrás? E há dez anos? Edison, Paulo, Joatan, Wilson, Silvia e Tarsilla lembram que em 2000 estavam no ensino médio. Mas o que estavam estudando e o que ficou na memória? Para responder a essa questão, o **Estadão.edu** pediu aos seis que fizessem um teste com 15 questões de disciplinas no ensino médio, preparado pelo coordenador do colégio Oswald de Andrade, André Meller (*veja abaixo as perguntas e respostas*).

(02)



Leonardo Koppes - 2 de Julho de 2011 | 12h33

Comentado em: **Na faculdade, conteúdo do ensino fundamental**

Que visão absurda, Guilherme. Quer dizer que ensino superior é coisa de elite? Que o aluno de escola pública que não teve acesso à um conteúdo satisfatório no ensino fundamental deve se dobrar ao destino e nunca almejar outro patamar social? Presta atenção no que você escreve, meu caro. [...] Na Korea, todo o país está focado em educar os seus jovens, sejam eles pobres ou não. Aqui ainda se vê pessoas escrevendo o que você escreveu sem ao menos se ruborizar, achando que isso é o correto. Tenha santa paciência, heim.

(03)

Uma **D. Maria** chega e manda a gente sair de lá.

A cibernotícia em (01) e o comentário em (02), nos quais o pronome *você* oscila entre uma interpretação determinada e uma indeterminada, e o enunciado em (03), em que há um nome próprio permitindo uma interpretação in-determinada, mostram como uma forma linguística pode, numa dada instância de discurso, adquirir nuances semânticas distintas, podendo, inclusive, indeterminar ou não. Isso evidencia que a in-determinação não está propriamente nas formas, não é “o sentido” contido nas formas, não é um sentido estabelecido como somatório, de modo composicional. Mas é efeito de sentido. Considerá-la desta forma significa entendê-la não propriamente como “o sentido”. Seria efeito de sentido produzido

entre interlocutores, radicalizando o caráter relacional desse fato discursivo, seja no que diz respeito aos signos e aos interlocutores, seja com relação às CPs.

Quando mencionamos o aspecto relacional concernente às CPs é porque a interpretação in-determinada pode advir conforme sejam as condições histórico-sociais da atualidade de um discurso, podendo ocorrer em maior ou mais força, conforme julgamos acontecer na tirinha:

(05)⁸⁷



FONTE: **Escola da Previdência Social.** Disponível em:

<<<http://escola.previdencia.gov.br/dicas/dica30.html>>> Acesso em: 23 jan. 2011

Embora, em certas CPs, o pronome “isso” possa levar à interpretação determinada, sendo pensado, por exemplo, como um dêitico, a tirinha ilustra uma situação em que, para o menino, esse pronome poderia estar permitindo interpretação in-determinada, o que evidencia, a nosso ver, o aspecto relacional da in-determinação no que concerne às CPs. Na tirinha, quando o menino menciona o termo “isso” referindo-se à D. Maria, esse termo ajuda a veicular traços determinados e indeterminados, o que pode ser minimizado em outros casos, em que essa “mesma” forma poderá ter prevalência de interpretação determinada. Ao referir-se à D. Maria como “isso”, é criada uma referência ancorada na enunciação, ou seja, uma referência dêitica, remetendo à figura da senhora que é visualizada pelo menino, a qual, a princípio, não poderia ser chamada por “isso”.

O menino, de certo modo, por meio da utilização do pronome “isso”, vem a caracterizá-la, pois se questiona sobre a feminilidade da mulher, como uma maneira de afirmar que ela não tem feminilidade, numa época de muito apelo à vaidade; mas, como não

⁸⁷ Resguardadas as especificidades do fato de a tirinha ser uma produção artística (por entendemos que, visando a analisar ocorrências efetivas de produção de discurso, ela seria uma criação), ela é trazida aqui pela semelhança com o que acontece na linguagem ordinária em termos de funcionamento da in-determinação, mas não desconsideramos as diferenças entre a tirinha, que é uma produção artística, e o uso ordinário da língua na produção de discurso.

foi exatamente explicitado o que seria o “isso” que ele menciona, algo permanece em aberto sobre o que poderia se enquadrar nessa percepção (podendo ser algo como “essa coisa estranha”, “isso que não parece uma mulher”, entre outras), de modo que algo permanece indeterminado a despeito de alguns traços determinados, como o fato de se questionar sobre a feminilidade dela, o que nos parece deixar entrever que a mulher em questão lhe causa estranhamento e o tom depreciativo ao qual se poderiam associar traços determinados. O menino questiona-se quanto à feminilidade de D. Maria, e isso está determinado, ao se referir a ela como “isso” e revela, simultaneamente, algo de indeterminado, podendo significar que ele não sabe o que é a D. Maria, mostrando estranheza à figura/imagem daquela mulher.

Em alguns casos, em algumas enunciações, conforme sejam as CPs, o “isso” não estaria relacionado à interpretação indeterminada, tendo sido essa interpretação atenuada diante do efeito de mesmo, do correferir. Entendemos que essa interpretação na tirinha tem a ver com as CPs, pois esse dêitico está vinculado não só às condições imediatas da situação enunciativa em que o enunciado foi proferido, mas também ao próprio estereótipo de feminilidade vigente numa dada época, num dado local, sendo que, para o menino, a D. Maria não se enquadraria nesse estereótipo. Haveria, aqui, certas redes de memória que podem estar comparecendo, como, por exemplo, advindas do que se diz no discurso machista que associa a mulher a características como vaidade, delicadeza, fragilidade, entre outras. Assim, a referência relacionada a “isso” faz certo recorte dessa “realidade” apontando para traços outros, características outras que o “isso” permite recortar diferentemente, deixando ainda certos traços in-determinados: Se “isso” não é uma mulher, isso seria o quê?

Quanto ao aspecto relacional concernente ao signo e aos interlocutores, entendemos ser porque a interpretação in-determinada vai ser possível na relação entre os signos e vai ser in-determinada para uns interlocutores⁸⁸ e não para outros, conforme pensado a partir dos enunciados a seguir:

(06)

Uma hora eu te ligo.

⁸⁸ Os interlocutores podem ser considerados parte das CPs, porque, em uma prática eles vão ocupar uma posição discursiva e, em outras práticas, outra. No entanto, é importante separá-los para mostrar a implicação que isso tem em nosso trabalho, para a interpretação da in-determinação. Embora eles sejam parte das CPs, porque, numa prática discursiva específica, eles vão ocupar certo lugar social, estamos considerando-os separadamente por causa da implicação que eles têm na interpretação in-determinada, a depender das redes de memória que os constituem, das posições sociais e discursivas em que se colocam.

(07)

No dia 28/12/11 por volta de 17:20h, a guarnição “Tático Móvel” composta pelo Sd PM João, Sd PM José e Sd PM Pereira quando de patrulhamento próximo a uma **residência suspeita de ser local de tráfico de drogas**, observaram quando o autor “João camilo” fazia contato com o autor “Rodrigo” no portão da citada residência e quando estes avistaram a guarnição “Tático Móvel”, saíram correndo sentido aos fundos da residência **jogando algo (porção de maconha)** ao solo, sendo estes abordados juntamente com o menor infrator “Lucas” nos fundos da citada residência.⁸⁹

O enunciado (06) ocorre entre um casal que, habitualmente, conversa ao telefone às 13h. Consideramos que, para uns interlocutores, a interpretação desse enunciado poderia ser referente a “uma hora qualquer”, “qualquer hora dessas”, ou ainda “às 13h”, podendo ter efeito ambíguo, haja vista que há possibilidades de referência que podem ser recortadas diferentemente por um e outro interlocutor. Nesse caso, não chega a haver dispersão⁹⁰ na(s) possível(is) referência(s), como ocorre com a vagueza, a indefinição, a ponto de não ser possível precisar uma referência específica **possível**. Temos a possibilidade de recortar certos traços de um possível referente, deixando de fora outros, ou seja, a in-determinação nesse processo, leva a mais de uma possibilidade de referência. No entanto, entre os dois interlocutores em questão, no telefonema, não há essa in-determinação, pois sabem estarem se referindo a um telefonema a ser feito às 13h, horário acertado entre eles. Mas, mesmo assim, os dois riem ao perceberem o efeito in-determinado de tal enunciado, o que estaria comprometendo o combinado entre eles. Isso reforça o aspecto relacional do efeito de in-determinação entre os interlocutores em questão.

Já o exemplo (07) mostra como a in-determinação pode ser pensada como relacional a partir dos signos porque, num momento, o termo “algo” parece ter sentido⁹¹ in-determinado, porque guarda certos traços indeterminados, tanto que segue a esse termo a determinação por sua relação/especificação com a expressão “porção de maconha”, que, de certo modo, também porta certa força in-determinadora pensando que, para alguns interlocutores, “maconha” pode ter também interpretação in-determinada, cujo uso associado ao emprego de “algo” pode revelar o desconhecimento de que aquilo seria, de fato, maconha, ou ainda que poderia estar relacionado ao fato de o policial não poder, para se resguardar, afirmar categoricamente ser uma porção de maconha.

⁸⁹ Esse exemplo nos foi gentilmente cedido por Roselaine das Chagas, a quem agradecemos.

⁹⁰ Entendemos o termo dispersão como “um monte de coisa, um não chegar a nenhum”, uma profusão de traços referenciais que impede o “fechamento” referencial.

⁹¹ Quando afirmamos que uma forma “parece ter sentido”, não estamos atribuindo esse sentido a uma inerência própria à determinada forma, mas a um sentido que ela ajuda a promover na relação com outras formas.

Nesse sentido, a in-determinação é relacional conforme sejam os interlocutores, o que provoca, como os outros aspectos relacionais, uma variância maior ou menor na força de in-determinação, conforme sejam, por exemplo, as redes de memória tocadas/acionadas por um e por outro, como também foi notado na tirinha apresentada anteriormente.⁹² Essa variância revela que a in-determinação, sendo efeito de sentido produzido entre interlocutores, está relacionada à interpretação que eles podem fazer. Assim, é possível que o sentido in-determinado se coloque para um sem que isso necessariamente se aplique a outro.

Essa variância na forma in-determinadora está atrelada, a nosso ver, ao funcionamento do imaginário, quando nos reconhecemos (ou não) falando das mesmas coisas. Enquanto, para um interlocutor, a in-determinação pode se colocar como uma interpretação, para outro, a referência, logo, o sentido pode estar completamente determinado.

Pensar sobre a in-determinação como estando para a ordem do sentido implica pensá-la como algo relacional e que produz efeitos, permite entendê-la como efeito que se delineia na simultaneidade com a determinação, ou seja, no batimento entre essas interpretações (determinada e indeterminada), e não a exclusão de uma ou de outra. Portanto, determinação e indeterminação são lados da mesma moeda. Não há limites definidos a fazer fronteiras. O que determina, determina para certo (inter)locutor; determina numa certa situação, mas não em outra; determina alguns traços, mas não todos; e o mesmo se dá com a indeterminação. Assim, segundo Pêcheux (2008), como não há *o discurso*⁹³, entendido como unívoco, homogêneo, fechado, não há *a indeterminação* necessariamente vinculada a uma forma, a um trecho, mas no sentido como um todo, embora relacionada a algumas formas.

Se assim conseguimos hipotetizar acerca da in-determinação é porque o objeto de estudo nos permite ver isso a partir do lugar teórico em que ora nos situamos, ou seja, num estudo semântico da in-determinação, o que não invalida o que foi feito sobre o assunto, nem outras formas de olhá-lo; não significa preterir uma teoria em detrimento de outra; significa procurar captar o que o objeto de estudo parece reclamar ao nosso olhar.

Traçado esse panorama sobre o modo como ressignificamos a in-determinação a partir do nosso ponto de vista teórico, cumpre-nos esclarecer/retomar que as considerações teóricas têm implicações metodológicas no estudo da in-determinação do ponto de vista da AD

⁹² Esses aspectos relacionais foram abordados separadamente a fim de detalhar a atuação de cada um deles, haja vista que, em funcionamento, essas condições têm, simultaneamente, implicações nos modos de dizer.

⁹³ A noção de interdiscurso, problematizada por esse autor, permite romper com a concepção, característica do senso comum, de “discurso do operário”, “discurso do patrão”, entre outros. Como não há discurso unívoco, homogêneo, fechado, que não fosse fechado por um outro, só vamos poder falar em interdiscurso. Portanto, fica barrada a possibilidade de realizarmos o fechamento que as classificações fazem.

(lembrando de alguns aspectos ressignificados da teoria benvenistiana). Portanto, a in-determinação passa a ser entendida como efeito de sentido possível. Diante disso, há que considerarmos, como já afirmamos, a enunciação que a atualidade comporta. Sendo a enunciação irrepetível, resta-nos analisar o efeito de in-determinação pela via do enunciado e levando em consideração a materialidade discursiva em questão, pois, segundo Orlandi (2012b), essa materialidade deve ser levada a sério e dela devemos partir (ela deve ser o ponto de partida), porque é exatamente ela que dá o fundamento para a análise, pois tem relações no/do modo como se diz em certa prática discursiva.⁹⁴

Se o modo de dizer é afetado pelo processo discursivo, é possível pensarmos, quanto à in-determinação, que uma mesma materialidade linguística tenha efeitos diferentes, e ainda que o fato de uma forma, comumente interpretada como determinada, chegar a ter, em alguns casos, interpretação indeterminada leva a falar em in-determinação, reforçando o fato de que uma mesma forma pode determinar e indeterminar, ou melhor, pode in-determinar e é por isso que, diante de uma mesma materialidade linguística, uns podem interpretar de um modo e/ou de outro.

Assim, a concepção de in-determinação volta-se para a questão de efeito de sentido produzido na e pela materialidade, conforme sejam as CPs do discurso, cuja atualização promove a in-determinação como um efeito de sentido possível. Daí o fato de olharmos para a in-determinação como não associada a formas específicas, mas sem perdê-las de vista, contemplando aspectos linguísticos, trabalhando a partir do que a materialidade nos permite dizer. Embora a in-determinação não esteja intrínseca à forma, podendo ser pensada como mais diretamente relacionada ao uso da língua, ela não deixa de ser emprego da forma, porque é na materialidade linguística que a in-determinação deixa marcas e sobre essa materialidade que sua referência in-determinada se constrói, mas devendo ser pensada na materialidade discursiva.

Assim, os comentários às cibernotícias não estão lateralmente neste trabalho, não são meramente ilustrativos, e sim relevantes para pensar sobre a in-determinação. Eles não são mero suporte, de modo que, conforme mencionado na introdução deste texto, buscamos o funcionamento do efeito de in-determinação nos comentários às cibernotícias, pensando-os como constituído de modos de dizeres específicos produzidos na e pela materialidade, a qual

⁹⁴ É por isso que as afirmações que fazemos neste trabalho aplicam-se à prática discursiva dos comentários sobre cibernotícias, ao que a materialidade discursiva dessa prática nos permite afirmar, significando que pode não se aplicar a outras práticas.

tem afetações no modo como (se) diz nessa prática⁹⁵. Os comentários não são exemplificações de regra, ilustrações da indeterminação, e sim parte da construção desse fato discursivo que aqui observamos, o qual tem implicações na e da materialidade discursiva, sendo que esta revela importantes aspectos para pensar sobre a in-determinação, levando-se em conta principalmente as implicações que as especificidades do espaço discursivo em questão tem em como a in-determinação se configura na prática discursiva em questão.

Assim, o ciberespaço, como espaço discursivo, e mesmo os próprios comentários, como prática discursiva viabilizada/produzida nesse espaço virtual, não são meros suportes, eles constituem CPs dessa/nessa prática; logo, o modo de dizer muda. As características, o funcionamento, as possibilidades do espaço e do discurso produzido em meio virtual fazem parte e influenciam o modo como se diz nos comentários às cibernotícias e, mais ainda, o funcionamento da in-determinação em tais comentários. Por isso, no capítulo a seguir, abordamos detidamente o ciberespaço e, mais especificamente, os comentários às cibernotícias.

⁹⁵ Além disso, como afirmarmos anteriormente, foi a partir dos comentários que começamos a (re)pensar certas questões a respeito da in-determinação.

CAPÍTULO 2

OS COMENTÁRIOS ÀS CIBERNOTÍCIAS

2.1. O ciberespaço

O computador, como recurso tecnológico, viabiliza a criação e o funcionamento do espaço virtual que é a internet, a qual não se configura somente como uma mídia social, mas também é reconhecida pelas inúmeras práticas discursivas que oportuniza, possíveis pelo notório espaço discursivo que ela cria. Dentre essas práticas discursivas situam-se, por exemplo, os comentários às cibernotícias. A internet cria o espaço virtual no qual os comentadores se inscrevem a partir de comentários.

Por isso, antes de apresentarmos propriamente nossas considerações quanto aos comentários às cibernotícias, discorreremos sobre alguns aspectos desse espaço, o virtual, no qual tais comentários se inscrevem, haja vista que esses aspectos afetam o funcionamento desses comentários e têm implicações diretas no modo de dizer nesse espaço discursivo e na prática discursiva dos comentários.

Sobre a noção de espaço discursivo, Maingueneau (1997) esclarece que

O “espaço discursivo”, enfim, delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados. Este é, pois, definido a partir de uma decisão do analista, em função de seus objetivos de pesquisa. (MAINGUENEAU, 1997, p. 117)

Embora uma leitura dessa definição do autor possa levar a crer que o analista possa definir tal conceito segundo seu propósito, ela não nos habilita a dizer que a noção de *espaço discursivo* possa ser “qualquer coisa”. Por isso, embora reformulando tal noção, tentamos nos manter nos limites do conceito proposto pelo autor, mas fazendo certas alterações necessárias afins ao nosso ponto de vista teórico e à contemporaneidade, haja vista que a escrita dessa definição foi feita antes do advento da Internet, especialmente do modo como a conhecemos hoje.

Com o aprimoramento e a difusão dos computadores pessoais (de mesa) e criação dos aparelhos portáteis como *notebooks*, *tablets*, celulares, entre outros, houve uma mudança no

perfil da internet, que passou a estar mais disponível em diversos ambientes, mudando até mesmo a interatividade entre os usuários e a relação com os “fatos” noticiados e as notícias, os quais se tornaram não apenas mais acessíveis, mas também, considerando o anonimato e o efeito de face protegida somados a essa acessibilidade, mudaram a relação com a maneira de opinar sobre elas, sobre os “fatos”.

Então, estamos, a partir da terceira época da AD pecheuxiana, reformulando esse conceito (o de “espaço discursivo”), numa tentativa de (re)construir a noção de espaço discursivo a partir da definição de Maingueneau (1997). Percebemos que essa definição elaborada por ele lida com conceitos relacionais, como os de “espaço discursivo”, “campo discursivo”, “formações discursivas”, os quais têm, segundo ele, “relações privilegiadas para a compreensão dos discursos” e que é definido pelo analista conforme seus objetivos de pesquisa. Isso nos permite compreender que tal definição depende do tipo de material, do próprio material e dos objetivos do pesquisador com a análise e constituem-se uma decisão a ser tomada teórica e analiticamente.

Portanto, com base na definição desse autor, a noção de espaço discursivo que aqui empregamos não é definida de antemão, podendo ajustar-se ao trabalho do pesquisador. Assim, o modo como concebemos, neste trabalho, a noção de espaço discursivo também é uma construção teórica nossa, fruto de nossas escolhas e posturas empreendidas por nós como pesquisadores.

Assim, a definição de espaço discursivo com que lidamos parte dessas afirmações desse autor, mas promovendo nelas certo deslocamento, sendo o principal deles o afastamento da relação direta com as formações discursivas, já que, pautando-nos em Pêcheux, essa relação se desfaz verificado o esfacelamento entre os limites de uma formação discursiva e de outra (havendo, na verdade, o entrecruzamento entre elas). Entendemos que, assim como, para Foucault (2009), cruzam-se as práticas discursivas, podemos afirmar, a partir de Pêcheux, que também se cruzam as supostas formações discursivas, não havendo, pois, razão para mantermos esse conceito em nossa definição de espaço discursivo.

Para nós, espaço discursivo (espaço de produção de discurso) é feito de discurso. É espaço de produção de discurso. Se é feito de discurso, é constituído de materialidade discursiva⁹⁶. Assim, o conceito de espaço discursivo permanece relacional, haja vista que é afetado pelas características desse espaço discursivo, como as condições de produção de discurso que se revelam na materialidade que o constitui. Dessa forma, concebendo, em

⁹⁶ O discurso constitui-se na e pela materialidade discursiva.

sentido amplo, o ciberespaço como espaço discursivo, ou seja, um espaço para produção de dizeres em uma ou outra prática, entendemos que as características de seu suporte (o computador, a internet e a relação do comentador com a máquina etc.) compõem-no como espaço discursivo e afetam diferentemente as práticas discursivas que ele possibilita, as quais, por sua vez, atualizam as redes de memória e, logo, a materialidade discursiva, evidenciando o aspecto heterogêneo que caracteriza o espaço discursivo. Mas esse aspecto heterogêneo se funda pela diversidade de práticas e mesmo de espaços discursivos que congrega.

O próprio ciberespaço, portanto, tem recortes. Não é um espaço discursivo como um todo. Ele é um espaço discursivo que comporta espaços discursivos dentro de si, porque ele vai ser dividido também. Podemos falar que o ciberespaço é um espaço discursivo dividido, que vai comportar diferentes espaços. As práticas discursivas diferenciadas que esse espaço congrega fazem com que ele seja heterogêneo.

O espaço virtual corresponde a um espaço de dizer; no nosso caso, esse espaço maior é virtual, o ciberespaço. Comportando vários lugares para dizer. Esse agrupamento de lugares para dizer, em um mesmo espaço (o ciberespaço), permite-nos pensar na noção de espaço discursivo em sentido mais restrito, falando, então, em espaço discursivo político, jurídico, dentre outros, ou seja, o espaço para dizer coisas jurídicas, o espaço para dizer coisas políticas etc.

Em sentido restrito, e pensando sua relação direta com as práticas discursivas, entendemos que o espaço discursivo é constituído e delimitado por redes de memória que produzem sentidos dominantes, redes estas que vão ser atualizadas nas práticas. Em função da prática, que atualiza redes de memória e materialidades discursivas, é que podemos dizer se certo discurso produzido nessa prática se filia a um espaço ou a outro.

Espaço discursivo e redes de memória relacionam-se, pois podemos estar no espaço discursivo político e usar, por exemplo, um provérbio cujos sentidos são circulantes no espaço religioso, levando-o para outro espaço. Para exemplificar, podemos citar o enunciado “É dando que se recebe”, o qual desloca do espaço religioso para o político. Considerando a elipse desse enunciado, no político, o termo ou a expressão a preenchê-la não direcionam para as mesmas coisas a serem dadas e recebidas. Enquanto, no espaço religioso, é dando bênçãos que se recebem bênçãos, é dando amor que se recebe amor, é dando caridade que se recebe caridade; no político, é dando propina que se recebe benesses, é dando dinheiro que se recebem votos, dentre outros.

O modo como a (re)(des)construção discursiva da referência vai sendo feita, ou seja, envolvendo o “preenchimento” dessas elipses, vai sendo afetado pela movimentação das redes de memória que migram de um espaço a outro.

Os sentidos migram, mas não do mesmo modo. Porém, os reconhecemos como migrando de outro lugar. Quando os dizeres e sentidos dominantes migram de um espaço para outro, não vêm exatamente do mesmo modo. É com se as redes de memória fossem esquadrinhadas, como se pudessem se mover de um espaço para outro, produzindo diferenças. Os sentidos migram de um espaço para outro e vão ser ressignificados pelas próprias redes de memória mobilizadas (de modo mais ou menos aproximado) pelos interlocutores, redes de memórias estas relacionais e moventes, como traçado no capítulo 1.

Cumprе ressaltarmos ainda que, assim como Pêcheux abandona a noção de FD pela ideia de homogeneidade que ela veicula⁹⁷, falamos aqui em espaço discursivo em sentido restrito não de modo homogêneo, mas já preconizando o toque, o entrecruzamento com outros espaços, tendo em vista que falamos em redes de memória, as quais são sempre relacionais.

Desse modo, de nossa parte, consideramos o ciberespaço e o espaço das cibernotícias (e os sentidos dominantes que elas recortam) como espaços discursivos, sendo o primeiro constituído de diferentes espaços discursivos e mesmo de diferentes práticas discursivas (sendo, por isso, heterogêneo); ele abriga as práticas de modo a colocá-las em relação de coexistência. Assim, um mesmo espaço discursivo comporta diferentes práticas discursivas. Um espaço discursivo como o jornalístico pode comportar práticas de reportagem, de entretenimento, de notícias, de comentários esportivos, ou políticos, entre outros.

Assim, quando pensamos nos sentidos dominantes que uma cibernotícia pode recortar, por lidarmos aqui com cibernotícias políticas (esse é o recorte empreendido no material), pensamos o político (no sentido governamental) como um espaço discursivo e essas cibernotícias políticas como uma prática discursiva afiliada a esse espaço discursivo do espaço discursivo *ciberespaço* e os comentários como uma prática específica deste espaço produzida e, em certo sentido, dirigida pela prática das cibernotícias. Essa nossa tomada de decisão não compromete a possibilidade de compreendermos as cibernotícias como uma prática discursiva. Sobre isso, pontuamos a existência de dois caminhos possíveis para pensarmos as cibernotícias, sendo o primeiro deles em relação à produção de discurso que elas veiculam, podendo ser consideradas prática discursiva do jornalismo virtual, e, em

⁹⁷ Ao falarmos em sentidos dominantes, estamos, com base em Pêcheux, e, nesse caso, abandonando o conceito de formação discursiva, tendo em vista que não há fronteiras específicas a determinar o(s) limite(s) entre as formações discursivas, as quais são, por isso, constituídas pela heterogeneidade.

segundo lugar, relação à produção de discurso que elas suscitam (como os comentários) envolvendo, inclusive, certos sentidos dominantes, podendo ser consideradas nesse caso, espaço discursivo.

Portanto, na ressignificação que fazemos, o conceito de espaço discursivo parece ter, em nosso trabalho, duas acepções: uma que nos permite referir ao ciberespaço como espaço de produção de discurso, um espaço que abriga as práticas de modo de colocá-las em relação de coexistência; e outra que nos permite referir às cibernotícias políticas, como um espaço que direciona sentidos dominantes.

Antes de nos debruçarmos sobre as especificidades da prática que nos interessa neste trabalho, os comentários, e mesmo antes de falarmos de outra prática discursiva que os viabiliza, as cibernotícias, precisamos conhecer um pouco mais sobre esse espaço discursivo em sentido amplo, o ciberespaço, que nos permite tantas práticas discursivas, dentre as quais situamos as mencionadas.

A rede mundial de computadores, internet, a cada dia, com suas atualizações, continua em franco crescimento. Essa rede que interliga mundialmente os computadores, embora esteja tão naturalizada às práticas cotidianas, é de data recente, sendo que os primeiros usos de computadores, conforme traçado por Lévy (1999), restringiam-se a situações muito particulares, como nos cálculos feitos por militares, na automação, na robótica, nas máquinas industriais, dentre outros usos. Nesses momentos iniciais, “que haveria um movimento geral de virtualização da informação e da comunicação, afetando profundamente os dados elementares da vida social, ninguém, com exceção de alguns visionários, poderia prever” (LÉVY, 1999, p.31).

Retirando o foco das grandes indústrias e das grandes empresas, foi criado o computador pessoal, fazendo com que seu uso fugisse ao processamento de dados das grandes empresas, para se tornar, conforme o autor, um “instrumento de criação” (de textos, imagens, músicas, entre outros), fundindo-se, nos anos 80, a práticas das telecomunicações, da editoração, do cinema, da televisão, culminando no aparecimento de novos espaços interativos. Ao final dessa década e início da década de 90, segundo Lévy (1999), jovens profissionais das grandes metrópoles e dos *campi* americanos deram uma dimensão mundial às redes de computadores, as quais foram ligadas umas às outras, crescendo, enormemente, ao longo do tempo. “As tecnologias digitais surgiram, então, como a infra-estrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento.” (LÉVY, 1999, p.32)

O ciberespaço, ou *espaço cibernético*, segundo Sawaya (1999, p.110), “é um espaço virtual criado por sistemas de computador. Abrange desde os mundos da realidade virtual até as simples mensagens de correio eletrônico.” Conforme Lévy (1999, p.92), o ciberespaço é:

o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos [...] na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. (grifos do autor)

Estamos concebendo, então, o ciberespaço como sendo o espaço virtual de comunicação dos computadores, utilizando uma linguagem de programação; é um espaço coletivo de acesso a muitos contextos, com ampla acessibilidade a recursos e interfaces variados, sendo que as diversas formas de relação nesses espaços apresentam inúmeras possibilidades de participação (*chats, e-mails, blogs, comentários a cibernotícias, entre outros*).

Para Lévy (1999, p.37), as interfaces são “aparatos materiais que permitem a interação entre o universo da informação digital e o mundo ordinário”. Para Sawaya (1999, p.239), a interface é um “elemento que proporciona uma ligação física ou lógica entre dois sistemas ou partes que não poderiam ser conectadas diretamente”. Assim, entendemos que a ideia de Sawaya (1999) de que a interface conecta dois sistemas ou partes que não se conectam diretamente tem como dois sistemas possíveis o que Lévy (1999) chama de “universo da informação digital” e “mundo ordinário”.

Portanto, esse grande espaço virtual pode ser fragmentado em alternativas às mídias de massa, as quais, segundo Lévy (1999, p.239), são “dispositivos de comunicação que difundem uma informação organizada e programada a partir de um centro, em direção a um grande número de receptores anônimos, passivos e isolados uns dos outros”. Lévy (1999) exemplifica a imprensa, o cinema, o rádio e a televisão como mídias desse tipo.

Para esse autor, o ciberespaço não tem centros difusores em direção a receptores, há espaços comuns que podem ser ocupados, a fim de procurar pelo que interessa. De um modo geral, o ciberespaço abre algumas potencialidades, segundo Lévy (1999), o fim dos monopólios da expressão pública, a crescente variedade dos modos de expressão, a disponibilidade progressiva de instrumentos de filtragem e de navegação no dilúvio informacional e o desenvolvimento das comunidades virtuais e dos contatos interpessoais à distância por afinidade. “É preciso antes de mais nada estar em condições de participar

ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p.238).

Entendemos, pois, que é com esse propósito que as alternativas à mídia de massa são oferecidas, no ciberespaço, com certa abertura à participação, que permite, conforme esse autor, a entrada de textos (pelo teclado), a manipulação das informações (pela mão, com uso do *mouse*), a seleção de informações, dentre outras interfaces. A nosso ver, essas potencialidades podem ser vistas, de um modo geral, nas várias práticas discursivas do e no ciberespaço, nas quais, já antecipando, entendemos que a in-determinação parece se manifestar diferentemente.

Uma das características do espaço virtual é certo efeito de anonimato. Consideramos esse anonimato um efeito porque o concebemos como *aparente*, tendo em vista a possibilidade de rastrear o IP do computador. Segundo Cruz (2011, p.78), “[o] ciberespaço tornou-se subitamente famoso por sua capacidade de preservar a identidade e dar privacidade aos internautas, se assim o desejarem”. Entretanto, essa autora afirma que o internauta pode se revelar por meio dos *chats*, do *e-commerce*, “e isto apenas pelo tipo de *sites* que freqüenta, independentemente de qualquer identificação voluntária feita ou requisitada ou da invasão representada pelos ‘cookies’”⁹⁸, sendo necessário, muitas vezes, lutar para preservar o anonimato diante, por exemplo, de tantos questionários detalhados, o que faz a autora dizer que “o tão famoso anonimato do ciberespaço não é uma prerrogativa certa. Quando possível, muitas vezes tem que ser duramente trabalhada.” (CRUZ, 2011, p.78).⁹⁹

Apesar de considerarmos ser um *aparente anonimato*, ele funciona e produz efeitos, de nosso ponto de vista, sustentados via imaginário, quais sejam: a sensação de face protegida, a produção de in-determinação¹⁰⁰ e a ideia de, em função de tudo isso, “poder dizer (de) tudo” ou, ainda, a sensação de (tudo) poder dizer, de modo que ali seria possível, inclusive, expor o privado em detrimento do público, ou seja, ultrapassar a ética, a sociabilidade do público, porque não seria ou teria como ser responsabilizado por “seu” dizer.

⁹⁸ Segundo Sawaya (1999, p.101), *chat* é uma forma de bate-papo via internet; *e-commerce* é o comércio entre empresas também por meio da internet e *cookie* é “um arquivo que é remetido, automaticamente, pelo servidor de rede ao disco rígido do usuário quando este entra em certos *sites* da WWW (*World Wide Web*) alojados no servidor”. Ele serve para rastrear padrões e preferências dos internautas.

⁹⁹ Nos dizeres de Santos (2003, p.136), “[h]á um modo muito mais sutil e perverso da vigilância eletrônica violar a privacidade [...] Trata-se do cruzamento e processamento dos dados que cada um de nós gera ao entrar, sair e transitar nos diversos sistemas informatizados e nas diversas redes que compõem a vida social contemporânea”. Assim como Cruz (2011), o autor explica que isso ocorre através dos *cookies*.

¹⁰⁰ Essa questão da produção de in-determinação pelo anonimato será mais pontualmente abordada no tópico a seguir.

O anonimato não é algo propriamente da materialidade discursiva, mas do espaço discursivo, tendo repercussões no modo de dizer nas práticas discursivas e, por isso, na materialidade discursiva de cada uma delas. Vai haver zonas de acirramento disso. Em uma cibernotícia, por exemplo, o jornalista pode assinar seu texto e não restam tantas dúvidas quanto à autoria deste texto, o que ocorre diferentemente nos comentários às cibernotícias, nos quais restam dúvidas quanto à autoria da postagem. Como o anonimato funciona diferentemente nas práticas discursivas, percebemos que, nesse ponto, há uma diferença entre cibernotícia e o comentário dela. A cibernotícia, assinada ou não, é de responsabilidade do jornal. No caso dos comentários, entendemos não haver essa responsabilidade (e os jornais fazem questão de marcar essa separação) e compreendemos que isso parece contribuir para o funcionamento da in-determinação nessa prática. Assim, o funcionamento do anonimato, que faz parte das CPs do espaço discursivo que é o ciberespaço, repercute na materialidade discursiva.

Embora o anonimato seja algo desse espaço discursivo, ele ocorre de modos diferenciados nas diversas práticas. Por exemplo, não duvidamos de que é o jornalista que assina. Ali, o anonimato possível nesse ciberespaço não acontece do mesmo modo, não produz os mesmos efeitos, e, conseqüentemente, não temos o mesmo funcionamento e efeitos da in-determinação que na prática discursiva dos comentários.

Produzido no e pelo espaço virtual, o anonimato nos parece ter, de modo geral, como resultado o efeito de face protegida, a sensação de que não será localizado, e a possibilidade de criação de *fakes*, os chamados “perfis falsos”. Embora pareça haver certo receio de ser localizado, e talvez, por isso, prefira dizer certas coisas por meio de tais perfis do que a partir do próprio perfil, é possível pensar inversamente, cogitando a existência de *fakes* por ter a “garantia” de que a face está protegida e, ali, será possível fazer isso, criar tais perfis e (se) dizer de determinado modo que não faria em outro espaço, como uma tentativa de não ser identificado por participantes no e do mesmo espaço; embora, em última instância, possa ser identificado pelo jornal e/ou pela polícia, por exemplo.

A noção de face proposta por Goffman (*apud* WILSON, 2009), entendida como uma motivação pragmática (situada entre os estudos da teoria funcionalista), interessa para pensarmos a noção de face protegida. Embora a noção de face seja um conceito de teorias pragmáticas, podemos problematizá-lo para discutir e ressignificá-lo a partir de nossa perspectiva teórica. Portanto, ao falarmos, neste trabalho, sobre o efeito de face protegida, embora haja certa relação com a noção de face proposta por Goffman, não corresponde a ela,

uma vez que, diferentemente de Goffman (1980), não o compreendemos como um valor reclamado pelo locutor. Trata-se, de nosso ponto de vista, de um efeito que se dá à revelia do locutor e de suas pretensas intenções. De nossa perspectiva, o locutor é significado no e pelo modo como (se) diz.

Segundo Goffman (*apud* WILSON, 2009), a face é autoimagem pública dos indivíduos, “o valor social positivo que uma pessoa reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico”. Ela “é uma imagem do self delineada em termos de atributos sociais aprovados” (GOFFMAN, 1980, p.77 *apud* WILSON, 2009, p.97), estando, por isso, relacionada à polidez, a qual é definida por Holanda (1995, p.147 *apud* WILSON, 2009, p.97) como a:

organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar inatas sua sensibilidade e suas emoções.

Segundo Wilson (2009), há um esforço para que essa face seja protegida, a ponto de ela tornar-se condição da relação com o(s) outro(s), que deverá estar voltada para o equilíbrio do ritual, “que deve ser perseguido pelos membros da sociedade por meio dos chamados processos corretivos. Nesse sentido, as ameaças à face são evitadas ou contornadas para que as pessoas atinjam seus objetivos, mesmo que sejam motivadas por interesses distintos”. (WILSON, 2009, p.97). Essa elaboração da face pode ser, segundo esse autor, de dois tipos: uma face defensiva, preocupada em zelar pela própria face, e uma face protetora, que visa a salvar a face do outro por meio do respeito, da polidez, da discrição e da cortesia.

Diferentemente dessa face, embora a ela relacionada, a noção de face protegida corresponde ao fato de não precisar se preocupar com a autoimagem, pois, “por si só”, ela já está protegida, e, conseqüentemente, há a possibilidade de não precisar zelar pela proteção da face do outro, nem pelo equilíbrio e harmonia nas relações discursivas ali empreendidas. Trata-se, portanto, do efeito imaginário de face protegida, cuja premissa corresponde a acreditar que, dadas certas CPs, em certas materialidades discursivas, em certas práticas discursivas em que um dizer emerge, conta-se com recursos suficientes para que não seja necessário preocupar-se com a construção de uma autoimagem positiva que preserve a face, construída socialmente; significa acreditar-se, por isso, protegido, escondido, velado, conferindo-lhe o “direito” de agir e de falar como bem lhe aprouver.

Tanto na noção de face, quanto na de face protegida, parece ser ignorado o fato de que, intentando construir uma autoimagem positiva ou não, ou sendo seduzido pela possibilidade de não ser julgado por estar com a face protegida, ou ainda de não se importar com a(s) imagem(ns) ¹⁰¹ construídas sobre ele, o locutor não tem controle sobre as imagens (representações imaginárias) que podem ser construídas dele, pelo próprio modo como ele (se) diz, com a face protegida, ou não. Entendemos, a partir de Pêcheux (1997 [1969]), que os interlocutores projetam imagens de si, do outro e de que imagem ele acredita que o outro faz de si. No entanto, como isso é um efeito à revelia do sujeito, ele não tem controle sobre essas representações imaginárias, pois elas surgem a partir do modo como ele diz. Se ele também não tem controle sobre este, sobre seu dizer, também não o tem quanto às imagens que podem ser construídas a partir desse dizer.

A noção pecheuxtiana de “imaginário linguístico” nos remete ao que Orlandi (2012a) teoriza sobre não existir relação direta entre a linguagem e o mundo. A relação não é direta mas *funciona* como se fosse, por causa do imaginário. Assim, consideramos que a sensação de face protegida e o efeito de “poder dizer (de) tudo” que essa sensação provoca fazem parte desse imaginário em funcionamento, em função desses esquecimentos, ou melhor, são mecanismos de funcionamento do imaginário, que estão relacionados, por isso, ao imaginário linguístico que aponta para a ilusão de um sujeito que controla a língua e que Orlandi (2012a) apresenta como uma ilusão necessária.

O efeito de face protegida é sustentado e produzido via imaginário, como já afirmamos, haja vista que é possível localizar, via IP do computador, o usuário da Internet, o autor de determinada postagem. Por isso, consideramos tratar-se de um efeito do funcionamento da linguagem nesse espaço específico, o que nos leva a considerar que o espaço virtual não é mero suporte de práticas discursivas; ao contrário, ele **afeta** constitutivamente essas práticas, constituindo-se, assim, como parte delas e de seu funcionamento. Como já dito, esse efeito funciona e produz outros efeitos, podendo produzir modo(s) diferente(s) de (se) dizer no e pelo espaço virtual. Alguns desses modos diferentes de (se) dizer levam, dado o grau de liberdade imaginária produzida, a imagens como a recortada e apresentada abaixo.

¹⁰¹ Em nosso entendimento, o termo “imagem”, a partir de Pêcheux (1997 [1969], p.82), deve ser concebido como formações imaginárias “que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (grifos do autor).



FONTE: **Facebook**. Disponível em: <<www.facebook.com.br>> Acesso em: 12 mar. 2013

A postagem, ao afirmar que o *Facebook* seria um lugar “onde pessoas falam o que nunca falaria frente a frente” (isso exatamente por “estarem”, conforme compreendemos, com a “face protegida”), evidencia ser efeito do funcionamento do imaginário linguístico, haja vista, como a própria postagem pontua, a existência de consequências de valoração negativa para quem não ocupar esse espaço de modo responsável e sociável. A postagem explicita, simultaneamente, a existência do imaginário de “poder falar (de) tudo” reescrito por “falar o que nunca falaria frente a frente”. Em contrapartida, o apontamento de que não é bem assim, ou seja, realiza uma tentativa de desconstrução desse imaginário. Desse modo, é possível perceber que os próprios usuários dos espaços de circulação na e pela internet têm se preocupado com esse efeito, chamando a atenção para o fato de o locutor precisar ser responsável e sociável ali também. Para tanto, temos, inclusive, exemplares de “casos” como o de uma traficante que foi presa mediante rastreamento de seu perfil em *sites* de relacionamento, bem como casos de indenizações por crimes virtuais.

Entendemos que, apesar dessas advertências, há também aí imaginário, pois está posta, inclusive pela hiância no sistema linguístico e no sujeito, a impossibilidade de dizer tudo, mas esse imaginário está em operação¹⁰². Podemos citar, por exemplo, Foucault (2009), para quem o funcionamento do discurso “está na ordem das leis; que sempre vigiámos o seu aparecimento; que lhe concedemos um lugar, que o honra, mas que o desarma” (FOUCAULT, 2009, p.7) e que, de saída, já nos impõe a impossibilidade de dizer (de) tudo. Essa impossibilidade resulta também de questões outras como a consideração do real da língua e do real da história, por exemplo.

No que concerne ao controle do discurso, o autor esclarece:

¹⁰² O que produz essa hiância é o fato de haver não-todo, real da língua. Portanto, a hiância no sistema linguístico não deve ser compreendida como real da língua. Ela nos parece ser, na verdade, fruto do funcionamento do real. Há o impossível da língua, o impossível dizer tudo, o dizer-todo. Por isso que esse funcionamento não se fecha.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que **não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa**. (FOUCAULT, 2009, p.9) (grifos do autor em itálico) (grifos nossos em negrito)

Portanto, o efeito de “poder dizer (de) tudo”, na e pela Internet, por estar anônimo e com a face protegida, seria algo sustentado e produzido pelo imaginário. Por um lado, há o real da língua e o real da história que (im)põem limites, barrando a possibilidade de tudo dizer, o que evidencia o fato de não sermos senhores da língua e dos sentidos; ao contrário, por estarmos subjugados ao princípio de ordenação que a língua é e pelos sentidos historicizados, o sujeito é falado em “seu” dizer. Por outro lado, outra força coercitiva, mas de outra ordem e natureza, há, na e pela internet, o “politicamente correto” de ser eletrônico - a netiqueta¹⁰³ - e as próprias normas apresentadas pelos *sites*, os quais estabelecem certos parâmetros de conduta no espaço virtual, nos recursos de que ele dispõe.

Embora haja as restrições constitutivas ao poder dizer tudo, dada a ordem e a natureza da língua e da história; no espaço virtual, o efeito de poder (de) tudo dizer está relacionado às relações sociais e aos limites que a sociabilidade, a política e o jurídico do funcionamento social impõem às relações discursivas. São coerções que, embora sejam transgressíveis, produzem a possibilidade de uma civilidade. São, portanto, coerções necessárias, mas não suficientes para gerir a vivência em sociedade. Elas não são suficientes porque são coerções morais e, como elas não são suficientes, a governabilidade social produz outros mecanismos de controle e gerência, via coerções punitivas; daí a emergência de instituições de controle.

Ao mesmo tempo em que a internet propõe normas e mecanismos de controle, o efeito de face protegida na e pela internet também permite a transgressão de tais normas, sejam estas resultantes de coerções indiretas, sejam estas resultantes de normas postas explicitamente entre seus possíveis participantes. Assim, o internauta pode ou não estar preocupado com o cumprimento das normas. Quando o internauta não se (pre)ocupa com as normas sociais, há uma tendência de as formas de polidez serem desprezadas e a relação discursiva acontecer de modos invasivos e ofensivos.

Quando dizemos que a língua é a base dos processos discursivos, ela é, logicamente, a base para as práticas discursivas, porque elas têm processos discursivos, e nestes participam

¹⁰³ “Os participantes das comunidades virtuais desenvolveram uma forte moral social, um conjunto de leis consuetudinárias – não escritas – que regem suas relações. Essa 'netiqueta' diz respeito, antes de mais nada, à pertinência das informações” (LÉVY, 1999, p.128). Entendemos que a netiqueta faz parte dos mecanismos de controle, de coerção do discurso.

inclusive dos mecanismos de coerção dessas práticas. E, assim como os processos variam de uma prática discursiva para outra, também as coerções. A ordem do discurso presente em cada prática social e discursiva é diferente, permitindo com que certos funcionamentos ocorram de modo também diferenciado.

Devemos considerar que, por exemplo, embora a paráfrase seja considerada constitutiva do funcionamento discursivo, o modo como ela se manifesta numa prática é diferente do que em outras. Assim nos parece ocorrer com a in-determinação, a qual, como um mecanismo de constituição do sentido, também sofre alterações conforme sejam as práticas discursivas.

As coerções sociais vão colocando certas fronteiras. Por isso que a paráfrase em uma prática não é igual à paráfrase em outra prática, assim como não é a in-determinação. Quanto a este funcionamento, a própria subversão às coerções, o suposto não-entrar para a ordem do discurso, permite funcionamentos diferentes nas práticas como, por exemplo, os enunciados com efeito de ruptura, como a in-determinação do locutor, conforme mostraremos em nossas análises.

Assim, analisar a in-determinação especificamente nos comentários às cibernotícias nos permite dizer outras coisas sobre a in-determinação, diferentemente de seu funcionamento em outras práticas. As CPs desses comentários, se pensamos particularmente o ciberespaço, oferecem condições para que a in-determinação ocorra diferentemente do modo como ocorre em certas práticas e que produza também efeitos distintos. E as cibernotícias fazem parte dessas CPs.

As CPs seriam aspectos sócio-históricos que caracterizam a circunstância de produção discursiva (a enunciação), e interferem/constituem a materialidade discursiva (materialidade histórica + materialidade linguística; isto é, redes de memória e língua, nessa ordem) que compõe determinado espaço discursivo. A materialidade discursiva reflete as influências que tais condições têm, inclusive as características específicas do espaço discursivo, nos modos de dizer. A estrutura da cibernotícia, o lugar onde postar, a possibilidade de interagir com qualquer comentário, a possibilidade de leitura não-linear, não cronológica, a atemporalidade... Isso tudo faz parte do espaço discursivo, afeta a materialidade discursiva nesse espaço e nessa prática e afeta o modo como se diz nesta. Assim, o espaço discursivo, heterogêneo que, contendo inúmeras práticas discursivas, apresentará diferentes modos de dizer, conforme as práticas discursivas sejam afetadas por essas características que o constituem.

As características do espaço discursivo e outras CPs produzem uma prática x e não y, com modos de dizer x e não y, que se avultam na materialidade discursiva. Logo, as características do ciberespaço, e(m) determinadas CPs, produzem certas práticas discursivas que, por sua vez, diferentemente afetadas por isso, produzem diversos modos de dizer, dentre essas práticas, situamos as cibernotícias e seus comentários, dos quais tratamos a seguir.

2.2 As cibernotícias

Com o advento da Internet, alteraram-se, sobremaneira, os modos de comunicação à distância, desde os e-mails a conversas em tempo real com ou sem o apoio de câmeras. A partir de então, o acesso à Internet foi e vem sendo democratizado, de modo que sai da exclusividade de alguns, para abrangência de um número maior de usuários, o que nos permite chamá-la de uma grande mídia digital.

Uma das especificidades do espaço virtual, conforme abordado anteriormente, é a possibilidade de um efeito de anonimato, que se verifica em participações em *chats*, *sites* de relacionamentos, e também nos comentários às cibernotícias, ou seja, é possível permanecer no anonimato, ainda que de modo participativo. Assim, não temos mais um espectador em anonimato, mas participantes também sob essa condição, ou até mesmo, a nosso ver, valendo-se dela, haja vista a possibilidade de criação de um outro, um duplo seu, pelo imaginário de face protegida para poder estar nos “lugares” desse espaço.

A internet não teve repercussões apenas nas relações discursivas interpessoais e profissionais, ela modificou também o perfil das notícias, do jornalismo, do jornalista e do leitor de jornal. Ela se marca como um lugar de acesso a informações e a opiniões, oportunizando um jornalismo participativo, também chamado de jornalismo opinativo. Na passagem do jornal impresso para o *online*, as notícias adquiriram não apenas outro suporte, e, conseqüentemente, outra estrutura, mas também outros modos de (a) dizer, outros modos de relacionar com a notícia, devido às características desse espaço virtual. Aparecem, pois, dentre as muitas práticas discursivas que circulam nesse espaço, as chamadas cibernotícias¹⁰⁴, as notícias no ciberespaço e outra prática que ela gera, a dos comentários.

¹⁰⁴ Concebemos as cibernotícias como as notícias disponíveis em espaço virtual, ou seja, às quais podemos ter acesso por meio de periódicos disponíveis na internet. Consideramos *notícias disponíveis em periódicos* aquelas veiculadas por jornais, e não por sites (navegadores), como Yahoo, Uol, entre outros, ainda que reconheçamos a possibilidade de que, também nesses sites, possamos ter, assim como as cibernotícias, os comentários sobre cibernotícias. No entanto, iremos nos ater às cibernotícias publicadas em jornal.

O ciberespaço, segundo Lévy (1999), não tem centros difusores em direção a receptores, há espaços comuns que podem ser ocupados, a fim de procurar pelo que interessa. Dentre eles, situamos as cibernotícias e os comentários a elas feitos, cujos receptores, assim como afirma Lévy (1999), não são “anônimos, passivos e isolados uns dos outros”, haja vista que essas práticas abrem a participações dos receptores (leitores). Além disso, ele não é passivo, pois é ele quem traça seus caminhos na internet, decidindo, inclusive, o que ler e o que não ler, e o como ler, por exemplo¹⁰⁵. Essa postura extrapola os limites dos *hiperlinks* presentes nos hipertextos, ocorrendo também nas práticas discursivas ali presentes de modo geral, inclusive dentro de uma mesma prática.

Dentre as práticas discursivas que o ciberespaço propicia, há algumas do escopo jornalístico, como as já mencionadas cibernotícias e seus comentários. Considerando que as primeiras produzem recorte nos espaços discursivos, acionam e direcionam sentidos dominantes, elas vão se filiar a algum espaço discursivo específico. Sendo o espaço discursivo um espaço heterogêneo, podemos afirmar ainda que as cibernotícias podem ser filiadas a espaços discursivos dentro do próprio ciberespaço. Sendo notícia, ainda que em outro ambiente (o virtual), ela já está, de saída, filiada ao espaço discursivo do jornalismo, promovendo um recorte naquilo que é passível de ser alçado à (ciber)notícia¹⁰⁶.

Além de filiar-se ao espaço discursivo jornalístico, por este ser também heterogêneo, as cibernotícias podem ser filiadas a mais de um espaço discursivo, a depender de qual se presentifica ali (o da educação, o político, o cultural, entre outros). Considerando que um espaço discursivo é sempre heterogêneo, permitindo a mobilização de diferentes redes de memória e o cruzamento de espaços discursivos, quando falamos em cibernotícias políticas, há o toque, minimamente, entre os espaços discursivos do jornalístico e do político¹⁰⁷, promovendo um recorte: o que do político pode ser alçado à cibernotícia?

Se, em nosso trabalho, lidamos com duas acepções para a noção de espaço discursivo (uma que nos permite referir ao ciberespaço, como espaço de produção de discurso, que abriga as práticas de modo a colocá-las em relação de coexistência; e outra que se define

¹⁰⁵ Compreendemos que essa suposta “escolha” do que ler, de como ler é um efeito do funcionamento do imaginário, pois, segundo Pariser (2011), há um filtro invisível, porque o internauta não escolhe qualquer coisa, escolhe algo que está ali disponível, que já foi filtrado. Não há essa liberdade imaginada. Há muito mais controle do que se imagina. Há, por exemplo, informações que estão nas nuvens, às quais não temos acesso. Não é uma escolha livre. É uma escolha condicionada, porque é com base no que jornal disponibiliza como notícia, no que ele alça como notícia e como parte dessa notícia. Já há aí um filtro, o qual, para os leitores, é invisível.

¹⁰⁶ Acreditamos ainda que haja uma diferença entre o que é passível de ser alçado à cibernotícia e o que é passível de ser alçado à notícia. No entanto, a fim de não perdermos o foco de nosso trabalho, não nos ateremos a tentar investigar essa diferença.

¹⁰⁷ Neste trabalho, atemo-nos às cibernotícias afiliadas ao espaço discursivo político.

pelos sentidos dominantes que direciona), é possível nos referirmos às cibernotícias políticas como um espaço discursivo que direciona sentidos dominantes.

O ciberespaço discursivo, constituído por espaços discursivos, (com)porta o espaço jornalístico. O todo comporta partes e vai ser constituído por outros espaços: o econômico, o social, o educacional, dentre outros. Por isso, no jornalismo *online*, como no impresso, as (ciber)notícias são agrupadas por seções, as quais parecem refletir os sentidos dominantes veiculados pelas notícias e, conseqüentemente, os espaços discursivos. As cibernotícias recortam um fato discursivo e direcionam sentidos, que se tornam dominantes, e, por isso, são separadas segundo seções, as quais nos parecem ser o reflexo da filiação de sentido das cibernotícias a um espaço discursivo, pelos sentidos dominantes que direciona. Esse procedimento parece focar o que de um fato pode ser recortado como político, ou como relacionado à saúde, ou à educação etc.

Assim, temos as cibernotícias políticas, internacionais, esportivas, culturais, dentre outras. Isso reforça nossa ideia de que as seções das cibernotícias políticas podem ser consideradas espaços discursivos presentes no espaço discursivo do ciberespaço, sendo classificadas segundo os sentidos dominantes que acionam e direcionam. Assim, tudo que exorbita ao político, pode ser considerado de outro espaço discursivo.

Já mencionamos que o ciberespaço pode ser considerado um espaço discursivo em sentido amplo, por comportar, assim como comporta práticas discursivas, outros espaços discursivos mais específicos. Dessa maneira, os comentários às cibernotícias seriam uma prática discursiva, ao passo que a seção de política, nos comentários às cibernotícias, é um espaço discursivo. Assim, o comentar uma cibernotícia política seria diferente de comentar uma cibernotícia filiada a outros espaços discursivos já que o espaço e a prática discursiva são outros.

De modo geral, as cibernotícias denotam um jornal preocupado com a demanda do leitor que ali se apresenta, necessitando de jornalistas engajados, no sentido de promover um jornalismo participativo, opinativo, que não busca uma pretensa neutralidade ao noticiar, posicionando-se ante a notícia, havendo até mesmo profissionais contratados para exercerem o papel de comentaristas, responsabilizando por opinar sobre um determinado “conteúdo” – esportivo, político, financeiro, educacional, dentre outros.

Além disso, esse jornalismo participativo se estendeu ao leitor, promovendo, semelhantemente às Cartas do Leitor em jornais e revistas impressos, a abertura à participação do leitor por meio dos comentários às cibernotícias. Assim, o leitor, que tinha na leitura e na

interpretação do que lê formas de enunciação (porque, mesmo estando apenas lendo está mobilizando o sistema linguístico), passa a ter outro lugar e outra(s) forma(s) de (se) dizer no e pelo comentário nesse espaço, por meio da escrita de comentários às cibernotícias.

2.3. Os comentários às cibernotícias

Segundo os dicionários *online* Michaelis e Priberam, *comentar* significa explicar (interpretando ou anotando), interpretar por meio de comentário, criticar, explicar maliciosamente, censurar. Portanto, o comentário/comentar deve ser visto como uma prática social que se realiza discursivamente. Realiza discursivamente realizando-se/culminando/materializando-se em diversas práticas discursivas. Inicialmente, devemos considerar os comentários como uma prática discursiva, onde quer que ele ocorra; uma prática discursiva, ou seja, a prática de produção de dizeres numa prática social; uma prática discursiva por sua relação com a prática social de posicionar-se frente algum fato, algum assunto.

No caso do comentário à cibernotícia, ele é uma prática discursiva, porque temos a cibernotícia e comentá-la é uma prática social (associada ao posicionar-se) que se realiza discursivamente. É uma prática discursiva por associar-se à discursivização envolvida em uma prática social, a de comentar. Eles são uma prática discursiva propiciada pelo espaço discursivo do ciberespaço, mais especificamente pela abertura que as cibernotícias dão à participação dos leitores, daí falarmos na relação cibernotícia-comentários. Eles são resultado, ou melhor, efeito de uma prática, ou melhor, são uma prática produzida por outra. Os comentários são decorrência das cibernotícias, constituem-se na e pela prática das cibernotícias, estando, por isso, em tese, a ela vinculados.

O ciberespaço, conforme anteriormente posto, não tem uma central a partir da qual as informações se dispersam para receptores anônimos, passivos e isolados um do outro. Entendemos que é nesse sentido que Orlandi (2012b) afirma que o virtual muda os perfis de leitor e de autor. Portanto, a nosso ver, inúmeras práticas no ciberespaço promovem certa abertura à participação dos leitores. A partir dessa constatação, podemos pensar o cruzamento de práticas discursivas, como os comentários às cibernotícias, as Cartas do Leitor, os comentários em TV e jornais impressos, entre outras.

Julgamos interessante pensar ainda que, se as práticas discursivas, como apregoa Foucault (2009), se excluem, mas também pode se tocar, se cruzar, essa parece ter sido uma

grande contribuição da internet a outras mídias de massa, como a televisão, o rádio, pois estes têm igualmente dado abertura, em seus programas, às participações de espectadores e ouvintes. Os próprios jornais televisivos, por exemplo, encerram as reportagens orientando os espectadores a, caso queiram saber mais ou opinar sobre o conteúdo da notícia, que acessem a determinado *site*.

Tradicionalmente, a TV e o jornal impresso são espaços discursivos de mostrar/divulgar as notícias. Na internet, a cibernotícia parece propiciar o lugar de discuti-las e de ter acesso a opiniões diversas sobre o fato noticiado (através dos comentários). No entanto, atualmente, o ato de comentar nos parece promover o toque entre essas práticas.

Considerando, segundo Foucault (2009), que as práticas se tocam, entendemos que as cibernotícias têm pontos semelhantes com outras práticas, como, por exemplo, o que, há certo tempo, vem se mostrando como um espaço opinativo em relação a notícias de periódicos impressos, as Cartas do Leitor.

Os comentários podem ser diferentes da Carta do Leitor de jornais e/ou revistas impressos, sendo, cada um deles, um modo específico de dizer, mas, ao mesmo tempo, tais comentários trazem coisas que são de e-mail (quando trava um diálogo com o outro participante da prática, sua certa atemporalidade), do *chat* (como a informalidade no diálogo, o humor), e de outras práticas, podendo, inclusive, fazer um comentário que se assemelha a muitas outras coisas, fazendo poesia, postando apenas um *link*, inserindo apenas uma imagem, por exemplo.

Nas Cartas do Leitor, o leitor tem participação limitada. O jornal publica o escrito do leitor apenas uma vez, ainda que este tenha, porventura, enviado mais de uma carta. Além disso, ainda que enviasse três cartas, não estaria dialogando, pois a notícia à qual a carta se vincula já foi publicada.

O jornal publica apenas algumas cartas e não temos garantia de que foram apenas aquelas cartas recebidas. O recorte é feito pelo próprio jornal. Não tem a dinamicidade dos movimentos de interlocução propiciada pela Internet. O jornal publica cartas referentes às matérias da edição anterior. E elas podem, inclusive, não ser publicadas, dado o rigor de determinado jornal ou revista. Além disso, há o controle da rede, posto que a própria Internet apresenta possibilidades de restrições de determinados conteúdos, de determinadas informações, já que, segundo Pariser (2013), há informações que a Internet esconde, sob a aparência de um tudo mostrar, tudo divulgar, sendo que esse esconder pode acontecer sob o

que esse autor chama de “bolha de filtros” aplicadas às navegações e que acaba criando uma espécie de universo pessoal com informações restritas.

Além disso, entendemos que a diferença dos comentários com essas cartas não se restringe ao rigor do crivo da política editorial, envolvendo também diferenças relacionadas à escrita.¹⁰⁸ Entendemos que não seria propriamente uma diferença **na escrita**, mas no modo de lidar com essa escrita, a qual não sofre formatação e adequação ao *layout* do jornal ou revista, pois essas cartas são postadas, ou mesmo enviadas por e-mail, e são formatadas segundo os critérios dos jornais e revistas, fazendo com que a publicação, que parte como uma carta, entre, no jornal ou na revista, com certa formatação que lhe é própria, e mais ainda, com a possibilidade de ela ser recortada, o que não parece ocorrer nos comentários às cibernotícias, pois, quando um participante posta, esse comentário vai com a fachada, a formatação, a grafia, os caracteres e o “conteúdo” que o participante deu a essa escrita.

Nas Cartas do Leitor enviadas a jornais e revistas, a postagem/publicação é feita por parte do jornal ou revista em questão, sofrendo as alterações para se adequarem ao *layout*, ao padrão do suporte. Elas são transcritas, formatadas num modo, talvez, diferente do que foi escrito pelo leitor. No caso dos comentários, a postagem fica com a sua “fachada” original, as possíveis grafias, empregos de caixa alta, por exemplo, não sofrem alterações, não são formatados.

Entendemos que outro cruzamento existente direciona-se às práticas jornalísticas do jornal *online* com o jornal televisivo e via rádio, especialmente no ponto que nos interessa, o comentar. As cibernotícias podem até ser consideradas uma extensão do jornalismo televisivo ou via rádio, mas não exatamente do mesmo modo, porque o espaço virtual permitiu que o jornalismo se construísse de outra forma. Na verdade, veio até por demanda do próprio espaço. Por exemplo, se o jornal é televisivo ou impresso, edita-se uma vez apenas. No televisivo, há até algumas possibilidades de chamadas emergenciais para trazer alguma novidade e antecipar algumas informações, acrescentando que maiores detalhes estarão em outra edição do jornal. Mas este não tem a dinamicidade que o meio virtual permite e (im)põe, porque os jornais *online* têm de estar alimentando informações o tempo todo, quase simultaneamente. E tem a possibilidade de uma participação diferenciada do leitor, haja vista os comentários, cujo volume de postagens não poderia estar publicado para discutir certos temas no meio televisivo ou impresso.

Essa dinamicidade está presente também nos comentários e afeta o modo de comentar,

¹⁰⁸ A nosso ver, não são diferenças relativas ao modo de escrita, mas no modo de (se) dizer via escrita.

pois neles o fluxo da discussão acaba ganhando uma direção muitas vezes não pretendida a partir de determinado comentário. Se, por exemplo, um comentador tem seu comentário interpretado “erroneamente” pelos demais comentadores e não retorna às postagens para acompanhar a discussão, quando retorna, pode vir a perceber os “(des)caminhos” tomados a partir de seu comentário. Pode ter seu comentário “desvirtuado”, o que atribuímos parcialmente ao funcionamento da in-determinação nessa prática, conforme pretendemos elucidar em nossas análises.

Por outro lado, os comentários são uma das práticas do jornalismo virtual que parece ter migrado, atualmente, para o telejornalismo. O comentar é uma prática social que vemos nos próprios jornais televisivos atualmente, os quais, além de terem as notícias comentadas pelos comentaristas e pelos jornalistas apresentadores (os chamados *âncoras*), permitem a participação do público abrindo um espaço para que possam saber mais informações sobre a notícia e interagir com ela, dando opiniões, ou seja, criam um espaço para que comentem. Eles têm a página *online* do jornal¹⁰⁹ para as pessoas que queiram discutir.

Na televisão, quando produzem debate, participam dele as pessoas que trabalham no jornal e/ou que são convidadas. Quando há a abertura à participação do público, eles fazem um recorte, via *tablet*, por exemplo; ao apresentar na mídia, o jornalista não leva tudo, todas as participações. Assim, o telespectador não tem acesso a tudo. Do modo como consideramos, os comentários são uma prática específica do espaço jornalístico virtual, exatamente pela dinamicidade que não temos no espaço convencional jornalístico, no não-virtual.

Diante disso, utilizamos, neste trabalho, o termo *comentador*, entendendo que, diferentemente do comentarista de jornais televisivos e dos leitores que se correspondem com as notícias publicadas em meio impresso, o comentador não é uma pessoa responsável por dar sua apreciação (e por “assiná-la”) sobre determinado conteúdo do jornal, e, por isso, não tem a mesma especialidade e especificidade do comentarista, o qual, por exemplo, é associado a certas cibernotícias, sendo comentarista político, comentarista econômico, ou outros. Acreditamos ser possível afirmar que a prática discursiva na qual se engaja o comentador não é a mesma na qual se insere o comentarista, embora possa haver semelhanças entre tais práticas.

Por estarem no espaço discursivo do ciberespaço, precisamos levar em conta as CPs de tais comentários, dentre as quais situamos as características desse espaço¹¹⁰. Se, como

¹⁰⁹ Isso demonstra como o comentar (ciber)notícias é algo que, atualmente, realiza-se em grande parte no ciberespaço.

¹¹⁰ O que a internet disponibiliza constitui parte das condições de produção dos comentários às cibernotícias,

afirmado por Orlandi (2012b), a materialidade discursiva fornece o fundamento para análise, devemos considerar o funcionamento do computador, do teclado, a atemporalidade, as falhas de digitação, os possíveis *bugs*, os problemas de conexão, os quais podem ser considerados características possíveis pelo espaço discursivo que funcionam diferentemente nas diversas práticas, criando certos modos de dizer.

Os comentários às cibernotícias, como toda prática discursiva, apesar de sua relação com as demais práticas, são portadores de um funcionamento característico e “produtores” de um modo de dizer que os diferencia dessas outras práticas, até em termos de certos funcionamentos discursivos, como a in-determinação. Portanto, como, ao falarmos em prática discursiva, pensamos em certas regularidades, pretendemos apresentar, neste capítulo, algumas regularidades que pudemos verificar.

Assim como Lévy (1999) afirma que não há centros difusores de informação no ciberespaço, entendemos que o surgimento dos comentários às cibernotícias faz com que os leitores não sejam só receptores, mas também produtores da informação, da comunicação, inclusive sobre o “mesmo” fato recortado e (re)construído na e pela notícia. Isso muda o perfil do leitor e, por isso, torna-se relevante pensar como os comentários (re)velam algo desse outro perfil de leitor, especialmente porque, pelo menos aparentemente¹¹¹, fica a cargo do próprio comentador fazer a seleção entre o que ler, o que ler e comentar, o que não ler e comentar, o modo como comentar.

Os comentários parecem ser um lugar criado, a princípio, para discussões de questões públicas, ou seja, de interesse (do) público, já que as cibernotícias pertencem a uma prática discursiva cujo objetivo precípua é gerir o saber sobre os fatos (re)construídos na e pela notícia e o fazer circular socialmente, de modo a promover uma (in)formação social e cultural. Essa (in)formação afeta a vida das pessoas de uma região, de um Estado etc. Ou seja, em tese, tanto a cibernotícia quanto os comentários seriam lugares específicos de e para o coletivo, especialmente as cibernotícias políticas.

As cibernotícias políticas estão em dois espaços discursivos: no jornalístico e no político, recortando o que é passível de ser alçado à notícia nesse espaço. Assim, pensamos que, em tese, já há aí um cruzamento de espaços discursivos, ou seja, o que do espaço político é passível de ser alçado à (ciber)notícia, ou seja, a comparecer no espaço discursivo

porque essas CPs não se restringem a aspectos do virtual, mas está também em relação às outras coisas que não são propriamente exclusivas do ciberespaço.

¹¹¹ Consideramos que essa seleção por parte do leitor pode ser algo aparente, tendo em vista o controle exercido pelas mídias e pela própria internet, sobre o qual já discorremos anteriormente. Assim, esse controle por parte do leitor estaria para a ordem de um desejo, de uma ilusão próprios do imaginário que constitui o sujeito.

jornalístico. Nesse sentido, essas cibernotícias já direcionam os sentidos dominantes a prevalecer naquele espaço: ações políticas de um parlamentar, novos projetos de lei, decisões políticas e sua repercussão, entre outros.

Ainda no domínio das cibernotícias políticas, chama-nos a atenção o fato de elas estarem entre as cibernotícias mais comentadas¹¹², assim como o fato de que cibernotícias aparentemente sem relação direta com a política permitam a emergência de comentários de cunho político. Exemplifica esse fato uma cibernotícia sobre *recall* de carros que, a partir do comentário de um leitor sobre a relação entre os inúmeros impostos pagos e a qualidade péssima dos veículos automotores produzidos no Brasil, abriu espaço para os comentadores subsequentes discutirem o legislativo brasileiro e o caráter dos políticos. Assim, as cibernotícias, por promoverem identificação, direta ou indireta, do público-leitor com questões sociais que afetam a todos, suscitam a participação do internauta na discussão destas.

Comentários como esse se mostraram a nós, mesmo antes da realização de nosso trabalho, como efetuando uma dissolução entre os limites público-privado. No caso da cibernotícia mencionada acima, o *recall* parece só servir de gatilho para trazer uma questão específica (da ordem do privado), o que é de interesse público (as questões sobre a política nacional). Mais do que isso, uma migração de um espaço discursivo a outro, cruzando redes de memória cujos sentidos dominantes em um e em outro espaço discursivo se integram.

Há outras cibernotícias e seus comentários que igualmente mostram a dissolução entre os limites do público e do privado, ocorrendo especialmente no âmbito do político, um lugar eminentemente de emergência do público. Esses comentários são resultado de uma prática afiliada ao espaço discursivo político, as cibernotícias políticas. Nesse caso, o fato de as cibernotícias terem cunho político, ou seja, fazerem um recorte, um direcionamento de sentidos, um recorte feito da realidade, do acontecimento histórico, pressupõe que os comentários a tais cibernotícias também o teriam, o que não ocorre e aponta para a dissolução dos limites mencionados. O que observamos foi que as cibernotícias são do espaço discursivo político sem que, necessariamente, os comentários também o sejam. Essa foi a razão precípua para optarmos por analisar, neste trabalho, os comentários às cibernotícias políticas. Por isso, debruçamo-nos no estudo dessa prática e desse espaço discursivos para verificar como essa dissolução ocorre, e para pensarmos a relação dela com a in-determinação.

Como já dissemos, as cibernotícias constituem-se outro modo de virtualizar as informações e seus sentidos em circulação social. Pensamos que esse outro modo se acirra

¹¹² Após recente alteração do *layout* da página do jornal online “Estadão”, essa contabilização não é mais feita. No entanto, essa constatação foi feita no decorrer de nosso trabalho de pesquisa.

especialmente por dar abertura à participação dos leitores, fornecendo-lhes o espaço dos comentários às cibernotícias, também como um espaço em que se pode relacionar não apenas com a cibernotícia, mas com outras notícias, com outros comentadores, com outros comentários. Assim como Lévy (1999, p.31) afirma “que haveria um movimento geral de virtualização da informação e da comunicação, afetando profundamente os dados elementares da vida social, que ninguém, com exceção de alguns visionários, poderia prever naquele momento”, as formas de escrita possíveis no espaço virtual, e a escrita dos comentários são, a nosso ver, uma das formas de virtualização da informação e da comunicação, forma esta portadora de uma profusão (discursiva) de possibilidades e, conseqüentemente, uma difusão de sentidos.

Em termos de disposição na página em que se encontram, os comentários situam-se, de modo geral, logo abaixo à cibernotícia. No entanto, considerando a dinamicidade acirrada do ciberespaço, as alterações de *layout* são frequentes. Essa configuração, de os comentários situarem-se abaixo das cibernotícias, já não é a atual no jornal “Estadão”. Nossa observação recente dos comentários nesse jornal, feita em 28 de novembro de 2014, mostrou-nos que, atualmente, o jornal disponibilizou um espaço lateral à cibernotícia, espaço esse intitulado “Dê sua opinião”, no qual são postados os comentários. Nessa nova configuração, não é possível associar um comentário a outro. Parece-nos que, após essa alteração, os comentários sobre comentários sofreram uma diminuição em termos de quantidade e mesmo algumas alterações.

Na cibernotícia “Defesa de irmãos do ministro da Agricultura diz que eles vão se entregar à PF”¹¹³, por exemplo, há um comentário referindo-se a outro nos seguintes dizeres: “Há um comentário anterior defendendo os ‘coitadinhos’. A matéria cita os dois como suspeitos e isso no mínimo são, para terem mandato de prisão expedido.” A nosso ver, o leitor vai estabelecer relação entre os comentários conforme sua interpretação, segundo as representações que faz dos irmãos do ministro da Agricultura, da política do país, dos partidos políticos, etc. Não há nenhuma novidade nisso, mas, nesse caso, o modo como é feito parece aumentar ainda mais a possibilidade de profusão dos sentidos e, talvez, acirrar ainda mais o funcionamento da in-determinação na prática dos comentários às cibernotícias no jornal em questão. Caberia, portanto, outro trabalho de pesquisa.

A diminuição não ocorreu apenas nesse tipo de endereçamento possível na página da cibernotícia, mas também no número de comentários na página do jornal. Paralelamente a isso,

¹¹³ Cibernotícia disponível na página <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,defesa-de-irmaos-do-ministro-da-agricultura-diz-que-eles-vao-se-entregar-a-pf,1598904>>.

verificamos um número maior de comentários nas redes sociais em que o jornal está presente, como Facebook, Google+, Twitter etc. Podemos constatar cibernotícias que não possuem nenhum comentário na página do jornal e que possuem bastantes comentários nas redes sociais. Além disso, não há mais a deferência às cibernotícias mais comentadas. E os comentários postados associados às cibernotícias publicadas antes da alteração do layout do jornal foram excluídos.

Essas constatações parecem nos mostrar que os resultados de nossa pesquisa então passam a interessar mais em termos do que nos propiciaram pensar sobre a in-determinação do que propriamente no que concerne à prática discursiva dos comentários às cibernotícias. Assim, essa dinamicidade do ciberespaço funda a necessidade de realizações constantes de pesquisas para atualização do cenário pesquisado. Isso reforça o recorte empreendido em nossa pesquisa, como se referindo a um momento do funcionamento da in-determinação nos comentários às cibernotícias.

Além disso, tais constatações conduziram-nos a imaginar que, abaixo ou não da cibernotícia, dado o fluxo dos comentários, a grande quantidade e às várias relações discursivas entre eles e também devido à extensão da leitura dos comentários, os comentários acabam fisicamente (e discursivamente) distantes da notícia, fazendo com que certas informações ou colocações se percam no esquecimento e que as referências se tornem diluídas ao longo dessa textualização que se constrói entre cibernotícias e comentários. Por isso, podemos considerar a cibernotícia como um texto, dado o efeito de unidade que ela, via funcionamento do imaginário, projeta, pois vão se produzir, na dispersão dos sentidos, os efeitos de começo, meio e fim (que são efeitos de produzir um texto) e os comentários como acréscimos laterais; e ainda o efeito de unidade decorrente da consistência significativa, dando a entender que a cibernotícia trata de um assunto específico, como se ela estivesse, de fato, falando de certa coisa, de certo fato; daí existirem as seções de cibernotícias de cinema, de esporte, de cultura, entre outras, como se o assunto estivesse nas próprias notícias e não fosse ele fruto de e sujeito a interpretações.

Assim, entendemos que o que habitualmente se chama de suporte textual, considerando a formalidade, a extensão das mensagens, o meio de circulação, afetaria o modo de ali dizer em tais comentários, de modo que as próprias cibernotícias constituem parte das CPs para os comentários sobre elas, pois, além de estarem vinculados a ela na página, em sua maioria, ao recorte do político feito pela cibernotícia, também estão associados a ela, pois os efeitos de sentido que se produzem nos comentários são em relação aos efeitos de sentido que

se produzem via leitura (ou não) da cibernotícias e/ou dos demais comentários.

Segundo Lagazzi-Rodrigues (2006, p.99 *apud* AGUSTINI & GRIGOLETTO, 2008), em uma sociedade letrada, há uma demanda por textualização. Segundo ela, efeitos como fecho, unidade, coesão e coerência se impõem no dia-a-dia, nos mais diversos modos de nos relacionarmos com as diferentes formas de linguagem. Assim, segundo Agustini e Grigoletto (2008, p.151), a questão da injunção à textualização também ocorre no espaço virtual como prática cotidiana de linguagem e “o sujeito também está ali sob a injunção da textualização, mas uma textualização que **não é regulada pelos mecanismos de controle das instituições tradicionais**” (grifos nossos). Prova disso é verificarmos que, apesar de haver, nos jornais *online*, orientações advertindo os leitores/comentadores a não falarem mal ou xingarem, ou escreverem de uma forma ofensiva, há comentários que descumprem essas políticas e normas editoriais e mesmo assim são postados.

Uma das particularidades do funcionamento da injunção à textualização nos e pelos comentários às cibernotícias diz respeito aos endereçamentos ali possíveis. Quanto a essa particularidade, consideramos que se escreve (n)os comentários (e mesmo (n)a própria cibernotícia) partindo da existência de um interlocutor “do outro lado da conexão”, de um “não se sabe quem” a lhe servir de interlocutor e que pode vir a enunciar-se como locutor, mas que pode optar por não o fazer, permanecendo na condição de leitor.

Embora a reversibilidade entre (inter)locutor seja possível nesse espaço, ela pode não ocorrer. Não há, então, garantia de que essa reversibilidade aconteça. Essa ausência de garantia também se dá em relação ao IRC, ICQ, MSN¹¹⁴, e outras ferramentas de conversa simultânea, nas quais, apesar de serem vistos *online* os internautas, o internauta pode não estar disponível no momento ou ele pode ainda colocar seu *status* como ocupado ou invisível, por exemplo, sem realmente o estar, a fim de que, possivelmente, outras reversibilidades sejam priorizadas ou não.

¹¹⁴ IRC, ICQ, MSN constituem locais na internet de conversa simultânea, e significam, segundo Sawaya (1999), Internet Relay Chat, I seek you e Messenger, respectivamente. O IRC, segundo Sawaya (1999, p.242), é a “*retransmissão de Conversa via Internet*” e foi criado na Finlândia. Trata-se, segundo a autora, de “um serviço de bate-papo (*chat*) em tempo real na Internet com participantes do mundo inteiro. Há várias redes de computadores que são anfitriões deste protocolo de conversação, com milhares de ‘canais’ (ou ‘salas’) freqüentados por milhares de pessoas para assuntos de qualquer interesse. Para se ter acesso a este serviço é necessário um programa-cliente IRC, que exibe a lista dos ‘canais’ IRC atuais. (W-1)”. “ICQ é um [programa de comunicação instantânea](#) pioneiro na [Internet](#) que pertence à companhia [Mail.ru Group](#). A sigla ‘ICQ’ é um [acrônimo](#) feito com base na pronúncia das letras em inglês (*I Seek You*), em português, ‘Eu procuro você’, porém é popularmente conhecido no Brasil como ‘i-cê-quê’”. “MSN (derivado de **The Microsoft Network**) é um [portal](#) e uma rede de serviços oferecidos pela [Microsoft](#) em suas estratégias envolvendo tecnologias de [Internet](#). O logotipo representa uma borboleta, que “captura a imaginação e a liberdade” de conversar no MSN.” (cf. Wikipédia, 2011)

Paralelamente ao fato de priorizar determinadas reversibilidades e certas relações discursivas, há ainda outra especificidade do endereçamento nos comentários às cibernotícias, apresentando um funcionamento inverso, ou seja, não efetivando uma reversão, por promoverem certa ruptura. Ao observarmos os comentários às cibernotícias, além de verificarmos aqueles comentários que “conversam” com a cibernotícia, outros que “conversam” com a cibernotícia e com outros comentários, outros que “conversam” apenas com outros comentários, constatamos ainda a presença de comentários que promovem o que chamamos de rupturas, as quais têm um funcionamento interessante por, a nosso ver, terem relação com o efeito de in-determinação dos traços referenciais na instância de discurso produzidas no e pelo comentário nesse espaço discursivo, de modo a (re)velar um traço de implicação subjetiva, o que detalhamos no capítulo 4.

Entendemos a expressão *implicação subjetiva* (ou *implicação do sujeito*) como sendo algo que permite revelar o modo como a linguagem toca e constitui os sujeitos, o ser tocado pela linguagem, já que esse modo não é igual para todos. O sujeito, segundo concepção da AD, é social, posto que é interpelado pela linguagem já a partir de posições sociais, e nas/pelas discursivizações produzidas nesses e por esses lugares, ou seja, são experiências já mediadas pelo social. O processo de interpelação é um processo ideológico que, em certo sentido, já organiza a realidade dos interlocutores, mas o modo como ele é tocado por certas discursivizações, por certos acontecimentos discursivos, é único e individual, ele é tocado pela língua(gem) de modo diferente. Isso se relaciona ao modo como ele é afetado pelo simbólico, diz de sua relação com o simbólico.

O sujeito se inscreve e “revela” essa emergência de implicação subjetiva. Ele se inscreve no que está sendo dito, porque as associações acontecem nele, porque as experiências de linguagem de cada um são singulares. Podemos estar juntos, experienciando uma mesma experiência de linguagem, mas estamos experienciando essa experiência de linguagem diferentemente, porque ocupamos lugares diferentes no modo como o simbólico nos constitui.

Assim, quando falamos em *implicação subjetiva*, podemos pensá-la como sendo o modo como a linguagem toca o sujeito e que esse modo é afetado pelas interpelações ideológicas que ele sofre, nos lugares sociais que ocupa, por parte das instituições sociais. A implicação subjetiva corresponde a: “eu digo isso porque isso diz algo de mim no sentido de (que)...” eu acredito nisso, ou isso está me incomodando/afetando. As associações acontecem nele, no sujeito, pois há vários outros espaços discursivos para os quais o comentário com efeito de ruptura pode ir, mas a associação com esse outro espaço discursivo acontece no

sujeito, e não fortuitamente. Como o sujeito é efeito de linguagem, sempre há implicação subjetiva. Visualizamos, no discurso, as marcas dessas implicações. No nosso caso, assim procedemos pensando sua relação com o funcionamento da in-determinação.

Em nosso entendimento, nos comentários às cibernotícias, a reversibilidade parece se efetuar em uma série de possibilidade de endereçamentos. Esse outro perfil de jornalismo, ao dar abertura à participação do leitor, produz para ele, de certo modo, outro lugar de locutor, um locutor que escreve e que se inscreve em tais comentários, nos quais as várias postagens configuram, a nosso ver, enunciações sobre enunciações, visto que, além da *enunciação leitura* possível a partir da *enunciação escrita* da cibernotícia, são possíveis alguns endereçamentos, reforçando o espaço para reversibilidade, havendo também *enunciação escrita* sobre *enunciação escrita*. Os comentadores podem se endereçar à cibernotícia, aos demais comentários, à cibernotícia e aos comentários, ao próprio comentário, ou podem até mesmo não endereçar, não comentando nada naquele espaço, como nos casos de ruptura.

Quando mencionamos, citando Benveniste (2006), que a noção de enunciação fomenta outra enunciação de retorno, ao pensarmos os comentários às cibernotícias, visualizamos que essas enunciações de retorno ocorrem via os próprios comentários, em relação à cibernotícia, mas neles também acontece de diferentes formas: pela leitura da cibernotícia, pela leitura da cibernotícia culminando em um comentário, pela leitura de comentário(s) seguida ou não de outro comentário, pela leitura de comentário(s) que culmina em outro(s) comentário(s) e por postagens que, em uma primeira análise, não chegam a se caracterizar como comentários (não-comentários), estando, aparentemente, “não conversando com nada”.

Nos comentários a cibernotícias, há, a nosso ver, uma demanda à participação, um apelo que é social, um apelo, por parte do jornal *online*, à textualização, mas não são todos que serão leitores (daquele jornal) e não serão todos os leitores que passarão a comentadores. Por isso, essa abertura à participação afeta a relação do comentador com o que (se) diz ali, pois pode revelar vestígios de certa implicação subjetiva, já que nem todos são tocados igualmente por essa demanda, nem todos são igualmente tocados pelos sentidos provocados na e pela cibernotícia, ou por outras razões que os levariam a comentar. Por isso, aquele que ali posta, ao comentar, deixa inevitavelmente, vestígios de certa implicação subjetiva, pois consideramos que não há possibilidade de o sujeito não estar implicado naquilo que ele escreve, o que julgamos ocorrer especialmente (e de modo mais explícito) nos comentários que não endereçam.

Para nós, o não-endereçar pode estar relacionado a certo descumprimento das normas editoriais, e mais ainda, a uma espécie de resistência a entrar para a ordem do discurso prevista nessa prática discursiva. Sob essa óptica, ao postarem comentários que, aparentemente, não endereçam, os participantes estariam tentando não entrar para a regularidade dos endereçamentos e, logo, para a ordem que regula o funcionamento dessa prática. Parece haver, portanto, dentre os comentadores, aqueles que “pretendem” não entrar para a ordem do discurso jornalístico virtual e não ceder a suas coerções e postam comentários que, ao menos aparentemente, não endereçam, os quais, embora sejam possíveis, não são regulares, não constituem a maioria dos comentários. Apesar disso, comentários como esses, permanecem na página, ainda que sejam percebidos como não comentando devidamente a cibernotícia e/ou os comentários.

Como uma das propriedades fundamentais da linguagem é, segundo Benveniste (2005), a reversibilidade, de algum modo, incita o comentador a colocar, a (se) dizer, a opinar, a participar, a (poder) dizer, de modo que há comentários que não têm relação direta com a cibernotícia, nem mesmo com os demais comentários, mas que marcam certa passagem por aquele espaço e/ou atendem a uma demanda de textualização daquilo que toca o comentador, impelindo-o a (se) marcar no não-sentido do(s) sentido(s). Assim, o comentador exorbita os dizeres previsíveis e esperados, provocando estranhamento e profusão de sentido(s).

Esses comentários trazem à evidência (d)o efeito de participação no espaço virtual, porque o comentador participa, mas não participa (se) dizendo a partir das redes discursivas em circulação ali; participa colocando algo de si na circulação dos sentidos públicos, de modo a (re)colocar em discussão outras discursividades ou de modo a (re)colocar em discussão, de modo diferenciado, questões já-postas de outros modos em outros dizeres em outros lugares. Um comentário assim constituído pode não ter repercussão e não gerar outros endereçamentos e, em detrimento de sua presença, outros comentários podem ser postados, (re)tomando o (dis)curso interrompido; no entanto, permanece ali, imbuído do desejo de (a)trair seus leitores e convocá-los, no seu não-sentido aparente, a sair do trânsito normal(izado) dos sentidos institucionalizados, impelindo-os a interpretar.

Essa pode ser uma tentativa de deixar ali uma marca de sua participação no mundo virtual, de seu engajamento, de sua existência/participação naquele espaço. Seria, conforme compreendemos, uma escrita semelhante a que se dá nos banheiros públicos, às pichações, com um funcionamento parecido, haja vista uma reportagem transmitida pela Rede Globo, em que a entrevistadora questiona um rapaz que pichava, no alto de um prédio, PAZ. Ao

questioná-lo se aquilo seria uma manifestação, uma reivindicação por paz, ele respondeu negativamente, explicando não haver uma razão específica, dizendo que ele escreve por escrever, o que diz ao (se) dizer parece não importar; é o sujeito sendo falado na e pela palavra que o constitui. Assim como a pichação é deixar uma marca (de si) no espaço, esse tipo de escrita pode ser considerado uma marca no e-urbano¹¹⁵. Isso nos remete ao que Benveniste (2006, p.222) diz sobre a linguagem ao afirmar que “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver” e, por isso, por meio dela e através dela, é possível entrever certa implicação subjetiva.

Diante disso, somos conduzidos a pensar outra especificidade dos comentários às cibernotícias, os quais, embora possam manter certas semelhanças com outras práticas discursivas, delas diferem-se, por exemplo, com relação ao crivo da política editorial. Diferentemente das Cartas do Leitor, que podem não ser publicadas, dado o rigor de determinado jornal ou revista, os comentários, apesar de infringirem algumas normas, na maioria das vezes, são mantidos disponíveis na internet, contrariando as orientações e advertências feitas pelo jornal ou pela revista.

Portanto, os internautas, acostumados a terem na internet o seu anonimato preservado, manifestando-se “livremente”, ganham também nos comentários às cibernotícias, um espaço opinativo sobre as cibernotícias do jornal, configurando uma participação “livre”, (in)dependente de uma política editorial que controla ou não quais comentários entrarão no espaço reservado até então a poucas cartas do leitor que os jornais impressos disponibilizam. O poder de controle da política editorial no espaço virtual das cibernotícias é amenizado, pois o controle de quantos e quais textos entram pela política editorial do jornal *online* parece menos restrito do que a do impresso, ainda que haja a presença de um possível moderador a quem cabe efetuar certa censura.

Observamos que, embora pareça haver certa normatização na aceitação dos comentários, isso não ocorre em todos os casos, em todos os jornais. Por exemplo, no jornal “Estadão”, para participar comentando as cibernotícias, é necessário fazer um cadastro e confirmar o e-mail¹¹⁶. Feito isso, antes de postar o comentário, é necessário efetuar o *login*, no qual há advertências sobre a regulamentação das participações ali¹¹⁷, alertando para o

¹¹⁵ Segundo Dias (2015), o e-urbano relaciona-se ao “processo de produção de sentido no e do espaço urbano” e ao “processo de produção da vida no que diz respeito às suas relações sociais nesse espaço urbano significado pelo eletrônico. Trata-se, portanto, de um espaço urbano marcado pelo eletrônico.

¹¹⁶ Em alguns casos não é feita nenhuma espécie de conferência do cadastro.

¹¹⁷ Antes de comentar é preciso fazer um *login*, em cujo campo há os seguintes dizeres: “Serão rejeitadas mensagens que desrespeitem a lei, apresentem linguagem ou material obsceno ou ofensivo, sejam de origem

“conteúdo” dos comentários, os quais não devem conter palavras ofensivas, obscenas, não devem estar fora do “contexto do blog/comunidade”, dentre outras orientações, sob pena de esses comentários serem rejeitados, estando os participantes sujeitos a sanções. Desse modo, essa orientação aponta para a existência de um mediador a intervir na aceitação desses comentários. Alguns jornais funcionam assim, e são mais rigorosos nesse sentido, submetendo os comentários a uma apreciação para irem “ao ar”, e fazem com que não seja algo simultâneo, devido ao intervalo entre a submissão da postagem à apreciação do jornal e, de fato, sua publicação.

Conforme verificamos, há, de um modo geral, o apontamento de normas a serem seguidas, e elas parecem convergir para uma regulamentação, mas observamos que não é sempre isso o que ocorre, essa intervenção do jornal não é exercida em certos casos, funcionando, talvez, somente em alguns jornais, isto é, mesmo havendo essas advertências antes de postar o comentário, constatamos que essas imposições não são cumpridas, e os comentários são publicados, ainda que com conteúdos ofensivos, obscenos, palavras de baixo calão, ou fugindo à cibernotícia¹¹⁸. Isso nos parece reforçar ainda mais o imaginário de ter, nesse lugar dos comentários às cibernotícias, um lugar de “tudo poder dizer”, de um dizer tudo de qualquer modo.

Assim, o leitor, de participação limitada frente aos jornais, passa a desempenhar papel de leitor-participante, tendo, nos comentários às cibernotícias, o lugar para sua ampla atuação como comentador. É como se a internet permitisse uma aproximação maior entre quem escreve e quem lê a cibernotícia, visto que os comentários vão estar lá fixados, ou melhor, afixados à cibernotícia, ou uma aproximação entre os leitores-comentadores.

Nessa relação com os outros comentadores, entendemos que a discussão sobre a face, segundo Goffman (*apud* WILSON, 2009), novamente se nos apresenta, podendo haver, por parte dos comentadores, a preocupação com a imagem que criam. Nesse sentido, o cumprir a netiqueta, assim como a própria política (e advertências por parte do jornal), que parecem ser mecanismos de coerção da internet e dos jornais, pode revelar-se como uma tentativa de manter o equilíbrio nas relações¹¹⁹ e de preservação das imagens dos comentadores. Decorre

duvidosa, tenham finalidade comercial ou não se enquadrem no contexto do blog/comunidade. A responsabilidade pelos comentários é exclusiva dos respectivos autores. Os leitores e usuários desse blog/comunidade encontram-se sujeitos às condições de uso do portal de internet do Grupo Estado e se comprometem a respeitar o Código de Conduta On-line do Grupo Estado”.

¹¹⁸ Em uma de nossas postagens, fizemos comentários de acordo com o “conteúdo” da cibernotícia e outros que não tinham o “mesmo” “conteúdo”. Em ambos os casos, os comentários foram imediatamente publicados.

¹¹⁹ Embora, ao tratar da noção de face, o autor fale em *interações*, estamos ressignificando o conceito e usando o termo *relações*, dada a mediação da linguagem.

dessa preocupação o cuidado ao comentar, o lançar mão de formas de polidez, de cortesia.

Se, por um lado, o comentador pode se preocupar com a sua face, e tentar zelar por uma (auto)imagem positiva, entendemos que, por outro lado, o efeito imaginário da face protegida faz com que ele não se preocupe com isso. Assim como o conceito de face parece ter certa relação que constitui o imaginário em jogo no ato de comentar, nos comentários às cibernotícias, é também via funcionamento do imaginário que o comentador acredita que a face do comentador está protegida pelo anonimato e que, por isso, pode comentar de um modo que, talvez, não faria em outro espaço. Logo, a netiqueta, que pode fazer parte de alguma tentativa de controle, como vemos, pode furar, especialmente se considerarmos que dessa não preocupação podem advir relações não tão harmônicas nas relações entre os comentários. Conforme Wilson (2009, p.91), o princípio da cooperação, segundo o qual há um interesse em preservar as interações harmônicas, é criticado por alguns autores. Uma das críticas é pelo fato de esse princípio “oferecer uma interpretação idealizada das interações sociais, não prevendo interações desarmônicas e conflituosas”.

Quanto ao conceito de face protegida, nos comentários a cibernotícias, pretendemos esclarecer que temos a cautela de diferenciar “face protegida” e “rosto protegido”. Num primeiro momento, entendemos que talvez a ideia de “rosto protegido” funcione do ponto de vista do comentador: estando seu rosto ocultado, ele pode comentar como quiser. No entanto, seja a noção de face, seja a de face protegida não se resumem, a nosso ver, ao ocultamento do rosto, das feições corporais, pois entendemos que, ainda que sejam reveladas essas informações, a face pode continuar protegida, pelo modo como ele comenta nesse espaço.

Se, conforme Wilson (2009), em algumas interações, há a preocupação com a própria face implicando a preocupação com a face do outro, o que ele classifica como dois tipos de elaboração da face (defensiva e protetora), não parece ocorrer, de modo que entendemos que isso não ocorre exatamente em função do imaginário da face protegida, que garante ao comentador o direito de postar de “qualquer modo”.

Embora a inscrição do sujeito na prática não seja, na maioria das vezes, consciente, com a face protegida, o comentador não precisaria se preocupar em preservar sua imagem. Apesar disso, em alguns casos, ele se preocupa, ele entra para a ordem do discurso, no entanto, em alguns casos, ele, realmente, parece não se preocupar e é o que pode o levar a comentar de certo modo que não faria se não se sentisse com a face protegida. Porém, apesar de, em certo momento, a ideia de proteger a face leve o comentador a postar de um modo polido para manter sua autoimagem positiva, entendemos que o fato de estar protegida não impede que

imagens (representações imaginárias) dele sejam feitas, porque estas são construídas a partir do que ele diz e não propriamente a partir de sua imagem, de sua face, de seu perfil.

Assim, consideramos a cibernotícia como um texto jornalístico diferente da notícia tradicional, na mídia impressa ou televisionada, nas quais o leitor ainda não desempenhava o papel de leitor-comentador, como se dá com as notícias dos jornais *online*. Desse modo, concebemos que os comentários às cibernotícias, semelhantemente feitos por parte das pessoas que participam nas Cartas do Leitor, nos jornais virtuais, ou pelos próprios jornalistas, parecem estar demonstrando um novo perfil de jornalismo, que dá margem a inúmeras e variadas participações dos leitores.

Assim, a internet, como uma grande mídia, estaria, então, servindo de lugar para “ter voz”, na busca por ser ouvido/visto, por se manifestar, como um lugar onde supostamente tudo pode ser falado, tudo pode ser feito, dada a proteção de sua identidade, sem o reconhecimento, por exemplo, de que na escrita virtual há algo também que falha, que escapa, mesmo nos jornais em que há regulamentação, porque a falha é algo próprio da língua, lhe é constitutiva, o que, de certo modo, relacionamos ao que Orlandi (2012b) chama de “dígito falho”¹²⁰. O dígito falho é parte da materialidade linguística, algo possível nesse espaço discursivo, pelas condições de seu suporte, e que se materializa (que aparece na materialidade discursiva).

Prova disso é que, no texto virtual, assim como na escrita convencional, as reiteraões aparecem também, levando um comentador a postar mais de uma vez, para “corrigir” o que disse, “tentando cercar a possibilidade de o sentido ser outro” (AGUSTINI, 2011)¹²¹, explicando o que “quis dizer”, pois, ao postar comentários, não tem garantias de como seu comentário vai repercutir, ocasionando “enunciação em cima de enunciação”, de modo que, deparando-se com o não-sentido, ou outro sentido, retorna aos comentários para tentar extirpá-lo(s); volta ao que já disse para fazer outra enunciação. Ele procede assim ao que chamamos de “repostagens”.

Além disso, a enunciação em cima da enunciação acontece considerando que temos cibernotícia (enunciação) seguida de comentários (enunciações), ou ainda que podem ser

¹²⁰ O termo “dígito falho” é empregado por Orlandi (2012b) para se referir a equívocos na digitação, que envolvem a supressão ou acréscimo de letras que decorre da relação entre o movimento dos dedos e o teclado, e que podem evidenciar mais do que mera troca de letras. Por isso, de certo modo, relacionamos as falhas nos comentários a essa noção, entendendo que há casos de falha que não são relacionadas à digitação, mas que, igualmente, podem ser considerados como algum vestígio de implicação subjetiva.

¹²¹ Enunciado proferido pela Profa. Dra. Carmen L. Hernandez Agustini, no dia 20 de junho de 2011, durante aula da disciplina de Teorias da Enunciação, no Programa de Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

feitas por um participante, mais de uma vez (novas enunciações a partir das anteriores). Temos, pois, enunciação em cima de enunciação em vários sentidos: leitura da escrita, leitura seguida de escrita do comentário, escrita em cima da escrita de outros comentários, escrita em cima da própria escrita¹²².

A partir da leitura de Benveniste (2005,2006), entendemos que a leitura (oral ou não) pode ser considerada enunciação, pois, ao ler, também se está, individualmente, mobilizando a língua, mas isso entendendo a leitura não meramente como um processo de decodificação, assim como a escrita dos comentários à cibernotícia, que notadamente nos interessa, não pode ser considerada um ato puramente mecânico, de cópia ou de transcrição, ainda que o comentador simplesmente copie e cole um *link*, ou um dizer. Isso porque entendemos que, mesmo nesse ato de copiar e colar, pode haver uma implicação subjetiva que o fez postar dessa forma, que o fez associar a cibernotícia e/ou demais comentários a isso que ele traz como “cópia”. Empregamos o termo entre aspas considerando que essa “cópia” ali significa diferentemente, não se constituindo exatamente uma cópia. Ao “copiar” já significa de outro modo. Por exemplo, um *link* postado como comentário não é apenas um *link* copiado, transcrito. Ele significa algo, pois foi feita a associação dos sentidos que circulam na cibernotícia e/ou nos comentários e que tocaram aquele comentador de modo a levá-lo a fazer tal associação e a comentar desse modo.

Diante de todas essas possibilidades de enunciação, da vasta quantidade de comentários, devemos esclarecer que nem todos constituem o *corpus* deste trabalho, havendo sido realizados alguns recortes para a devida análise da in-determinação nos comentários às cibernotícias. Antes de apresentarmos as análises, cumpre-nos esclarecer como procedemos metodologicamente na constituição do material de pesquisa, na efetuação dos recortes e das análises, o que abordamos no capítulo 3.

¹²² Se uma enunciação, segundo Benveniste (2006), suscita outra de retorno, temos sempre enunciação em cima de enunciação. E, em todo caso, em todo comentário, uma enunciação em cima de leitura (enunciação). No entanto, no tipo de manifestação de linguagem com que trabalhamos, os comentários às cibernotícias, essa enunciação sobre enunciação está posta pelo próprio funcionamento do suporte e isso vai ter implicações diretas no modo de dizer nessa prática. Por exemplo, só conseguirmos falar de um enunciado com efeito de ruptura porque essa relação de enunciação sobre enunciação está posta ali. Temos a cibernotícia e os comentários são relativos a ela.

CAPÍTULO 3

QUESTÕES E IMPLICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

3.1 Material de análise: constituição do material de pesquisa

A metodologia de um trabalho científico, sobretudo o plano de trabalho (no que concerne aos procedimentos metodológicos), é construída/elaborada, sob nossa perspectiva teórica, no contato com o material de análise, pensando o objeto de estudo a partir de certos lugares teóricos, isto é, em função da relação do pesquisador com a teoria, com o material e em função das relações que o pesquisador estabelece entre essa teoria e esse material.

O discurso, como objeto de estudo, não é natural e essencialmente discurso. O olhar teórico direcionado para o material de pesquisa, além de interferir no próprio modo como ele é analisado, é que o torna discurso, é que o torna efeito de sentido entre interlocutores. É o olhar do pesquisador que, voltado para certa materialidade linguística, passa a interpretar, a atribuir possíveis sentidos, sentidos outros; é o olhar de analista que passa a relacionar esses possíveis sentidos às CPs, que procura (entre)ver a equivocidade constitutiva do funcionamento da língua no discurso, e, logo, lidar com a falha própria de emergir no discurso.

Assim, como nada é essencialmente discurs(iv)o (segundo o concebemos a partir dos lugares teóricos em que nos situamos), e sim uma construção elaborada pela lente teórica que analisa o material de pesquisa, é a partir dessa lente, do olhar teórico nela implicado, que o material de pesquisa vem a constituir-se como discurs(iv)o. Caso contrário, o que temos é apenas a materialidade linguística.

Partindo dos lugares teóricos em que nos situamos, coloca-se para nós, para problematizarmos a in-determinação nos comentários às cibernotícias, questões relativas à descrição-interpretação (tocando em questões da composição do material de análise) e ao recorte (tocando em questões relativas aos procedimentos de análise). Neste tópico, ater-nos-emos às considerações sobre a descrição-interpretação, cabendo, para o tópico seguinte, a discussão sobre a noção de recorte.

Sob nosso prisma, especialmente segundo a AD, não haveria apenas descrição, isenta de interpretação. Ao descrevermos, já interpretamos e, por isso, pela impossibilidade de lidarmos/analísarmos o todo do material de pesquisa, e o olhar para o objeto de estudo ser

sempre afetado por nossos posicionamentos, as análises que fazemos advêm de recortes, sobre os quais discorreremos no tópico seguinte.

Ademais, quando falamos em descrição e em interpretação, não estamos entendendo ambos os procedimentos numa relação de correspondência, ou de complementaridade, mas entendendo tais termos como um par, descrição-interpretação¹²³, o que significa compreender a simultaneidade de ambas, já que uma implica/imbrica a outra. Conforme Pêcheux (2008, p.54), não se trata de fases sucessivas, e sim “de uma alternância ou de um batimento” entre elas, sem que se misturem a ponto de serem confundidas. E é a partir dessas categorias que o analista deve atuar, na tensão entre ambas, sendo que, na verdade, ele começa a recortar desde o momento mesmo em que constitui o material de pesquisa, estendendo-se esse ato para a constituição do *corpus* e dos procedimentos de análise.

Para a AD, assim como para a Teoria da Linguagem benvenistiana, não há dados - pois o dado jamais é *dado*, em função da própria maneira de observar e descrever os fatos linguísticos. O modo de tratar esses dados decorre da forma de observá-los, o que já é, em si, um início de descrição-interpretação. Logo, como na perspectiva discursiva, considerando que os sujeitos não estão ausentes daquilo que dizem (se marcam na estrutura do que dizem, sendo a enunciação irrepitível), justifica-se a inexistência desses dados nesse sentido.

Como a construção do *corpus* e a construção do procedimento de análise na AD sempre fazem o batimento entre a descrição e a interpretação, elas se direcionam a formas linguísticas e fazem uma análise linguística, mas considerando ser sempre em função de uma interpretação possível. Por isso, quando procedemos a nossas análises sobre a in-determinação nos comentários às cibernotícias, cumpre-nos reconhecer, neste capítulo metodológico, que elas não são feitas senão passando por nossa interpretação. Assim, elas não são “a descrição”, mas **uma descrição** possível a partir de nossa interpretação, pela qual procuramos nos responsabilizar, dando os fundamentos e argumentos necessários a sua sustentação. Essa é uma questão de ética que se nos põe como analistas. É preciso, pois, que reconheçamos as limitações de nossas análises, mas que, ao mesmo tempo, nos responsabilizemos por elas, reconhecendo também a impossibilidade de fechamento de atribuição do sentido, haja vista os pontos de deriva possíveis que podem se apresentar e que o analista deve explorar, sabendo que também ele está em uma posição de leitor, de “interpretador”.

¹²³ Para a AD, a relação descrição-interpretação é da ordem do procedimento de leitura e do procedimento de análise.

O material de análise desta pesquisa constitui-se de comentários¹²⁴ às cibernotícias políticas (e cibernotícias) dos jornais *online* “Estadão”, disponível no site <<<http://www.estadao.com.br>>> e “Folha de S. Paulo”, disponível no site <<<http://www.folha.uol.com.br/>>>¹²⁵. Optamos por lidar com dois jornais de mesmo Estado, notadamente esses dois, dada a abrangência que têm, à sua dimensão em termos de leitores nacionalmente falando, haja vista que, mesmo em Minas Gerais¹²⁶, por exemplo, muitas pessoas assinam esses jornais, isto é, são jornais nacionalmente representativos, por sua aceitação, tendo assinantes inclusive de outros estados do país.¹²⁷

Considerando que toda produção discursiva é política - se consideramos que ela direciona o sentido para algum lugar (o chamado “sentido forte do termo”, aquele que atravessa o discurso, as relações sociais), é preciso esclarecer o sentido de *político* neste trabalho: o recorte de nosso trabalho é feito em cibernotícias políticas no sentido de representação, a política relacionada aos governantes, ao aspecto eleitoral, partidário e que, por isso, pertence, de saída, como já dissemos, a dois espaços discursivos, o jornalístico e o político.

O *corpus* é constituído de cibernotícias políticas, porque o político seria, em tese, um espaço para mostrar e discutir algo de interesse público, mas, pelo que verificamos, é também lugar onde emerge algo do privado, havendo, portanto, uma dissolução desses limites. Essa dissolução é algo próprio da internet, observável também em relação a fotos, vídeos etc., mas que, nos comentários, tem suas especificidades.

Atribuímos, de início, essa dissolução ao funcionamento da in-determinação nessa prática, procurando (re)conhecer o que a in-determinação, com as características específicas desse espaço, pode fazer com os sentidos que estão em circulação sobre o político. E, nesse sentido, tal diluição seria um dos efeitos da in-determinação. Por isso nossa “preferência”¹²⁸

¹²⁴ Sob a perspectiva da necessidade de uma análise parte-todo, conforme explicaremos a seguir, não é possível a contabilização de quantos comentários foram analisados, haja vista que nossa interpretação de determinados comentários é perpassada por uma (ainda que breve) leitura de vários comentários. Apesar de pretendemos descrever-interpretar o funcionamento da in-determinação nos comentários às cibernotícias políticas, nossa preocupação não se encerra em tratar os comentários “com exaustão”, de modo que não nos interessa analisar uma enorme quantidade de comentários, pois entendemos que não é a quantidade que se torna representativa desse funcionamento, e sim seus efeitos.

¹²⁵ Reconhecemos a possibilidade de comentários a cibernotícias poderem ser feitos em outros espaços virtuais, mas aqui, neste trabalho, interessam-nos os comentários a cibernotícias vinculados à mesma página da cibernotícia de jornais online, e não em blogs, *Twitter*, dentre outros recursos da Internet.

¹²⁶ Ressaltamos aqui o Estado de Minas Gerais tendo em vista que estamos nesse Estado, escrevendo esta tese a partir de um lugar em Minas Gerais.

¹²⁷ A nosso ver, isso é significativo e tem seus efeitos discursivos.

¹²⁸ Empregamos as aspas no termo “preferência” para sinalizarmos que não é uma escolha consciente. Não é somente uma escolha que se justifica pelas razões teóricas que apresentamos neste trabalho, mas porque, de

pelas cibernotícias políticas, a fim de verificarmos essas rupturas, que parecem interromper o fluxo das discussões sobre fatos políticos.

Além disso, afirmamos, no capítulo 2, que os comentários parecem um espaço público, para discussões de questões públicas, ou seja, de interesse do coletivo e que, por isso, talvez, as cibernotícias políticas estejam frequentemente entre as mais comentadas. A partir disso, definimos como sendo nosso material de análise os comentários às cibernotícias políticas, entendendo que estes e estas seriam uma expressão genuína do funcionamento dos comentários às cibernotícias.

Outra justificativa é pelo que tais cibernotícias incitam. Elas, ao abrirem espaço para participação dos leitores, estimulam o debate entre eles. Assim, elas criam o efeito de participação de que, ao comentarem, as pessoas estão participando ativamente das decisões e das discussões importantes para o país, para o Estado.

Na televisão, o telespectador (o cidadão), “engolido” pelas imagens, “esquece” que é cidadão. Ele é “consumidor”, pois a televisão naturaliza a ideia de consumo, ao fornecer, por exemplo, imagens, noticiários, propagandas, os quais o telespectador “engole”, como que “sem escolha”. Diante da publicidade, dos fortes apelos da mídia, ou mais especificamente, dos fortes apelos das empresas na mídia televisiva, esse cidadão se “esquece” de que é cidadão.

A migração das empresas jornalísticas para o espaço virtual, criando um espaço em que o consumidor pode se manifestar, como os comentários, por exemplo, faz com que esse consumidor seja/sinta-se (re)qualificado como cidadão, fazendo funcionar, conseqüentemente, o efeito de participação. Trata-se de um (e)feito publicitário de (re)qualificação. Por isso, certos leitores querem participar da discussão desses assuntos que são de amplo interesse público, os assuntos políticos, os quais têm repercussão direta na vida de um número muito grande de pessoas, tratam de questões de interesse nacional.

Os leitores sentem-se habilitados a comentar, ainda que não sejam entendedores do assunto, porque talvez não possam ser responsabilizados pelo que dizem. Não sendo especialistas sobre o “conteúdo” (o que os diferencia dos comentaristas), os comentadores julgam-se capazes de opinar e dizer o que lhes interessa e do modo como lhes interessa, ou, sem se importar com isso, já que o espaço virtual, dadas suas características, estimula a

algum modo, também somos afetados pelos efeitos de sentido que tais cibernotícias podem suscitar. Trata-se de uma preferência a ser compreendida também como nosso afetamento, uma injunção; também há nisso a nossa implicação subjetiva.

participação ao criar o efeito de face protegida, de ser participativo ao se prestar a fazer uma crítica ou mesmo a não a fazer.

É por isso que, muitas vezes, questões importantes acabam ficando sem uma discussão séria. Isso pode ter a ver com os efeitos da in-determinação nessa prática. O não responsabilizar, o não ter de responder pelo que diz, as representações construídas a partir dos dizeres. Essas representações muitas vezes incomodam os comentadores e os levam a retornar ao espaço para (re)(des)dizer; ou às vezes não incomodam e não retornam para retificar ou ratificar, já que eles podem não se importar com as representações criadas de si e com as distorções que vão acontecendo o tempo todo a partir de seus dizeres.

Escolhemos analisar os comentários das “mesmas” cibernotícias, as quais fazem parte da definição do nosso material de análise. O fato de considerarmos as “mesmas” cibernotícias como procedimento metodológico justifica-se pela tentativa de lidarmos com CPs e com sentidos dominantes aproximados. E, por isso, também com algumas cibernotícias apenas.

Analizamos os comentários das “mesmas” cibernotícias dos dois jornais sem que isso signifique estar fazendo um estudo comparativo. O intuito é mostrar que os efeitos da in-determinação que constatamos não são exclusividade de um ou outro jornal *online*, de um ou outro tipo de público; que não acontecem só em um jornal, mas também em outro. Assim, não temos de lidar com uma vasta quantidade de comentários às cibernotícias.

Visando a explicar o uso das aspas em “‘mesmas’ cibernotícias”, esclarecemos que o fazemos pela impossibilidade de que seja a mesma cibernotícia, o equivalente da cibernotícia. Não temos nem a mesma cibernotícia, nem mesmo o mesmo fato noticiado, pois, ao ser discursivizado (sempre diferentemente), ele torna-se outro. Estamos, então, analisando as cibernotícias que pretendem (re)construir aquilo que seria o “mesmo fato”.

Nosso objeto de estudo é visualizado pela perspectiva da AD, sendo esse olhar atravessado por questões enunciativas. Isso significa não olharmos exclusivamente para questões estruturais para analisarmos a in-determinação, mas como efeito de sentido que se constrói de modo relacional nas diversas enunciações produzidas nos comentários às cibernotícias. Não nos interessa, então, discuti-la em termos puramente sintáticos, pois passa a entrar em jogo o espaço da discursividade. Não só a gramática, a qual vai interessar ao analista pelo que ela tem a dizer na análise.

Extrapolamos a proposta de inventariar formas e nos dedicamos à descrição-interpretação¹²⁹, mas não uma interpretação impressionista, nem sociológica, mas uma interpretação sob a qual o próprio recorte do material de análise é submetido, tendo como foco a abordagem do funcionamento linguístico, o que nos permite, inclusive, lidar com os efeitos, no discurso, do funcionamento do real da língua e, sendo o recorte relacionado às CPs, efeitos do funcionamento do real da história.

Como a descrição-interpretação depende do lugar que assumimos, fazemos estudos diferentes dos que inventariam as formas e sem a pretensão de definirmos a exata interpretação a ser dada a um comentário, a exata referência, à in-determinação, mas sim o intuito de tentarmos atribuir alguns sentidos possíveis, tentarmos delinear alguns contornos da construção referencial responsável pelo efeito in-determinado.

É uma descrição feita a partir de um ponto de vista teórico e que, em certo sentido, é uma interpretação sobre a linguagem. Vamos estar sempre interpretando a partir de um lugar (social, teórico), e, por isso, vamos estar sempre reconstruindo e essa reconstrução é parcelar. É por isso que, apesar de lidarmos com um material de pesquisa passível de ser analisado sob diversos vieses, consequentemente, ele pode ser analisado tantas vezes quantas forem as pesquisas, pois o recorte empreendido no material para constituição do *corpus* não será o mesmo, a análise não será a mesma, porque não é o mesmo o pesquisador e o olhar teórico a que esse *corpus* está submetido. Por isso, a análise é sempre parcial, o material a constituir o *corpus* sofre sempre um recorte, sobre o qual realizamos alguns procedimentos de análise. Detalhamos os nossos no tópico a seguir.

3.2. Método de análise: constituição/construção do *corpus* e procedimentos analíticos

O *corpus* é constituído/construído como um recorte do material de análise. Segundo Orlandi (1984, p. 14), “o *recorte* é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva” (grifo da autora).¹³⁰ Entendemos que, segundo essa autora,

¹²⁹ Essa perspectiva teórico-metodológica descarta que a instância da descrição não comporta a interpretação e, portanto, o modo como vemos a in-determinação, como um fato a ser estudado, muda. Assim, entendemos que esse fato já é, em si, uma construção do nosso olhar, uma elaboração teórica, havendo outras possíveis.

¹³⁰ Como não podemos abranger a totalidade da situação discursiva, inclusive o seu todo em termos de linguagem e situação, resta-nos reconhecer a limitação de nossas análises, reconhecendo ainda que ela se aplica apenas a recortes/fragmentos da relação linguagem-situação e não à relação linguagem-situação.

o recorte contempla as CPs, as quais são vistas como integrantes dos recortes.¹³¹ Logo, ao recortarmos nosso material de pesquisa, trazemos aspectos sócio-históricos, os quais atuam em nossa análise, fazendo com que essa materialidade se torne discursiva, já que, conforme previamente mencionado, Orlandi (2003) adverte que é no imbricamento entre materialidade linguística e materialidade histórica que temos a discursiva.

O ato de recortar o material de análise não é feito aleatoriamente. Ele é feito segundo as afetações teórico-metodológicas do analista e, por isso, é sempre também ele - assim como o próprio objeto de estudo - uma elaboração teórica, sendo, por isso, parcial; uma construção submetida a uma descrição-interpretação possível a partir de uma teoria.

A in-determinação, conforme compreendemos, e conforme pretendemos traçar anteriormente, é efeito de sentido, não havendo formas indeterminadas/indeterminadoras *a priori*, pois, se não há essencialismo, se não há positividade, não há formas de início (e sempre) indeterminadas, ou menos ainda, indeterminadoras. Nesse sentido, a teoria da enunciação se coloca como parte do arcabouço teórico para o desenvolvimento deste trabalho, o que implica, então, proceder metodologicamente também segundo esse olhar teórico.

Como a enunciação está na origem de todo e qualquer enunciado, e por não ser observável, considerando seu caráter efêmero, o observável são as suas marcas no enunciado. Por isso, os linguistas que lidam com a enunciação interessam-se, segundo Flores et al. (2008, p.36), por fatos linguísticos que envolvem referência ao ato de produzir o enunciado; analisam “o processo (a enunciação), e não o produto (o enunciado). Evidentemente, o processo somente pode ser analisado a partir das marcas que deixa no produto”. Assim, pela impossibilidade de analisar a enunciação em que emerge o efeito de in-determinação, analisamos as marcas que a in-determinação pode deixar no enunciado, procurando manter a escrita dos comentários exatamente do modo como ela é feita, considerando a noção de *digito falho* (cf. Orlandi (2012b)) e o que ele pode significar.

Considerando que a enunciação é o “contexto imediato” que compõe as CPs, e tendo a AD3 como nosso embasamento teórico fundamental, buscamos na materialidade discursiva dos comentários de cibernotícias o funcionamento da in-determinação. Para análise, devemos, pois, partir da materialidade linguística, na qual esse fato semântico, como efeito, deixa suas marcas, em um diálogo com questões sociais, políticas das CPs. Por isso, também faz parte dos nossos procedimentos de análise circunscrevermos as CPs em que os comentários foram postados, até mesmo porque, sendo pressuposto que estas constituem e, em certo sentido,

¹³¹ Se esse recorte é fruto do olhar do pesquisador, a situação discursiva não corresponde à situação empírica, uma vez que recortes e análises outros são sempre possíveis.

afetam os dizeres, é fundamental, para a devida responsabilização pela descrição- interpretação feita em nossas análises, que façamos tal circunscrição.

Assim como os signos são relacionais, os discursos e os efeitos de sentido entre os interlocutores também o são. Portanto, tratarmos da in-determinação como efeito de sentido tem como implicação realizar uma análise pautada na relação parte-todo, em que se torna necessário olhar para a cibernotícia na relação com seus comentários¹³², e para a relação dos comentários entre si, haja vista que é ao longo das postagens, das relações e não-relações estabelecidas entre elas, entre os interlocutores, no (des)enrolar do fio discursivo ali tecido (inclusive de suas rupturas) que o efeito de in-determinação pode se apresentar.

Se entendemos que o efeito de sentido pode surgir nos comentários e que estes podem advir de uma relação com a cibernotícia, esta é considerada parte das CPs de tais comentários, sendo que tais notícias fazem parte de nossas análises. Nosso material de análise constitui-se, portanto, de comentários às cibernotícias, mas como estas são parte das CPs de tais comentários, elas são também observadas e analisadas a partir de um ponto de vista parte-todo.¹³³

Essa análise parte-todo se pauta em sequências de comentários, pois, se o sentido é relacional, e o efeito de in-determinação vai se constituindo ao longo das postagens, entre os signos, as CPs e os interlocutores, é preciso observarmos os comentários na relação uns com os outros e com a própria cibernotícia. Por isso, outro procedimento de análise, para compreendermos os endereçamentos mencionados no capítulo 2, é a observação das datas e horários de postagem, a fim de vislumbrar questões relativas ao efeito de in-determinação, por essa constatação nos ajudar a entrever a(s) relação(s) entre os comentários, os endereçamentos e tentar atribuir/interpretar certos sentidos, já que os comentários às cibernotícias constituem-se “encontros” (possíveis) entre (inter)locutores.

¹³² As cibernotícias constam dos anexos que seguem à bibliografia deste trabalho.

¹³³ Nessa relação parte-todo, julgamos que está inserida a imagem associada à cibernotícia. Por isso, não a tomamos separadamente, mas como parte da cibernotícia. Entendemos que ela pode funcionar como um gatilho para o cruzamento das redes de memória, já que faz um recorte da cibernotícia e que pode acabar direcionando para outros espaços em termos de sentido, um recorte que é feito pela própria foto e na interpretação da foto como sendo também um recorte possível que pode direcionar para outros espaços discursivos. A própria imagem faz um recorte do que está sendo noticiado pela cibernotícia. Porém, reconhecemos igualmente que o efeito de ruptura pode emergir não a partir da imagem, podendo ocorrer, por exemplo, em comentários cujas cibernotícias não têm foto, mostrando como esse tipo de comentários não é mero comentário da foto. Traz algo que é de outro espaço discursivo. O sentido, a referência não está no texto, na foto. No caso dos enunciados com efeito de ruptura, o comentador vai a outros dizeres e os reformula, mobiliza outras redes de memória. A fim de não comprometermos o foco de nossas análises, os comentários às cibernotícias, restringir-nos-emos à análise dos aspectos verbais, mesmo nos casos de comentários com efeito de ruptura ou na análise da representação in-determinada do locutor.

A sequência de leitura de tais comentários somos nós que atribuímos, mas ela também se constrói a cada vez que se leem os comentários e é construída diferentemente por outros analistas, pelos leitores e/ou comentadores, visto que não os lemos exatamente do mesmo modo. De nossa parte, como já dissemos, procuramos fazer uma sequência de leitura pautada em questões cronológicas e procurando atribuir relações entre os comentários.

Partindo da ideia de que, comentando as cibernotícias e/ou os comentários, os comentadores estão falando das “mesmas” coisas, procuramos proceder a uma associação entre dizeres de um comentário e de outro, achando pontos de ligação entre eles, pontos estes que podem funcionar como pistas, para nós, da (re)(des)construção referencial para os comentadores.

Isso reforça a pertinência de analisarmos, de certo modo, também as cibernotícias, pois, para conseguirmos estabelecer ligações entre os comentários, precisamos, de antemão, reconhecer sentidos dominantes recortados pela cibernotícia a que tais comentários se referem. Relacionamos os comentários à cibernotícia, a fim de verificar a direção de sentidos que ela dá e que, de certo modo, é seguida pelo fluxo dos comentários. Portanto, não se trata de um recorte linear.

Assim, o apelo às cibernotícias, durante as análises, é uma consequência das questões teórico-metodológicas dos campos teóricos nos quais nos inscrevemos, pois, analisando a indeterminação como um fato discursivo, diretamente ligado à referência, que vai subjetivamente sendo construída ao longo da(s) enunciação(ões), torna-se, por isso, necessário recorrermos às cibernotícias para verificar os efeitos da in-determinação, inclusive as rupturas. O procedimento de análise relaciona a cibernotícia ao comentário. É nessa relação que conseguimos dizer, inclusive, se um comentário promove um deslocamento ou um deslize. Quando um comentário desliza, ele se mantém no mesmo espaço discursivo, no entanto, recorta/produz/reporta sentidos diferentes daqueles que estão sendo recortados/rememorados pela cibernotícia, mantendo, com ela, um elo; produz sentidos diferentes sem migrar de um espaço discursivo para outro, o que caracteriza um enunciado deslocado (o deslocamento), em que tal elo não se mantém.

Ainda no que concerne às rupturas, entendemos que, quando damos vazão à possibilidade de trabalhar com a incidência de real no discurso, estamos, a partir de Pêcheux (2008), dizendo que, ao lado do trabalho com o sentido, há um não-sentido, o que, conforme compreendemos, permite-nos trazer tais rupturas para as problematizações deste trabalho, as quais tinham sido inicialmente excluídas partindo do pressuposto de que “não conversavam

com nada”, não endereçavam. De certa forma, lidarmos com as rupturas seria lidar com o não-sentido, rompendo com uma abordagem pautada na repetição, na regularidade.¹³⁴

A AD3 trabalha, portanto, com a (ir)regularidade, no lugar do equívoco (contradição constitutiva que não se desfaz). Assim, ela lida com aquilo que escapa, que abre à interpretação, lidando, pois, não com o sentido, mas com os sentidos possíveis. Assim, uma análise de discurso pautada pela AD3 não exclui o resto deixado pelo funcionamento do real, ao contrário, ele é contemplado por essa análise. Se o trabalho com o real apresenta a possibilidade de lidarmos com o sentido e com o não-sentido, com a ordem e com a subversão a ela, com as amarrações e com o furo, olhamos também para os casos de ruptura.

Na análise dos comentários que parecem romper com o fio discursivo, é fundamental a noção de espaço discursivo, posto que é ela que nos permite recortar, como já dissemos, os comentários que se constituem como rupturas. Considerando a possibilidade de certas movimentações do discurso pelos espaços discursivos, é preciso mobilizarmos também o conceito de “sentidos dominantes”. Ele nos auxilia a perceber tal movência (e não necessariamente a migração) e a verificar os sentidos dominantes na cibernotícia e nos demais comentários. Os comentários com efeito de ruptura não veiculam esses sentidos, trazendo algo diferente deles.

Na atualização das redes de memória, emergem sentidos outros (podendo ser, inclusive, de outros espaços discursivos, sentidos dominantes em outros espaços discursivos) que, naquela conjuntura, não estão em voga. Por isso, para recortarmos os comentários com efeito de ruptura, procuramos delinear os sentidos dominantes associados àquela cibernotícia. Fazemos certo mapeamento dos sentidos dominantes nos comentários. Em face disso, a noção de espaço discursivo e, logo, de sentidos dominantes têm implicação direta na análise. Por meio delas conseguimos analisar os comentários com efeito de ruptura.

Nos comentários, os internautas criam *nicknames*, com nomes próprios ou não. Por isso, outro procedimento metodológico para a análise da in-determinação nos comentários às cibernotícias é a observação dos *nicknames* dos comentadores, para observar a in-determinação, especialmente relacionada às representações imaginárias do sujeito, mas não apenas para isso, visto que elas estão relacionadas aos próprios dizeres dos comentadores e não necessariamente a uma representação não-verbal ou pela “escolha” do *nickname*.

¹³⁴ Olhar a materialidade linguística sob o prisma da repetição é como se houvesse “o discurso”, como se não houvesse o interdiscurso, como se não fossem, na verdade, fragmentos de interdiscurso que vêm pelo discurso e que podem direcionar para o “mesmo”, o qual está, na verdade, para a ordem do efeito; como se não houvesse sujeito e atualidade ali envolvidos. É nesse sentido que, embora em CPs diferentes, os comentários sobre cibernotícias produzem o efeito de estarem falando do mesmo, embora não estejam.

Inicialmente, havíamos relacionado esse procedimento à observação/classificação de comentários como enunciados deslocados ou enunciados deslizantes e trolls¹³⁵ mediante acompanhamento das postagens sob um mesmo *nickname*. No entanto, consideramos que, mesmo aquilo que os internautas classificam, em certas posturas, certas postagens no espaço virtual, como *troll*, pode ser considerado, a depender da análise, um enunciado deslizante ou um enunciado deslocado, ou seja, promovendo também um efeito de ruptura. Logo, não manteremos essa distinção, lidando apenas com enunciados deslizantes e enunciados deslocados, considerando os *trolls* como um desses tipos de comentários que promovem o efeito de ruptura.

Considerando, segundo Benveniste (2005), que a relação entre significado e significante é necessária e aquela entre o signo e a referência é arbitrária, podendo surgir referentes (im)previstos e, inclusive, deslocamentos referenciais a que chamamos de in-determinação (posto que ela se constrói discursivamente), serão observados, também, esses deslocamentos na referência, e as novas entradas para postagens, tentando “cercar o sentido”, os comentários a comentários, que chamamos de “repostagens”. Para isso, as cibernotícias são lidas na relação com seus comentários, e os comentários entre si.

É nesse sentido que as cibernotícias comparecem nas análises, como parte das CPs dos comentários. Portanto, nosso objeto de estudo é a in-determinação nos comentários às cibernotícias, e o material de pesquisa a compor o *corpus*, em decorrência da relação teoria-metodologia, constitui-se de cibernotícias e seus comentários, tendo como hipótese, para nossas análises, que, a partir da nossa concepção de in-determinação e diante da dispersão dos comentários, entendemos que, na prática discursiva dos comentários às cibernotícias, a in-determinação parece acirrar-se, mostrando-se como um efeito de sentido que pode estar, além de revelando certos aspectos do funcionamento dos comentários, levando a outros tantos efeitos, os quais são nomeados na análise.

¹³⁵ O termo *troll*, segundo a Wikipédia, “designa uma pessoa cujo comportamento tende sistematicamente a desestabilizar uma discussão, provocar e enfiar as pessoas envolvidas nelas.” O termo surgiu derivado da expressão *trolling for suckers* (“lançando a isca para os trouxas”) e é frequentemente empregado pelos internautas para se referirem a esse tipo de comportamento. Entendemos que os *trolls* não aparecem apenas nos comentários às cibernotícias; eles são uma postura na internet de modo geral, postura essa que tende a desestabilizar uma discussão. Por isso, no que concerne a uma análise discursiva, eles podem ser classificados como comentários deslizantes ou deslocados, visto que não nos parecem diferenciar significativamente do que discursivamente se constitui enunciados com efeito de ruptura. Portanto, para nós, como analistas, os comentários com os possíveis *trolls* nos interessam do ponto de vista discursivo pela ruptura que promovem na regularidade dos comentários. Assim, do ponto de vista discursivo, não os diferenciamos dos enunciados deslizantes ou enunciados deslocados, pois a intenção pretendida com um comentário que possivelmente seja de um *troll* não interfere no que, efetivamente, nos interessa, ou seja, seu funcionamento e os efeitos que ele produz, até mesmo pela impossibilidade de nos assegurarmos das intenções das postagens.

Pensando em termos de efeitos (de sentido), toca-nos a ideia de não fazer, conforme Benveniste (2005) nomeia, um inventário de formas previamente supostas como indeterminadas/indeterminadoras, mas de pensar nos efeitos de sentido resultantes como a indeterminação, não mais como um fato de afetações e implicações meramente sintáticas (mas a sintaxe como sendo um mecanismo fundamental nos e dos processos discursivos, como operador discursivo), reconhecendo que a interpretação está sempre posta, no próprio olhar para o objeto de estudo, a qual, porém, não é manifesta, mas construída e sustentada, sendo, pois, papel do analista expor o olhar-leitor à opacidade dos dizeres (cf. PÊCHEUX, 2008).

Em nossos recortes, concebemos os comentários como enunciados. O termo *enunciado* pode, como uma de suas leituras possíveis, ser entendido no particípio (passado) do verbo *enunciar*, pode ser compreendido como algo (já) dito (que foi, é ou será enunciado). Portanto, se pensamos a enunciação como a atualização de dizeres, relacionamo-la ao ato, à prática social de comentar. Assim, o comentário é vestígio desse ato e, por isso, pode ser considerado como enunciado, como algo que foi dito, que restou desse ato, ou seja, os dizeres proferidos no ato de comentar.

Por isso, os enunciados com que lidamos são os comentários, em torno dos quais construímos nossos recortes. Os recortes são, portanto, constituídos de comentários inteiros, os quais, em análise, podem ser fragmentados, por exemplo, para relação com demais comentários. *Enunciado* não apenas no sentido de materialidade linguística que resta como vestígio da enunciação, mas como algo dito e que, por isso, é marcado por variáveis discursivas (as CPs, as características do espaço discursivo, as afetações no modo de dizer) e considerando-se que há sujeito, que há real, simbólico e imaginário que atravessam o sujeito, seus dizeres e sua relação e experiência com a língua(gem).

O discurso é definido, por Pêcheux (1997 [1969]), como efeito de sentido entre interlocutores e não se reduz à enunciação, nem ao enunciado. O enunciado é “o resto morto da enunciação”, porque todos os aspectos constitutivos desse processo, quando se tem só o registro da materialidade linguística, se perdem. Na verdade, isso sempre se perde. Por isso a enunciação é evanescente, efêmera e irrepetível. Como a noção de atualidade envolve a enunciação, isso implica dizer que a atualidade é também evanescente e que os efeitos de sentido que podem ter surgido num momento podem estar perdidos para sempre, podem não ser reconstruídos.

Diante disso, cabe ao pesquisador tentar reconstruir, a partir do resto, o que poderia ter sido a enunciação e os efeitos de sentido que nela emergiram. É responsabilidade do analista

assumir que se o que ele realiza é uma reconstrução, afetada e feita a partir do seu ponto de vista e que isso vai produzir diferença. Por isso, o analista está sempre tangenciando uma aproximação do que teria sido a enunciação, os efeitos de sentido, a implicação subjetiva... Resta sempre a possibilidade de ter sido outra coisa, de outro modo.

Se consideramos a in-determinação como um efeito de sentido, um efeito de sentido possível entre interlocutores, estamos nos situando num lugar semântico, o que implica tratar de possibilidades de sentido, de interpretação. Quando tentamos reconstruir, do nosso ponto de vista, o que poderia ter sido um efeito de in-determinação nos comentários às cibernotícias políticas, reconhecemos a improcedência de apontarmos exatamente os sentidos atribuídos pelos leitores-comentadores.

A partir desse olhar-recorte que propomos neste trabalho com os comentários às cibernotícias e com a in-determinação¹³⁶, pretendemos traçar algumas considerações do que nos parece ser possível dizer, sob essa perspectiva, sobre o funcionamento desses comentários e sobre o efeito de in-determinação neles presente, a que procedemos no próximo capítulo, no qual apresentamos nossas análises.

¹³⁶ O fato de lidarmos, neste trabalho, com aspectos diferentes do funcionamento dos comentários às cibernotícias evidencia o fato de que o ato de recortar não é linear, sequencial; ele é transversal, espiralado, comutando unidades de *status* linguístico diferentes.

CAPÍTULO 4

A IN-DETERMINAÇÃO E SEUS EFEITOS NOS COMENTÁRIOS ÀS CIBERNOTÍCIAS – ANÁLISES (POSSÍVEIS)

Neste capítulo, apresentamos nossas análises dos comentários às cibernotícias, especialmente buscando compreender e explicitar o funcionamento semântico-discursivo da in-determinação em tais comentários. Para tanto, é necessário colocarmos em operação conceitos teóricos em função da construção de um procedimento de análise que contemple o atravessamento teórico que alicerça as descrições-interpretações do funcionamento da in-determinação nos comentários às cibernotícias.

A in-determinação é visualizada a partir de uma perspectiva discursiva atravessada por questões relativas à enunciação. Nessa posição, concebemos a in-determinação como um fato discursivo constitutivo do funcionamento dos comentários. Assim, analisamos os comentários em seus aspectos estruturais em função de seus efeitos discursivos. A in-determinação, assim analisada, é um efeito de sentido que se constrói de modo relacional nos diversos comentários.

Não nos interessa, como já afirmamos, discuti-la em termos meramente formais e puramente sintáticos; entra em consideração o espaço da discursividade, da materialidade histórica do discurso; é a gramática da língua, como parte da materialidade linguística, já que a língua é a base dos processos discursivos, e é a discursividade, como parte da materialidade histórica. Nesse sentido, extrapolamos à pretensa descrição, adentrando o limiar da interpretação. Trata-se, portanto, de assumirmos o batimento constitutivo entre descrição-interpretação, de modo que a interpretação esteja sustentada na descrição linguística.

Procuramos apresentar nossas análises separadamente, segundo os efeitos constatados. No entanto, devemos esclarecer que um mesmo comentário pode servir para mostrarmos efeitos diferentes do funcionamento da in-determinação nos comentários, tanto que podemos retomar o recorte para analisá-lo sob outro foco, ou melhor, sob outro ponto sobre o qual recaia nossa atenção. Os efeitos do funcionamento da in-determinação estão, muitas vezes, imbricados, a ponto de podermos utilizar um mesmo comentário para mostrar efeitos diferentes do funcionamento da in-determinação, de modo que num mesmo tópico é possível analisarmos também outros efeitos.

Precisamos esclarecer também que, como não pretendemos realizar um estudo comparativo, não temos a preocupação de estabelecer um rigor de corresponder a cada análise de um efeito em um jornal a análise desse mesmo efeito no outro jornal.

4.1 A in-determinação e os nomes próprios

Conforme apresentamos no capítulo 1, o nome próprio também é uma construção discursiva e aponta para a referência. Por isso, mesmo neles a in-determinação se mantém. Podemos exemplificar isso mencionando o nome próprio *Karine*, cuja (re)construção referencial pode apontar para diferentes traços referenciais.

Se tomarmos, por exemplo, uma pessoa na relação dela com o espaço escolar e, nesse espaço, ela ocupa o lugar (a posição) de estudante, são possíveis as seguintes perguntas na (re)construção referencial: O estudante de que curso? O estudante de Letras? O estudante de Linguística? Qual estudante é esse? E, ainda se tivéssemos como resposta um nome próprio, como *Karine*, seriam possíveis os seguintes recortes na (re)construção referencial: *Karine* – a estudante de linguística; a filha da Solange; a filha do José Ronan, dentre outros recortes igualmente possíveis, pois olhamos para o objeto de discurso, *Karine*, a partir de uma perspectiva. Mas quantas outras “*Karines*” não se tem/é?! A professora da faculdade X. A professora que deu aula para o aluno X. A professora de tal disciplina. São sempre traços oriundos de determinadas perspectivas. Traços do recorte que é feito em função da perspectiva a partir da qual se constrói a referência. Toda referência é construída com base em recortes. Traços entendidos como aspectos, aspectos que não são constitutivos do objeto, mas que são relativos ao ponto de vista a partir do qual se constrói a referência.

O recorte feito na (re)construção da referência é uma construção discursiva e pode ser mais aproximada ou mais diferente conforme sejam as redes de memória mobilizadas e a movimentação entre elas, entre as redes de memória dos interlocutores.

A in-determinação pode ser interpretada como um sentido possível; por isso, ela é um fato discursivo e é, pois, ligada à referência, a qual é um elemento da prática de linguagem que toca em certa relação com o mundo e, segundo Benveniste (2006, p.222), o referente não está na forma, mas, em certo sentido, também está nela, pois, forma e sentido são inalienáveis, não estão desvinculados. A in-determinação decorre, a nosso ver, do funcionamento da referência, ou melhor, como efeito do funcionamento da referência, a qual estaria funcionando, numa determinada enunciação, produzindo esse efeito. Isso nos remete à metáfora saussuriana

do jogo de xadrez, entendendo que, numa partida de jogo de xadrez, um jogador, ao mexer em alguma peça, fazendo sua jogada, pode fazer com que a partida ganhe valores diferentes (previstos pela língua), o que pode apontar para questões de in-determinação, quando esta parece ser não esperada em determinada circunstância, como relacionada ao emprego do nome próprio.

Assim, consideramos necessário pensar sobre a in-determinação em sua relação com a referência, pois, conforme mencionamos, uma coisa é descrever o emprego das formas, tocar em questões de língua enquanto possibilidade, outra coisa é tratar do uso da língua, ou melhor, da conversão de língua em discurso por um ato individual de mobilização, ocasião em que se estabelece e se torna mais ou menos localizável a (direção da) referência.

Nos comentários às cibernotícias, assim como o anonimato gera in-determinação, esta parece promover também certo anonimato ao comentador, uma vez que, mesmo postado por um comentador cujo *nickname* é um “nome próprio”, não há garantias de que o seu referente possa ser (re)conhecido e delimitável, determinado; não há garantia de que a referência seja determinadamente (re)conhecida. Por isto, empregamos a expressão “nome próprio” entre aspas, para deixar entrever que, em muitos casos, o comentador não utiliza seu próprio nome para comentar. Mesmo que ele utilize aquilo que comumente classificamos como nome próprio, não temos garantia de que o *nickname* em que esse nome é usado seja, de fato, o próprio nome daquele comentador.

Conforme já antecipamos, a in-determinação, compreendida como efeito de sentido está, para nós, ligada à referência, não estando na presença de uma determinada forma linguística, nem no somatório de termos, de modo que um mesmo sintagma, por exemplo, é capaz de in-determinar, ratificando que a in-determinação não está na forma, tanto que pode estar relacionada a sintagmas e mesmo a nomes próprios, como podemos visualizar no recorte (01) a seguir:

RECORTE 01

Dean Winchester (547) 29/06/2011 17h28

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 18 6

Até que enfim uma boa notícia Sou paulistano mas vou transferir o meu título para o RJ só para ter o prazer de votar em Jair Bolsonaro Bolsonaro para presidente já!!!!!!

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

José Martins (296) 29/06/2011 18h17

Facebook Twitter Google Plus Denuncie 1 4

Vamos fazer o seguinte... Vamos transferir o Jair Bolsonaro para são paulo (com minúsculo mesmo...) para todos os que votaram no Tiririca possam votar nele... Quer que a gente embulhe para presente?

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Mauricio Alves Dias (690) 29/06/2011 17h25

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 11 3

Parabenizo aos 10 deputados do Conselho de Ética que votaram contra a representação, para isso existe a imunidade parlamentar, para que os políticos possam expressar suas opiniões que deve ser de seus eleitores dos quais representam, quem deveria ser cassada era senadora Marinor Brito(PSOL-PA), pois a mesma agrediu fisicamente o deputado. Entendo que os direitos dos homossexuais assim como de todos os cidadãos estão garantidos na Constituição, não sendo necessário impurrar goela abaixo mais

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Vitor Junior (6) 29/06/2011 17h21

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 10 4

PARABÉNS! VIVA A LIBERDADE DE EXPRESSÃO! BOLSONARO PRESIDENTE!

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

FONTE: **Folha de S. Paulo**. Disponível em:

<<<http://comentarios1.folha.com.br/comentarios/206054?skin=folhaonline&sr=51>>> Acesso em: 29 jun. 2011.

No recorte 01, podemos visualizar o nome próprio *São Paulo*, grafado em letras minúsculas. O comentador José Martins, autor de tal postagem, parece-nos intentar deixar claro não se tratar de um erro de digitação, ao mostrar o reconhecimento de haver feito essa escrita, ao acrescentar “(com minúsculo mesmo)”, tentando direcionar efeitos de sentido para essa escrita, por exemplo, o de certa inferioridade intelectual ao escolher seus representantes políticos. Trata-se, portanto, de uma falha proposital, para significar diferentemente.

No entanto, como sabemos, apesar desse tentar cercar os sentidos e apontar para certo sentido pretendido, outros sentidos são igualmente possíveis. Entendemos que, assim como o dígito falho, essa escrita propositalmente falha significa e significa in-determinando. Se pensarmos o nome próprio “são paulo”, grafado em minúsculas, há algumas interpretações possíveis dos traços referenciais que podem ser mobilizados pelos leitores e/ou comentadores. Na (re)construção referencial, alguns traços podem ser mobilizados na direção de um efeito de in-determinação. *São Paulo*, grafado em minúsculo, pensado do ponto de vista da classificação territorial poderia ser a cidade ou o estado. Desse ponto de vista, outra possibilidade de sentido seria a de que São Paulo não é vista como uma cidade ou estado, posto que, para o ser, sendo um nome próprio, deveria ter sido escrito com letras maiúsculas o seu nome. São Paulo não seria a maior cidade do Brasil em relação à questão política.

Outro recorte, desta vez do jornal “*Estadão*”, permite-nos discorrer sobre o efeito de indeterminação a partir do nome próprio.

O comentário de carlos b parece-nos demonstrar, através da in-determinação na referência do nome próprio *joão da silva*, efeitos na imagem construída acerca do comentador sob esse *nickname*, pois, num primeiro momento, pode evidenciar o caráter indeterminado que tem, naquele espaço, ao perguntar “kkkkkkkkkkkk e vc, quem é? Kkkkkkk alguém te conhece?” (apontando para um desconhecimento de quem seria o comentador joão da silva), mas deixando entrever, simultaneamente, certa determinação, algo que é possível dizer, estabelecendo uma referência com alguém que seria sem importância, ao acrescentar, numa repostagem feita minutos depois, a afirmação sobre esse locutor: “vc é um ‘joão da silva’ kkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkkk”, ou seja, está dizendo algo a respeito dele, ele é um “joão da silva”, sugerindo, a nosso ver, que ele é uma pessoa qualquer, uma pessoa desconhecida e, talvez, não digna de ser levada a sério, o que pode estar sendo confirmado pelo riso que encerra esse comentário.

Em decorrência do anonimato no espaço virtual da internet, via os comentários às cibernotícias, certos traços estão in-determinados, porque mesmo sendo alguém que, de fato, tem o nome de “joão da silva” a referência continua ofuscada, podendo ser vários os comentadores com esse *nickname*. Esse aspecto in-determinado parece ser reforçado se pensarmos que tanto o nome *João* quanto o sobrenome *Silva* são bastante comuns, a ponto de servirem de exemplo para dizer de “qualquer pessoa”. Mas, conforme compreendemos, de certo modo, em razão desse grande emprego, também determina certos traços, pois pode estar vinculado, por exemplo, a outra expressão também bastante comum, a saber: “João Ninguém”, seria uma maneira de dizer ser “um qualquer”, uma pessoa ínfima, sem importância e sem voz (sem direito a ter voz, a ser “ouvido”). Alguém que, por ser sem importância, um “João Ninguém”, não teria o direito a dizer, não teria voz, como se dissesse: “Quem é você para dizer isso?”.

Esse recorte (e isso consideramos aplicar-se a todos os casos com *nickname* criado a partir de nome próprio) permite-nos afirmar que o locutor, ainda que tenha a preocupação com a proteção de sua face no espaço discursivo dos comentários, não se resguarda das projeções de efeito-sujeito que são feitas a partir do que ele diz. Prova disso é que mesmo os *nicknames* utilizados pelos comentadores podem atuar nesse sentido, como discutimos sobre o recorte 01. Nos comentários às cibernotícias, assim como o anonimato gera in-determinação, esta parece promover também certo anonimato ao comentador, uma vez que, mesmo postado por um comentador cujo *nickname* é um “nome próprio”, não há garantias de que o seu

referente possa ser (re)conhecido e delimitável, determinado; não há garantia de que a referência seja determinada(mente) (re)conhecida, mesmo que com nomes mais incomuns.

O *nickname* relaciona-se, a nosso ver, à imagem in-determinada do comentador, de alguma forma, ele faz parte dessa representação, porque mesmo que seja um comentário cujo autor tem como *nickname* “Karine Rios”, por exemplo, não há garantia de quem seja, nem de qual “Karine Rios” se trata, ou seja, há certa possibilidade de deslocamento(s) na referência. Porém, não há como dizer quem é, mas, pelo modo como o locutor diz no comentário, algumas coisas acerca desse sujeito são possíveis de serem ditas, ou seja, pela relação com aquilo que diz o comentador.

A partir dessa análise, passamos a considerar que o fato de a in-determinação atingir/afetar, inclusive, (a)os nomes próprios tem repercussão no lugar do locutor na língua¹³⁷ e, logo, nas projeções feitas sobre o sujeito. Mas, a nosso ver, isso não ocorre apenas pelo nome próprio, que pode aparecer como *nickname* do comentador, mas a partir de seus dizeres, pelo próprio modo como ele comenta, a partir do como ele acredita representar-se em seus dizeres e como ele, a partir desses dizeres, pode ser representado, como veremos no tópico seguinte.

4.2 A representação in-determinada do comentador

Na construção referencial, as representações imaginárias¹³⁸ afetam o recorte dos traços de modo a construir a referência e, na sua (re)construção por parte dos interlocutores, os traços recortados na composição referencial (re)produzem representações imaginárias. Esses traços relacionam-se às representações imaginárias que são construídas conforme os interlocutores sejam constituídos por certas redes de memória e conforme elas sejam mobilizadas (e atualizadas). A representação in-determinada do comentador é fruto da (re)construção discursiva da referência, mesmo porque não estamos falando de um indivíduo no mundo.¹³⁹

Quando temos, por exemplo, a referência para *Karine* como estudante de linguística,

¹³⁷ Procede a nossa afirmação de que a in-determinação atinge o lugar de locutor. Assim, qualquer que seja o sujeito que emerja como efeito daquele que se colocou no *lugar de* (de comentador, de professor, etc) poderá conduzir a uma representação in-determinada.

¹³⁸ Essas representações imaginárias são as imagens, ou formações imaginárias, de que trata Pêcheux (1997 [1969]). Utilizamos o termo *representação* para reforçar o caráter de (re)produção linguageira, de (re)construção, envolvido na projeção dessas imagens.

¹³⁹ O sujeito não é as representações que dele se constroem. O modo como ele é interpelado pela linguagem é o que o constitui como sujeito (e ele pode ser entendido como efeito de linguagem) e que constrói para ele representações de si e do outro.

ainda cabem as perguntas: Que representação se faz sobre ser estudante de linguística? É aquela que (não) sabe Língua Portuguesa? É aquela que (não) gosta de Língua Portuguesa? É a que gosta de poesia? A que se interessa por compreender o funcionamento da língua e da linguagem? Quais são as representações possíveis? Quando temos, por exemplo, a indeterminação relacionada ao *nickname* “joão da silva”, está em jogo que representação o comentador “carlos b” tem quanto ao que é ser um “joão”, quanto ao que é ser um “da silva”.

Sobre a escrita no *blog*, Leite (2014, p.50) afirma que

os bloguistas **escrevem a (des)conhecidos**. Tendo em vista que **há certa projeção quando se está escrevendo**, então há um **leitor conhecido** para quem a escrita de um determinado *blog* se endereça. Entretanto, **não há garantia de que esse leitor em específico vá ler tal escrita**. Por outro lado, pelo próprio fato da virtualidade, há um leitor desconhecido, leitor esse que se configura como anônimo. Como o gênero textual *blog* está disponível online, **é impossível conhecer todos os seus leitores** (os que já leram e os que lerão, por exemplo, um determinado *blog*), o que aponta para a característica indeterminada do *blog*, característica essa do próprio mundo virtual. (grifos nossos)

Semelhante quadro julgamos ocorrer nos comentários às cibernotícias, de modo que todas as afirmações que destacamos na citação se aplicam a eles: os comentadores “escrevem a (des)conhecidos”. Embora a virtualidade permita uma infinidade de leitores, de modo que não consigamos prever quantos e quais serão os leitores e/ou comentadores de determinada cibernotícia e de determinados comentários, há, simultaneamente, via escrita, uma projeção de quem serão esses leitores/comentadores (entendemos que, no caso dos comentários, isso pode ocorrer até em função do recorte promovido pela cibernotícia).

Quer sejam referentes aos interlocutores, quer sejam concernentes aos referentes, as representações dos diferentes participantes do processo discursivo, por sua vez, além de poderem ter efeito in-determinado, constituem-se CPs, pois afetam o modo como os interlocutores constroem as coordenadas (os traços) referenciais.

É nesse sentido que um nome próprio utilizado na criação de um *nickname* pode (re)velar não apenas a in-determinação no nome próprio, como já vimos, mas também a própria representação projetada acerca do comentador, entendido como sujeito da prática discursiva dos comentários às cibernotícias. Portanto, quando falamos em representação in-determinada do comentador, estamos falando nas representações in-determinadas que podem ser construídas pelos comentadores, acerca dos comentadores, entendendo-os como sujeitos

nessa e a essa prática discursiva. Se o sujeito, para AD, segundo Orlandi (1999), é posição¹⁴⁰, o comentador é sujeito, pois está na função, no lugar, na posição discursiva de comentador¹⁴¹.

Estamos trabalhando, então, com a posição de comentador. Para poder comentar, ainda que esporadicamente, precisamos nos colocar na posição de comentador, senão não comentamos. Portanto, independentemente de comentar esporadicamente ou sempre, é preciso, para comentar, se inscrever nessa posição. Nesse caso, entendemos que o comentador é sujeito, concebido, segundo o prisma da AD, como efeito de linguagem, e não como o indivíduo que comenta, mas a posição social ocupada (a do comentador) ao realizar uma postagem destinada à produção discursiva de um comentário à cibernotícia.

As representações construídas acerca dele, por ele mesmo e pelos demais comentadores, têm a ver com as formações imaginárias que são construídas, daí falarmos em representação imaginária in-determinada do comentador, ou, simplesmente, representação in-determinada do comentador, pressupondo que o comentador é sujeito da prática discursiva dos comentários. Isso significa que, independentemente da frequência com que posta um comentário, é preciso se colocar sob essa posição social e, logo, discursiva, estando, de certo modo, inserido nas regularidades dessa prática, ainda que possa pretender subvertê-la.

O comentador é sempre já sujeito. Não sendo dessa prática, será de outra. Mas, ao se colocar nessa posição de postar um comentário, torna-se sujeito dessa e a essa prática, à sua regularidade. Qualquer locutor que se coloque nessa posição de comentar vai se inscrever nessa posição de comentador. Comentador é aquele que comenta cibernotícias, que se insere nesse modo social de dizer que não apresenta um estrito ritual¹⁴². Não é um comentador em específico, uma pessoa empírica. Mas uma posição social e discursiva, daí a possibilidade de falarmos em representação in-determinada do comentador, pelo modo como (se) diz ao comentar a cibernotícia e/ou os comentários.

Conforme dito, as representações acerca de si e dos interlocutores são construídas a partir dos dizeres por eles proferidos e relacionam-se ao modo como a linguagem constitui esses sujeitos. Por isso, a nosso ver, são representações possíveis de serem projetadas a partir

¹⁴⁰ “[C]omo sabemos, sujeito, na AD, é posição entre outras” (ORLANDI, 1999, p.1), quando se entra para a ordem de um discurso. Logo, se está na posição de comentador, é sujeito.

¹⁴¹ Esclarecemos que não adotamos a expressão sujeito-comentador, pois esta nos parece encapsular a ideia de que o sujeito é sempre alguma coisa, está sempre numa única posição, fixado nela, estaria sempre em função de ser isso (comentador, professor etc.), sugerindo uma exclusividade, como se fosse apenas esse tipo de sujeito, ou melhor, como se fosse sujeito apenas dessa prática, e tal não é nossa concepção, já que, do ponto de vista teórico em que nos situamos, consideramos haver outras questões cortando/incidindo e constituindo o sujeito, de tal modo que ele pode ser sujeito nessa e/ou em outras práticas, constituindo-se diferente e diversamente.

¹⁴² Esse modo social de dizer é opinativo e tem, geralmente, tom de denúncia, de enfrentamento de opiniões com relação às opiniões dos demais comentadores, de defesa de pontos de vista, de combate a pontos de vista de outros comentadores, de quem projetam certas representações e, em função delas, postam seus dizeres.

da (re)(des)construção dos traços do referente, segundo as redes de memória mobilizadas pelos interlocutores a partir de seus dizeres e dos dizeres do outro. Assim, as noções de referência e representação são conceitos relacionais, pois entendemos que as redes de memória podem ser diferentemente mobilizadas conforme sejam as representações que eles já tenham construídas sobre, por exemplo, o que é um petista, sobre o que é um homofóbico, um pedófilo etc.

Esses traços, entendidos como coordenadas do locutor, do interlocutor ou do referente, produzem representações imaginárias destes, como consta do quadro elaborado por Pêcheux (1997 [1969]), dependendo da interpretação que se dê àquilo que ele está comentando. Assim, a in-determinação na (re)(des)construção da referência projeta representações, a depender da interpretação que se dê aos dizeres de um comentador, recorta certos traços do referente em detrimento de outros. Há, portanto, um imbricamento entre “referência” e “representações imaginárias”. Esses são conceitos relacionais.

A interpretação afeta a construção dessa representação imaginária, porque são traços referenciais diferentes que estão sendo recortados. Por isso, também nós, afetados por esse “recortar certos traços do referente”, como analistas, lidamos com as possibilidades, ao passo que os leitores e/ou comentadores poderão fazer outra(s) interpretação(ões) não conjecturadas por nós.

Ao reconhecer a presença do homem na língua e, por conseguinte, na linguagem, Benveniste (2005) nos abre campo para (re)pensarmos sobre a in-determinação e passar a ver como possível que esta atinja, inclusive, o locutor, como um lugar na língua, tendo implicações nas representações imaginárias (imagens) do sujeito.

Assim como no enunciado (04) *Estou de Chico*, em que o nome próprio pertence a uma expressão a produzir efeito in-determinado, e como nos casos em que o nome próprio, conforme mostrado anteriormente, não permite localizar de modo pontual um referente, também ocorre de a in-determinação estar na representação projetada acerca da locutora que diz tal enunciado (a partir de seus dizeres): trata-se de uma pessoa recatada? Uma pessoa tímida? Uma pessoa reservada quanto a sua intimidade? Uma pessoa brincalhona? Isso envolve até mesmo uma interpretação in-determinada do sujeito que se posiciona no lugar de interlocutor: quem é ele para que eu diga-lhe assim? Ou não lhe diga assim? Quem é ele para quem eu precise cifrar meu dizer de modo a não (re)velar o fato de estar menstruada? Em todos esses casos, trata-se de representações imaginárias, concebendo locutor/interlocutor como alguém que, ao colocar-se em certa posição-sujeito, está autorizado ou não a dizer algo

de tal modo, ou autorizado ou não a “ouvir” algo dito de tal modo.

Ao considerarmos a possibilidade de a in-determinação ocorrer na representação do sujeito, como efeito de linguagem, os *nicknames* dos comentadores desempenham um papel importante em nossas análises, pois, também neles, podemos ver um deslocamento referencial de modo a provocar uma representação in-determinada do comentador, como nos comentários analisados a seguir:

RECORTE 03

Vermelho de vergonha ederaiva

Comentado em: [Conselho de Ética rejeita processo contra Bolsonaro](#)

1 de Julho de 2011 | 7h51

Depois dessa decantada reviravolta no caso Dominique Strauss-Kant, desse câncer do Hugo Chaves, e de tantos outros episódios que pululam diariamente, como o caso de altíssima corrupção e roubalheira em Campinas SP, depois da recusa do PSDB e do DEM de comprar a "privacidade da Dilma" vendida por um Hacker que invadiu a sua caixa de emails, diferentemente do PT que mandou montar dossiês falsos para prejudicar os seus adversários - O dossie da Dilma é verdadeiro, é real, mas criminoso porque invadida a sua privacidade, e os partidos mais éticos não entraram nesse öba-oba, que tanto o PT gosta! Não sei se defenderia a candidatura do Bolsonaro para presidente, mas com certeza o reservo um lugar de destaque em qualquer que seja o governo.

FONTE: **Estadão**. Disponível em: <<[<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-de-etica-rejeita-processo-contrabolsonaro,738532>](http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-de-etica-rejeita-processo-contrabolsonaro,738532)>> Acesso em: 10 jul. 2011

Na página dos comentários à cibernotícia “[Conselho de Ética rejeita processo contra Bolsonaro](#)”, certo comentador utiliza o *nickname* *Vermelho de vergonha ederaiva*. O fato de o comentador poder chamar-se Éder, ou ter certa relação com alguém cujo nome é esse, o que apareceu em sua escrita, não traz garantias de ser a participação de alguém cujo nome é, de fato, Éder. Ainda que possamos interpretar como um “dígito falho”¹⁴³ na escrita (porque a falha poderia ter ocorrido em outro ponto do *nickname* e não ocorreu) no qual “Ederaiva” fosse um vestígio do nome próprio, um engano que levasse ao nome próprio, o efeito de in-determinação se mantém de modo que nem o nome próprio determina, pois abre para a possibilidade de perguntar qual seria esse Éder, não havendo garantias de se de fato é ele, ou de quem ele seja. Entretanto, mesmo não sendo possível saber se, de fato, seria alguém cujo nome é Éder, alguns traços podem ser determinados, o que nos leva a falar, também nesse caso, em in-determinação, haja vista que alguns traços permanecem determinados na

¹⁴³ Esse termo é empregado por Orlandi (2012b). Cf. capítulo 2.

indeterminação, podendo suceder-se também o inverso, ou seja, apontando para a impossibilidade de definir haver completa determinação ou completa indeterminação.

Entendemos que, ao mesmo tempo em que indetermina o referente da postagem, algo desse referente fica determinado, expresso pelo que significam as expressões “Vermelho de vergonha” e “Vermelho de raiva”, diante de determinado cenário político, ou mesmo diante de uma questão subjetiva. Diante disso, julgamos que os *nicknames*, os quais não necessariamente se aplicam àquele que ali diz, mesmo sendo um nome próprio no *nickname*, é capaz de possibilitar, como já visto anteriormente, uma imagem in-determinada do comentador, determinando-lhe alguns traços, ou seja, in-determinando essa representação do comentador. É assim que mesmo diante da tentativa de apagar-se, traços dele são mantidos, são (de)mo(n)strados, permitindo-nos visualizar uma movimentação de mostrar-se e apagar-se¹⁴⁴, própria da construção da referência via linguagem, a qual é passível de deslocamentos e, por isso, de estar in-determinada.

Efeito semelhante constatamos no recorte a seguir:

RECORTE 04

Nestor (1500) 29/06/2011 17h42

 Facebook  Twitter  Google Plus  Responder  Denuncie  13  2

 PELO BRASIL DOS QUE TRABALHAM E PAGAM IMPOSTOS QUEREMOS A "DITADURA" DO BEM . BOLSONARO PARA PRESIDENTE EM 2014.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Adherbal (33) 29/06/2011 17h39

 Facebook  Twitter  Google Plus  Responder  Denuncie  0  0

 KKKKKK!!!! Eu acho é pouco, já havia dito a alguns amigos que isso não ia dar em nada. Bolsonaro é forte e tudo que fizerem, não passarão de tentativas frustradas. Ele mesmo se apresenta como representante do Governo Militar no Congresso, os militares estão com ele! E essa história de homofobia já está enjoando, agora se você virar a cara para o outro lado para não ver uma pessoa, você já é taxado de homofóbico. O conceito de homofobia aplicado na atualidade é muito equivocado.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

irado furioso com tudo (1002) 29/06/2011 17h36

 Facebook  Twitter  Google Plus  Responder  Denuncie  8  4

 ótimo.. assim se m0str@ pra todo vi@dã0 que não é por quererem nos calar que estão certos. É incrível como fazem de um tudo para tornar críme aquilo que é apenas OPINIÃO.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Sozza (1013) 29/06/2011 17h35

 Facebook  Twitter  Google Plus  Responder  Denuncie  0  0

 Por ocasião da polêmica do deputado Bolsonaro, fiz defesa da tese de que parlamentar tem imunidade e não pode ser processado por sua opinião. Gays revoltados fizeram-me denúncias, e a Folha bloqueou minhas opiniões. Agora, o Conselho de Ética se manifesta exatamente da forma como previ. Porém, a restrição da Folha continua em relação a minhas opiniões. Provavelmente, o responsável pelo bloqueio de minhas opiniões também estaria incomodado com a liberdade de expressão.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

FONTE: **Folha de S. Paulo**. Disponível em:

<<<http://comentarios1.folha.com.br/comentarios/206054?skin=folhaonline&sr=51>>> Acesso em: 29 jun. 2011

¹⁴⁴ Outras imagens são construídas do comentador, diferentemente daquelas que ele imagina ou prevê ter, ou seja, diferentemente das imagens que ele pretende construir de si.

O *nickname* “irado furioso com tudo”, numa (re)construção referencial, pode apontar para o efeito de in-determinação. Se pensado em relação à cibernotícia que comenta, esse comentador poderia ser representado como um cidadão que estaria revoltado com a situação política do país e que queria demonstrar essa ira e essa fúria. No entanto, se extrapolamos essa conjuntura, considerando, inclusive, a possibilidade de o comentador sentir-se tocado a comentar cibernotícias de outros espaços discursivos (haja vista a grande quantidade de comentários associados a esse comentador até o momento da nossa leitura – 1002 comentários), essa ira e fúria com que o comentador pode estar se representando no *nickname* (e mesmo em seus dizeres, visto que encontra até mesmo maneiras de burlar o crivo editorial, criando formas alternativas para xingamentos (vi@dã0)) valeria para outras questões, haja vista a expressão “com tudo”, podendo ser quanto ao chamado “orgulho gay”, quanto a determinadas opções sexuais, quanto a certa censura, falta de liberdade de opinião, dentre outras questões. Esse “com tudo” se perde nas (im)possibilidades não só do ciberespaço, mas também daquilo que pode e deve ter circulado em outros espaços discursivos. Perde-se e/ou se mostra: com tudo que diz respeito à política ou com tudo mesmo - com a política, com a moda, com o mundo, já que comenta notícias de seções variadas deste jornal: Mundo, Celebidades, Poder, Cotidiano, dentre outras.¹⁴⁵

Como a língua é o simbólico a dar sustentação para o discurso quando este trata dos “fatos” e produz discursivizações sobre eles, e tendo em vista que, sob nossa perspectiva, não estamos nunca lidando com o indivíduo, cumpre-nos lidar com as projeções do sujeito que dele são feitas via língua, ou seja, as construções pelo/via simbólico. As projeções produzidas/construídas via/na língua, é o que dele se projeta na e pela língua, por ele, a partir dos seus dizeres, ou seja, a representação do comentador.

É nesse sentido que a in-determinação, compreendida como um deslocamento referencial, conforme previamente afirmamos, podendo atingir o locutor, especialmente considerando o espaço virtual dos comentários à cibernotícia como um lugar propício à “livre” participação dado o sentimento de face protegida garantida pelo espaço virtual, parece apontar para questões outras além de ser considerada uma estratégia, um recurso a ser conscientemente utilizado para cumprir um determinado fim – ocultar, não revelar algo que não sabe ou não pode revelar, mas como um efeito de sentido que, especialmente nos

¹⁴⁵ O efeito da in-determinação, nesse caso, produz vagueza, notadamente através da generalização na expressão “com tudo”. Não conseguimos dizer o que significa esse “com tudo”. Está posta, aí, uma dispersão de referência provocada pela in-determinação.

comentários às cibernotícias, tem particularidades que promovem um efeito de in-determinação diferente de outros espaços discursivos, constitui-se uma maneira diferente de (se) dizer, e, particularmente, de in-determinar, que se estende à representação do comentador e que pode ter a revelar em termos de uma implicação subjetiva. Sob essa óptica, observamos a seguinte sequência de comentários:

RECORTE 05

facebook twitter Denuncie Responder 0 0

leia-se voltamos à época da Ditadura...

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

afonso pereira (612) em 27/07/2012 às 20h07

facebook twitter Denuncie Responder 0 1

No Rio, vai ter segundo turno entre Freixo e Paes, o atual Prefeito tem um índice de rejeição muito alto e o Freixo o menor!

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

afonso pereira (612) em 27/07/2012 às 20h05

facebook twitter Denuncie Responder 0 0

Aqui no Rio, vai ter segundo turno entre Paes e Freixo, o atual Prefeito tem um índice de rejeição muito alto, enquanto Freixo tem o menor!

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Michel Barbosa (93) em 27/07/2012 às 19h53

facebook twitter Denuncie Responder 0 1

Marcelo Freixo é o que há de mais interessante nas campanhas do Rio. Não gosto da participação do Chico, traz muitos mitos, traz à tona uma romantismo cafona de esquerda que não é interessante para

FONTE: **Estadão**. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,chico-buarque-declara-apoio-a-marcelo-freixo-do-psol-para-a-prefeitura-do-rio,877493>

O comentador de *nickname* “afonso pereira” posta um comentário às 20h05min dizendo: “Aqui no Rio, vai ter segundo turno entre Paes e Freixo, o atual Prefeito tem um índice de rejeição muito alto, enquanto Freixo tem o menor.” Em seguida, dois minutos depois, outra postagem do mesmo comentador, dizendo, dessa vez: “No Rio, vai ter segundo turno entre Paes e Freixo, o atual Prefeito tem um índice de rejeição muito alto, enquanto Freixo tem o menor.” Entendemos que isso tem a ver com o modo como o comentador se representa ali, pois poderia estar se afastando com essa retirada do advérbio “aqui”, ou ainda se distanciando da própria disputa eleitoral, procurando conferir maior abrangência à sua fala. Um distanciamento que estaria lhe garantindo imparcialidade e mais veracidade e/ou

confiabilidade ao fato que ele pretende informar.

Nesse sentido, compreendemos haver certa enunciação sobre enunciação, mais propriamente uma reescrita, com uma espécie de substituição, ou melhor, de supressão, perceptível apenas quando se confrontam as duas versões da postagem, mostrando, a nosso ver, que certa implicação subjetiva estaria envolvida não apenas no emprego do advérbio, mas também no seu apagamento, porque conseguimos visualizar essa movimentação de mostrar-se/apagar-se do locutor, o qual deixa entrever a possibilidade de não querer ser localizado, e mais ainda de não ser identificado como morador do Rio. E, em última instância, o afastamento do que culturalmente se diz do carioca (malandro, afeito ao samba, ao bar, à festa etc.) O locutor estaria, então, in-determinadamente representado. Essa alteração (a retirada do “aqui”) foi feita não por um apelo dos demais comentários, ou uma mera correção, haja vista o encadeamento, a sequência na qual ele se insere, mostrando que é uma modificação que ele faz “por conta própria”, afetado pela “vontade de apagar-se”.

Ao retirar o “aqui”, um dêitico espacial, haveria uma movimentação de afastamento, de apagamento na representação. Essa retirada pode, então, ter relação com o modo como o locutor “se representa” ali. Certa enunciação sobre enunciação vai sendo construída e com essa retirada do termo “aqui”, ele pode estar se afastando do que culturalmente se diz sobre o Rio de Janeiro e sobre o carioca. Portanto, ele retorna aos comentários, por uma demanda que lhe é própria, para retificar o modo como fez esse comentário, já que a “repostagem”, com essa reescrita, não foi atendendo a um esclarecimento solicitado pelos demais comentadores, não houve interação com o comentário de algum(ns) dele(s), para que ele voltasse e (re)disse; esse é um movimento dele mesmo.

Embora não saibamos a que traços da representação do carioca o comentador pode estar fazendo alusão, e às quais ele pode não querer ser associado, alguns traços sobre a representação do comentador podem ser determinados: ele seria contra a reeleição do atual prefeito, Paes, e a favor de Freixo.

Esse apagamento pode indicar também um movimento de entrada no funcionamento do ciberespaço. Seria, portanto, um mo(vi)mento de desterritorialização. Por não estar em um espaço físico, o apagamento projeta como um sentido possível o reconhecimento da improcedência de se territorializar naquele espaço, já que, na internet, estamos e não estamos em qualquer lugar. O ciberespaço não é território real, é território virtual; então, colocar “aqui no rio” parece uma impropriedade para o espaço em que está escrevendo. Por isso, ali, o sujeito se territorializa, desterritorializa, reterritorializa.

Consideramos ainda a possibilidade de haver, diante de uma possível falha tecnológica, uma falha no envio da mensagem, a dúvida de que ela havia sido enviada. Nesse caso, diante da incerteza de haver sido bem sucedido na postagem de seu comentário, o comentador reescreveu e, nessa reescrita, houve alterações que, por mais que possam relacionar-se a um dígito falho, ou mais especificamente a uma digitação falha (porque não se trata de uma troca de letras/dígitos), também significa, podendo ser considerada vestígio de implicação subjetiva, porque foi no lugar/ponto em que ocorreu, em não em outro, valendo a pena salientar que não teríamos esses mesmos efeitos em uma conversa face a face, por exemplo.

Se falamos em efeito de sentido, devemos pensar que essas são algumas das interpretações possíveis na análise desse recorte, cujo comentário destacado pode ser interpretado de uma ou de outra forma; assim postado por uma razão ou por outra, tanto por isso, quanto por aquilo. Portanto, mais do que poder ser um **ou** outro, podemos dizer que é uma questão de um **e** outro. Pode ser um **e** o outro. Ele posta com o “aqui no rio” e sinaliza que está no Rio de Janeiro. Imediatamente, ele apaga; esse movimento de apagar pode ser considerado uma tentativa de apagar(-se). É uma tentativa porque ficam os dois comentários ali. Existe um apagamento com a retirada do aqui, e existe um “mostramento” com essas movimentações/correções que ele faz. No entanto, o posicionamento dele indicia estar a favor do Freixo, por mais que talvez haja apenas o efeito de constatação.

Tanto a emergência de algum vestígio de implicação subjetiva quanto a in-determinação na representação do comentador e a movimentação de mostrar-se e apagar-se relacionada às imagens do comentador podem ser observadas também em comentários que se configuram como rupturas, conforme pretendemos mostrar nas análises que seguem.

4.3 Comentários com efeito de ruptura

Os jornais *online* que nos fornecem o material de análise para recorte neste trabalho, embora afirmem não aceitar os comentários que estejam fora do foco da cibernotícia, apresentam postagens que podem ser caracterizadas como rupturas por romperem com o fio discursivo. Essas postagens, a nosso ver, não podem ser vistas como irrelevantes, pois, conforme previamente dito, o comentário, ainda que com o efeito de ruptura que promove, *significa* e (re)vela questões que interessam ao pensar, por exemplo, sobre a in-determinação e o que podem (re)velar em termos de in-determinação na representação do comentador e de implicação subjetiva.

A definição de espaço discursivo em sentido restrito nos ajuda na definição dos comentários com efeito de ruptura, pois ela auxilia a visualizar a mexida nos espaços discursivos que constituem as rupturas. Quando percebemos que um comentário foge aos sentidos dominantes e, em certo sentido, autorizados naquele espaço, consideramos haver um comentário com efeito de ruptura.

Vimos previamente que a noção de espaço discursivo o aponta como um espaço heterogêneo em si mesmo. Assim, considerando que os comentários às cibernotícias políticas são uma prática discursiva do espaço discursivo jornalístico e político, eles se filiam aos sentidos instaurados/instalados pela cibernotícia, a qual recorta, aciona e direciona sentidos dominantes no(s) espaço(s) discursivo(s) em que se inscreve. Os comentários, em tese, estão “orientados” a seguir essa direção, mas acontece de seguirem-nas ou não.

Ocorrendo em espaços discursivos específicos, as cibernotícias políticas recortam, acionam e direcionam sentidos, os quais podemos conceber como dominantes. Elas direcionam sentidos que, a princípio, deveriam comparecer na produção de discurso nos comentários às cibernotícias. Entendemos que, *a priori*, os comentários às cibernotícias teriam de ter, e de modo geral têm, uma relação com a cibernotícia. Esse endereçamento dos comentários às cibernotícias (aos sentidos que elas recortam e que se tornam, por isso, dominantes naquele espaço) garantiria que os comentários - ainda que se endereçando uns aos outros, e não propriamente à cibernotícia - mantivessem esses sentidos dominantes.

Porém, constatamos a presença de comentários que parecem não “conversar” com nenhum outro comentário, nem com a cibernotícia, exatamente em função do(s) recorte(s) que promove(m). Classificamo-los como comentários com efeito de ruptura (os enunciados deslizantes e os deslocados), por não terem uma relação direta ou aparente com a cibernotícia, não se endereçarem a ela. Eles “vão” para outro “lugar” de sentido, para outra direção de sentidos.

Conseguimos falar sobre isso em função do recorte que a cibernotícia oferece. Há sentidos em relação de dominância, que seriam os sentidos acionados /direcionados pela cibernotícia (que seriam os dominantes), ou que ela deveria direcionar, pois isso falha, já que, em última instância, o comentador parece dizer, em alguns comentários, o que ele pretende dizer, porque é aquilo que o toca, deixando entrever, talvez, certa insignificância de certos sentidos dominantes na cibernotícia frente a outras questões que, para ele, seriam mais importantes de serem colocadas/discutidas.

Portanto, uma aparente fuga a esses sentidos constitui o efeito de ruptura. Esse efeito se configura como uma mexida nos sentidos dominantes nos espaços discursivos e, por isso, uma ruptura no fio discursivo. Entendemos que esse fio discursivo se estabelece ainda que seja na relação entre a cibernotícia e apenas um comentário, haja vista que é com relação a ela que o comentário é, ainda que aparentemente, postado.

Falamos em ruptura como efeito, primeiramente, porque, quando falamos em termos de sentido, só podemos entendê-lo como efeito, dado que não se manifesta igualmente para todos os sujeitos. Em segundo lugar, se levamos a cabo a existência do interdiscurso como toda possibilidade de dizer, está barrada a possibilidade de que efetivamente se fuja/rompa com os sentidos. Os comentários em que há efeito de ruptura acontecem exatamente por causa do interdiscurso, que permite o cruzamento de redes de memória e, logo, de sentidos. Caso contrário, haveria uma recusa ao(s) sentido(s) possível(is) a partir de tais comentários. O que ocorre é que comentários movimentam os espaços discursivos e produzem sentidos outros diferentes dos que seriam “esperados” de ali se produzirem.

Nessa prática produzida pelas cibernotícias, os comentários às cibernotícias, instituídos como uma prática discursiva, estão também instituídas as regularidades que compõem sua ordem do discurso e as coerções a que essa prática se submete.

Conforme mencionamos no capítulo 2, uma das particularidades do modo de dizer próprio dos comentários às cibernotícias são os variados tipos de endereçamento que podem ali ocorrer. Como comentários às cibernotícias, há “diálogos” que parecem de si para si, como monólogos, em que interessa falar, tanto que é possível constataremos casos em que os comentários “conversam” com a cibernotícia, outros em que os comentários “conversam” com a cibernotícia e entre si, outros em que os comentários “conversam” apenas entre si e ainda aqueles que aparentemente “não conversam com nada”, o que consideramos ser prova de haver ali um funcionamento diferente. Os comentários como estes últimos seriam, conforme nossa primeira leitura, aqueles possivelmente recusados pelos jornais por estarem desconexos do “conteúdo” da cibernotícia, mas uma análise mais acurada nos permitiu perceber que eles não são rejeitados, apesar de parecerem promover um “diálogo estranho”, marcado pelo “desencontro” dos dizeres (im)postos nos e pelos comentários.¹⁴⁶

¹⁴⁶ A nosso ver, na internet, a chamada “face protegida” relacionada à in-determinação possível nesse espaço, (re)produzem o imaginário de “poder dizer (de) tudo”, de tudo que se pode dizer nesse espaço, que se pode pensar nos efeitos de in-determinação na representação do sujeito. E as rupturas que ocorrem parecem ser decorrentes desse efeito de in-determinação, o qual permite, inclusive, que o sujeito/locutor se subjetive, ou seja, que ele diga de si quando diz, além de promoverem certo efeito de in-determinação, como pretendemos mostrar em nossas análises.

Ao observar alguns comentários, muitos deles parecem revelar rompimentos no fio discursivo, quebrando com a sequência de comentários sobre o assunto em questão. Esses comentários são o que chamamos de rupturas, apontando para “outro lugar” que não aquele referente ao que diz a cibernotícia, ao que foi recortado por ela. O dizer desse comentário sai, parcialmente, da discussão, desviando o foco das conversas.

Entre os comentários às cibernotícias, parece haver, então, algumas possibilidades de endereçamento: entrar para a ordem do discurso ali previsto, compartilhar da netiqueta e, em certo sentido, da preocupação com a face, e, paralelamente a isso, o não cumprimento dessa netiqueta, nem a preocupação com a face, já que ela está protegida pelo anonimato, o que pode ser pensado a partir de comentários que desviam da discussão da cibernotícia e outras posturas por parte dos comentadores.

Há implicadas na prática discursiva certas coerções sociais¹⁴⁷, de modo que isso vai afetar a materialidade e ajudar a produzir modos de dizer diferentes, que, por isso, tornam-se específicos de cada prática. Esses modos de dizer acabam por constituir a ordem do discurso dessa prática e, em face disso, não cabe falar de um mesmo modo em todas as práticas. Em uma prática, cabe dizer de um modo, mas não de outro. Isso está para a ordem do discurso ali prevista. Todavia, não temos a postura idealista de acreditar que isso não poderia ser diferente, pois observamos (tentativas de)¹⁴⁸ subversão a essa ordem, conduzindo à possibilidade de dizermos de modos que não convêm e sermos inconvenientes numa determinada prática.

Já afirmamos anteriormente que não temos a postura idealista de acreditar que a ordem do discurso em uma prática tenha uma fixidez a ponto de não permitir (tentativas de) subversão a ela, ou melhor, que ela não abra lugar para a possibilidade de dizermos de modos inconvenientes, ou melhor, de modos que não se adequariam à ordem dessa prática. Modos esses que, em alguns casos, chegam a tornar-se parte da regularidade.

Considerando que os modos de dizer em uma prática constituem-se em relação às características do espaço discursivo, de sua materialidade discursiva e dos sujeitos que a praticam, verificamos a existência, junto às cibernotícias, de comentários que entram para a ordem do discurso, submetem-se às coerções dessa prática e interagem comentando a

¹⁴⁷ O conjunto das coerções sociais é **parte** da ordem do discurso de uma prática. São posturas produzidas e induzidas pelas instituições, como, no nosso caso, pelos jornais, o comentar a cibernotícia e/ou os demais comentários, por exemplo. Como as coerções fazem parte de determinada prática, elas fazem parte da ordem do discurso em questão, ou seja, da regularidade de determinada prática.

¹⁴⁸ Empregamos o termo “tentativas” entre parênteses a fim de marcar nosso entendimento de que essa subversão à ordem do discurso nem sempre ocorre sob uma intencionalidade, nem sempre o comentador pode estar ciente de estar efetuando essa subversão, ele simplesmente a faz.

cibernetícia e/ou os comentários sobre ela. Mas também encontramos, paralelamente a esses comentários, outros que parecem romper com o fio discursivo ali tecido.

No que concerne aos comentários às cibernetícias, entendemos que uma das possibilidades de isso ocorrer (e, conforme percebemos, de fato, ocorre) nos comentários às cibernetícias é, em nossa compreensão, através dos comentários com efeito de ruptura.

Assim, se considerarmos que os comentários com efeito de ruptura pretendem transgredir as coerções impostas nessa e para essa prática, ao percebermos a regularidade de seu funcionamento nos comentários às cibernetícias, podemos dizer que esses comentários acabam, na verdade, criando outra forma de entrada para participação nessa prática, e, acabam por constituir parte da ordem desse discurso.

O ato de comentar implica que se comente aquilo de que se fala. Isso gera, portanto, certa regularidade dos endereçamentos, dos dizeres, do fluxo de adesão aos sentidos dominantes, estando para a ordem do comentar, paralelamente aos enunciados com efeito de ruptura que não cumprem essa ordem de comentar. Há certa regularidade, por parte dos comentários, na adesão aos sentidos dominantes, em contraposição à irregularidade promovida pela ruptura.

Nesse sentido, são perceptíveis comentários que se distanciam do que dizem as cibernetícias, podendo ir para “temas” paralelos, correlatos a elas, e que, muitas vezes, podem até ser mais interessantes do que observar a própria cibernetícia, o que chamamos de comentários deslizantes, chegando a casos extremos de desconexão com o que vinha sendo discutido, nos comentários, a partir da cibernetícia, o que classificamos como comentários ou enunciados deslocados. Por isso, de certa maneira, rompem com o fio do discurso tecido entre a cibernetícia e/ou em seus comentários, mas que podem ser igualmente interessantes em termos do que podem dizer sobre o funcionamento dos comentários e sobre a in-determinação.

Segundo Agustini (2014)¹⁴⁹, os comentários ou enunciados deslizantes são aqueles que fazem um recorte diferente da cibernetícia e/ou dos demais comentários, sem migrar para outro(s) espaço(s) discursivo(s), ou melhor, sem o efeito de romper completamente¹⁵⁰ o vínculo com eles¹⁵¹. Mantém-se, portanto, no mesmo espaço discursivo, fazendo um recorte semelhante, mas produzindo efeitos de sentidos diferentes dos que são recortados,

¹⁴⁹ Essa diferenciação foi feita pela Profa. Dra. Carmen Lúcia Hernandez Agustini em encontro do Grupo de Estudos em Linguagem e Subjetividade, no dia 13 de janeiro de 2014.

¹⁵⁰ Devemos esclarecer que, ainda que consideremos os enunciados deslocados, não há um rompimento por completo. Mesmo nos enunciados deslocados certa relação se mantém com o fio discursivo, o que reforça tratar-se de um **efeito** de ruptura.

¹⁵¹ No caso das cibernetícias políticas, que são o foco do nosso trabalho, trata-se de manter esse vínculo com a cibernetícia e/ou com seus comentários, mas não fazendo o “mesmo” recorte do político que é feito por eles.

rememorados na cibernotícia. Já os comentários ou enunciados deslocados são aqueles que migram de um espaço discursivo para outro. O comentário deslizante, assim como o enunciado deslocado, não implica um entrar de qualquer maneira na ordem do discurso em circulação no espaço jornalístico da cibernotícia. Sua função não é secundária no processo de in-determinação dos traços referenciais dos comentários.

Nos dois casos, nos enunciados deslizantes ou nos enunciados deslocados, a ruptura relaciona-se às redes de memória que são mobilizadas. Porque os outros espaços que cruzam e provocam o efeito de ruptura vêm via atualização da memória. A cibernotícia vai produzir um recorte nos espaços discursivos, de tal forma que ela vai se filiar a algum. No nosso caso, a do espaço do jornalismo político, tudo que o exorbita está em outro espaço.

Essas rupturas indicam uma fissura na própria estrutura da rede dos comentários tecidos, das interações entre eles e com a cibernotícia. Elas revelam uma cisão também no fio do dizer, no modo como o fato noticiado vinha sendo discursivizado pelos comentadores e parecem quebrar inclusive o efeito do comentário, que é o de ratificar ou não uma posição em relação à cibernotícia. Desse modo, constituem-se uma ruptura na própria estrutura dos comentários à cibernotícia, porque quebram com o fio discursivo, como algo que se apresenta como sendo da ordem do real da história, haja vista que se configura como contingência. Portanto, as rupturas nos interessam como furo na estrutura dos comentários às cibernotícias, pensando-as, possivelmente, em sua relação com a in-determinação.

Na análise dos comentários às cibernotícias, lidarmos somente com comentários que fazem laço seria realizar um trabalho pautado/focado no efeito de unidade e supondo uma concepção de discurso como transparente, noções que se constroem via imaginário. O funcionamento dos comentários às cibernotícias preconiza o endereçamento, ao mesmo tempo em que abre para outros mecanismos de significação (e outro(s) modo(s) de significar-se), como as rupturas. Nos deslizos e deslocamentos, o comentário aparentemente não “conversa” com os outros comentários nem com a cibernotícia em si. Assim, promovem uma abertura na ordem do discurso, de modo que outros efeitos de sentido possam emergir. Compreendemos haver, então, nos deslizos e deslocamentos, a possibilidade de um trabalho com o (ir)regular. Ou seja, abordar tais rupturas seria, a nosso ver, considerar a irregularidade no interior da regularidade e, de certo modo, cumprir a tarefa do analista de expor o olhar-leitor à opacidade dos dizeres (cf. PÊCHEUX, 2008) e que, por isso, enfatizamos a partir de agora.

Assim, os deslizos e os deslocamentos, como o furo na estrutura, podem ter relação com o real. Neste trabalho, ao nos embasarmos em Pêcheux, questões sobre o real afetam

nossas análises e nos permitem trabalhar com o sentido e com o não-sentido, com a (ir)regularidade, isto é, com a irregularidade no que é regular no interior dos comentários à cibernotícia, o que pode ser visto ao submetermos ao nosso olhar, à nossa análise também os comentários que não fazem laço, ao olhar para o efeito de contradição entre eles etc.

Ambos os casos, comentários deslizantes e comentários deslocados, parecem possibilitar ao comentador certa ruptura, de modo a dizer o que “deseja” dizer. Eles aparentemente fogem ao dizer da cibernotícia e, por isso, parecem não dialogar com nada, mas têm um diálogo com outro acontecimento (do momento) ou não. Ainda que, em termos de “conteúdo”, um comentário possa ser caracterizado como “não conversando com nada”, como fugindo ao que diz a cibernotícia, pensamos revelar algo mais complexo: um funcionamento, conforme compreendemos, característico dos comentários às cibernotícias¹⁵². Assim, dizermos que um comentário “não diz nada” quanto ao assunto não parece ser muito apropriado, pois não é pelo fato de não apresentar ligação com o que diz a cibernotícia que esse comentário não tenha nada a dizer, não converse com nada ou nada signifique.

Antes de apresentarmos propriamente nossas análises dos comentários com efeito de ruptura, trazemos um recorte, que, embora não seja referente a uma cibernotícia política, demonstra o funcionamento desses comentários, os quais procuramos observar com mais acuidade em nossas análises, as quais apresentamos na sequência.

RECORTE 06

Alcides Conveti (259) em 21/10 às 11h49

 facebook  twitter Denuncie Responder  3  2

Eu comeria. Sem o bebê, é claro.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

FONTE: **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<<http://f5.folha.uol.com.br/fofices/994355-rosto-de-filho-de-natalie-portman-e-fotografado-pela-primeira-vez.shtml>>> Acesso em: 23 out. 2011.

O referido comentário aparece junto à cibernotícia intitulada “Rosto de filho de Natalie Portman é fotografado pela primeira vez”, a qual informa a respeito da primeira foto tirada do rosto do filho da atriz e menciona sobre o fato de ela não estar, como as brasileiras, preocupada com a forma física, haja vista que a atriz está, nos dizeres da cibernotícia, com uma “barriguinha”.

¹⁵² Reconhecemos que rupturas também podem ser possíveis em outras práticas discursivas, mas entendemos que, na prática discursiva em questão neste trabalho, tais comentários parecem constituir um furo próprio à estrutura.

Os demais comentários falam a respeito das atrizes brasileiras, falam do bebê e outros assuntos afins à cibernotícia. Em meio a eles, aparece o comentário acima, configurando, conforme compreendemos, um deslocamento do dizer, rompendo com o fluxo dos comentários, com o funcionamento dessa prática discursiva, trazendo algo diferente, que, no caso, vem de outro lugar, de outro espaço discursivo.

Há um deslocamento, porque a cibernotícia era sobre Natalie Portman e o bebê dela. O comentário saiu do espaço discursivo da natalidade e da maternidade e migrou para o espaço discursivo da sexualidade, rememorando, inclusive, o então recente caso à época do humorista Rafinha Bastos, cujos sentidos a ele relacionados migraram de um espaço para outro. Esse comentário pode ser lido, inclusive, como uma crítica social, segundo a qual é socialmente aceitável dizer que “comeria a mulher”, mas não que “comeria criança”.

Quando há um deslocamento como esse, o comentador pode estar querendo trazer outro recorte do fato noticiado, criticar outro fato, já que o espaço permite isso e ele teve um lugar para tal. Por isso comenta desse modo. Os deslocamentos, e também os deslizos, estão, conforme compreendemos, relacionados a isso. Eles não falam sobre a cibernotícia que está em questão: finalmente uma foto do rosto da criança da atriz americana. Parece haver uma crítica indireta a um dos apresentadores do programa CQC, Rafael Bastos, pois o comentário em questão não está falando da foto do filho da atriz americana, nem comentando acerca da cibernotícia. Seria, pois, uma crítica que vem ludicamente, porque não fala diretamente sobre Rafinha, mas rememora os dizeres desse apresentador, embora os alterando, um dizer desse apresentador, o qual se envolveu numa polêmica no referido programa televisivo, porque afirmou, diante de uma foto da cantora Wanessa Camargo - grávida na ocasião: “Eu comeria ela e o bebê. Eu não tô nem aí!”¹⁵³,

Isso parece ter relação com as coerções sociais que interditam certos dizeres que não podem ser deliberadamente ditos em espaço público e ali se dizem, que socialmente não podem ser ditas diretamente, e dizemos brincando, de modo velado, reformulado. Ocorrências como essa têm a ver com o modo como o comentador foi tocado pelos dizeres de Rafinha, ou seja, revela implicação subjetiva. Como ele foi tocado por esses sentidos ali produzidos.

Comentários como esse mostram como, em termos metodológicos, especialmente no caso aos enunciados com efeito de ruptura, é preciso contextualizá-los, circunscrevê-los à conjuntura histórica, haja vista que se relacionam, cruzam cibernotícias que, em certo momento, causam um furor e que, com o passar do tempo, não conseguimos recuperar

¹⁵³ O vídeo está disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.youtube.com/watch?v=BAV7pm_UYxk.

prontamente na memória. Não teríamos acesso a certos efeitos de sentido caso não fizéssemos sua circunscrição e, talvez, esses comentários soassem, de fato, como desconexos, “não conversando com nada”. E não é que não estão conversando com nada, mas porque estão querendo criticar outro fato, dizer de outro fato e encontrou um espaço ali para isso e, talvez, ele só se permita fazer isso nesse espaço porque está representado de modo in-determinado em função do efeito de face protegida.

Nesse contexto, o comentário anterior tem efeito de ruptura, pois rompe com a regularidade dos comentários tecidos até então ao fazer referência ao comentário do Rafinha durante o programa “Custe o que Custar” (CQC), enunciado esse que faz parte da rede de memória convocada no comentário do comentador citado anteriormente, porque isso envolve não apenas um rememorar um fato ocorrido, haja vista que inclusive isso vem numa dada conjuntura social do momento, podendo ser esquecido o acontecimento histórico ao qual se vincula, e que, certamente, vai se tornar obsoleto e que pode perder o efeito em outras CPs. Podemos interpretar tal comentário como uma crítica velada ao Rafinha. Ou ainda como um elogio ao Rafinha, que, numa sociedade que combate fortemente a pedofilia, uma sociedade em que ainda permanece a afirmação da independência da mulher, a liberdade/igualmente feminina inclusive no campo sexual, além estar se vangloriando de sua atuação sexual, de seu apetite sexual, pode estar tendo a coragem de dizer de seu interesse sexual por crianças. Desse modo, ao supostamente fazer tal elogio, o comentador estaria deixando entrever sua covardia de não assumir certas condutas sexuais, como fez o Rafinha. Mas só podemos interpretá-lo assim porque estamos afetados por essas redes de memória.

A interpretação envolve a mobilização de redes de memória, porque, mesmo sendo outro enunciado, ou seja, outra estrutura em termos de materialidade linguística, está relacionada ao efeito de sentido oriundo de certa ativação de determinadas redes de memória e não outras no enunciado anterior. No caso, essas redes de memória do comentário estão relacionadas a outro acontecimento discursivo em que Rafinha diz “Eu comeria ela e o bebê”¹⁵⁴, referindo-se à Wanessa Camargo. Está, assim, remetendo não apenas a um enunciado que se deu em outra rede de memória, mas a um acontecimento discursivo outro, convocando a dar sentidos quando, em meio aos comentários à cibernotícia referente à atriz

¹⁵⁴ Popularmente, um dos sentidos possíveis para o verbo *comer* é *ter relações sexuais*. Por isso, uma das interpretações possíveis para a fala do apresentador seria que ele assume o desejo de ter relações sexuais com Wanessa Camargo, mesmo ela estando grávida, havendo ainda outra possibilidade que pode ser visualizada se consideramos uma elipse do referido verbo: Eu comeria ela e (comeria) o bebê. Nesse caso, além de afirmar o desejo de ter relações sexuais com a cantora, o apresentador estaria sendo inconsequente ao dizer de um possível comportamento pedófilo. Essas possibilidades apontam para a in-determinação na representação do locutor: Rafinha, maníaco sexual? Rafinha, pedófilo? Rafinha, piadista?

americana e seu bebê, traz um enunciado outro proferido por Rafinha a respeito de outra questão.

Além disso, entendemos que tal comentário não se configura como reprodução de uma memória pela repetição de uma estrutura linguística, tendo em vista que ela sempre aparece atualizada¹⁵⁵, aparecendo ou não sob o mesmo enunciado (“Eu comeria ela e o bebê”). Neste caso, aparece sob outra forma (“Eu comeria. Sem o bebê, é claro.”), vem com o efeito de diferente, inclusive, sob “nova” estrutura linguística, ou melhor, sob outro enunciado.

O dizer desse comentário convoca e (re)atualiza uma memória, embora não se trate do mesmo enunciado. Seria a discursivização sobre um acontecimento histórico que torna acontecimento discursivo na fala de Rafinha e esse acontecimento é atualizado, sob outra materialidade linguística, na outra notícia, ou seja, em outra conjuntura, um acontecimento discursivo que também envolve memória e atualização; um acontecimento discursivo que, pela ativação de uma rede de memória, reaparece, atualizado.

Essa atualização deixa entrever o modo como significa o acontecimento discursivo. Seria outra forma de significá-lo, inclusive, de significar o sujeito, como alguém que reconhece que é impropriedade, tolo, assumir-se pedófilo diante de uma sociedade que paulatinamente luta contra a pedofilia. É como se criticasse, veladamente, a postura de Rafinha.

Essa cisão promovida pelo deslocamento do dizer pode ter relação com o implicar-se subjetivamente, porque, quando desloca, pode não querer propriamente comentar o que está ali, mas quer dizer algo (dos sentidos) que o toca(m) e ele pretende externar. Então, quando um comentário parece fugir ao recorte do fato político feito pela cibernotícia, não é que não esteja conversando com nada, como inicialmente pensamos, é porque está falando sobre outro fato, ou seja, o diálogo é com outra enunciação. Ele rompe com a regularidade, estaria para algo que emerge e que é da ordem do real, ou da implicação subjetiva, porque pode estar tocando numa questão que incomoda o comentador e o faz comentar ali, daquele modo.

Principiando as apresentações de nossas análises sobre essa questão, vejamos, agora no que concerne às cibernotícias políticas, uma das cibernotícias da “Folha de S. Paulo” do dia 27/07/2012, a qual é intitulada “Chico Buarque grava vídeo de apoio a candidato do PSOL

¹⁵⁵ Conforme compreendemos, falar em memória, ainda que relacionada a uma mesma estrutura, como é o caso do enunciado analisado por Pêcheux (2008), não significa a reprodução de um passado (ou mesmo do enunciado), a explicação de uma atualidade pela via do passado, de uma contextualização, mesmo porque essas redes de memória tocadas não vêm como um todo. Elas manifestam-se, a nosso ver, sob a forma de vestígios que deixam na atualidade. Por isso, julgamos ser possível falar em memória mesmo quando não se consegue localizar a origem, ou o acontecimento histórico em que possa ter sido proferido determinado enunciado.

no Rio” e que aborda o apoio dado pelo cantor à candidatura do socialista Marcelo Freixo à Prefeitura do Rio de Janeiro. Essa é uma cibernotícia política, situada nessa categoria de cibernotícias do jornal em questão, mais precisamente na subcategoria “Eleições”, seguida de vários comentários, dos quais recortamos alguns para análise.

RECORTE 07

Michel Barbosa (93) em 27/07/2012 às 19h53

[facebook](#) [twitter](#) Denuncie Responder  0  1

Marcelo Freixo é o que há de mais interessante nas campanhas do Rio. Não gosto da participação do Chico, traz muitos mitos, traz à tona um romantismo cafona de esquerda que não é interessante para a política que quer ser vista como algo mais sério. Separar a Esquerda da MPB engajada é importante para reinvenção deste lado importantíssimo do espectro político brasileiro...

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Crisina Azevedo (2760) - FLORIANOPOLIS/SC em 27/07/2012 às 22h41

[facebook](#) [twitter](#) Denuncie Responder  1  1

PELOAMOR! MARCELO FROUXO? SANTOS DEUSES.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Tereza Batista Cansada de Guerra (3823) em 27/07/2012 às 20h22

[facebook](#) [twitter](#) Denuncie Responder  1  0

"Espectro" é termo perfeito para a ausência de ideologia, lavagem de dinheiro e paraísos fiscais...

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Antônio Gonçalves Carneiroq (612) - SAO PAULO/SP em 27/07/2012 às 19h43

[facebook](#) [twitter](#) Denuncie Responder  1  0

Não recebe mais prêmio nenhum.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

FONTE: **Estadão**. Disponível em: << [<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,chico-buarque-declara-apoio-a-marcelo-freixo-do-psol-para-a-prefeitura-do-rio,877493>>](http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,chico-buarque-declara-apoio-a-marcelo-freixo-do-psol-para-a-prefeitura-do-rio,877493)>>

Observando a data da postagem, o primeiro comentário vinculado à cibernotícia é de “Antônio Gonçalves Carneiroq” [sic], com o seguinte enunciado deslocado: “Não recebe mais prêmio nenhum.” Considerando sua relação com a cibernotícia, na qual não há menção a nenhum prêmio recebido, nem por parte do cantor, nem do político, é possível dizer que se (con)figura como um enunciado deslocado, pois se trata de um enunciado que migra do espaço literário brasileiro para o espaço político brasileiro.

Essa migração movimenta sentidos em circulação tanto em um espaço quanto no outro, de modo que, implicitamente, produz efeitos de sentido contrários à candidatura de Marcelo Freixo à prefeitura do Rio de Janeiro. Dessa forma, é possível colocar em termos linguísticos o que discursivamente aparece implícito: alguém que apoia Freixo (ou a esquerda política) não merece ganhar o prêmio Jabuti¹⁵⁶, “o mais tradicional prêmio do livro no Brasil”¹⁵⁷, e contempla trabalhos de criação e produção de livros.

O comentador, portanto, apesar de migrando para o espaço discursivo literário, expõe sua posição política sem precisar explicitá-la linguisticamente, ou seja, promove uma movimentação de mostrar-se e apagar-se. Estando apagado seu posicionamento político, ao dizer do modo como diz, mostra-se, diz de si, ao dizer de outras coisas, como, nesse caso, da literatura.

Outra interpretação possível em que, igualmente, podemos perceber a representação in-determinada do comentador é que, ao movimentar os sentidos em circulação em outros espaços, podemos pensar que o referido comentador pode também estar se posicionando, não propriamente contra este ou aquele político, esta ou aquela figura pública mencionadas na cibernotícia, mas ser contra quem ganha prêmio, ou melhor, contra quem “compra” prêmio. Uma vez sabido que o prêmio em questão pode ter sido forjado, o cantor não seria merecedor de receber prêmios novamente. Assim, ao dizer do prêmio, diz de si como alguém honesto, que vive dentro das leis e repudia posturas ilícitas, como a compra e venda de prêmios. Diante dessa possibilidade, podemos perceber que se instaura o equívoco quanto ao posicionamento desse comentador, cuja representação parece-nos in-determinada, sob nossa interpretação e, possivelmente, sob a interpretação de algum(ns) leitor(es)/comentador(es).

O caráter deslocado desse comentário produz o efeito de quebrar a regularidade discursiva esperada nos comentários à cibernotícia em tela, ou seja, a expectativa de um comentário acerca do que foi nela dito. Não é o que ocorre.

Também nesse caso, relacionamos o comentário com efeito de ruptura realizado por meio desse enunciado deslocado como um vestígio da implicação subjetiva do comentador.

¹⁵⁶ Em 24/11/2010, foi publicado pelo mesmo jornal que foi divulgada uma petição na Internet solicitando que Chico Buarque devolvesse o prêmio Jabuti que havia ganhado pelo romance “Leite Derramado”. Parece ter havido insinuações quanto à idoneidade da premiação questionando o fato de Chico Buarque ter passado do segundo lugar de uma categoria ao primeiro lugar da premiação geral, recebendo o troféu principal. É possível pensar que ficou subentendido que o processo de premiação foi fraudulento. A notícia sobre essa petição on-line encontra-se disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/835166-internautas-pedem-que-chico-buarque-devolva-premio-jabuti.shtml>. Segundo consta dessa notícia, curiosamente, alguns dos nomes que assinaram a petição foram “Madame Bovary”, “Barack Obama” e nomes de alguns integrantes da banda britânica The Beatles, pois, para assinar a lista, bastava fornecer o nome e o e-mail.

¹⁵⁷ Essa caracterização do Prêmio Jabuti é encontrada na página eletrônica do referido prêmio.

Além do vestígio dessa implicação que ele deixa ao comentar, dizendo que, de algum modo, os sentidos daquela cibernetícia ou a discussão empreendida nos comentários o impeliram a comentar, essa implicação subjetiva pode ser vista sob outra óptica como dizendo acerca de sentidos outros que igualmente o tocam e o fazem comentar do modo como ele comenta, deslocando, pois foi o comentador que, em seus dizeres, trouxe a polêmica do prêmio Jabuti desse outro espaço discursivo, o da literatura.

A premiação do Jabuti é passível de ser noticiada, e certamente foi, mas ela não é mais algo que está em circulação no acontecimento desse comentário relacionado à candidatura do Freixo. Na atualização desse acontecimento, não é o prêmio Jabuti que está em questão. Ele vem via memória discursiva. Está em questão o apoio do Chico ao Freixo. Está em jogo algo do espaço político, no sentido partidário do termo; algo da instituição governamental, na qual o prêmio Jabuti não se situa.

A partir do comentário de Antônio Gonçalves Carneiroq, é possível dizermos que esse comentador associa duas cibernetícias e os sentidos ali em circulação, e essa associação está para a ordem da implicação subjetiva, apontando para os sentidos que o tocam, de uma relação com a linguagem que é (re)construída a cada experiência de linguagem e que, por isso, é uma implicação subjetiva que passa pelo social, que localiza/situa o locutor na sociedade em que vive.

Trata-se de um dizer que remete a outro espaço discursivo. É um dizer ligado a redes de memória discursiva relativas ao que circulou, no espaço discursivo da literatura, sobre a petição demandando que Chico Buarque devolvesse o Prêmio Jabuti, ao que circulou sobre a idoneidade do prêmio etc. Nesse sentido, as redes de memória que ali comparecem parecem mostrar certo parecer sobre o “conteúdo” da cibernetícia, mais propriamente sobre o Chico e sobre o candidato à prefeitura do Rio. Quando diz que Chico não recebe mais prêmio algum, evidencia certo posicionamento quanto ao candidato Marcelo Freixo: um posicionamento desfavorável à candidatura dele. Ou seja, após apoiar Freixo, Chico não deve receber mais prêmio algum. Trata-se de uma tomada de posição que aponta para a relação do locutor com aquilo que ele diz. Esse posicionamento pode se constituir um traço de determinação do sujeito. Constrói-se, assim, como alguém contrário à candidatura de Freixo. No entanto, esse traço determinado não é suficiente para identificá-lo pontual e prontamente no conjunto dos eleitores contrários à candidatura de Freixo.

O enunciado pode significar não que o comentador é contrário a Freixo. Pode significar que aqueles que premiam o são. Assim, “apoiar Freixo” corresponderia a “queimar

o filme”, fazendo com que o cantor não receba mais prêmio algum. Não necessariamente dizer “Não recebe mais prêmio nenhum” significa que o locutor é contra Freixo.

A anáfora-zero no enunciado “Ø não recebe” permite-nos recuperar, pelas redes de memória que mobilizam sentidos dominantes em circulação no espaço literário (e, agora, no político), o nome próprio *Chico Buarque*. Assim, o efeito de in-determinação que pode advir a partir do nome próprio contribui para a emergência desse comentário com efeito de ruptura. Chico Buarque: Qual Chico Buarque? O cantor? O compositor? O escritor? Aquele que se envolveu em lutas contra ditadura? Aquele que continua se engajando em questões políticas? O Chico Buarque esquerdista? O que recebeu o prêmio Jabuti? O que comprou o prêmio Jabuti? O petista? O falso petista?

O interlocutor (leitor ou comentador) que não mobiliza redes de memória que fazem circular sentidos dominantes do espaço discursivo literário possivelmente perguntar-se-ia do que fala o comentador que posta “Não recebe prêmio nenhum”. Esse enunciado estaria se colocando para esse interlocutor como uma espécie de não-sentido ou como um *troll*.

Do comentário de Crisina Azevedo, é importante destacarmos a permuta, motivada por homofonia, no sobrenome do candidato, de “Freixo” para “frouxo”, de modo que essa associação produz um efeito de sentido que traduz certa posição desfavorável da comentadora em relação à candidatura de Marcelo Freixo. Essa posição desfavorável pode ser intensificada pela interrogação e pela expressão “Santos Deuses”. A interrogação incide sobre o enunciado do “nome” do político, de modo a produzir certo efeito de insignificância; já a expressão “Santos Deuses” rememora sentidos de súplica, diante de algo alarmante ou de um problema, no caso, o quadro supostamente problemático que se agravaria com a eleição de Marcelo Freixo.

Esse comentário permite-nos reforçar ainda nossas considerações sobre a in-determinação relacionada ao nome próprio. Havendo, na prática discursiva dos comentários, assim como em outras práticas do espaço virtual, a possibilidade de um dígito falho, há, novamente, a in-determinação como um efeito de sentido possível. Nesse nome, a troca do ditongo “ei” pelo ditongo “ou” representaria um dígito falho, mero erro de digitação (que não deixa de significar) ou estaria a comentadora marcando seu posicionamento político contrário a Marcelo Freixo através da realização do jogo de palavras Freixo-frouxo. Para essa segunda interpretação, há, como já dissemos, outros indícios, como a interrogação e a expressão “Santos Deuses”. Nesse caso, o posicionamento político da comentadora indicia contrário ao candidato e é por ela dito sem que ela, de fato, o tenha feito.

Semelhantemente ao comentário de Antônio Gonçalves Carneiroq, há outro comentário com efeito de ruptura, sendo ele também um enunciado deslocado:

RECORTE 08

guaraci (6) 28/07/2012 05h37

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 0 0

Meus parabéns o chico esta trabalhando pelo bem deste povo, chico estou esperando um convite teu para ir a cuba e conhecer Pablo Milanes, meus parabéns chico buarque.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

mira kairuz bordin (583) 28/07/2012 01h24

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 0 0

Gosto de artistas que se posicionam nas eleições. São corajosos!

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

zapelão (1458) 28/07/2012 09h13

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 1 0

MIRINHAA??? ELE SE POSICIONA MEDIANTE UMA GRANINHA..E GORDA...MENININHO MALUFINHO

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

carlos b (458) 28/07/2012 00h48

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 0 0

enqto vc mete o pau no chico sua mulher tá te traindo em pensamento com ele kkkkkkkkkkkkkkkkkkk

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

fernando Bessa (101) 28/07/2012 00h17

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 0 1

Parabéns Chico. Vc nunca se escondeu politicamente. E muito menos na sua arte.Talento e honestidade causam uma inveja do karaleo.

FONTE: **Folha de S. Paulo**. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/06/936565-conselho-de-etica-rejeita-representacao-contrabolsonaro.shtml>

Considerando que, conforme Benveniste (2005), a referência é arbitrária, entendemos que tal arbitrariedade ocorre exatamente porque ela se constrói discursivamente e isso implica a mobilização das redes de memória na construção referencial, que pode recortar estes ou aqueles traços do referente. Conforme sejam as redes de memória dos interlocutores, diferentes recortes serão feitos, diferentes traços dos referentes serão contemplados. Quanto mais aproximadas, maior o efeito de determinação entre eles. Quanto mais afastadas, maior o efeito de indeterminação.

Em meio à discussão de posicionamentos favoráveis ou desfavoráveis à atitude de apoiar o candidato Freixo, o comentador “carlos b” posta um comentário com efeito de ruptura, fazendo outro recorte na (re)construção referencial de “Chico”. Ele traz, em seus dizeres, sentidos que circulam, no universo feminino, sobre relacionamento, sobre sexualidade, e, mais especificamente, sobre Chico Buarque, o que ele representa para grande parte das mulheres: o galã, o protótipo do homem perfeito, o sedutor, o homem sensível,

atraente. O comentador, trazendo essas questões, poderia estar dizendo que o músico é um galanteador que estaria usando de sua capacidade (criadora) para conquista e, conseqüentemente, estaria fazendo com que as mulheres traíssem seus maridos (ainda que em pensamento); podendo dizer, assim, que esperteza de Chico estaria ultrapassando os limites do político e chegando ao privado. Ao dizer como diz, o comentador diz e diz de si, diz de como se relaciona aos sentidos que circulam, em diferentes espaços discursivos, sobre esse músico. Ele pode estar, inclusive, elogiando o músico, exatamente em função dessa esperteza, desse perfil de “galã”, “namorador” que lhe é atribuído.

Haveria certa relação entre as rupturas do/no dizer e a implicação subjetiva, exatamente por isso que comparece naquilo que, a princípio, “não deveria estar ali”. Uma implicação subjetiva para essa ordem está relacionada, conforme compreendemos, à representação imaginária do sujeito, que está in-determinada e o permite dizer daquele modo, no espaço virtual. Isso nos parece corroborar, de certo modo, o que pensamos sobre a in-determinação não como uma isenção, um afastamento do locutor, um apagamento, mas, ao contrário, como sendo também um lugar na língua e no discurso, nos quais ele pode comparecer de certo modo.

Retomando o recorte (07), é interessante observarmos ainda que no fluxo dos comentários recortados ocorre certo deslize do dizer:

RECORTE 07

Michel Barbosa (93) em 27/07/2012 às 19h53

 facebook  twitter Denuncie Responder  0  1

Marcelo Freixo é o que há de mais interessante nas campanhas do Rio. Não gosto da participação do Chico, traz muitos mitos, traz à tona uma romantismo cafona de esquerda que não é interessante para a política que quer ser vista como algo mais sério. Separar a Esquerda da MPB engajada é importante para reinvenção deste lado importantíssimo do espectro político brasileiro...

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Crisina Azevedo (2760) - FLORIANOPOLIS/SC em 27/07/2012 às 22h41

 facebook  twitter Denuncie Responder  1  1

PELOAMOR! MARCELO FROUXO? SANTOS DEUSES.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Tereza Batista Cansada de Guerra (3823) em 27/07/2012 às 20h22

 facebook  twitter Denuncie Responder  1  0

"Espectro" é termo perfeito para a ausência de ideologia, lavagem de dinheiro e paraísos fiscais...

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Antônio Gonçalves Caneiroq (612) - SAO PAULO/SP em 27/07/2012 às 19h43

 facebook  twitter Denuncie Responder  1  0

Não recebe mais prêmio nenhum.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

FONTE: **Estadão**. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-de-etica-rejeita-processo-contra-bolsonaro,738532>

Nesse recorte, o comentário de Michel Barbosa aborda o assunto da cibernetícia e os outros não propriamente o fazem. O comentário de Teresa Batista Cansada de Guerra é referente ao comentário de Michel Barbosa e o comentário de Crisina Azevedo expõe sua posição sobre o candidato Marcelo Freixo. São comentários que também não se endereçam propriamente à cibernetícia. Esse não endereçamento à cibernetícia se (con)figura como um deslize do dizer (enunciado deslizando), porque não rompe com a cibernetícia, abordando somente algum aspecto dela. É um recorte, portanto. O comentador **associa a cibernetícia a outros sentidos** em trânsito no espaço social em que está inserido. O deslize do dizer é um (re)direcionamento do fio discursivo. Os deslizamentos podem não estabelecer laço com outros comentários, **sem que migrem para outro espaço discursivo**.

Se o comentário não estabelece laço, promovendo um efeito de ruptura, poderia ser porque não interessa comentar a cibernetícia em si. Por isso, desliza ou desloca do dizer,

“indo” para onde/aquilo que o toca e o constitui enquanto sujeito, impelindo-o a comentar (de um modo e não de outro). Esse fato parece ser passível de ocorrer em outras práticas discursivas. No entanto, compreendemos que na prática de comentários às cibernotícias, o deslize e o deslocamento do dizer fazem parte de seu funcionamento. Os deslizes promovem esse (re)direcionamento do fio discursivo sem que haja migração para outro espaço discursivo; já o deslocamento, ao “migrar para outro ‘espaço’”, permite relacionar o dizer a diferentes redes de memória que comparecem nos comentários deslocados, pois, quando há o deslocamento, há certa relação, mesmo que indireta, entre os espaços discursivos em tela.

No comentário de Michel Barbosa, o posicionamento favorável à candidatura de Marcelo Freixo é explicitamente posto em “Marcelo Freixo é o que há de mais interessante nas campanhas do Rio”. No entanto, a participação do Chico é vista como “romantismo cafona de esquerda que não é interessante para a política que quer ser vista como algo mais sério”. Além disso, Chico é reescrito por “MPB engajada”, de modo que a participação de qualquer cantor da MPB na campanha de Freixo também não é bem vista. Dos comentários recortados em (07), esse é o único em que parece haver um posicionamento favorável à candidatura de Marcelo Freixo à prefeitura do Rio de Janeiro. Esse posicionamento constitui um traço determinante do sujeito. No entanto, não é suficiente para identificar o comentador, cuja representação se mantém in-determinada.

É importante analisarmos também os outros dois comentários contidos no recorte citado, uma vez que eles se constituem como comentários deslizantes. O comentário de Tereza Batista Cansada de Guerra retoma parte do comentário de Michel Barbosa para (re)definir o termo “espectro” que aparece na expressão “espectro político brasileiro”. Segundo essa comentadora, “espectro é um termo perfeito para a ausência de ideologia, lavagem de dinheiro e paraísos fiscais...” Assim, ao enumerar aspectos de valoração negativa sobre a política de esquerda, ela pode estar posicionando-se de modo desfavorável à candidatura de Marcelo Freixo, o que lhe confere um lugar determinado no conjunto daqueles que não apoiam Marcelo Freixo e, de modo mais amplo, a esquerda política. Assim, estaria mostrando-se como uma cidadã de posição contrária à esquerda política. A “esquerda” torna-se sinônimo de “ausência de ideologia”, “lavagem de dinheiro” e “paraísos fiscais”. Por outro lado, não temos garantia de que, ao tentar conceituar o termo “espectro”, ela não estaria permitindo efeitos contrários, indiciando um posicionamento a favor da esquerda, como se dissesse “Espectro é tudo isso, o que a esquerda não é”.

Outro caso de comentários com efeito de ruptura aparece nesta sequência de comentários à mesma cibernotícia:

RECORTE 09

alberto zappia (536) em 27/07/2012 às 20h46

 facebook  twitter Denuncie Responder  5  2

FIQUEM VENDENDO A BANDA PASSAR QUE EU VOU RECEBENDO UMA VERBINHA PUBLICA AQUI E ACOLA..ASS; CHICO JABUTI..(MENININHO MALUFINHO)

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

alberto zappia (642) (21h05) há 14 horas

 facebook  twitter Denuncie Responder  0  0

PS; DEVOLVE O JABUTI...

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Berto Serin (944) em 27/07/2012 às 23h11

 facebook  twitter Denuncie Responder  0  1

Tá falando do Kabral zinho que passeia no jato do Eikin e vai a festa com empreiteiros em Paris?? kkkkou do malricinho Paz que adora fundação Plim Plim para tirar verba da educação da população do rj??kkkk

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Rio Independente (115) em 27/07/2012 às 20h23

 facebook  twitter Denuncie Responder  1  5

Enquanto no Ri0 Patrimônio os apoios vêm de intelectuais e de artistas consagrados, em São Paulo Manicômio os apoios vêm de Maluf e do PCC. E é isso que nos leva nas costas (ui!)? Para aí, que o Ri0 quer descer!

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

alberto zappia (642) em 27/07/2012 às 20h48

 facebook  twitter Denuncie Responder  2  1

UÉEE VC MORA NO MORRO?? FOI PACIFICADO???? MENININHO PETEBAS MALUFINHO

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Tereza Batista Cansada de Guerra (3812) em 27/07/2012 às 20h29

 facebook  twitter Denuncie Responder  0  0

Mais?

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

FONTE: Estadão. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-de-etica-rejeita-processo-contra-bolsonaro,738532>

Comentários deslocados e comentários deslizantes aparecem, novamente, como um fato a ser analisado em função da in-determinação do dizer. Esses comentários emergem em função da existência de algo que se interessa dizer e que encontra no modo específico de dizer

próprio aos comentários às cibernotícias o espaço para dizê-lo. Julgamos ser possível pensar o deslocamento e o deslize, nesse caso específico, não como um fato isolado, mas como um fato recorrente e relevante. Um fato recorrente e relevante porque coloca em relação, no espaço jornalístico do comentário, a possibilidade de correlacionar cibernotícias e sentidos, sejam elas diferentes e de tempos distintos ou não, entre si, de modo a promover um “debate” entre os comentadores. É um modo de construir argumentos para sustentar as posições assumidas. Por isso, concebemos que os comentários deslocados e os comentários deslizes são constitutivos do funcionamento dos comentários às cibernotícias.

Nos comentários de “alberto zappia”, presentes no recorte (09), reaparece a menção à polêmica sobre o Prêmio Jabuti, polêmica esta introduzida por Antônio Gonçalves Carneiro, conforme discutimos na análise do recorte 07. Nesse recorte que, agora, analisamos, na postagem feita das 20h46, o comentador “alberto zappia” “assina por Chico Buarque” - “ASS; CHICO JABUTI.. (MENININHO MALUFINHO)”, de tal forma a produzir um efeito de citação, como se o dizer fosse de Chico Buarque. No comentário das 20h48min, escreve “UÉEE VC MORA NO MORRO?? FOI PACIFICADO???? MENININHO PETEBAS MALUFINHO” e, no comentário das 21h05min, acrescenta “PS; DEVOLVE O JABUTI...”. Essa reincidência de comentários deslizes e deslocados pode (re)velar sentidos que estão afetando/insistindo também (n)esse comentador, podendo ser interpretada como uma rejeição a Chico Buarque, não apenas pelo apoio dado por ele ao socialista Freixo (que poderia ser uma justificativa para ele não merecer o prêmio, o que levaria o comentador a dizer “Devolve o prêmio”), mas, talvez, sobretudo, por ter ganhado o prêmio Jabuti, sem, na opinião do comentador, merecer tal prêmio.

O deslocamento do dizer pode ser visto e reforçado, nesse caso, pelo cruzamento de redes de memória: a da política, com o nome Maluf¹⁵⁸, a história política dele e a da literatura, na rememoração da estrutura linguística de “Menino Maluquinho” em “Menininho

¹⁵⁸ O político Paulo Maluf é autor de falas como “estupra, mas não mata”. Ganhou notoriedade também pelo “rouba, mas faz”, pelas inúmeras obras no estado de São Paulo e pela igualmente numerosa quantidade de processos. **Paulo Salim Maluf** (São Paulo, 3 de setembro de 1931) é um empresário, engenheiro e político brasileiro, filho de pais libaneses. Foi duas vezes prefeito de São Paulo, além de secretário dos transportes e governador do estado de São Paulo e candidato à Presidência da República. Na política, Maluf associou-se ao populismo e à realização de grandes obras públicas, como a Marginal Tietê e o Elevado Presidente Costa e Silva, popularmente conhecido por “Minhocão”. Atualmente é o 5º político mais rico do Brasil segundo a revista Forbes. A carreira de Maluf também foi marcada por seguidas acusações de corrupção e outros crimes – ele foi preso em 2005 e é atualmente procurado pela Interpol, em razão de mandado expedido pela promotoria de Nova Iorque, que o acusa de movimentar ilicitamente milhões de dólares no sistema financeiro internacional sem justificativa fundamentada. Apesar de todas as denúncias, Maluf nunca foi condenado. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Maluf Acesso em: 21 abr. 2014.)

Malufinho”¹⁵⁹. A homofonia presente nas expressões, haja vista a mudança de um fonema no segundo termo da expressão, de /k/ para /f/ e do sufixo diminutivo *-inho* no primeiro termo da expressão, parece-nos surgir de modo a ressaltar efeito pejorativo relacionado à expressão contida no comentário. Assim, produz-se o efeito de sentido de que a postura do músico é semelhante a do político Maluf, de corrupção, desonestidade, entre outras.

Ao criar o efeito de citação, assinando como “Menininho Malufinho” (o que o comentador deixa marcado no emprego da abreviação “ASS”), temos como um sentido possível o posicionamento desse comentador com relação ao músico de quem fala a cibernotícia: um menino tão corrupto quanto Paulo Maluf, que recebe verba pública, porque compra prêmios (Chico Jabuti). Esse efeito pode ser responsável ainda por uma interpretação de um suposto assumir-se corrupto ao se intitular “Malufinho” e ao se caracterizar como “Menininho”.

Entendemos que o termo “Menininho”, além de poder remeter à polêmica do prêmio Jabuti, pode estar veiculando sentidos também relacionados ao universo infantil: a inocência, a pureza, a fragilidade, o início de todo um aprendizado. No entanto, sentidos contrários podem ser construídos com a justaposição do termo “Malufinho”, que estaria os colocando por terra, ou “coexistindo” sentidos contraditórios, considerando e comparando-se a toda polêmica em que o político Maluf se envolveu no cenário político brasileiro. Ocorre o mesmo quanto ao diminutivo *-inho*, o qual pode apontar tanto para a primeira interpretação - significando carinho, pequenez (tendo como sinonímia *pequenino*), doçura, quanto para a segunda interpretação - significando algo sem valor, desprezível, de pequenez (como sinônimo de inferioridade).

Com a associação dos termos “Menininho” e “Malufinho”, emergem ainda outros sentidos para o primeiro deles (“Menininho”), o qual pode remeter à infantilidade, imaturidade, a um comportamento travesso, desregrado e inconsequente¹⁶⁰, os quais poderíamos atribuir tanto ao político, quanto ao músico. A adjetivação de “Menininho” por “Malufinho”, rememorando o político Maluf e sua postura política, produz efeitos de sentido de que Chico é como Maluf, ou seja, um corrupto. Ademais, de certo modo, a expressão “Menininho Malufinho” também reescreve, em certo sentido, o comentário de Teresa Batista Cansada de Guerra, presente no recorte (07), “Espectro é termo perfeito para a ausência de

¹⁵⁹ Por alusão ao livro “Menino Maluquinho”, outra obra premiada com o Prêmio Jabuti, em 1981. Entendemos que essa associação pode ser interpretada como uma forma de depreciar tanto a qualidade do prêmio, quanto a qualidade do livro de Ziraldo, o qual teria sido contemplado com um prêmio sem valor, sem honestidade.

¹⁶⁰ Na cultura popular brasileira, quando dizemos que alguém teve uma atitude de menino significa que tal atitude foi impensada, imatura, infantil.

ideologia, lavagem de dinheiro e paraísos fiscais...”, uma vez que Maluf rememora discursividades relativas à corrupção.

Ao comentar como se registrasse uma fala de Chico Buarque, outra interpretação se coloca para nós como possível: a de que o músico estaria assumindo-se corrupto, postura esta que poderia ser relacionada tanto a sua atitude no âmbito literário (tendo forjado o prêmio), quanto na política (recebendo verbas públicas, podendo ser, por isso, associado a Maluf). Assim, na sequência “CHICO JABUTI..(MENININHO MALUFINHO), a última expressão pode ser vista como um apostrofo da primeira, como se reescrevesse: Chico Jabuti, (vulgo) Menininho Malufinho.

Essa relação de contiguidade pode ser pensada também em outro comentário em que também há o efeito de citação sob a forma de “Menininho Petebas Malufinho”. Nesse caso, associamos o efeito de citação à sequência dada à escrita, sendo que o autor finaliza o comentário com a expressão aparentemente solta, o que nos seria um indício de assinatura, ainda que não a tenha marcado com “ASS”, como fez no outro comentário. Outro indício seria a repetição dos termos “Menininho” e “Malufinho”, porém, desta vez, com o acréscimo de Petebas, que passa a (res)significar a assinatura, trazendo ainda outros sentidos, especialmente se levamos em conta uma espécie de formação sufixal na palavra, em que teríamos a abreviação de Partido dos Trabalhadores (PT) e o elemento linguístico *-ebas* que parece funcionar como sufixo.

Chico é eleitor do PT. Mas não é classificado pelo comentador apenas como petista; é “petebas”. Em vez de utilizar o sufixo *-ista*, que, num processo de formação de palavras, indica filiação, apontando para um adepto, no caso, ao PT, o comentador utiliza o “sufixo” *-ebas*¹⁶¹, o qual pode apontar para um petista de segunda categoria, haja vista que, no cenário eleitoral, alguém que se diz eleitor de candidatos do PT resolver apoiar um candidato da oposição seria um petista fajuto, falso petista, se consideramos, por exemplo, que, o tradicional eleitor petista, Chico Buarque, ao apoiar Freixo, deixa de apoiar o PT¹⁶².

Associamos o signo “Petebas” ao signo “pereba”, como se o signo “petebas” fizesse uma aproximação, pela semelhança sonora entre esses termos, entre o PT (ou os petistas) e as perebas, atribuindo aos adeptos desse partido político, por transferência, características como de uma pequena ferida, uma sarna, ou, nos termos do dicionário Michaelis *online*, “uma ferida

¹⁶¹ Empregamos o termo *sufixo* entre aspas, pois *-ebas* não consta como propriamente um sufixo da Língua Portuguesa, ocorrendo em palavras (neologismos) como “naturebas”, “mistureba”, “decureba”.

¹⁶² Segundo consta da cibernotícia, ao apoiar Freixo, Chico Buarque deixa de apoiar o PT, pois o petista Adilson Pires, vereador na ocasião, candidata-se como vice-prefeito na chapa de Paes, o adversário de Freixo e candidato à reeleição.

de mau caráter, de crosta dura e espessa”. Pensando isso em termos políticos, seria como se Chico Buarque assim o fosse: algo que incomoda, visivelmente de má aparência, que provoca nojo, incômodo, além de ser “de mau caráter, de crosta dura e espessa”. Se é um “Menino Petebas Malufinho”, ele é significado como travesso, mentiroso, entre outros sentidos possíveis.

Assim, a assinatura “Menininho Petebas Malufinho” acaba produzindo diferentes sentidos conforme sejam feitos os recortes dos traços do referente na (re)construção referencial. Dependendo desses sentidos, a referência é construída diferentemente. Há, nesse processo, duas vias. Para aquele que escreve (construção referencial) e para aquele que lê ((re)construção referencial).

A (re)construção referencial por parte dos interlocutores pode ser de modo mais aproximado, sendo congruente ou não com a que foi construída pelo comentador via referência na produção. O que um recortou, o modo como recortou para o (re)estabelecimento da referência não é igual ao do outro. O recorte dos traços referenciais de modo mais aproximado promove um efeito maior de determinação entre esses interlocutores. Em alguns casos, o afastamento das redes de memória mobilizadas na (re)construção referencial é tão acentuado a ponto de constituir uma (des)construção referencial. Isso se relaciona às projeções que os comentadores fazem uns dos outros, ao modo como leem os comentários uns dos outros e atribuem sentidos a eles (ao comentário e ao comentador).

Em seus comentários, alberto zappia também põe em cena a polêmica do prêmio literário. Seja por uma demanda própria, seja por uma retomada dessa questão já trazida por outro comentador, alberto zappia tece sua crítica de outro modo. Ao ler o comentário de Antônio Gonçalves Carneiroq, podemos pensar que alberto zappia pode tê-lo considerado como contrário à premiação dada a Chico Buarque e que tenha ido nessa direção de sentido, pretendendo endossar a crítica feita ao cantor. No entanto, a representação feita pelo comentador alberto zappia do comentador Antônio Gonçalves Carneiroq (nos) permanece indeterminada, assim como pode ter esse efeito também nas leitoras dos demais leitores e/ou comentadores. Seria alberto zappia o comentador crítico à qualidade do músico como escritor? Ou seria ele um petista ortodoxo crítico em relação ao engajamento político do músico? Ou ainda um crítico literário, um literato ou mesmo um leitor colocando em cheque à idoneidade do prêmio em questão? Ou um comentador que pretende apenas divertir-se com a e na discussão, comportando-se de modo tão piadista quanto o primeiro, ao dizer de coisas que, pelo menos aparentemente, não interessam naquele espaço?

O mesmo julgamos ocorrer no recorte a seguir:

RECORTE 10

Nestor (1500) 29/06/2011 17h21

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 12 4

BOLSONARO PARA PRESIDENTE EM 2014

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Gil Janu (546) 29/06/2011 17h20

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 7 3

Bolsonaro para presindete já...

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Gil Janu (546) 29/06/2011 17h18

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 11 3

Bolsonaro...a maioria (que aliás não se manifesta) está ao seu lado... não podemos admitir esta avassaladora propaganda em relação aos gays.... não pode ser assim...ou seja quem não é a favor dos gays...será queimado na fogueira..

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

roberto olivers (3871) 29/06/2011 17h18

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 10 5

Bolsonaro pra presidente...

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

FONTE: **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/06/936565-conselho-de-etica-rejeita-representacao-contr-bolsonaro.shtml>>> Acesso em: 29 jun. 2011

Os comentários não se *linkam* uns aos outros, já que estão todos alinhados, sem o recuo que indica o vínculo de um comentário a outro. Não há indícios de que um comentário se associe a outro(s). Eles foram postados sem fazerem relação explícita com os comentários que igualmente promoveram o efeito de ruptura através de rescritas do enunciado deslizante *Bolsonaro para presidente*¹⁶³. Como os comentários não estão vinculados um ao outro, mas se situando uns abaixo dos outros, não conseguimos saber que comentador faz adesão a qual outro. O fato é que podemos perceber que, de certo modo, os comentadores parecem fazer uma espécie de coro aos dizeres uns dos outros, realizando pequenas variações ao rememorar discursividades na postagem de paráfrases de um “mesmo” enunciado (“Bolsonaro pra presidente...”): “Bolsonaro para presidente em 2014”, “Bolsonaro para presindete já...”.

O recorte acima nos permite pensar não apenas no efeito de ruptura que promovem no fio discursivo os comentários de “Nestor”, de “Gil Janu” e de “roberto olivers” como enunciados deslizantes, mas também sobre a in-determinação na representação do comentador.

¹⁶³ Uma análise mais detalhada do efeito de ruptura que podemos associar ao comentário “Bolsonaro para presidente” é apresentada a seguir. Como pode ser notado adiante, detemo-nos diferenciadamente na análise dos comentários com esse enunciado tendo em vista a frequência de seu aparecimento nos comentários de ambos os jornais aqui analisados.

Do comentador que assim postou podemos ter traços referenciais in-determinados em sua representação: interessa abandonar o espaço político para trazer questões que, para ele, talvez sejam mais interessantes? Ou interessa realizar uma pilhéria, ou brincar com os demais comentadores, ou enfurecê-los? Essa representação in-determinada quanto a tratar-se de um verdadeiro cabo eleitoral do candidato, ou um piadista, ou um homofóbico (assim como comumente caracterizam o candidato), ou ainda um eleitor que, tão homofóbico quanto Bolsonaro, acredita na atuação política do candidato, coloca-se em maior ou menor in-determinação a depender de como os leitores e outros comentadores atribuem sentidos aos dizeres uns dos outros, conforme as redes de memória mobilizadas.

No primeiro comentário, em 17h18min, “Gil Janu” pode indiciar seu posicionamento a favor do candidato Bolsonaro. Porém, esse posicionamento não sabemos referir-se ao Bolsonaro político, ou ao Bolsonaro que demonstra posturas homofóbicas. Ainda poderia ser uma maneira de dizer não estar se importando com essa discussão, ou com a política do país, ou com os direitos dos homossexuais.

Os comentadores podem ser representados in-determinadamente a depender dos sentidos que atribuem às falas dos comentadores e aos traços recortados na reconstrução referencial. Não sabemos que sentidos atribuíram aos comentários uns dos outros, que recorte referencial dos comentadores os demais comentadores fizeram e que discursividade pretenderam endossar, ou ironizar, ou satirizar. Consequentemente, não sabemos que representação um comentador fez do outro.

Outro recorte em que podemos verificar o funcionamento da in-determinação provocando comentários com efeito de ruptura pode ser visto a seguir:

RECORTE 11

Paulo Cesar (3185) 30/06/2011 09h42
De acordo com a Lei Bolsonaro deveria perder o mandato. Mas, para os nossos representantes, o que é Lei ?
O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

jota silva (975) 30/06/2011 09h15
bolsonaro para secretário geral da ONU já!!!
O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Ziza (183) 30/06/2011 08h28
Estudos científicos comprovam religiosos fundamentalistas e os homofóbicos tem ereção mais rápida assistindo filmes de sexo gay.
O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Roque Araujo (1077) 30/06/2011 07h29
o jean willis se diz homem com aga maiusculo??? e o chico alencar no armario??putz esse psol esta indo pro brejo, aliás o chico alencar do rio de juaneiro gosta tanto de homesn gays que saiu na fotografia de mão dadas com o assassino cezari batisti. que não ia dar em nada contra o bolsonaro ja sabiamos o supremo derrubou nos ultimos julgamentos feito, tudo o que poderia ser contra o bolsonaro.

FONTE: **Folha de S. Paulo**. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/06/936565-conselho-de-etica-rejeita-representacao-contrabolsonaro.shtml>

Assim como verificamos anteriormente, há, também no jornal “Folha de S. Paulo”, comentários com efeito de ruptura em relação ao fluxo dos comentários que seguiram os sentidos dominantes recortados pela cibernotícia sobre Bolsonaro. Como podemos constatar, o comentador (ou comentadora) de *nickname* Ziza traz sentidos outros (que o(a) tocam) e que comparecem em seu dizer que, pelo menos de início, deveria ser sobre a cibernotícia. No entanto, diferentemente dos demais comentários, esse não segue o fluxo dos sentidos dominantes direcionados pela cibernotícia, pois o comentador (ou a comentadora) traz questões outras, inclusive de outros espaços discursivos, como o religioso, o científico, o erótico, criando um enunciado deslocado.

Em meio à discussão política, Ziza parece trazer outra questão que pode ser associada a Bolsonaro. Esse(a) comentador(a) não menciona o nome desse político, no entanto, esse comentário é postado na cibernotícia que fala dele. Portanto, acabamos por estender a esse político as considerações que Ziza faz e a conclusão/opinião que ele(a) apresenta, atribuindo-a, brincando, a resultados de pesquisas científicas, o que estaria conferindo valor de verdade a essa conclusão. Mas esse comentário também pode ser associado a algum comentador que também ali posta. Ou pode ainda ser associado a algum comentador que apoia Bolsonaro, aplicando-se, pois, a ambos (a Bolsonaro e ao comentador que o apoia).

No comentário, “tem ereção mais rápida assistindo filme de sexo gay” poderia corresponder a excitar-se com a homossexualidade e, talvez, a ser gay por, com isso, se excitar. No caso, haveria uma insinuação a uma homossexualidade enrustida. Assim, esse comentador pode ser representado como alguém que acredita no recalque da vida (preferência, opção, comportamento) sexual, podendo ser o caso dos homofóbicos.

Embora faça menção a pesquisas científicas, a fim de conferir um valor de verdade àquilo que afirma, à sua conclusão, endossando-a, é igualmente possível que tal menção emergja como uma tentativa de afastar-se daquilo, atribuindo a outrem a autoria dos supostos resultados encontrados, no caso a pesquisas científicas, de tal modo a produzir um argumento de autoridade para o posicionamento assumido, não havendo evidência que seja dele. Assim, nesse comentário com efeito de ruptura, podemos ter também a representação in-determinada do comentador, já analisada em tópico anterior.

Esse comentário promove um deslocamento do dizer e nos permite pensar sobre a indeterminação a partir da expressão “religiosos fundamentalistas e os homofóbicos”. Teríamos religiosos fundamentalistas de um lado e os homofóbicos de outro, vistos como dois grupos, o que pode ser reforçado pelo emprego de *os* em *os homofóbicos*. Nesse caso, todos os

religiosos fundamentalistas seriam gays, assim como todos os homofóbicos. Por outro lado, essa expressão pode reclamar o recorte de outros traços na construção referencial, conforme sejam, por exemplo, as representações acerca dos religiosos fundamentalistas. Com esse efeito de sentido outro, os religiosos fundamentalistas constituiriam um grupo heterogêneo, do qual fazem parte homofóbicos e não-homofóbicos. Dessa forma, os religiosos fundamentalistas e os homofóbicos, nessa interpretação, formariam um grupo só. Assim, todo religioso fundamentalista que se comporta de modo homofóbico seria gay, diferentemente daqueles que não se comportam de tal modo.

Ademais, essa crítica poderia apontar para um comentador gay ou não. Não há garantias. O próprio *nickname* Ziza aplica-se tanto a um homem, quanto a uma mulher. E ainda que o *nickname* fosse Maria, dadas as CPs do ciberespaço, não teríamos garantia, pelo funcionamento da in-determinação do nome próprio nessa prática, de que seria, de fato, Maria e de que esse(a) comentador(a) seria homossexual ou não, dada a in-determinação na representação do sujeito também nessas CPs.

Agora, a fim de observarmos, pontualmente, a questão da in-determinação relacionada a signos, destacamos o segundo comentário, de Michel Barbosa:

RECORTE 12

Michel Barbosa (93) em 27/07/2012 às 19h53

 facebook  twitter [Denuncie](#) [Responder](#)  0  1

Marcelo Freixo é o que há de mais interessante nas campanhas do Rio. Não gosto da participação do Chico, traz muitos mitos, traz à tona um romantismo cafona de esquerda que não é interessante para a política que quer ser vista como algo mais sério. Separar a Esquerda da MPB engajada é importante para reinvenção deste lado importantíssimo do espectro político brasileiro...

O comentário não representa a opinião do iomai: a responsabilidade é do autor da mensagem

FONTE: **Estadão**. Disponível em: << <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-de-etica-rejeita-processo-contrabolsanaro,738532>>>

Parece ser possível pensar a contradição no comentário, o que julgamos ser, parcialmente, pelo efeito de in-determinação na relação do termo “espectro” com os demais signos do enunciado, pois inicialmente menciona Marcelo Freixo como algo interessante nas campanhas do Rio, ao passo que deprecia a participação de Chico na campanha eleitoral desse candidato ao relacionar o cantor a “um romantismo cafona de esquerda que não é interessante para a política que quer ser vista como algo mais sério”; por outro lado, fala em “MPB engajada”, paralelamente à necessidade de uma “reinvenção deste lado importantíssimo [sic] do

espectro político brasileiro”, entendendo ser a esquerda esse importante lado da política brasileira, ou seja, o lado que precisa de uma reinvenção, especialmente se considerarmos o termo “espectro”, cuja referência está in-determinada, de modo que caberia a pergunta: a que o termo “espectro” refere-se? Isso pode deixar nuances de uma possível passagem de uma posição para outra, ou seja, certa traição através das palavras, se pensarmos, por exemplo, certas relações nas relações de posição, no vocabulário de uma classe, pensando que o termo em questão poderia ser, inclusive, associado à figura imaginária, como se a esquerda, de fato, não existisse, fosse imaginária, fantasmagórica, apontando para certa contradição que poderia ser associada a um discurso a favor da suposta esquerda política.

Esse efeito de in-determinação relacionado ao termo “espectro” parece-nos ter repercussão no desenrolar dos comentários, e parece ser, de certo modo, motivador de outro funcionamento, tendo implicações no modo como é escrito quando esse signo “reaparece” no comentário de Teresa Batista Cansada de Guerra: “‘Espectro’ é termo perfeito para a ausência de ideologia, lavagem de dinheiro e paraísos fiscais...”, conforme compreendemos, pode ser relacionado ao referente “fantasma”; embora não tenha sido definido o que está tomando por “espectro”, por não detalhar, fica parcialmente indeterminada sua referência, mas, na relação com as expressões “ausência de ideologia”, “lavagem de dinheiro” e “paraísos fiscais”, entendendo que a referência pode apontar, em certo sentido, para a questão fantasmagórica, figura imaginária, tendo, por isso, interpretação determinada.

Isso mostra, no comentário de Michel Barbosa, o efeito de in-determinação, gerando certo equívoco, haja vista a impossibilidade de precisar ser uma opinião favorável ou desfavorável ao candidato, a uma opinião de crítica ao governo, ou uma maneira de dizer que não há “ausência de ideologia”, “lavagem de dinheiro” e “paraísos fiscais”, posto que afirma que “espectro é termo perfeito para a ausência de ideologia, lavagem de dinheiro e paraísos fiscais...”. Podendo ser interpretado como figura imaginária, estaria apontando para uma posição favorável, dizendo que há ideologia, não há lavagem de dinheiro, nem paraísos fiscais, mas, se relacionada à noção de imagem, seria o contrário.

Como dissemos, o enunciado *Bolsonaro para Presidente* seria submetido a uma análise detalhada quanto a seu caráter de ruptura, procedemos, então, à apresentação dessa análise.

RECORTE 13



Rendelson Framil

Comentado em: [Conselho de Ética rejeita processo contra Bolsonaro](http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-de-etica-rejeita-processo-contra-bolsonaro,738532)

1 de Julho de 2011 | 20h07

Bolsonaro para Presidente.

FONTE: **Estadão**. Disponível em:

<< <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-de-etica-rejeita-processo-contra-bolsonaro,738532>>> Acesso em: 10 jul. 2011

Conforme consta da própria postagem, o comentário acima está disponível na página da cibernotícia “[Conselho de Ética rejeita processo contra Bolsonaro](http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-de-etica-rejeita-processo-contra-bolsonaro,738532)”¹⁶⁴, cujo foco é a rejeição, por parte do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, à abertura de processo disciplinar contra o deputado Jair Bolsonaro “por ele ter discutido com a senadora Marinor Brito (PSOL-PA) e por ter classificado de ‘promiscuidade’ a possibilidade de um filho seu ter relacionamento com uma mulher negra”¹⁶⁵.

Nesse cenário, o comentário acima, do qual consta apenas o enunciado “Bolsonaro para presidente”, que poderia ser classificado como fugindo à temática da cibernotícia (por não comentar propriamente o “conteúdo” político recortado pela cibernotícia), por romper também com a regularidade dos comentários anteriores, mesmo com relação aos comentários com assuntos correlatos (polêmicas nas quais se envolveu o deputado), é considerado como comentário deslizante, mexendo nas redes de memória, mas sem migrar para outro(s) espaço(s) discursivo(s), o que não deixa de produzir certos efeitos de sentido contraditórios.

A cibernotícia a que o comentário está associado diz do que Bolsonaro fez na política, diz do processo, da acusação de Bolsonaro pelas atitudes erradas cometidas por ele; de repente, junto à cibernotícia, emerge um comentário que destoa, mas continua relacionado à política, promovendo um deslize em relação ao recorte sobre o político que estava sendo feito pela cibernotícia. Em relação aos sentidos dominantes que ela recorta, esperávamos que,

¹⁶⁴ Jair Messias Bolsonaro, na ocasião, era deputado federal no Rio de Janeiro pelo Partido Progressista. O deputado envolveu-se em polêmicas relativas a preconceito racial, cotas raciais, homofobia, sexismo, dentre outros assuntos. A notícia em questão aborda uma dessas polêmicas, ao informar sobre a tentativa de abertura de um processo contra o deputado. Entretanto, tal processo foi rejeitado e esse era o assunto da notícia em questão.

¹⁶⁵ Cf. *Estadão*, de 29 de junho de 2011. Disponível em: << <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-de-etica-rejeita-processo-contra-bolsonaro,738532>>> Acesso em: 29 jun. 2011

naquele conjunto de comentários, viessem comentários que falassem sobre a cibernotícia, mais propriamente sobre a questão política que a cibernotícia recorta, e aí desliza para outro lugar, mas se mantém no espaço do político, como também podemos verificar neste recorte feito dos comentários à “mesma” cibernotícia publicada no jornal “Folha de S. Paulo”:

RECORTE 14

O Auspicioso (1857) 30/06/2011 00h20

Liberdade de expressão. deixa o cara falar, vivemos em uma democracia que em breve sera uma democracia de direita.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Raphael Silva (4) 29/06/2011 23h26

Mais que certo rejeitar! Bolsonaro defende os bons costumes, ora! Todavia, não sou hipócrita, sei que ele é de total falta de discrição, age 'certo' de maneira truculenta.. Talvez, se lapidasse esse ponto, poderia, quem sabe, galgar cargos mais altos e obter, assim, maior poder para lutar pelos seus ideais.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Lopes (1098) 29/06/2011 23h22

Em 2014 vote certo: Presidente: Bolsonaro Vice:Pai Ambrósio

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Lopes (1098) 29/06/2011 23h21

Em 2014 vote certo: Presidente: Bolsonaro Vice: Pai Ambrósio

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Claudionor Jr (2443) 29/06/2011 22h43

A decisão não poderia ser diferente. Afinal, a imunidade parlamentar serve a todos os parlamentares.

FONTE: **Folha de S. Paulo**. Disponível em:

<http://comentarios1.folha.com.br/comentarios/206054?skin=folhaonline>

Semelhantemente aos comentários (parafrásticos de) *Bolsonaro para presidente*, previamente visualizados, entendemos que o(s) comentário(s) de Lopes, de certo modo, reescreve(m) também certos sentidos que esse comentário pode veicular, pois podemos visualizar a permanência do aspecto eleitoral com o termo *vote*, a apresentação do nome de um candidato associado a um cargo político e, desta vez, a composição da chapa, com a menção ao nome do vice-presidente, Pai Ambrósio. Esse comentário significa de outro modo pelo que ele traz de “novo”, especialmente a associação com Pai Ambrósio como vice-presidente. Esse enunciado deslizando que, de início, pode nos provocar humor exatamente devido a essa associação, pode, além de nos permitir dizer de uma implicação subjetiva aí implícita, também desaguar numa representação in-determinada do comentador.

Além da representação in-determinada do comentador possível nos recortes de traços referenciais na (re)(des)construção desse referente como já vimos nas análises anteriores, temos ainda outras possibilidades referenciais que surgem a partir dessa associação com Pai

Ambrósio, uma figura conhecida entre os umbandistas, por ser um dos mais famosos pretos velhos que, como todos eles, é reconhecido pelas curas que realiza.

Ao associar Bolsonaro como presidente a um vice inclusive desencarnado, como pai Ambrósio, podemos (re)construir representações in-determinadas do comentador, principalmente diante do equívoco de seu enunciado relacionado a expressão que funciona como nome próprio, Pai Ambrósio, de quem podemos ter alguns traços na (re)construção referencial. Como recortes podemos ter: preto velho, um homem milagroso, um homem que auxilia na resolução dos problemas, um homem desencarnado, um pai de santo. Lembrando que, em última instância, a (re)construção referencial a partir de recortes dos traços referenciais é feita segundo as nossas representações. Por exemplo: quais representações são passíveis de serem feitas acerca da umbanda? E dos pretos velhos? E acerca do que eles fazem?

Se, no recorte dos traços, o leitor e/ou comentador estabelece como referente para Pai Ambrósio um homem desencarnado, esse comentador pode estar se representando ou ser representado como alguém que faz pilhéria de toda essa situação, que critica a imoralidade vigente na política, sobretudo a de que toda aliança é válida, como, por exemplo, a de um evangélico (Bolsonaro) com um pai de santo (Pai Ambrósio), ou seja, uma crítica às coligações políticas feitas apenas com o intuito de vencer as eleições; ou como alguém que acredita no poder de Pai Ambrósio, cuja capacidade de resolver problemas se estendeu para além da vida terrena, e ainda que Bolsonaro mereça ser apoiado por esse preto velho; ou ainda como alguém que desacredita desse político, deixando entrever sentidos contrários a esse político.

Ao associar Bolsonaro, para composição de uma chapa eleitoral, a um homem que pode estar desencarnado, sentidos contrários a Bolsonaro emergem, como se dissesse que a candidatura de Bolsonaro à presidência é algo improvável, senão impossível, ou até mesmo que pensar nesse político como candidato à presidência seria algo inusitado, cômico. Assim, estaria fazendo pilhéria, dada a impossibilidade de composição dessa chapa, haja vista que um dos supostos candidatos já é falecido.

Os sentidos e os recortes referenciais relacionados ao nome próprio em questão são atualizados quando pensamos nas CPs em que essa atualização é feita. A in-determinação relacionada à expressão que funciona como nome próprio, *Pai Ambrósio*, permite ainda que possamos associar o pai Ambrósio a um pai de santo ou a alguma espécie de líder/mestre espiritual da atualidade, que utiliza de mesmo nome e que, talvez, estaria estendendo para si

as características do preto velho já desencarnado. Levando em conta, novamente, as polêmicas em que o político Bolsonaro se envolveu, ao serem associados, nesse enunciado deslizando, o nome de Bolsonaro e o de Pai Ambrósio como um homem da atualidade, outras representações acerca desse comentador ainda se nos colocam.

Na conjuntura nacional atual, em que circulam fortemente sentidos associados ao combate à homofobia, emergem, por outro lado, sentidos contrários, aos quais podemos associar Bolsonaro, como, por exemplo, o da cura gay, que podemos ver tanto relacionado ao nome de pai Ambrósio (atualizado em tantos outros pais de santo que, por extensão, transfeririam as características desse preto velho a si mesmos¹⁶⁶) quanto também em programas televisivos, como o “Zorra Total”, que apresenta um quadro em que a personagem Hércules assume ter passado por um tratamento para a cura gay¹⁶⁷, ou até mesmo no polêmico projeto apresentado pelo deputado federal e pastor Marcos Feliciano¹⁶⁸.

Nessa conjuntura, a representação in-determinada do comentador se apresenta como um sentido possível a partir de “novos”¹⁶⁹ (possíveis) traços referenciais. Seria um eleitor umbandista, que acredita na capacidade de Pai Ambrósio de resolver os problemas (esteja ele encarnado ou desencarnado)? Seria um homofóbico, assim como Bolsonaro? Seria um homofóbico que se inclui entre aqueles que acreditam na cura gay, por isso a associação com pai Ambrósio, quem supostamente seria capaz de realizar esse tratamento? Seria alguém que faz piada de toda essa situação, como se estivesse insinuando a irrelevância de toda essa polêmica? Ou seria alguém a favor do radicalismo de Bolsonaro quanto aos homossexuais e que encontra, nesse modo de dizer próprio dos comentários às cibernetícias, a possibilidade de assumir-se homofóbico, já que socialmente esse posicionamento não é aceito? Assim, para não cometer crime por preconceito de gênero, o comentador estaria dizendo desse modo.

Ao brincar com essa associação (seja Pai Ambrósio encarnado ou desencarnado), o comentador parece encontrar uma via de dizer que concorda com Bolsonaro e não aceita o homossexualismo. Seria essa uma das maneiras (veladas) de dizer dos sentidos que o tocam, uma maneira de dizer que concorda com a postura homofóbica de Bolsonaro.

¹⁶⁶ Circulam nas ruas panfletos de propaganda de serviços prestados por Pai Ambrósio: “Resolvo os problemas amorosos e profissionais. Curo qualquer doença (**até viadagem**). Curo qualquer vício. Encontro cão perdido. Tiro unha encravada e fírose. Jogo cartas, bingo e bilhar”. (grifos nossos) Disponível em: <<<http://guardioesdaumbanda.blogspot.com.br/2012/06/assim-que-queremos-nossa-umbanda.html>>> Acesso em: 13 jun. 2012.

¹⁶⁷ Um dos episódios pode ser assistido no Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CFCsn-eH9iY>> Acesso em: 10 dez. 2014.

¹⁶⁸ O referido projeto propõe a retirada da proibição de tratamento de homossexuais por profissionais da saúde.

¹⁶⁹ Justificamos as aspas aqui empregadas porque entendemos não haver traços referenciais novos. Considerando que há o real da língua e o real da história, há a impossibilidade de recortarmos todos os traços possíveis de uma referência, especialmente porque ela se constrói discursivamente.

Outra questão que merece destaque nesse recorte por reforçar o caráter in-determinado que podemos atribuir à representação do comentador trata-se da repostagem feita do “mesmo” comentário de Lopes, por ele mesmo. Empregamos o termo *mesmo* entre aspas entendendo que não se trata do mesmo enunciado, dos mesmos efeitos de sentido que essa repostagem suscita, ainda que a materialidade linguística se apresente sob a mesma forma. Ao postar o “mesmo” comentário às 23h21 e 23h22, alguns sentidos podem ser atribuídos aos dizeres do comentador e, mais ainda, alguns traços in-determinados podem ser atribuídos à sua representação.

O fato de aparecer o “mesmo” comentário às 23h22 é passível de ser um problema na postagem do comentário, uma falha tecnológica que tenha duplicado o envio ou que tenha ocorrido pelo próprio comentador que, na dúvida de ter obtido sucesso na postagem, enviaria novamente; uma falha tecnológica que, ainda assim, não deixa de significar, bem como o dígito falho de que trata Orlandi (2012b). No entanto, pode ser também a reafirmação de seu posicionamento, como se dissesse: *É isso mesmo que eu penso. Quero reforçar meus dizeres, por isso os digo novamente!* Ou até mesmo uma maneira de incitar os leitores e comentadores, como se estivesse fazendo “campanha” a favor de determinados sentidos, de determinados candidatos, reproduzindo a repetição do grito dos eleitores em campanha eleitoral.

Como *Bolsonaro para presidente* não é produzido na conjuntura de uma campanha eleitoral, não se trata prontamente de uma atualização do acontecimento da candidatura, mas se trata de uma rede de memória que permite significar o enunciado como um desejo do comentador, por exemplo. Trata-se de um enunciado disponível nas redes de memória do espaço discursivo eleitoral.

Esse enunciado pode ser, de fato, a opinião do comentador: ele acredita naquilo e realmente quer que Bolsonaro seja presidente do Brasil. Ele deseja que o Brasil tenha alguém como o Bolsonaro para presidente, para limpar o país de todas essas mazelas, de tudo aquilo que o Bolsonaro está criticando, daquilo tudo que eles estavam criticando.

Pode ser uma brincadeira que ele diz “com fundo de verdade”, em que ele aparenta brincar e promover o riso, mas pensa aquilo mesmo na verdade, embora possa desejar que os outros creiam no contrário. Pode ser uma brincadeira, como se dissesse: “Vocês estão todos discutindo e se preocupando, e eu dou uma arejada nessa discussão pesada e brinco com vocês para quebrar o clima de tensão”.

Pode ser um comentário irônico, em que diz algo “pretendendo” dizer o contrário. Ao dizer que quer Bolsonaro para presidente seria uma crítica feita à política brasileira, em que

até mesmo Bolsonaro poderia ser cogitado como um nome à presidência do país.

Pode ser que esteja apenas querendo dizer que concorda com as posturas de Bolsonaro frente às polêmicas questões sociais nas quais o deputado se envolve. Uma maneira de dizer de um brilhantismo de tal pessoa o que não implica necessariamente colocá-lo como um possível nome a ser indicado a presidente, tanto que, na conjuntura histórica em que tal comentário emerge, ele não é oficialmente cogitado a candidato à presidência.

O enunciado “Bolsonaro para presidente”, no espaço da cibernotícia e dos comentários, que aparece, no espaço virtual, pelo anonimato que lhe é característico, como deslize do dizer, é equívoco, uma vez que pode ser interpretado de modos diversos. Esse enunciado pode ser interpretado como jocoso, irônico, sarcástico, ou mesmo sério, manifestando concordância com o posicionamento do deputado. Essa concordância pode, no espaço virtual, ser explicitada, uma vez que há ali um efeito de face protegida pelo anonimato conferido ao comentador.

Tal comentário está, a nosso ver, dizendo algo para e sobre aquele que o postou, seja uma postagem irônica, jocosa ou não. Em nossa sociedade, fortemente perpassada por sentidos machistas e racistas, é possível que muitos cidadãos se sintam tocados por esses sentidos de modo a apresentarem posicionamentos similares ao de Bolsonaro, divulgados pela mídia, e sintam que ali, no espaço virtual, com o efeito de face protegida, no espaço discursivo dos comentários, a possibilidade de assim dizer.

Esse enunciado deslizante, assim como os outros comentários com efeito de ruptura, pode ser considerado, pelos leitores e/ou comentadores, como *troll*, mas isso é parte da interpretação deles como internautas, e não nossa como analistas, sendo que, para nós, comentários como esse interessam pelo efeito de ruptura que promovem. Mesmo que seja um *troll*, pode ter outras interpretações que não somente a de uma brincadeira. De nossa parte, empreendemos movimentos de interpretação sobre o dizer do outro.

O enunciado “Bolsonaro para Presidente” relaciona-se ao acontecimento histórico da rejeição, pelo Comitê de Ética, a abrir um processo contra o deputado Bolsonaro, sendo esse o foco da cibernotícia e de alguns comentários. Nesse contexto, além da cibernotícia e dos comentários diretamente a ela relacionados, há outros que, como esse supracitado, podem ser caracterizados como comentário com efeito de ruptura, por não prosseguirem com o fio discursivo, por romperem com a regularidade, emergindo como diferentes, ou seja, por seu efeito “perturbador”, impelindo-nos a interpretá-los exatamente porque são opacos, e, por isso, abrem para a interpretação.

Além disso, o comentário em questão envolve a convocação de uma memória, fazendo uma mexida nas redes de memória, pois traz para o espaço discursivo político um enunciado do campo eleitoral, que parte para o opinativo dos comentários à cibernotícia em questão, ou seja, ele migra do âmbito político para outro espaço discursivo, o da política, mais especificamente de uma cibernotícia política que fala sobre o fato de o Comitê de Ética rejeitar processo contra o deputado em questão. Embora seja possível pensarmos não haver aí atualização do enunciado por, de certo modo, a cibernotícia ter como foco um deputado, compreendemos que essa seria outra conjuntura sócio-histórica, pois não se trata de um cenário eleitoral no qual o enunciado “Bolsonaro para presidente” poderia estar significando o apoio à candidatura do deputado. Isso mostra que, imbricada à memória, na construção desse acontecimento discursivo, está a atualização do enunciado, regular no espaço discursivo político, migrando para outro espaço, para outro discurso ali no comentário a uma cibernotícia fora de um cenário eleitoral.

A memória convocada, ou melhor, as redes de memória que são tocadas nessa atualização fazem, a nosso ver, com que esse enunciado, no espaço virtual, possa ser interpretado como jocoso, irônico, sarcástico, sendo esse efeito polissêmico resultante da indeterminação, que reforça, inclusive, o anonimato, o qual também contribui para esse efeito. Assim, esse apoio à determinada candidatura aparece como possibilidade, haja vista a opacidade e a equivocidade desse acontecimento.

Desse modo, analisando o enunciado “Bolsonaro para presidente” como comentário à cibernotícia à qual aparece associado, concebemos seu aparecimento como uma ruptura, um deslize do dizer, que marca o diferente na regularidade, tem caráter equívoco e subjetivo, além de considerá-lo proveniente da tensão entre a memória (enunciado próprio do campo político, do cenário das campanhas eleitorais) e a atualidade (entrada desse enunciado em outro âmbito, o dos comentários à cibernotícia em questão, de um jornalismo político).

Sob a perspectiva supracitada, passamos a reconsiderar, para a análise, o enunciado *Bolsonaro para presidente*.¹⁷⁰, que, em outro momento, tínhamos classificado como “não conversando com nada”, por não se relacionar diretamente ao que dizia a cibernotícia ou mesmo com os comentários a essa cibernotícia. Passamos a reconsiderá-lo, entendendo-o como um enunciado que está dizendo algo para e sobre o locutor que postou esse comentário,

¹⁷⁰ Durante a análise da notícia e dos comentários, constatamos que as cibernotícias tinham como temática a negação de um processo contra o deputado, sendo seguidas de comentários sobre essa temática, outros sobre assuntos correlatos (polêmicas nas quais se envolveu o deputado) e verificamos o comentários com o enunciado em questão (“*Bolsonaro para presidente*.”).

seja ele uma postagem irônica, jocosa ou não, considerando que é possível até que muitas pessoas pensem como esse participante, por concordarem com os posicionamentos de Bolsonaro divulgados pela mídia, e sintam que ali, no espaço virtual, com a face protegida, “valendo-se” da in-determinação (e seus efeitos) que constitui esse espaço discursivo das cibernotícias, seja esse o lugar de “assumir” essa concordância com a postura do referido político, e, em certo sentido, de ele próprio assumir postura semelhante, coadunando com o que esse político afirma. Essas possibilidades de interpretação do comentário configuram-se como algo próprio do que permite a Internet, mais especificamente os comentários às cibernotícias.

É possível pensar que essa seria uma entrada para a brincadeira, para a ironia, para o efeito de participação, possível nesse espaço pelo caráter in-determinado que atinge o lugar do locutor, sendo pertinente pensar ainda resultar desse efeito de participação mais produção de in-determinação do comentador, com projeções de representações imaginárias sobre o comentador, visualizadas no equívoco do enunciado. Prova disso é, por exemplo, a inviabilidade de prever o comentário que viria na sequência, se seria endossando o comentário anterior, ou criticando-o, haja vista que o enunciado “Bolsonaro para presidente” pode (re)velar tanto um posicionamento a favor, quanto um posicionamento contra o deputado.

Essa relação entre o efeito de participação e o de in-determinação podem estar configurando uma relação circular, uma vez que assim como esse efeito de participação ocorre pela possibilidade de participar nos comentários às cibernotícias daquela forma, ou seja, porque se está in-determinado como locutor, ocorrendo também o inverso, de modo que os comentários com a finalidade de realizar esse efeito de participação criam também uma interpretação in-determinada do locutor.

Assim, a partir das pontuações de Ferreira (2000), relacionamos casos como esse ao equívoco, uma vez que não pode ser desfeito, e que parece ter efeito in-determinado do comentador, sendo fruto da existência de que há real, por isso pensar os deslizos ou os deslocamentos como estando para algo que é da ordem do real e, conseqüentemente, relacionar real à in-determinação¹⁷¹ e visualizar a própria in-determinação como característica e constitutiva do funcionamento discursivo dessa prática, sendo possível pensar, do ponto de vista dos interlocutores, a indeterminação como efeito do sentido que estaria para a ordem do

¹⁷¹ Se há equivocidade pelo funcionamento do real da língua e da história, a in-determinação seria intermediária entre o real e o equívoco. É porque temos o real da língua que a referência, discursivamente se construindo, é apenas um recorte e, por isso, acabe promovendo a in-determinação, podendo provocar também o equívoco.

contingente, do ocasional. Manifesta-se contingencialmente como efeito de sentido, mas é constitutiva do discurso, própria à construção discursiva da referência.

Por sua relação com o equívoco, que podemos ler o comentário acima como uma postagem jocosa, irônica ou mesmo como a expressão do desejo ou voto do comentador. E esse lugar de face protegida seria um lugar no qual isso pode ser dito. As pessoas podem pensar como Bolsonaro, e esse posicionamento, que pode ser velado, emerge ali. É porque tem in-determinação que se produz esse equívoco, que se instala aqui também algo que está in-determinado, a representação do comentador, de modo que é possível que, no meio de uma série de comentários, pejorativos, negativos com relação ao Bolsonaro, ele possa dizer “Bolsonaro para presidente”, o que não teria o mesmo efeito se, por exemplo, ele estivesse numa roda de amigos, pois ele poderia se sentir constrangido, mediante os comentários negativos, pejorativos, de mostrar que ele está de acordo; não teria a mesma força (o mesmo efeito) de in-determinação se dito em uma conversa face a face, produziria efeitos diferentes se tivesse emergido esse enunciado numa relação dialógica de uma prática discursiva realizada face a face, em que muitos traços da fala emergiriam a despeito dos participantes, porque ou as pessoas levariam para a pilhéria, ou ele correria o risco de ser criticado.

Entendemos que lidar com a noção de formação discursiva nesta análise (e em análises como essa), com a concepção de classe estagnada limitaria a interpretação desse enunciado, pois o restringiria a um discurso pré-construído de uma classe, como próprio ao discurso de uma facção partidária, a daqueles favoráveis ao deputado. Mas, assim como Pêcheux (2008), tomar partido, em nossas análises, pela existência de real e levar a sério suas afetações, no sujeito, na língua, na história, abre a interpretação e faz desse enunciado equívoco, e permite, por isso, abordar/analisar o deslize ou o deslocamento do dizer e do(s) sentido(s) e pensá-los para além dos efeitos da in-determinação, mas nos próprios efeitos de sentido que provocam.

Esse efeito de in-determinação afetando a representação do locutor não significa não haver vestígios do sujeito. Ao contrário, podemos pensar em vestígio da implicação subjetiva que emerge ali, já que é ele quem “promove” ironia, ambiguidade, as quais, inclusive, são contingentes e relacionais, dependem de um *quando*, *onde* e *para quem* (o *aqui-agora* enunciativo) da enunciação da qual consta a in-determinação.

Os comentários deslizantes e deslocados analisados neste tópico parecem-nos estar relacionados à in-determinação porque é justamente em função do imaginário de face protegida, de “poder (de) tudo dizer”, de o locutor poder dizer como diz e esse dizer projetar certas imagens do sujeito, sob um efeito de in-determinação, as quais não lhe permitem ser

localizado, que ele pode dizer, em meio a uma série de comentários tão negativos em relação ao Bolsonaro, “Bolsonaro para presidente”, ou pode ainda migrar para outro lugar, outro espaço discursivo.

Os comentários analisados demonstram, conforme compreendemos, rupturas no e do dizer, no e do sentido, pois se apresentam como um furo numa lógica discursiva possível dos comentários às cibernotícias. Isso que irrompe como um furo, e que “interessa” àquele que ali participa dizer e dizer daquele modo, daí o fato de associá-lo a um vestígio de emergência de implicação subjetiva. A estrutura comporta falha, abre a possibilidade para o furo, que associamos aos comentários com efeito de ruptura, ou seja, pela ativação de redes de memória, reaparece, (re)atualizado, remetendo não apenas a um enunciado que emergiu em outras CPs, tocando outras redes de memória, mas a um acontecimento discursivo outro, e, conseqüentemente, convoca a dar sentidos ao novo que se instala, o que nos leva a dizer, nos comentários à cibernotícia, de pontos de instabilidade na língua e no discurso, que irrompem como falha no interior de uma regularidade que os constitui, caracteriza e põe em jogo a uni(vo)cidade do sentido.

Os recortes analisados mostram como há a não fronteira entre o efeito de sentido determinado e indeterminado, o que reforça a “preferência” por falarmos em in-determinação, ou seja, o batimento entre esses efeitos de sentido, que se estabelece de modo relacional nas diversas CPs, entre os interlocutores, entre os signos linguísticos.

Ainda precisamos esclarecer que mesmo o fato de um comentador comentar sobre o *nickname* de outro poderia ser um comentário que promove certo efeito de ruptura, por romper com o fio discursivo tecido pelos sentidos em dominância acionados e direcionados pela cibernotícia e seguido pela maioria dos comentários (sobre a democracia, a liberdade de opinião, a decisão do Comitê de Ética) ao fazer uma valoração do *nickname* do outro comentador. Então, nesse caso, seria enunciado deslocado.

Podemos ter como um efeito de sentido a in-determinação a partir do nome próprio, promovendo uma representação in-determinada do comentador (no caso, o comentário do outro mostra uma interpretação in-determinada do comentador cujo *nickname* é João da Silva). Quando analisamos a in-determinação relacionada ao nome próprio presente no *nickname* de um comentador, podemos também verificar uma ruptura possível pelo funcionamento da in-determinação nessa prática e vestígios da implicação subjetiva.

Ao falar do *nickname* do comentador, nesse aparente apagamento do sujeito, ele diz de outros fatos e diz de si, diz de seu posicionamento. Ao atribuir valores, estende esse

julgamento às representações que faz do comentador de *nickname* *joão da silva*, produzindo o efeito de que ele é contrário à posição. Deixa marcado certo efeito de posicionamento. Um traço de seu posicionamento, ao falar sobre esse outro fato. Por isso é o jogo *in-determinação*.

Quando faz uma avaliação depreciativa do *nickname* do comentador, faz uma rejeição ao comentador, insinuando que ele não sabe o que fala; então, a posição deles é diferente. Ao dizer, “você é um joão da silva”, ele tira a autoridade do comentador; ao fazer isso, estaria dizendo que esse comentador não sabe o que fala. Logo, a posição dele é diferente da desse comentador. Ao fazer uma avaliação depreciativa do *nickname* do comentador, ele se coloca numa posição contrária a dele, numa posição de superioridade. Nesse sentido, até estaria comentando a cibernotícia e os demais comentários, porém indiretamente. Por outro lado, pode ser interpretado como uma brincadeira, uma gozação, só brincando com o *nickname* do outro. São possibilidades de interpretação.

Entendemos haver uma relação de decorrência entre esses casos. Há a ruptura (no caso, ele diz e diz de si) ao dizer do *nickname* do outro e não se mantém nos sentidos (re)cortados pela cibernotícia e pelos comentários. Ao fazer isso, focando o nome próprio (cuja interpretação pode ser in-determinada), acaba promovendo sentidos in-determinados para a representação do comentador com o qual interage e mesmo para si. Consideramos haver uma representação in-determinada do comentador em função da in-determinação atrelada ao nome próprio.

Há uma interpretação in-determinada a partir do nome próprio de um comentador, o que, por decorrência, permite, por parte dos leitores/comentadores, projetarem representações in-determinadas do comentador que posta sob esse *nickname* e, ao deslocar e comentar sobre esse *nickname*, há ainda outra possibilidade de representação in-determinada do comentador, desta vez do que promove a ruptura.

Portanto, embora tenhamos “compartimentado” em tópicos os resultados encontrados do efeito do funcionamento da in-determinação nos comentários às cibernotícias políticas, consideramos que, em muitos casos, eles não podem ser desmembrados em pontos de análise diferentes, pois parece haver implicação entre eles.

É como se houvesse uma série de “in-determinações” (no nome próprio, nos signos linguísticos que não são nomes próprios, na representação do comentador, do objeto referido...) afetando umas às outras. Mas há, na verdade, uma rede de imbricamento entre os diversos efeitos do funcionamento da in-determinação nessa prática, tanto que um “mesmo” recorte poderia ser analisado sob mais de uma perspectiva, como, por exemplo, o recorte (02),

o qual poderíamos analisar, a fim de verificarmos o efeito de ruptura provocado pelo comentário de carlos b quanto ao *nickname* de *joão da silva* e, conseqüentemente, verificarmos as representações in-determinadas dos comentadores, quer seja aquele sob o *nickname* *joão da silva*, quer seja aquele sob o *nickname* carlos b.

Se, conforme mencionado, é necessário, nas análises, atentar para a interpretação ali envolvida, a qual não basta ser dita, é preciso que ela esteja coerentemente estabelecida conforme o imbricamento teórico-metodológico e que esteja claro estar-se procedendo a uma interpretação possível, tal é o que tentamos realizar a partir do material de análise, levando a sério que procuramos empreender, especialmente via descrição linguística, certa responsabilização pelas afirmações aqui feitas, pelo reconhecimento de ser um olhar para a indeterminação, e não a verdade sobre ela, e não outro tipo de indeterminação diferente daquela presente nas gramáticas, nos manuais, mas outro olhar possível a partir de outro lugar teórico.

Como já afirmamos, no capítulo 2, existe, nas cibernotícias, a abertura à participação dos leitores, como uma espécie de demanda por textualização. Diante desse apelo à textualização, é possível que o leitor sinta-se impelido (“obrigado”) a dizer algo, que pretenda tornar-se/mostrar-se participativo, engajado socialmente; ou que pretenda apenas transgredir a ordem do discurso ali (“im”)posta¹⁷² ou sinta a necessidade de marcar sua passagem por aquele espaço (deixando vestígios dessa participação), demonstrando que leu a notícia e que é informado; que queira diferenciar-se de mero leitor da cibernotícia; pode ser para enfurecer os demais leitores/comentadores, ou uma tentativa de desestabilizar o fluxo da discussão; ou ainda que ele possa dizer daquilo que realmente parece importar para ele, postando comentários que têm o efeito de ruptura¹⁷³.

Assim, os comentários com efeito de ruptura podem revelar o atendimento a essa demanda, o cumprimento do efeito de participação, a intenção de desmerecer a discussão empreendida ao longo dos tópicos, o desejo de dizer dos sentidos que o tocam. Todos esses casos nos parecem ter especial relação com o modo como o comentador é afetado pela linguagem e como ela funciona nele e para ele¹⁷⁴. Entendemos que, em todos esses casos, esse

¹⁷² Assim grafamos o termo *imposta* realizando um jogo entre os termos “posta” e “imposta”. Neste, usamos as aspas por entendermos que não há efetivamente nenhuma imposição declarada, verbalizada quando se fala em termos de ordem do discurso.

¹⁷³ Verificação recente feita nas redes sociais nos apontou uma forma de marcar a leitura, a passagem pelo espaço. Trata-se da abreviação *ac*, a qual significa, conforme os internautas conceituam nas próprias redes sociais, *acompanhando comentário*. No entanto, essa marcação ainda não chegou aos comentários às cibernotícias. Por isso, mantemos a nossa hipótese de que os comentários com efeito de ruptura podem pretender revelar e marcar a passagem pelo espaço.

¹⁷⁴ A nosso ver, mesmo o comentador que posta intencionalmente o comentário com efeito de ruptura o faz por uma implicação subjetiva, mas de diferente ordem. Algum sentido (ou algo do sentido) o toca a ponto de fazê-lo

modo de comentar tem a ver com o modo como a linguagem, mais especificamente, (certos) sentidos tocam o comentador.

Pensando ainda a relação de comentários como esses que aqui discutimos e a implicação subjetiva, queremos destacar que um comentador que comenta uma cibernotícia política pode não comentar uma cibernotícia sobre educação, por exemplo. As experiências de linguagem, o modo como o comentador é tocado por certos sentidos (dominantes nessa prática discursiva afiliada ao espaço discursivo político) que o levam a ler e a comentar uma cibernotícia política podem não funcionar igualmente entre os leitores das cibernotícias, e podem não funcionar igualmente para um mesmo leitor diante de uma cibernotícia afiliada a outro espaço discursivo. Mesmo entre os que comentam as cibernotícias políticas, o comentar não ocorre sempre do mesmo modo, pois os sentidos e os pontos de deriva possíveis vão tocando os comentadores, em diferentes pontos, e de diferentes modos. Em consequência disso, podem surgir, por exemplo, os comentários com efeito de ruptura, sobre os quais pretendemos apresentar mais algumas considerações no tópico a seguir.

4.4 Discussão de análise

Pretendemos discutir ainda algumas questões sobre os comentários com efeito de ruptura, pois, justificamos a escolha de analisar cibernotícias políticas pelo que elas colocam em evidência sobre a dissolução dos limites entre público-privado. Este tópico é, portanto, uma das maneiras de retomar o que são implicações das análises. Por isso, interessa-nos particularmente discutir aqui os resultados referentes a essas análises, ou seja, discuti-los em função dos limites entre público-privado.

Ao longo deste texto, falamos de implicação subjetiva. O sujeito “submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história” (ORLANDI, 1999, p.1). É o discurso incidindo no homem” e o homem (re)velado em seus dizeres. Essa é a possibilidade de o sujeito, ao dizer, dizer de si, dos sentidos que o tocam.

Dissemos haver envolvida certa implicação subjetiva em todo ato de postagem (em todo comentário, seja ele endereçado à cibernotícia, e/ou aos demais comentários, e/ou a nenhum deles), posto que algo dos sentidos em circulação na cibernotícia e/ou nos comentários o impeliu a comentar, levando-o a sair do *status* de leitor para o de comentador.

Advertimos, desde o início, que tal implicação vai, portanto, ocorrer em todos os comentários, diferindo-se no que pode demonstrar da implicação.

Discorremos ainda sobre o fato de, nos diversos comentários, essa implicação ocorrer e se manifestar diferentemente nos dizeres dos comentadores. E que, no caso dos comentários com efeito de ruptura, o comentador diz daquilo que o toca historicamente, de modo que ele é levado a fazer associações com outros sentidos do mesmo espaço discursivo ou de espaços discursivos diferentes. Pensando os comentários às cibernotícias políticas, há sentidos que historicamente tocam o sujeito ou não, de forma que ele é impelido (ou não) a comentar. E a comentar de um modo e não de outro.

O fato de nos restringirmos, neste trabalho, a cibernotícias políticas não implica que os comentários a elas sejam políticos. Temos notado o desvio constante desse foco, em rupturas, o que atribuímos, em última instância, à in-determinação. E isso mostra, em muitos casos, uma dupla ruptura efetuada por certos comentários: uma ruptura no fio discursivo tecido entre os comentários e a cibernotícia e a ruptura dos limites entre público e privado.

O caso dos comentários com efeito de ruptura, ao contrário do que se pode pensar, não corresponde à ausência de implicação subjetiva. Pode significar um não estar implicado naquilo que se discute, não se sentir/(de)mo(n)strar tocado pelos sentidos ali em dominância, mas não significa não estar implicado. Ao contrário, o comentador que assim posta seu comentário está implicado, porém, em questões outras, em sentidos outros que o tocam e que precisa ali colocar para sentir-se participante do debate, inclusive como aquele que direciona ou conduz o debate para o que interessa ou deveria interessar aos comentadores/cidadãos.

Detivemo-nos bastante nas análises dos comentários com efeito de ruptura não somente porque foram, e precisamos assumir, os que particularmente nos atraíram por seu caráter equívoco, pelo humor que podem provocar e pela sua possível relação com a in-determinação, mas também pelo que podem (re)velar quanto a essa implicação, quanto à dissolução dos limites entre público-privado e quanto àquilo que essa dissolução pode nos permitir dizer do funcionamento da (in-determinação na) prática discursiva dos comentários às cibernotícias políticas.

Por isso, justificamos, mais uma vez, nossa “preferência” pelas cibernotícias políticas. O fato de estar no espaço discursivo político parece incitar o grande aparecimento dessa dissolução que se manifesta nos comentários por meio dos enunciados deslizantes e deslocados. Assim como comumente se trazem a público aspectos pessoais da vida de um político, os comentadores trazem questões de interesse pessoal, dos sentidos que os tocam,

para o espaço público dos comentários e que, pelo menos a princípio, não interessam aos leitores e/ou comentadores, ou interessam a alguns comentadores por se sentirem igualmente tocados pelos “mesmos sentidos”. Imaginamos decorrer disso (dessas associações um tanto inusitadas) o efeito de humor que os comentários com efeito de ruptura podem produzir.

Já tentamos esclarecer em nossas análises, a relação que estabelecemos entre esse tipo de comentários que verificamos e o funcionamento da in-determinação. Os enunciados deslizantes e deslocados constituem-se uma das regularidades do funcionamento da prática discursiva dos comentários às cibernotícias em função do funcionamento da in-determinação nessa prática. Além disso, temos uma relação circular, como vimos, pois um comentário que promove o efeito de ruptura acaba, em muitos casos, promovendo mais funcionamento da in-determinação, associada, por exemplo, às representações dos comentadores. Resta, portanto, determo-nos mais na discussão sobre a dissolução dos limites entre público-privado e a implicação subjetiva, o que envolve outras questões, as quais procuramos abordar, ainda que brevemente, neste tópico.

Orlandi (1999), ao dizer de subjetividade, associa-a ao modo como a língua acontece no homem. Entendemos que, ao falarmos em implicação subjetiva, estamos dizendo de vestígios que esse acontecimento da língua no homem deixa em seus dizeres e isso se relaciona, a nosso ver, a outro movimento de que fala a autora, o da individualização.

Segundo Orlandi (1999, p.5), “[s]e pensamos a relação do sujeito com a linguagem enquanto parte de sua relação com o mundo” é possível compreender “as formas de individualização do sujeito em relação ao Estado”. Sob essa óptica, o indivíduo é “o resultado de um processo, um constructo pelo Estado”. Para ela, teríamos, então, como fruto desse processo, o “indivíduo em segundo grau”.

Entendemos que os sujeitos demonstram-se implicados subjetivamente de modo diferente, conforme os sentidos que os tocam e isso revela ainda algo do processo de individualização por que passam. Ao dizer, dizem de suas experiências com a língua(gem), marcado por elas e essas experiências ocorrem em relação com o mundo, e isso envolve as relações sociais, as instituições, logo, com o Estado. Por isso, ao dizer, revela o modo como se constitui esse sujeito de leis, nas CPs relativas ao Estado em que se inscreve.

A nosso ver, a implicação subjetiva pode ter relação com a individualização. No caso dos comentários às cibernotícias políticas, a implicação subjetiva que associamos aos comentários com efeito de ruptura pode ser fruto desse processo de individualização em certas CPs. O sujeito passa de forma-sujeito histórica à forma social capitalista. Ele é enformado em

sujeito pelos sentidos, no processo de interpelação e esse processo não ocorre senão no mundo, no caso, capitalista.

Ele vivencia as experiências de linguagem a partir de lugares sociais. No entanto, além de a interpelação ideológica se dar a partir desses lugares, o processo de individualização também ocorre a partir deles. Sujeito e seus dizeres são frutos da relação com o Estado, do modo como se relacionam com ele.

Como dissemos, a implicação subjetiva parece-nos estar presente em todos os comentários, mas, no caso dos comentários com efeito de ruptura, alegamos que ela marca uma dissolução entre os limites do público e do privado. Como isso não ocorre em todos os comentários, atribuímos esses casos ao funcionamento do processo de individualização para alguns comentadores.

Todo comentário tem implicação subjetiva, mas nem todo vestígio de implicação subjetiva aponta e se mostra nessa dissolução de limites. Assim, atribuímos esse tipo de implicação subjetiva como emergindo em função do processo de individualização nas CPs de um avanço tecnológico, uma proliferação de espaços virtuais e da sociedade “abocanhada” pelo tecnológico, que se relaciona ao que significa tornar-se indivíduo diante da virtualidade.

Nessa sociedade, o sujeito de direito, fruto do processo de individualização, procura o direito de dizer, o ter voz. Assim, os leitores se alçam ao ciberespaço e se alçam à posição de comentadores sugerindo algo desse processo de individualização, o qual concebemos como efeito de certa relação do sujeito com o Estado. Assim como a interpelação ideológica ocorre, segundo Orlandi (1999), diferentemente conforme sejam as CPs, entendemos que o processo de individualização acontece do mesmo modo, ou seja, afetado pelas CPs. Por isso, relacionamos esse processo ao advento e à consolidação do ciberespaço.

Falando sobre CPs do ciberespaço, não podemos deixar de ressaltar um comportamento não tão recente, especialmente nas redes sociais: o excesso de exposição na mídia, nas redes sociais; uma exposição que leva a público fotos, mensagens, informações do âmbito privado.

Como já dissemos, no capítulo 2, tradicionalmente, as notícias na TV e nos periódicos impressos eram práticas discursivas de divulgação, tendo surgido com a internet o “lugar” de discuti-las e de ter acesso a opiniões diversas sobre o fato noticiado (através dos comentários) e, conseqüentemente, a expor(-se). Com a democratização do acesso aos computadores conectados à Internet, surgem muitos espaços discursivos, muitas práticas, muitos lugares onde ter voz, participar, opinar, como os *blogs*, os *chats*, e, dentre outros, os comentários às

cibernetícias. Pensando as cibernetícias políticas, os comentários são uma oportunidade de opinar sobre questões relevantes ao nosso país e a repercussão de todos os efeitos que essa participação acarreta.

“Todos sabem que a realidade virtual é o resultado [...] da interação homem-computador”, esse “universo das máquinas contemporâneas que intermedeiam as relações dos homens contemporâneos entre si e a natureza” (SANTOS, 2003, p.109). “A realidade virtual é, portanto, a geração de um mundo a partir de uma relação homem-máquina, um mundo criado artificialmente, que o usuário, depois, pode ‘habitar’.” (SANTOS, 2003, p.110) É, nos dizeres do autor, um mundo alternativo em que o usuário pode experimentar sensações como “gozar, sofrer, amar, sonhar, além de pensar”.

O autor menciona a existência de cidades virtuais criadas, nas quais uma usuária do (ciber)espaço (cf. Santos, 2003) relata poder ser outra pessoa, poder escolher aparência, roupa, sexo e registrar suas escolhas em um avatar (que o ator conceitua como reencarnação, metamorfose). Segundo o autor, “[p]arece ficção, mas é realidade virtual.” (SANTOS, 2003, p.110). Para ele, ela “existe como uma espécie de mundo alternativo povoado por avatares.” (SANTOS, 2003, p.111). Segundo o autor, ao aceitar tal premissa, aceitamos a existência do que ele chama de “mundos paralelos”. Para ele, sem essa aceitação, “perderíamos a oportunidade de explorar o mundo ciberespacial em sua diferença” (SANTOS, 2003, p.111).

Santos (2003) esclarece que, como a ficção, o mundo virtual é um mundo que existe a partir do nosso, mas promovendo certo deslocamento dele. Sobre esse mundo virtual, ele diz ainda que esse

mundo alternativo da realidade virtual está se instalando, e se infiltrando entre nós e o mundo. Mas em vez de ele aterrissar em nosso espaço, como imagens de televisão, muito ao contrário, parece que somos nós que nos alçamos até ele, o ciberespaço. Parece que somos **nós que mudamos de dimensão... e, ao mudarmos, mutamos**. (SANTOS, 2003, p.112) (grifos nossos)

Essa mutação, conforme compreendemos, instala a possibilidade de uma segunda vida, a qual, segundo o autor, vai se tornando realidade para muita gente.¹⁷⁵ “Se podemos ser ‘outra pessoa’ [...], e se podemos ser tantas outras pessoas quantas quisermos, teremos perspectivas

¹⁷⁵ Associamos isso aos chamados *cosplayer*. *Cosplay* é a abreviação de *costume play* ou ainda de *costume*, “representação de personagem a caráter”, “disfarce” ou “fantasia”. Refere-se à atividade lúdica de disfarçar-se ou fantasiar-se de algum personagem, e tentar interpretá-lo. *Cosplayers* são, portanto, os participantes (ou jogadores) dessa atividade. (Cf. Wikipédia) Muitos desses jogadores vestem-se esporadicamente, outros tantos assumem essa postura como estilo de vida.

diferentes.” (SANTOS, 2003, p.113) É como se isso estivesse num intervalo entre o presente e o futuro. Um futuro rumo ao ciberespaço, como se estivesse ocorrendo progressivamente o abandono do “nosso velho mundo atual” “em troca do mundo da realidade virtual” (SANTOS, 2003, p.114).

Para nós, essa “segunda vida” é uma maneira de viver uma vida dupla através de jogos, de perfis falsos. Isso, de certo modo, é legalizado, pois, quando não faz parte da proposta do “jogo”, não está submetido a um olhar criterioso para identificação de *fakes*, como se chamam, na internet, os perfis falsos. Muitas pessoas usam *fakes* e participam do/no ciberespaço sem sofrerem punições por falsidade ideológica, haja vista ainda a quantidade de textos que circulam e que são atribuídos à autoria de determinados escritores famosos sem que eles sequer tenham conhecimento desses textos.

Mesmo os comentadores às cibernotícias podem se valer disso. Eles podem desempenhar “papéis”, pretendendo ser alguma espécie de personagem. Em termos discursivos, entendemos que, nos comentários, esse mutar habilita/desabilita a dizer de certos modos, já que nesse espaço de privado no público poder comportar-se de um modo que ele, por suas razões, não o faria na vida real.

Podemos cogitar indícios disso na escolha do *nickname*, que é feita pelos próprios comentadores. Salientamos *nicknames* como “O Auspicioso”, “Vermelho de vergonha ederaiva”, “irado furioso com tudo”, “Ri0 Independente”, “Tereza Batista Cansada de Guerra”, entre outros, podendo estar projetando acerca de si mesmos representações como revolucionários, porta-vozes de um grupo, membros de um grupo etc.

A dificuldade de definição das modalidades de crimes virtuais, o estabelecimento das devidas punições, as novidades que surgem a cada dia, a lentidão no estabelecimento de uma legislação específica para esses tipos de crimes dificultam, a nosso ver, a criminalização de muitas posturas no ciberespaço.¹⁷⁶

Assim, a internet acaba propiciando o sentimento de não responsabilização pelo comportar-se no espaço virtual, onde se fala de si e fala-se do outro sem muito comprometimento com a “verdade”, com a ética. Fala-se do outro sem muita responsabilização pelas repercussões que isso pode trazer. Expõe a si mesmo e ao outro.

¹⁷⁶ A ausência de uma legislação e certa impotência do Estado frente a certos crimes virtuais, ou ainda, a certos comportamentos virtuais parece-nos ser em decorrência do que Santos (2003) compreende como fruto do avanço tecnológico, a perda do humano, a crise do sujeito de direito, como se fosse um domínio do mundo por esse sujeito tecnologizado, comprometendo os próprios limites de atuação do Direito.

Podemos exemplificar isso com o fato recente ocorrido em Guarujá, em que uma mulher foi espancada até morte por causa de um boato gerado em rede social.

Outro exemplo de grande exposição no ciberespaço e que reforça o argumento da dissolução dos limites entre público-privado no ciberespaço diz respeito às *selfies*¹⁷⁷, as quais muitas vezes são também um excesso de exposição nas redes sociais, um exemplo de que não há empecilhos em trazer algo do privado para o público, especialmente no caso das chamadas *selfies* pós-sexo, uma das tendências mais recentes nas redes sociais. Essas *selfies* pós-sexo acabam por promover uma exposição de mais de uma pessoa.

Em muitos casos, a outra pessoa exposta nem sempre concorda com essa exposição¹⁷⁸ e, em muitos casos, nem chega a saber dessa exposição. Algo semelhante aconteceu com o ator Caio Castro, que teve sua intimidade exposta por uma fã que publicou fotos do ator em situação de nudez.¹⁷⁹

O aplicativo *Secret* é também um exemplo do excesso de exposição no ciberespaço, pois esse aplicativo permite contar anonimamente segredos próprios e dos outros. Esses segredos podem ser contados sem o internauta ter seu nome ou foto divulgados, o que entendemos fazer com que os usuários sintam-se livres para compartilhar segredos e fotos.

Esse aplicativo, tendo sido lançado em 30 de janeiro de 2014, já está sob os olhares da justiça, pois, em agosto desse ano, uma ação civil pediu a *Apple* e *Google* que retirassem o aplicativo de suas lojas, a partir do acionamento da justiça por um brasileiro que foi alvo de postagens consideradas ofensivas¹⁸⁰.

Para Bloom (2000 *apud* SANTOS, 2003, p.134),

a vida privada pode hoje não ser simplesmente vivida, mas exposta e encenada para um público de telespectadores que não se contenta mais com os programas de realidade na televisão, nem com o sexo ao vivo nos *sites* de pornografia, mas quer agora poder assistir à vida em tempo real.

O autor cita *sites* em que as pessoas, em troca de dinheiro, “aceitam viver suas vidas para as câmeras da web” (SANTOS, 2003, p.134) são os chamados “exibicionistas da rede” (SANTOS, 2003, p.135). Segundo Virilio (*apud* SANTOS, 2003, p.135), seria um novo tipo

¹⁷⁷ As *selfies* são uma modalidade de fotografia. Segundo a Wikipédia, esse é “um tipo de fotografia de autorretrato, normalmente tomada com uma câmera digital de mão ou celular com câmera.”

¹⁷⁸ Santos (2003) afirma que, em muitos casos, é possível que a pessoa nem chegue a saber de sua exposição, da difamação das quais é vítima.

¹⁷⁹ Essa notícia consta do site <http://new.d24am.com/plus/tv/publica-fotos-comprometedoras-ator-caio-castro-cama/94458>.

¹⁸⁰ Conforme disponível no site <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/08/brasileiro-pede-justica-que-bloqueie-o-app-anonimo-secret-no-brasil.html>.

de “tele-visão”, à qual não interessa mais o informar e o divertir, mas o expor o espaço doméstico.

Para Virilio (1998, p.70 *apud* SANTOS, 2003, p.136), “o medo de expor sua intimidade cotidiana dá lugar ao desejo de a superexpor aos olhares de todos”. Para ele, esse processo é parte de um processo maior, o de superexpor todo tipo de atividade no mercado global, “[c]omo se tudo precisasse ser mostrado e propagandeado incessantemente, como se tudo pudesse ser observado e comparado a todo momento” (SANTOS, 2003, p.136).

Como dissemos, há que considerarmos que a atualidade da discussão sobre os crimes virtuais, que vêm aumentando no tipo e na frequência, ainda deixa a desejar, porque a cada aplicativo, a cada rede social que surge, novos problemas surgem. A dificuldade na identificação, na definição das penas, acaba ainda contribuindo para certo sentimento de impunidade. O Estado não consegue acompanhar a velocidade com que se propagam os tipos de crimes virtuais. E é polêmica mesmo a discussão do que chega a constituir ou não como crime virtual.

Santos (2003) cita o artigo 5º da Constituição, o qual rege que estejam protegidas a privacidade e a liberdade de informação, declarando invioláveis “a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”, bem como correspondências, comunicações (SANTOS, 2003, p.145). Cita ainda o artigo 19 que pretende garantir a liberdade de opinião e de expressão.

Segundo o autor, a legislação não diz sobre as ações e práticas que a ele interessam, as ligadas às novas tecnologias. Para o autor, há, no caso da internet, um vazio legal que deixa os internautas indefesos. O autor esclarece que, a partir de 1996, houve uma preocupação em criar uma legislação específica, mas que isso parece atender muito mais as exigências do Estado e das empresas para se protegerem contra violadores, do que para zelar pela proteção do cidadão comum. Sobre isso, Santos (2003, p.147) afirma que “[n]um país de capitalismo selvagem como o nosso, no qual a cidadania nem chegou a ser plena e já está em vias de desmanche, é de se suspeitar que nossa vulnerabilidade é grande e será ainda maior”.

Diante desse cenário, pensando os comentários às cibernotícias, consideramos que, quando falamos em comentador, falamos em um sujeito capitalista, entendemos, a partir de Orlandi (1999), colocar-se para nós, a serem consideradas, questões de ordem do direito, da lógica, da identificação.

No ciberespaço, muitas vezes, diz-se “de qualquer modo”, sem a preocupação com a repercussão dos dizeres. Mas, se consideramos que existe uma relação com a instituição

“jornal”, ou mais especificamente, com a imprensa, o modo de comentar, embora possa contar com certa liberdade, parece-nos ser feito de modo mais “contido”.

Existe uma forte tendência no ciberespaço a um não se responsabilizar. Porém, no “contato” com essa instituição que, de certo modo, pretende cercear as participações dos comentadores, essa não responsabilização nos parece sofrer um efeito de atenuação no e do dizer. Assim, o comentador nos parece pretender dizer dos sentidos que realmente o tocam, pretende comentar aquilo que a ele interessa dizer (seja o que for), mas de modo mais responsabilizado. Por isso, a nosso ver, o faz, por exemplo, através de comentários deslizando e/ou deslocados.

Ao promover o efeito de ruptura, o comentador acaba cometendo o não atendimento às coerções discursivas da prática, coerções estas estabelecidas pelo jornal, como uma instituição. O comentário pode implicar o atendimento a certas coerções sociológicas (coerções de ordem moral, civil), como, por exemplo, mostrar-se contra ou silenciar-se frente à pedofilia, à homofobia, ou à discussão sobre certos “conteúdos” políticos¹⁸¹. Constituem-se, a nosso ver, essas coerções sociológicas o discurso do “politicamente correto”. Mas o comentador pode não estar deixando de dizer. Pode estar dizendo isso de outro modo, através dos comentários com ruptura, cujo efeito de in-determinação acirrado não nos permite classificar como uma atitude criminosa o assumir-se pedófilo, assumir-se homofóbico etc.

É um não se responsabilizar pelo que diz, dizendo, aparentemente, de qualquer modo, mas, ao mesmo tempo, responsabilizar-se ao não dizer isso abertamente, por ser um sujeito de leis, ciente de sua relação com o Estado e das punições que a ele podem ser infligidas.

Como há, paralelamente ao imaginário de poder dizer (de) tudo, um não poder dizer (de) tudo, esses comentários emergem como uma forma de escape. Na sociedade contemporânea, mesmo no ciberespaço, a normatização tem se tornado cada vez mais presente. No entanto, está também cada vez mais presente o confronto a essa normatização. Com esse tipo de comentário, o comentador parece conseguir confrontar a normatização, escapar ao/do politicamente correto que caracteriza também o ciberespaço, o qual, como um espaço eletrônico público (e-urbano), é marcado pela intolerância e pelo moralismo. Um exemplo desse confronto são também escritas “burladas”, que alteram uma letra por um símbolo, por um número, como ocorre no recorte (04), no comentário de “irado furioso com

¹⁸¹ Como já dissemos anteriormente, não sendo suficientes serem coerções, o não cumprimento delas conduz o estado à criação de mecanismos reguladores e punitivos, pelos quais se responsabilizam as instituições de controle, das quais o jornal, por exemplo, mais especificamente, a imprensa pode se valer, embora com toda dificuldade, insuficiência e lentidão para dar conta do comportamento no ciberespaço.

tudo”, em “vi@dã0”; escritas que colocam espaços entre as letras, ou retiram tais espaços, como ocorre no recorte (03), em “ederaiva”; e, possivelmente, sob várias outras formas, criadas diariamente.

Se partimos do pressuposto de que há uma ordem do discurso na qual o comentador deva entrar para participar da prática discursiva dos comentários às cibernotícias, essa ordem aponta para a regularidade no ato de postar um comentário referente à cibernotícia em questão ou aos comentários que a ela se associam. Assim, quando dizemos que um comentador não comenta devidamente a cibernotícia ou os comentários, estamos querendo dizer que ele, de certa forma, pode pretender não entrar para essa ordem do discurso, pois ele “cria”¹⁸² outra forma de entrada na prática dos comentários às cibernotícias políticas. Além disso, esclarecemos que o termo “devidamente” pode ser interpretado também como “propriamente”, de modo próprio, com propriedade, exatamente, em conformidade com o dever, com as “leis”. Haveria, pois, um modo estipulado como certo (pelas coerções da instituição social em questão), mas esse comentador transgride tal modo.

Em certo sentido, é uma forma de não entrar para ordem, porque ele não comenta. O espaço é para comentar a cibernotícia e/ou os comentários e ele não comenta. O comentador diz outra coisa. Porém, esses comentários são as duas coisas ao mesmo tempo, uma não exclui a outra, não interdita a outra: temos uma negação a entrar no fluxo e, ao mesmo tempo, outro modo de entrar no fluxo, que é um modo desviante/deslizante. A própria ordem comporta a subversão a essa ordem. A própria ordem prevê a possibilidade de subversão da ordem, porque senão não teríamos ordem. Assim como um tecido, para ser tecido, tem de ter a amarração e o furo, para que a ordem seja ordem, são necessários a ordem, a regra e seu furo. Não há furo sem nó, mas também não há nó sem furo.

É notório que a dissolução dos limites entre público-privado tem sem mostrado em vários espaços da internet, mas, no caso dos comentários às cibernotícias, ela ocorre com certas particularidades. Ela parece ocorrer de modo velado, com certa responsabilização. Ocorre através de um funcionamento discursivo, com enunciados deslizantes e deslocados.

Por exemplo, certo comentador sabe que, atualmente, a homofobia é crime e que existem fortemente em circulação sentidos de combate a esse crime. Por isso, ele pode estar encontrando outra forma de dizer-se de certo modo homofóbico sem se comprometer e sem infringir a lei. E qual o papel da in-determinação nisso?

¹⁸² Essa outra forma de entrada não é propriamente criada, pois é da ordem do discurso. Ela simplesmente acontece.

A in-determinação, como um efeito de sentido decorrente e constitutivo do funcionamento discursivo na (re)construção referencial, atualizada nas práticas discursivas do ciberespaço, no nosso caso, nos comentários às cibernotícias políticas, acirra-se e acaba permitindo certos tipos de comentários, a emergência de certos tipos de dizeres por meio dos quais o sujeito de leis, passível de sofrer suas sanções, livra-se das punições legais.

A in-determinação acirrada nessa prática permite produzir mais efeito de anonimato, mais efeito de in-determinação, permite a emergência de comentários com efeito de ruptura em que são trazidas questões pessoais sem que haja a possibilidade, pelo menos por enquanto, de uma criminalização desse comportamento (no) virtual. A in-determinação, (acirrada) nessa prática, acaba acirrando o poder dizer, o ter voz. O ter voz pra dizer do que realmente interessa. O ter voz para dizer que seria socialmente indizível.

Ao dizer de algo privado no público (os sentidos que o tocam num lugar público) para discussão de outras questões, o comentador marca esse processo de individualização, sua relação com o Estado, em como o Estado o individualizou. Ele quer dizer o que pretende dizer e não precisa sofrer as repercussões disso. Como sujeito de leis, que vive num país capitalista, democrático, exerce o seu poder dizer, poder dizer do que o interessa, poder dizer do modo como pretende dizer, poder desviar o foco da discussão, sem sofrer sanções por isso, pois, desse modo, não chega a criar evidências suficientes que poderiam incriminá-lo pelo infringir a política do jornal (pois, mesmo deslizando, não foge totalmente à cibernotícia), nem por infringir os direitos humanos, os preceitos da lei.

Ao dizer, por exemplo, que “comeria” a cantora Wanessa Camargo e que não “comeria” o bebê, mais do que uma afirmação machista, ele pode estar pretendendo deixar dito que não se diz, que não se assume pedófilo, que isso é infringir as leis e constituir-se-ia crime. Isso não significa que o comentador não seja pedófilo. Ele pode até o ser. Pode significar que ele reconhece o erro/crime (e as decorrências disso) de alguém assumir-se pedófilo.

Não acatando as coerções do jornal *online* de comentar a cibernotícia e/ou interagir com os comentários, os comentários com efeito de ruptura como esse trazem, para esse espaço discursivo, algo que é de outro espaço, o que pode ter a ver com o processo de individua(liza)ção: a posição política assumida pelo locutor, o que pode ser visto como um aspecto subjetivo, de implicação subjetiva, já que essa posição é parte do imaginário que produz uma imagem de sujeito para o “seu” locutor. Assim, traz para o espaço político

brasileiro uma questão que particularmente o toca, como, por exemplo, a polêmica sobre o Prêmio Jabuti concedido a Chico Buarque.

Constitui-se certo modo velado de dizer o que pretende dizer sem se comprometer. Isso tem a ver com o responsabilizar-se. A impossibilidade de ser localizado pelos demais comentadores com quem ele (não) “dialoga”, a ausência física, o espaço não físico que a internet promove para esse diálogo fazem com que ele possa estar representado in-determinadamente e que, por isso, comente de tal modo.

Quando tem a face protegida, aparece de um modo in-determinado, não é passível de localizar, é possível deslizar e/ou deslocar. O que podemos localizar no mundo é o IP do computador, mas a localização do IP não dá garantias de que localizou o comentador, o autor do comentário. Isso se aplica tanto a computadores de uso público, quanto a computadores pessoais. Isso contribui para que se abra a possibilidade de o comentador falar o que ele quer falar, o que ele não poderia fazer em outros espaços e em outras práticas, mas ali pode, porém, desse modo.

Se consideramos, segundo Orlandi (1999), que o processo de interpelação ocorre diferentemente conforme sejam as CPs, julgamos que essa dissolução pode vislumbrar algo desse processo e do processo de individualização, na formação de um sujeito de leis, que procura o lugar para dizer do que quer dizer.

Ao comentar promovendo um efeito de ruptura, o comentador, como sujeito de leis, vai para outros lugares de sentido, para outros espaços discursivos e pode estar dizendo como se confidenciasse ao público. Sendo um sujeito de leis, é um sujeito que tem o direito de dizer garantido pelo Estado democrático. No entanto, esse direito de dizer é regulado pelo mesmo Estado, que, ao mesmo tempo em que confere o direito de falar, regula o ter a voz. Ele permite dizer, mas não permite que seja de qualquer modo. Por isso, o comentador exerce o seu “ter a voz” e acaba encontrando, nos comentários com efeito de ruptura, uma maneira de burlar o controle do Estado, da instituição. É como se ele assumisse uma atitude confessional num espaço não religioso, daí pensarmos na dissolução dos limites entre público e privado. É por isso que, ao dizer das cartas que os homossexuais escreviam à ONG, Souza (1997) também acaba tocando nessa dissolução, pois são trazidas a público (e não no espaço religioso), através de uma espécie de confissão, questões que não chegam a ser criminosas, mas que não são públicas.

No caso dos comentadores, eles exercem o ter a voz, mas podem reconhecer o não poder falar abertamente sobre o que querem falar, não podem falar abertamente disso em qualquer lugar. Nos dizeres de Orlandi (1999, p.4),

O sujeito moderno – capitalista – é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de as responsabilidades (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) (ORLANDI, 1999, p.4)

O comentador é esse sujeito moderno. Tem sua liberdade garantida pelo Estado que, como dissemos, ao mesmo tempo, o controla através de suas instituições. No caso dos comentários, isso vem via imprensa, via jornal. Por isso, se ele diz do modo como diz não é senão como fruto das determinações pela exterioridade. Como sujeito a direitos e deveres, tem o direito de dizer, mas tem o dever de não o fazer de qualquer modo, o que relacionamos aos comentários. Por isso, como se dizer, aberta e livremente, ser a favor da pedofilia, ser a favor da homofobia, como cometer calúnia e/ou difamação de alguém (especialmente de figuras públicas como um músico, um político) publicamente?

Por isso, ao comentar com efeito de ruptura, dizendo, por exemplo, “Não recebe mais prêmio nenhum” atribuímos haver certo vestígio da implicação subjetiva, pois diz da relação com os sentidos que o tocam, mas com esses sentidos já com as repercussões de sua relação com o mundo, pois não diz o que diz de qualquer modo. Revela, em seus dizeres, essa relação com o Estado: o modo como se relaciona com o Estado, com suas instituições, com as coerções que elas estabelecem, tanto que não chega a transgredir as coerções sociais, embora faça “transgressões” discursivas, ao deslizar ou deslocar nos comentários.

Uma vez interpelado em sujeito pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta: no caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma de **um indivíduo livre de coerções e responsável que deve assim responder, como sujeito jurídico** (sujeito de direitos e deveres) frente ao Estado e aos outros homens. (ORLANDI, 1999, p.6) (grifos nossos)

A ideia de constituir-se “um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico”, acrescida do funcionamento da in-determinação na prática dos comentários é que o leva a comentar como comenta. Faz parte do funcionamento do imaginário acreditar-se livre de coerções, ainda que a elas esteja submetido, sem se dar conta disso, e como alguém que tem de se responsabilizar.

Como esse processo de individualização, assim como o de interpelação, não acontece igualmente para todos os sujeitos, entendemos que, pensando os comentadores, o modo como dizem é fruto desse processo de individualização por que passa cada um deles. Paralelamente à ideia de não precisar se responsabilizar pelo que se diz no ciberespaço, há aqueles que sabem ter de se responsabilizar, há aqueles para quem o imaginário não funciona desse modo. É um responsabilizar-se (não se comprometendo legalmente), não se responsabilizando (discursivamente, com as coerções do jornal).

Responsabilizar-se para cumprir as leis que, como já dissemos, embora transgressíveis, são a possibilidade de uma civilidade. E um não se responsabilizar pelo que o próprio ciberespaço permite ao fornecer alternativas para as coerções discursivas, sobre as quais o jurídico passa a estar incapacitado, ainda, a atuar.

Como não precisa responsabilizar-se, como não se compromete com as representações acerca do comentador, acabam dizendo de qualquer modo. Essa não responsabilização faz com que a cibernotícia possa ficar a margem de toda discussão, que a discussão do político, muitas vezes, chegue a desaparecer.

Conseguimos perceber mais fortemente possíveis vestígios de implicação subjetiva nos comentários com efeito de ruptura. De resto, até o momento, não pretendemos argumentar a favor de outros casos; eles são apenas hipótese. Apesar disso, mantemos essa questão em nosso trabalho pelas importantes reflexões/relações que ela suscita. Assim, em vez de pensarmos que, em termos de in-determinação, ela não diz muito, pensamos o contrário, ela diz como um efeito da in-determinação. O funcionamento da in-determinação na prática discursiva dos comentários permite a emergência de uma implicação subjetiva de ordem diferente, que provoca o surgimento, nessa prática, de comentários que pretendem não se inserir/enquadrar nas coerções dessa prática (quanto a comentar a cibernotícia e interagir com os comentários) e “criar” nova forma de entrada nela que, por sua regularidade, acaba entrando para a regularidade dessa prática, ou seja, para a ordem do discurso. Não é que a implicação subjetiva não sirva para falar da in-determinação. E sim que dela podemos falar a partir da in-determinação, como um efeito de seu funcionamento nessa prática. Essa é uma discussão que, agora, especulamos e que pretendemos aprofundar em trabalhos futuros.

CONSIDERAÇÕES “FINAIS”

Em nosso trabalho, procedemos à discussão e à problematização de que in-determinar não é fruto de um objetivo do falante¹⁸³, podendo emergir, nas enunciações, via discurso, como efeito de sentido, lembrando sempre de seu aspecto relacional. Porém, cumpre-nos esclarecer que a in-determinação, na prática discursiva dos comentários à cibernotícia, ganha particularidades, acentua-se, ao passo que fora dessa instância, em outra prática, envolvendo outro funcionamento, não teria efeitos semelhantes e leva o comentador a dizer de um modo que não faria em outra prática.

A partir de nossas análises, verificamos que esse modo de dizer demonstra não só o modo como a in-determinação funciona nos comentários, mas também o que ela faz funcionar em tais comentários. Esse modo de dizer é marcado pela possibilidade de movimentação do mostrar-se/apagar-se do locutor/sujeito no que ele diz, tendo relação direta com a possibilidade de uma imagem in-determinada do comentador. Pudemos visualizar também que a in-determinação nesse espaço faz funcionar não só o equívoco, a contradição, a ambiguidade, mas funcionamentos de ordem do próprio desenrolar dos comentários, como os casos de rupturas (deslizes e deslocamentos) e as repostagens (seja para retificação, seja para uma reescrita).

Assim como as movimentações de mostrar-se/apagar-se são promovidas, claro que não intencionalmente, pelo locutor, semelhantemente a elas, as rupturas também nos permitem vislumbrar possíveis vestígios de emergência de implicação subjetiva nesse modo de comentar possibilitado pela in-determinação nos comentários.

Algumas análises tiveram como resultado que esse modo de comentar, com a movimentação de mostrar-se/apagar-se, de imagem in-determinada do comentador e com as rupturas, tem a ver com o implicar-se subjetivamente, porque, quando o comentador posta sob tais formas, ele pode não estar querendo propriamente comentar o que está ali recortado na cibernotícia e nos comentários, mas dizer de algo que o incomoda e ele quer “pôr para fora”, “vomitar”.

¹⁸³ Por mais que o interlocutor pretenda produzir certos efeitos de sentido, eles não estão sob seu controle. Por isso, entendemos que, quando se atribui a in-determinação a um objetivo do falante, isso é do ponto de vista do imaginário, do funcionamento do imaginário entre os interlocutores, ou mesmo pensada em contextos restritos, como na criação de propagandas, por exemplo, em que pode haver a pretensão de tentar criar certos efeitos de sentidos, o que é sem garantias se pensamos que o discurso é efeito de sentido entre interlocutores.

Além disso, diante de nossas análises, compreendemos que a in-determinação parece estar acentuada nesse espaço virtual dos comentários às cibernotícias, no qual o nome próprio é capaz de promover efeito de in-determinação, e nos quais o próprio comentador pode estar representado imaginariamente de modo in-determinado, o que provoca, em certo sentido, rupturas, as quais surgem, a nosso ver, como efeito de participação, ou como uma espécie de resistência, não sendo possível, exatamente em função da in-determinação, precisar ser um caso ou outro. Em muitos casos, possivelmente pela própria in-determinação, não há possibilidade de precisar o tipo de ruptura promovida, deslize ou deslocamento¹⁸⁴. No caso, é preciso lidarmos, na descrição-interpretação, com as possibilidades advindas de um e/ou de outro caso.

Comentários com rupturas, como vimos, podem não estar relacionados apenas ao efeito de participação, mas também à questão da resistência, compreendendo que ela pode estar se instaurando, nesse processo, sob duas ordens: um resistir a entrar para a ordem do discurso ali envolvida e/ou resistir a esse “ter voz” que, de fato, não ocorre, porque não é uma entrada para os cumprimentos das regularidades. Se há, de um lado, e conforme Pêcheux (2008), “a necessidade universal de ‘um mundo semanticamente normal’, isto é, normatizado”, haveria, a nosso ver, e, pensada a partir dessas rupturas, uma tentativa de negar o “mundo semanticamente normal”. As rupturas poderiam ser vistas, então, como uma resistência a entrar para a ordem do discurso, do normatizado. Entrar para a ordem do funcionamento, para os endereçamentos previstos, seria a manutenção desse espaço como “mundo semanticamente normal”, ao qual os comentadores, via rupturas, parecem oferecer resistência.

Com a abertura dada à participação dos comentadores, há um apelo à textualização, uma demanda à escrita. Muitos vão entrar para a ordem do jogo, cumprir os endereçamentos previstos, outros vão se recusar a entrar para essa ordem. Portanto, podemos entender as rupturas como uma espécie de recusa a entrar para a ordem ali estabelecida, o que nos leva, consequentemente, a pensar nessa resistência ao “ter voz”, já que os comentários podem ser vistos como um lugar para isso, no qual se tem a abertura ao poder dizer, que tem efeitos relevantes pelo que cria a in-determinação, especialmente relacionada ao locutor e às representações feitas sobre o sujeito: a ideia de poder dizer (de) tudo. A in-determinação, propriamente na representação do comentador, permite essa ruptura como uma maneira de

¹⁸⁴ Julgamos que o mesmo “impasse” se coloca para pensarmos o *troll*. Em muitos casos, em função do próprio efeito de in-determinação, não é possível classificar precisamente um comentário como advindo de um *troll*, sendo esta, inclusive, uma das razões pelas quais não diferenciamos comentários que constituem *troll* dos comentários com efeito de ruptura.

talvez resistir a esse jogo de, aparentemente, ter voz, sendo uma tentativa de romper com o estabilizado, podendo ser entendida, segundo mencionamos, como fazendo algum sentido para aquele que posta, podendo não fazer para os demais leitores-comentadores.

Além disso, julgamos que as rupturas nos comentários às cibernotícias, mais especificamente o(s) vestígio(s) de implicação subjetiva que tais rupturas podem indicar, efetuam um rompimento não apenas no fio discursivo, mas também em termos dos limites entre público e privado, pois podemos pensar que há outras questões trazidas, via rupturas, para os comentários, e que acabam fugindo ao foco das discussões, questões essas que podem ser consideradas vestígios de implicação subjetiva, revelando algo de interesse, ou algo que incomode ao comentador, irrompendo na fala dele, ainda que “fora de lugar”, como algo que insiste e que se manifesta em seu dizer e encontra ali um lugar para emergir. Observamos, nos comentários, essa dissolução dos limites entre público e privado, ao constataremos, por exemplo, a presença, na esfera política, tanto da vida pública de um político, como representante do povo em uma instituição política e governamental, quanto da vida privada, como pessoa humana conforme seu caráter, suas necessidades, opções etc.

Consideramos, como é detalhado a seguir, que o esfacelamento dos limites entre público e privado, de certo modo, é algo característico do espaço virtual, haja vista a frequente presença de questões de foro pessoal em ambiente público, como, por exemplo, os vídeos da intimidade de alguém escancarada em redes sociais e outros *sites*. Julgamos que isso tem implicações no modo como se comenta no espaço discursivo dos comentários às cibernotícias e pensando a relação da diluição dos limites pelo modo como é possível de dizer.

O fato de esfacelarem-se esses limites (público/privado) pode ser considerado, para nós, uma evidência de haver, nessa ruptura, um vestígio de uma implicação subjetiva, de modo a dizer que aquilo que é de interesse público não interessa àquele comentador, o qual prefere dizer disso que é privado, quando, por exemplo, para a esfera do público, as cibernotícias de cunho político, são trazidas questões do âmbito privado, o que direciona, por exemplo, o comentário para “outro lugar”, apontando para um lugar que interessa ao comentador mencionar ali, para algo que o toca, assim como problematizado por Souza (1997), que observa questões de foro íntimo são trazidas para o público.

Assim, a in-determinação (nos comentários) funciona através dos deslocamentos da referência e faz funcionar os deslizos, a representação in-determinada do comentador, a produção de efeito de anonimato, a vagueza, a polissemia, o equívoco, a ambiguidade. Como a construção referencial faz um recorte, e este produz resto necessariamente, a falta e, por

consequente, a incompletude tornam-se constitutivas, provocando esses outros efeitos. Como efeitos de sentido emergem na enunciação (fazendo com que haja a possibilidade de um novo sentido a cada atualização, a cada ato de leitura e postagem), a (re)construção discursiva da referência é sempre parcelar, sempre algo fica de fora, é sempre evanescente, algo sempre a escapa, pois a enunciação não abarca o todo e acaba promovendo um recorte da relação com o mundo. Por isso, nem mesmo o nome próprio é capaz de determinar.

A in-determinação se acirra nos comentários às cibernotícias a ponto de nem mesmo o nome próprio ser capaz de distinguir, ou de determinar; funciona com deslocamentos de referência de um comentário para outro; como não há uma sequência para os comentários e vão ocorrendo deslocamentos, a cada vez a referência vai sendo (re)construída e atualizada; faz funcionar os comentários com efeito de ruptura e a representação in-determinada do comentador.

Assim como emerge, no cenário político, conforme análise feita por Pêcheux (2008), por meio do enunciado *On à gagné*, o grito coletivo dos torcedores cuja equipe vence, a estrutura das cibernotícias permite emergir, pela abertura à participação, nesse contexto do espaço virtual, o “grito” dos leitores através dos comentários às cibernotícias, os quais podem ser vistos como um local no qual se pode dizer de um determinado modo, diferentemente de outros lugares, resguardada sua face pelo anonimato desse espaço; um lugar onde ter voz e “liberdade”, no qual pode ser visto, pode ser lido, ou seja, um lugar para efetivar e/ou reforçar o imaginário do efeito de participação, ainda que sob formas desconexas com as cibernotícias, ou seja, através dos deslizos e deslocamentos do dizer.

A cada postagem nova feita nos comentários às cibernotícias, a cada leitura com ou sem participação através de comentários, um novo acontecimento se faz, pois mesmo o fato de haver enunciação silenciosa/silenciada nos leva a pensar que o próprio não-participar comentando (as cibernotícias) poderia ser visto como uma forma de apagar-se, em contrapartida à necessidade de dizer(-se), que nem por isso é menos marcada pela in-determinação, porque sofre os efeitos da in-determinação.

A nosso ver, tanto os deslizos quanto os deslocamentos¹⁸⁵ podem ser vistos como uma recusa a entrar na ordem do discurso da prática discursiva dos comentários às cibernotícias, uma tentativa em negar o “mundo semanticamente normal”. Assim pensando, do ponto de vista do imaginário, o comentador pode estar “valendo-se” desse recurso como um meio de não entrar para a ordem do discurso ali prevista, mas, afetado pelo funcionamento do

¹⁸⁵ Assim como ocorre com os *trolls*, que podem ser considerados um teste de ruptura de etiqueta.

imaginário, ele acaba “ignorando” o fato de que, ao fazê-lo, ele está promovendo outra forma de entrar nessa ordem, já que o próprio funcionamento dos comentários (inclusive a indeterminação) permite essa entrada, ou seja, esse tipo de endereçamento (o “não-endereçamento”).

Além disso, essas rupturas também podem ocorrer em decorrência do efeito de participação¹⁸⁶ ou para deixar o rastro de sua passagem por aquele espaço discursivo. Tais rupturas podem ser, sob essa óptica, rastro(s) de uma passagem, ainda que breve, de um leitor ou internauta por aquele lugar, rastro(s) de sua existência naquele espaço; uma marca, naquele espaço, de uma existência, de uma passagem, ainda que breve, que pode estar pretendendo expressar, inclusive, uma participação que pode denotar a não leitura da cibernotícia em questão, já que não mantém com a cibernotícia um vínculo direto. Ou poderia ser associada também a uma maneira de desprezar o jornal em questão, desprezar a cibernotícia, desprezar o “conteúdo” das cibernotícias, desprezar os sentidos, as discursividades produzidas sobre o “fato” noticiado.

Esse efeito de participação parece estar para a ordem do imaginário, que sustenta a ideia de o comentador¹⁸⁷ estar participando social e politicamente, de estar tendo voz, de estar, por isso, engajado, ainda que não haja, efetivamente, alguma mudança em termos sociais e/ou políticos, mas que está, de certo modo, deixando marcas, rastro(s) de sua (breve) passagem por aquele lugar, de sua existência naquele espaço; uma marca, naquele espaço, de uma existência. Assim, as rupturas (ainda que sejam *trollings*) parecem permitir pensar em certo efeito de participação, uma resposta de engajamento à demanda por textualização, por participação.

Assim, pensamos que o comentário à cibernotícia que efetua uma ruptura emerge por uma “necessidade” outra, por isso é aparentemente desconexo. É porque há algo insistindo naquele sujeito, que o faz dizer, que o faz querer ser visto, ser lido, sentir-se engajado, participando, ou o desejo de falar sobre algo que realmente o interessa. Está posta, para ele, a necessidade de comentar, através de qualquer comentário que seja; por isso, talvez, a não relação com o que diz na cibernotícia, pois não é isso que importa.

¹⁸⁶ O fato de, neste ponto do nosso trabalho, relacionarmos o efeito de participação às rupturas não significa que esse mesmo efeito não esteja subjacente aos comentários que entram para a regularidade dos endereçamentos previstos nos comentários sobre cibernotícias, pois reconhecemos também haver aí essa possibilidade; consideramos que pode ser em função disso que um leitor seja levado a comentar e, logo, ao *status* de comentador.

¹⁸⁷ Embora, em alguns casos, não ocorram propriamente comentários, como no caso dos deslizes, optamos por utilizar o termo comentador para todas as postagens.

Nossas análises nos permitiram ratificar a ideia de que, como afirmamos anteriormente, não é pelo fato de romper com a regularidade, com o efeito do comentário, que as rupturas não podem ser consideradas como “não conversando com nada”, “não dizendo nada”, “não tendo sentido” ou “nada significando”. Como é na relação, num determinado espaço, numa certa instância discursiva, para certo comentador, o comentário significa.¹⁸⁸

Assim como o próprio fato de um leitor ser levado a comentar pode indicar um vestígio de implicação subjetiva¹⁸⁹, já que nem todo leitor vem a ser comentador de uma cibernotícia, nem todo comentador comenta toda e qualquer cibernotícia, o modo como o comentador posta também pode ser também um vestígio dessa implicação. É o que julgamos ocorrer em alguns casos de ruptura.

Quando dissemos que é possível que um comentário que aparentemente não faça sentido possa ser pensado diferentemente, de modo que seriam inapropriadas as expressões “não conversando com nada”, “não dizendo nada”, estamos querendo dizer que, para aquele que posta, o comentário, de certo modo, significa e esse comentário, muitas vezes, evoca algo que toca esse sujeito e o faz comentar daquela maneira, trazendo, por meio do comparecimento, da mobilização de redes de memória, algo que vem de outro lugar.

Essas rupturas podem ser consideradas efeito da in-determinação nesse espaço e nessa prática discursiva. É exatamente em função do imaginário da face protegida, de que ali ele pode tudo dizer, que produz um efeito de in-determinação atingindo o comentador e, logo, as representações que são feitas dele e partir dele, que ele pode promover essa ruptura nos comentários, seja por que motivo for (para revelar algo que toque o comentador e que interesse externar, seja pelo efeito de participação, seja por alguma espécie de resistência), sendo possível inclusive visualizarmos, a nosso ver, qualquer que lhe seja a razão, rastros de uma implicação subjetiva. Além disso, essas rupturas acabam promovendo também mais produção de efeito de in-determinação por parte das leituras que são feitas dos comentários com efeito de ruptura.¹⁹⁰

¹⁸⁸ Mesmo no caso dos *trolls*, em que pode haver apenas uma tentativa de desestabilização, é possível haver, nesse tipo de comentário, um vestígio de implicação subjetiva que nos levaria a pensar: Por que ele foi *trollar* numa dada cibernotícia? Por que o fez a partir do comentário de tal comentador (interagindo com esse comentador) e não com outra cibernotícia ou com outro comentador?

¹⁸⁹ Podemos ter aí vestígio de implicação subjetiva porque a pessoa empreendeu o trabalho de escrever alguma coisa, mesmo que para brincar, desestabilizar a discussão. Para escrever, teve de se implicar subjetivamente, senão não o teria feito. Assim, temos implicação subjetiva, ainda que minimamente, em todos os comentários, porque está respondendo a uma demanda do jornal que deixa o espaço para isso. Mas não são todos os leitores que comentam. Aquele que comenta está, necessariamente, implicando-se subjetivamente.

¹⁹⁰ O fato de um comentador não propriamente comentar a cibernotícia e/ou os comentários não compromete seu lugar de sujeito. Ele está na posição de comentador, ainda que propriamente não comente segundo as coerções do jornal, endossando os dizeres institucionalizados pelo jornal.

A esse quadro está associada a função do imaginário, pois a ideia, sustentada por ele, de que um comentário vai ser lido, que tal comentário e seu comentador vão se tornar notórios, de que o comentador está cumprindo seu papel de ser um cidadão participativo, ativo, mantém os comentários em funcionamento, porque muitas vezes se participa sem nem mesmo ler a cibernetícia ou os comentários prévios, ainda que não se tenham, de fato, garantias de que vai ser lido, de que vai ser visto, assim como não se têm garantias de que uma mensagem no MSN, no ICQ, em *sites* de relacionamento, terá retorno, de que um vídeo postado será visto e terá notoriedade, nem há controle da repercussão de determinada participação na internet.

Por isso, pensamos esse efeito de participação como não sendo um comentar para propriamente opinar sobre a notícia, mas para atender a uma demanda para que sejamos ativos na vida política etc., para que sejamos engajados em questões sociais, enfim, para que sejamos participativos, atuantes, desempenhando nosso papel de verdadeiros cidadãos. Porém, a nosso ver, nem todo comentário seria apenas por isso. Em alguns, interessa realmente comentar, opinar sobre a cibernetícia, ainda que também possa ser por um efeito de participação, de sentir-se política e socialmente engajado.

Não há limites definidos a fazer fronteiras. O que determina, determina para alguém; determina numa certa situação, mas não em outra; determina alguns traços, mas não todos etc.; e o mesmo se dá com a indeterminação. Assim, segundo Pêcheux (2008), como não há o *discurso*, não há a *indeterminação* necessariamente vinculada a uma forma, a um trecho, mas no sentido como um todo, embora relacionado a algumas formas. A in-determinação deixa marcas e as formas são essas marcas. E se há marcas, há sujeito envolvido. Sempre tem aquele que (se) diz, mesmo quando in-determinado. Como há o que escapa ao sujeito e como não se está sob uma classe apenas, pensamos no fato de não podermos controlar o sentido, o que nos leva a refletir sobre os efeitos que o in-determinado pode provocar a “não-comunicação”, os equívocos, as reiteraões, as explicações, as relações entre os comentários. Isso nos levou a cogitar a in-determinação para além do sentido in-determinado, mas a considerar também os efeitos que essa in-determinação pode provocar.

Se assim podemos afirmar acerca da in-determinação é porque ela, como parte do nosso objeto de estudo, permite-nos ver isso a partir do lugar teórico em que ora nos situamos, ou seja, num estudo discursivo sobre a in-determinação, o que não invalida o que já foi feito sobre o assunto e nem outras formas de olhá-la; não significa preterir uma teoria em detrimento de outra; ao contrário, significa procurar captar o que o fato parece reclamar ao nosso (novo) olhar. Dessa maneira, a heterogeneidade na constituição do objeto parece-nos

explicar a heterogeneidade de discursos que sobre ele se constroem. Portanto, não pretendemos partir para um receituário.

Se a in-determinação, como afirmamos, afeta nomes próprios, afeta os signos de modo geral, se chega a afetar o lugar do locutor e tem repercussão nas representações que são feitas sobre o comentador, no efeito-sujeito que emerge a partir do modo como este comenta, podemos afirmar que, nesse espaço, a in-determinação aparece de modo acirrado, dadas as CPs de produção que afetam o modo de dizer nessa prática discursiva a ponto de fazer parte da regularidade dessa prática.

Ela se acirra nessa prática discursiva a ponto de poder ser considerada, ela e seus efeitos, parte da regularidade do funcionamento dos comentários às cibernotícias. Consideramos esses efeitos como constitutivos do funcionamento da in-determinação nessa prática e, por isso, constitutivos da posição social do comentador.¹⁹¹

Como há o efeito de face protegida e o anonimato que se acirra nesse meio midiático dos comentários, isso faz com que a pessoa diga, faz com que ela possa dizer o que ela pensa, o que, a seu olhar, pretende dizer. Isso é algo que vai afetar todo comentador, não apenas um comentador específico, e vai produzir um modo social de dizer nos comentários. A in-determinação afeta e é parte desse modo social de dizer nos comentários, parte de sua regularidade. Ela faz parte da regularidade e provoca certos funcionamentos que fazem parte dessa regularidade.

Podemos afirmar ainda que, nessa prática dos comentários, o acirramento da in-determinação faz com que ela produza certos efeitos não encontrados do mesmo modo em outras práticas, como, por exemplo, a representação in-determinada do comentador. Essa é, inclusive, uma especificidade desse espaço, e que, por isso, pode estar presente em outras práticas no ciberespaço. Porém, o acirramento da in-determinação nessa prática é cogitado pelo **conjunto de efeitos** nela presentes. Assim, pelos tipos e pela quantidade de efeitos que produz a in-determinação nos comentários às cibernotícias, pensamos ser possível afirmar que, nessa prática, ela se acirra.

Retornando à nossa indagação precípua (Como a in-determinação funciona e o que ela faz funcionar nos comentários das cibernotícias políticas?), respondemo-la dizendo que a in-

¹⁹¹ Se esses efeitos são constitutivos da prática, são, por isso, constitutivos do comentador. Tem uma relação de decorrência, de modo que não podemos falar do sujeito para falar da prática, mas falar da prática para falar do sujeito. O sujeito comentador é efeito dessa prática. Portanto, não é ele que faz a prática, e sim a prática que o faz. Isso funciona para toda regularidade dos resultados encontrados como efeito do funcionamento da in-determinação. Podemos dizer que, se dado funcionamento discursivo faz parte da regularidade de uma prática, também o faz da posição social comentador, sendo este efeito da prática, uma decorrência. A regularidade dos resultados encontrados nos permite dizer de uma regularidade na posição social do comentador.

determinação se acirra, a ponto de permitir a interpretação in-determinada do locutor. Ela faz com que o nome próprio, ou outros signos linguísticos, não seja capaz de determinar (não apenas o nome próprio, já que a in-determinação tem a ver com o recorte que é feito, através da movimentação das redes de memória, na (re)(des)construção discursiva da referência).

A in-determinação é constitutiva do funcionamento discursivo, porque há sempre um recorte na construção referencial, pois esta é feita a partir de um lugar social e segundo as relações e movimentações entre as redes de memória dos interlocutores. Porém, ela se acirra nos comentários às cibernotícias, de tal modo que mesmo o nome próprio, por exemplo, sofre acentuadamente os efeitos dela. Nessa prática, mesmo um signo linguístico sendo um nome próprio, ele não consegue especificar de quem se trata, está bastante atenuado o efeito de determinação. Há o nome próprio, mas, mesmo assim, não sabe sabemos se o nome próprio da pessoa ou se ele inventou para comentar e que traço referencial pode ser recortado. E mesmo sendo o nome próprio do comentador, a in-determinação, como vimos, se mantém.

A in-determinação no nome próprio pode acontecer como um efeito de sentido em todo nome, porém, quando pensado nos *nicknames* dos comentadores, o caráter in-determinado está acirrado. Devido ao fato de, mesmo estando *online*, os comentadores não realizarem uma interação face e não disporem de informações sobre os demais comentadores, a in-determinação se acentua, pois os traços referenciais recortados pelos interlocutores tornam-se ainda mais variados. É por isso que temos comentários como aqueles em que um comentador utiliza do próprio *nickname* do outro comentador para ofendê-lo, fazendo insinuações possíveis a partir do recorte referencial que ele faz do nome próprio. Esta é uma especificidade da in-determinação na prática dos comentários às cibernotícias.

A in-determinação nos comentários permite ainda os enunciados com efeito de ruptura; a in-determinação, com as possibilidades desse espaço, abre os sentidos, abre os sentidos para o equívoco.

Os “problemas”/“mal-entendidos” de (re)construção da referência surgem porque, nesse equívoco, não sabemos o que vai se colocar como ponto de deriva para um leitor ou comentador a partir do dizer do outro comentador. Muitas vezes, sentidos outros são atribuídos ao comentário e traços referenciais outros são recortados que levam o comentador a, por vezes, retornar aos comentários para realizar repostagens, no intuito de retificar ou ratificar seu dizer.

A in-determinação acirra-se a ponto de nos levar a cogitar a possibilidade de ela, sendo constitutiva do funcionamento discursivo, acirrar-se em umas práticas discursivas e se

rarefazer em outras. Por isso, mencionamos, neste trabalho, outras práticas discursivas (como boletins de ocorrência, tirinhas, conversas face a face), já pontuando a possibilidade de a in-determinação ocorrer nelas, mas se acirrando em umas e se rarefazendo em outras, conforme sejam, por exemplo, as CPs. Citar a presença da in-determinação nessas outras práticas permite-nos estabelecer relações para mostrar que ela tem um funcionamento similar nessas práticas e ajuda a acirrar a questão de que é, de fato, um funcionamento constitutivo.

A questão toda é que em algumas práticas se acirra e, em outras, se rarefaz. As CPs, por exemplo, vão determinar o acirramento ou a rarefação. Em um documento jurídico, por exemplo, imaginamos que vai se rarefazer, mas, mesmo assim, vai aparecer, por mais que se tente evitar, como parece ocorrer com o boletim de ocorrência, em que se tenta fazer determinar, de modo que seja localizável no mundo o infrator. Mesmo que se preencham todos os campos do boletim de ocorrência, continuarão faltando traços, pois estamos produzindo um recorte ao construirmos a referência, já que, conforme mencionamos ao longo do nosso texto, ela é uma construção discursiva resultante da movimentação das redes de memória.

No ciberespaço, acirram o efeito de in-determinação a fluidez do sujeito, a dispersão dos sentidos, a ausência do face a face, a ausência da voz (para desfazerem-se possíveis “mal entendidos”), os variados endereçamentos (a dificuldade no estabelecimento de a que(m) um comentador se remete), à extensão dos comentários (o fato de serem curtos e não darem maiores esclarecimentos¹⁹²), a atemporalidade das postagens, o fato de os comentários permanecerem na página e serem atualizados a cada leitura, de cada leitor/comentador. A cibernotícia, assinada ou não, é de responsabilidade do jornal. No caso dos comentários, entendemos não haver essa responsabilidade e compreendemos que também isso parece contribuir para o acirramento da in-determinação nessa prática.

O fato de constatararmos que, nos dois jornais, a in-determinação funciona de modo similar, confirma, por seus efeitos, que é de modo acirrado nessa prática, embora consideremos que parece ser constitutivo do funcionamento do discurso, até mesmo porque está em operação em conversa face a face entre dois alunos, tirinhas, conversa ao telefone. Ou seja, também ocorre em outras práticas.

Os resultados dos comentários às cibernotícias “semelhantes” de jornais diferentes apontaram efeitos aproximados, o que entendemos servir para demonstrar a regularidade do funcionamento da in-determinação nessa prática (onde ela é acirrada) e, em última instância,

¹⁹² Mesmo que fossem dados esses esclarecimentos, a in-determinação manter-se-ia, talvez não do mesmo modo.

se pensada como ocorrendo também em outras práticas que aqui mencionamos, é constitutiva do funcionamento discursivo, ou mais propriamente da (re)(des)construção discursiva da referência. O fato de constatarmos isso em outras cibernotícias reforça nossa ideia de que a in-determinação é constitutiva do funcionamento discursivo.

Haveria, pois, a possibilidade de pensarmos a in-determinação sob dois planos, o do necessário (relativo ao funcionamento constitutivo da linguagem) e o do contingencial (relativo ao efeito de sentido). Nessa óptica, a in-determinação está relacionada à referência, ao funcionamento próprio do discurso, podendo emergir como efeito de sentido, de modo diferente nas práticas, como é o caso dos comentários às cibernotícias.

Ao afirmarmos que ela é constitutiva do funcionamento discursivo, estamos antecipando que vai ocorrer em toda e qualquer prática, embora não da mesma forma. Como nosso objeto de estudo é a in-determinação nos comentários sobre cibernotícias, ou seja, trata-se de olharmos um funcionamento numa prática, há, portanto, certa especificidade nisso. Estamos olhando esse aspecto, que é constitutivo do funcionamento discursivo, numa prática específica. Por isso, os resultados aos quais chegamos são em função dessa prática específica e talvez não se apliquem à in-determinação de um modo geral, em outras práticas. Por exemplo, aqui, a in-determinação provoca o deslizamento. Talvez o mesmo não ocorra em outras práticas.

Logo, ao dizer que nosso objeto de estudo é a in-determinação nos comentários às cibernotícias, estamos, dizendo também que as afirmações que aqui fazemos aplicam-se a essa prática discursiva, e talvez não a outras. Não sabemos como a in-determinação funciona, se são os mesmos efeitos, quais são os efeitos que ela produz em outras práticas discursivas. É nesse sentido que não pretendemos apresentar afirmações conclusivas, definitivas sobre a in-determinação, primeiramente pela impossibilidade (já que pontos de vista teóricos são “apenas” pontos de vista¹⁹³ e, por isso, sempre parciais) e, em segundo lugar, porque a analisamos basicamente em apenas uma prática discursiva, não podendo fazer afirmações generalizantes e extensivas às demais práticas¹⁹⁴.

Se, conforme mencionado, é necessário atentarmos, nas análises dos trabalhos, para a interpretação ali envolvida, a qual não basta ser dita, é preciso que ela esteja coerentemente estabelecida conforme o imbricamento teórico-metodológico e que esteja claro estarmos

¹⁹³ Segundo Leonardo Boff, “[t]odo ponto de vista é a vida de um ponto”.

¹⁹⁴ Quanto a essas demais práticas, entendemos que devem ser objeto de estudo de trabalhos posteriores que, assim como o nosso, primem por considerar a in-determinação como um fato discursivo e, mais ainda, que a tomem como constitutiva do funcionamento do discurso, mais exatamente da (re)construção discursiva da referência, cabendo analisar como ela ocorre e os efeitos que dela decorrem em cada prática discursiva.

procedendo a uma interpretação possível, tal é o que tentamos realizar a partir do material de análise. Não se trata, pois, de mera descrição, levando a sério que há certa responsabilização pelas afirmações aqui feitas, pelo reconhecimento de tratar-se de um olhar para a indeterminação. Também não se trata da “verdade” sobre ela, nem de outro tipo de indeterminação, diferente daquela presente nas gramáticas, nos manuais, mas um olhar a partir de outro lugar teórico.

Como, segundo Pêcheux (2008), o papel do analista é expor o olhar-leitor à opacidade dos dizeres, com este trabalho, engajado às teorias da AD, não pretendemos abordar a *in-determinação*, em uma pretensa completude, em sua totalidade, não pretendemos dar conta da “verdade” sobre a in-determinação, embora reconheçamos estar direcionando sentido(s), sentidos possíveis. Assim, analisar os comentários com ruptura como os deslizos ou os deslocamentos do dizer, e como relacionados a vestígios de emergência de implicação subjetiva, leva-nos a pensar que se trata de um ponto de análise, uma interpretação possível, e saber que, havendo real operando, o não-controle se põe. E também porque há real que sentidos outros são sempre possíveis.

De nossas análises, além da observação de aspectos pontuais que nos dispusemos e pretendemos investigar, outra questão se coloca a nós, questão essa do ponto de vista didático-pedagógico. Considerando as limitações que um material didático porta pela tomada de partido por um posicionamento político, teórico e mesmo pela impossibilidade de abranger a totalidade de um fato linguístico, por exemplo, há pontos, em nossas problematizações e em nossos resultados, que podem ser úteis, sem termos a pretensão de partir para um receituário. Esses pontos apontam para outras nuances geralmente não contempladas pelo ensino tradicional da língua portuguesa nas escolas, mais precisamente do estudo da indeterminação, pois, além de questionarmos fundamentos já cristalizados sobre ela, pretendemos apresentar aspectos outros que podem se tornar compreensíveis e relevantes ao olhar dos professores e dos estudantes. Assim, vislumbramos, com este trabalho, a possibilidade de alguma repercussão/contribuição não só para a pesquisa linguística, mas também para o ensino, propondo, talvez, futuramente, algumas atividades, orientações passíveis de auxiliar os professores a trabalharem com a in-determinação em sala de aula.

Como já dissemos, embora não tenhamos feito propriamente um estudo comparativo entre o funcionamento da in-determinação em outras práticas, os exemplos que trazemos nos capítulos teóricos mostram o funcionamento diferenciado da in-determinação nos comentários às cibernotícias (políticas). Esses exemplos permitem-nos pensar que a in-determinação pode

ocorrer em outras práticas, o que consideramos ser diferentemente. Por isso, entendemos que o ensino contemplaria outras questões se abordasse a in-determinação do ponto de vista discursivo.

As conclusões a que chegamos com este trabalho modificam não apenas o nosso modo de conceber a in-determinação, mas também a maneira de vermos a GT e, mais ainda, o modo como concebemos o ensino da in-determinação. Nossos resultados, do mais geral (de que a in-determinação é constitutiva do funcionamento discursivo, mas se acirra nos comentários às cibernotícias) até os mais específicos (como os efeitos que ela produz nessa prática), incitamos a repensar a GT, a repensar o ensino, repensar o uso dos comentários, as próprias relações dentro das cibernotícias etc.

Especificamente no que concerne ao ensino da in-determinação, nossas análises e nossos resultados permitem-nos pensar que isso que a GT tradicionalmente olhou separadamente, a determinação e a indeterminação (considerando uma ou outra), passa a ter, para nós, outra visada: é uma coisa e outra, daí falarmos em in-determinação.

Embora essa dicotomização possa ter alguma validade no ensino de línguas, por uma identificação e classificação mais imediata e para fins didáticos, de correção, de fechamento dos sentidos, se pensamos que a in-determinação está no mundo, nas práticas discursivas, produzindo efeitos, criando modos de dizer, ela não tem utilidade do ponto de vista do funcionamento da língua(gem), pensando a língua em uso e levando em conta tudo que esse “uso” implica.

Tradicionalmente, a GT e o ensino têm dicotomizado a indeterminação, opondo-a à determinação. Do nosso ponto de vista, essa dicotomização é improcedente e tem efeito apenas didático-metodológico, pois, se pensamos a língua(gem) do ponto de vista discursivo, se consideramos o discurso como efeito de sentido e que é nele que a referência se constrói e que não tocamos as coisas no mundo apenas as tangenciamos via (re)construção referencial, a in-determinação é um efeito de sentido possível, e, como efeito de sentido, pode ocorrer diferentemente entre os interlocutores, considerando que esse processo de (re)construção referencial é apenas um recorte.

Por isso, o ensino da in-determinação precisaria contemplar outros aspectos, como a observação das práticas discursivas (lembrando que estamos falando de práticas discursivas e não de gêneros textuais¹⁹⁵). O estudo da in-determinação no espaço escolar deveria ser feito

¹⁹⁵ A nosso ver, os gêneros textuais seriam um recorte das práticas discursivas, uma tentativa de agrupar, enquadrar certas características dessas práticas, deixando de fora (pelo seus fundamentos teóricos) questões relativas às CPs, aos efeitos de sentido, à existência do sujeito afetado pelo funcionamento do simbólico, do real

em função da prática discursiva, pensada em sua relação com as CPs em que é produzida e nos efeitos que ela tem nessa prática. O professor, sabendo do que consta deste nosso trabalho, pode contribuir para formação de seus alunos, descortinando mistérios próprios do funcionamento da linguagem, questionando efeitos do imaginário, incitando a problematizações de questões político-jurídicas, educacionais. Um leque de atuação e de reflexão maior se abre e a in-determinação, como efeito de sentido, passa a produzir frutos mais profícuos se pensada no mundo, como mecanismo discursivo de várias práticas, observada em termos de seu funcionamento e seus efeitos.

Os modos de olhar para in-determinação têm implicação direta nos modos de ensiná-la e nas repercussões que esse ensino pode ter na vida do professor e do aluno. De que adianta a identificação de formas pré-estabelecidas para definição da in-determinação se podemos vê-la como efeito em outras formas? De que adianta relacioná-la à intencionalidade, se podemos interpretá-la como ocorrendo a despeito do sujeito? Como restringi-la a certas formas se ela pode ser vista como constitutiva do funcionamento discursivo?

Todas essas questões nos possibilitam sinalizar que o ensino da in-determinação poderia pautar-se em outros aspectos além dos formais. Como acreditamos que ela é constitutiva do funcionamento da referência, o ensino da in-determinação não seria, para nós, algo pontual, restrito a alguns contextos, a algumas formas, a alguns objetivos.

Este trabalho nos fez repensar sobre a in-determinação, o ensino da in-determinação, os comentários às cibernetícias; repensar como todas essas questões se engancham e não acontecem por acaso. Mas porque as pessoas estão no mundo e leem cibernetícia, estão no mundo e expostas ante as mais diversas práticas discursivas, ao funcionamento da in-determinação e aos seus efeitos. Ao lerem as cibernetícias e/ou seus comentários, sofrem o efeito do que é e do que provoca a in-determinação nos comentários às cibernetícias políticas. E, se consideramos que os comentários aqui analisados são produzidos no ciberespaço, isso se relaciona ao que Santos (2003) concebe como uma transferência do mundo virtual para o real.

Porque a in-determinação está relacionada à referência, ao recorte que é a referência, algo sempre vai estar fora dela, algo sempre vai estar além dela. A referência não se fecha. Há traços na referência que não vão comparecer, vão ficar em estado de latência. Como não se fecha, a relação pode ser sempre outra, o recorte pode ser sempre outro (e disso nasce, por exemplo, a polissemia¹⁹⁶). E se não se fecha, é in-determinado. Se fechasse, seria apenas

e do imaginário, a interpelação ideológica, a individualização, dentre outras questões que um estudo discursivo é capaz de contemplar.

¹⁹⁶ É a cristalização dos sentidos. Por exemplo: se consideramos a in-determinação como um efeito de sentido

determinado, não teria nenhum traço de indeterminação, mas sempre, em última instância, podemos perguntar: “Mas quem?”, isso mesmo em relação ao nome próprio.

Entendemos que, assim como, para Pêcheux (2008), o enunciado é passível de vir a ser outro, a in-determinação faz com que a referência seja também sempre passível de vir a ser outra, pois a in-determinação, relacionada ao processo de (re)(des)construção da referência, é sempre um recorte e é também a possibilidade de que a referência sempre venha a ser outra (e que surja, conseqüentemente, a possibilidade da polissemia).

Além dos caminhos que nos foram abertos para (re)pensar sobre a in-determinação, este trabalho acaba por propor que outros caminhos também sejam abertos, já que, de certo modo, apresentamos uma visada discursiva para problematizá-la, e, conseqüentemente, outra possibilidade para o trabalho/ensino da in-determinação. Novos caminhos possíveis não só a partir da própria entrada lexical que criamos (*in-determinação*), mas pela observação de seu funcionamento e seus efeitos em outras práticas discursivas.

Portanto, não temos a pretensão de fechar as discussões sobre a in-determinação, de anular o que até hoje tem sido dito sobre ela e/ou fazer afirmações categóricas a serem perpetuadas como verdades finais. Por isso, empregamos, no título deste tópico, as aspas no termo *finais*.

“O desejo diz: ‘Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso’” (FOUCAULT, 2009, p.7), mas é preciso finalizarmos este trabalho. Finalizarmos este trabalho, mas não finalizarmos os estudos, não finalizarmos os conceitos, não encerrarmos nosso (re)pensar sobre a in-determinação, mesmo porque isso não é possível. Portanto, cumprimos o protocolo de finalizar este texto, mas sem a pretensão de propor considerações **finais**, abrindo margem, assim, para que nós mesmos, futuramente, quem sabe, descubramos novos olhares, novos resultados, ou até promovamos novos deslocamentos teóricos.

“Não vemos as coisas como elas são, mas como nós somos.” (Anaïs Nin)

constitutivo do funcionamento discursivo na (re)(des)construção referencial, o signo *manga* é, como todo signo, passível de ser interpretado in-determinadamente. Se é possível que tenhamos como referente a manga da camisa ou a manga como fruta significa que certos efeitos de determinação se cristalizaram, certos efeitos de sentido determinado se estabilizaram socialmente. Isso demonstra como a polissemia pode ser resultado do funcionamento da in-determinação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUSTINI, Carmen Lúcia Hernandez; GRIGOLETTO, Evandra. Escrita, alteridade e autoria em Análise do Discurso. In: **Matraga**. Rio de Janeiro. V.15. n.22. p.145-156, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/matraca/matraca22/arqs/matraca22a08.pdf>> Acesso em: 13 ago. 2012.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Problemas de Lingüística Geral II**. 2.ed. GUIMARAES, E. (trad.) Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

CHICO BUARQUE DECLARA APOIO A MARCELO FREIXO, DO PSOL, PARA A PREFEITURA DO RIO. In: **Estadão**. Disponível em: <<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,chico-buarque-declara-apoio-a-marcelo-freixo-do-psol-para-a-prefeitura-do-rio,877493>>>

CHICO BUARQUE GRAVA VÍDEO DE APOIO A CANDIDATO DO PSOL NO RIO. In: **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1127275-chico-buarque-grava-video-de-apoio-a-candidato-do-psol-no-rio.shtml>>> Acesso em: 28 jul. 2012.

COMENTAR. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/comentar>> Acesso em: 01 nov. 2014.

COMENTAR. In: **Dicionário Michaelis**. Disponível em: <<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=comentar>>> Acesso em: 01 nov. 2014

CONSELHO DE ÉTICA REJEITA PROCESSO CONTRA BOLSONARO. In: **Estadão**. Disponível em: <<<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,conselho-de-etica-rejeita-processo-contr-bolsonaro,738532,0.htm>>> Acesso em: 10 jul 2011.

CONSELHO DE ÉTICA REJEITA REPRESENTAÇÃO CONTRA BOLSONARO. In: **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/06/936565-conselho-de-etica-rejeita-representacao-contr-bolsonaro.shtml>>> Acesso em: 29 jun. 2011.

COSPLAYER. In: **Wikipédia**. Disponível em: <<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cosplay>>> Acesso em: 15 ago. 2014

CRUZ, Luiza. A questão do anonimato no ciberespaço: o alter nem tão anônimo assim. In: **Logos**. Novas tecnologias: comunicação, imaginário, virtual e social. Disponível em: <<<http://www.logos.uerj.br/PDFS/anteriores/logos14.pdf#page=78>>> Acesso em: 20 dez. 2011.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz. Felipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Digital, 2007.

DIAS, Cristiane. **E-urbano**: a forma material do eletrônico no urbano. Disponível em: <<<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/pdf/eurbano2.pdf>>> Acesso em: 15 jan. 2015.

ESTRATÉGIA. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2013. Disponível em: <<<http://www.priberam.pt/DLPO/default.aspx?pal=estratégia>>> Acesso em: 28 dez. 2011.

ESTRATÉGIA. In: **Dicionário Aurélio**. Disponível em: <<<http://www.dicionariodoaurelio.com>>> Acesso: 20 dez. 2011

FACEBOOK. Disponível em: <<<https://www.facebook.com/>>> Acesso em: 12 mar. 2013

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambiguidade ao equívoco**: nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FLORES, Valdir. et al. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 18.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **Isso não é um cachimbo**. Disponível em: <<http://www.deboraludwig.com.br/arquivos/foucault_istonaoeumcachimbo.pdf>> Acesso em: 19 fev. 2012

GUERRA, Alba Gomes e CARVALHO, Glória. **Interpretação e método**: repetição com diferença. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

HACKING, Ian. **Por que a linguagem interessa à filosofia?** São Paulo: UNESP, 1999.

ICQ. In: **Wikipédia**. Disponível em: << <http://pt.wikipedia.org/wiki/ICQ>>> Acesso em: 17 out. 2011.

LEITE, Thiago André. Imigrante angolano e subjetividade em conflito: e(in)screver-se e resistir em blog. In: Domínios de Lingu@gem. v.8, n.3. Disponível em: <<<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/26397/15192>>> Acesso em: 15 dez. 2014. p.46-64.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. COSTA, C. I. (trad.) São Paulo: Ed. 34, 1999. 264p.

LYONS, John. **Semantics**. v.1 Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MILNER, Jean Claude. **Os nomes indistintos**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **Polissemia e Indeterminação semântica**. v.18. 2002, Disponível em: << http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502002000300002>> Acesso em: 20 jan. 2012

MSN. In: **Wikipédia**. Disponível em: << <http://pt.wikipedia.org/wiki/MSN>>> Acesso em: 17 out. 2011.

NEF, Frédéric. **A linguagem**: uma abordagem filosófica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

NORMAND, Claudine. **Convite à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Loyola, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar? **Linguística**: questões e controvérsias. Curso de Letras, Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. [Série Estudos, n. 10.]

_____. Do Sujeito na História e no Simbólico. In: **Escritos n. 4**. Campinas: UNICAMP, 1999.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Disponível em: <<<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/911/817>>> Acesso em: 12 jan. 2012[a].

_____. Quando a falha fala. In: ORLANDI, Eni. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012[b]. p.69-82.

PAULO SALIM MALUF. In: **Wikipédia**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Maluf>> Acesso em: 21 abr. 2014.

PARISER, ELI. **The filter bubble - what the internet is hiding from you**. New York: the penguin press, 2011

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. ORLANDI, E. P. et al (trad.) 3.ed Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **O discurso**: Estrutura ou acontecimento. ORLANDI, E. P. (trad.) 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et. al. **Papel da memória**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

PEREBA. In: **Dicionário Michaelis**. Disponível em: <<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=pereba>>> Acesso em: 06 dez. 2014.

ROSTO DE FILHO DE NATALIE PORTMAN É FOTOGRAFADO PELA PRIMEIRA VEZ. In: **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<<http://f5.folha.uol.com.br/fofices/994355-rosto-de-filho-de-natalie-portman-e-fotografado-pela-primeira-vez.shtml>>> Acesso em: 23 out. 2011.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Considerações sobre a realidade virtual. In: **Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética**. São Paulo: Editora 34, 2003. p.109-122.

_____. Limites e rupturas na esfera da informação. In: **Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética**. São Paulo: Editora 34, 2003. p.134-152.

_____. Tecnologia, perda do humano e crise do sujeito de direito. In: **Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética**. São Paulo: Editora 34, 2003. p.229-246.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral**. 38.ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

SAWAYA, Márcia Regina. **Dicionário de informática e internet**. São Paulo: Nobel, 1999.

SELFIE. In: **Wikipédia**. Disponível em: <<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Selfie>>> Acesso em: 18 ago. 2014.

SOUZA, Pedro de. **Confidências da carne**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

TAMBA, Irène. **A Semântica**. Marcos Marcionilo (trad.). São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise do discurso e Psicanálise: Elementos para uma abordagem do sentido no discurso**. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

TROLL. In: **Wikipedia**. Disponível em: <<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Troll>>> Acesso em: 25 nov. 2011.

WILSON, Vitória. Motivações pragmáticas. In: MARTELOTTA, M. E.; OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. et. al. (orgs.) **Manual de Lingüística**. São Paulo: Contexto, 2009.

PRÊMIO JABUTI. Disponível em: <<<http://premiojabuti.com.br/o-jabuti/>>> Acesso em: 24 nov. 2014

ANEXOS

CIBERNOTÍCIA 01

Chico Buarque grava vídeo de apoio a candidato do PSOL no Rio

DO RIO

27/07/2012 ☾ 19h08

 **Recomendar**

163

 **Tweetar**

2

 **+1**

2

 **OUVIR O TEXTO**

 **Mais opções**

O cantor e compositor Chico Buarque gravou na tarde desta sexta-feira (27) declaração de apoio à candidatura do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL) à Prefeitura do Rio.

Ele cantou o jingle da campanha e fez declarações curtas, a serem usadas no horário eleitoral e inserções do socialista na TV.

O apoio de artistas é um dos principais trunfos usados por Freixo para tentar alavancar a candidatura. Ele tem, segundo pesquisa do Datafolha, 10% das intenções de voto.

PUBLICIDADE

2 quartos
Área de lazer
Nos melhores
bairros

'Desconhecido' no Rio, Marcelo Freixo se apresenta na internet
Após Datafolha, Freixo acredita em capacidade de crescimento
Com pouco tempo de TV, Freixo aposta em 'primavera carioca'

Adriana Lorete/Divulgação



Chico Buarque declara apoio a candidatura de Marcelo Freixo para Prefeitura do Rio de Janeiro

Além das gravações, feitas na casa do cantor no Leblon (zona sul), ele pediu material de campanha para distribuir.

Freixo entregou para ele panfletos e adesivos para distribuir entre amigos. "Ele está afinado com a outra proposta de cidade que queremos", disse o socialista. ★ ★ ★

FONTE: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1127275-chico-buarque-grava-video-de-apoio-a-candidato-do-psol-no-rio.shtml>

Chico Buarque declara apoio a Marcelo Freixo, do PSOL, para a prefeitura do Rio

MARCELO GOMES, DA AGÊNCIA ESTADO
24 Maio 2012 | 19h 08

Segundo Freixo, Chico entrou 'de cabeça' na campanha e aparecerá no horário eleitoral na TV

RIO - Eleitor tradicional do PT, o cantor e compositor Chico Buarque declarou, na noite da última terça-feira, 22, apoio à candidatura do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL) à Prefeitura do Rio. A confirmação foi feita na casa do artista, no Leblon, Zona Sul da cidade, durante um encontro, organizado pelo também cantor e compositor Caetano Veloso, que já havia aderido à candidatura do PSOL.

Segundo Freixo, Chico entrou "de cabeça" na campanha e aparecerá no horário eleitoral na televisão. "É esse tipo de aliança, com pessoas comprometidas com o futuro do Rio e do País, que eu busco. É melhor que fazer alianças espúrias para aumentar meu tempo no horário eleitoral na TV em troca de cargos públicos.

Vamos ter pouco tempo de TV, mas temos as redes sociais e, sobretudo, a militância", disse Freixo.

Segundo Freixo, Chico entrou "de cabeça" na campanha e aparecerá no horário eleitoral na televisão. "É esse tipo de aliança, com pessoas comprometidas com o futuro do Rio e do País, que eu busco. É melhor que fazer alianças espúrias para aumentar meu tempo no horário eleitoral na TV em troca de cargos públicos.

Vamos ter pouco tempo de TV, mas temos as redes sociais e, sobretudo, a militância", disse Freixo.

RELACIONADAS

[_ Freixo escolhe Marcelo Yuka para vice em chapa no Rio](#)

[_ REVISTA PIAUÍ: Como vive e o que pensa Marcelo Freixo](#)

O PT não terá candidato próprio nas eleições de outubro. Porém, terá a vaga de vice na chapa do atual prefeito Eduardo Paes (PMDB) à reeleição. O vice de Paes será o

vereador Adilson Pires, ex-sindicalista e atual líder do governo na Câmara Municipal.

Segundo Freixo, Chico entrou "de cabeça" na campanha e aparecerá no horário eleitoral na televisão. "É esse tipo de aliança, com pessoas comprometidas com o futuro do Rio e do País, que eu busco. É melhor que fazer alianças espúrias para aumentar meu tempo no horário eleitoral na TV em troca de cargos públicos. Vamos ter pouco tempo de TV, mas temos as redes sociais e, sobretudo, a militância", disse Freixo.

Além de Freixo e Paes, já lançaram suas pré-candidaturas à Prefeitura do Rio a deputada estadual Aspásia Camargo (PV), o deputado federal Otávio Leite (PSDB) e o deputado federal Rodrigo Maia (DEM). A vice de Maia, filho do ex-prefeito César Maia, será a deputada estadual Clarissa Garotinho (PR), filha dos ex-governadores Anthony e Rosinha Garotinho.

Filho do historiador Sérgio Buarque de Hollanda, um dos membros fundadores do PT em 1980, Chico participou ativamente da primeira campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, em 1989. A primeira doação ao comitê de campanha de Lula naquele ano foi um cheque de Maria Amélia Cesário Alvim, mãe de Chico. O cheque era no valor da pensão que Dona Memélia, como era conhecida, recebia como pensão de Sérgio.

Quando Dona Memélia completou 100 anos, em janeiro de 2010, Lula e a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, compareceram à festa, na cobertura de Chico. Ela viria a falecer em maio daquele ano. Naquele ano, mais uma vez Chico anunciou que votaria no PT.

Após a eleição de Dilma, a cantora Ana de Hollanda, irmã de Chico, foi convidada para o Ministério da Cultura. Assim como o irmão, Ana não é filiada ao partido, mas sua nomeação é encarada como sendo da cota do PT.

FONTE: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,chico-buarque-declara-apoio-a-marcelo-freixo-do-psol-para-a-prefeitura-do-rio,877493>

Conselho de Ética rejeita processo contra Bolsonaro

Para conselheiros, representação do Psol não pode ser aceita porque parlamentar não pode ser punido por sua opinião

29 de junho de 2011 | 16h 42

Notícia

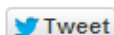


A+ A-



Compartilhar

4



Tweet

180

Eduardo Bresciani, do estadão.com.br

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara rejeitou, por 10 votos a 7, a abertura de processo disciplinar contra o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ). O processo foi instaurado há duas semanas, mas o colegiado derrubou nesta quarta-feira, 29, o parecer preliminar de Sérgio Brito (PSC-BA) que defendia a abertura de investigação.

A decisão dos conselheiros foi de que não se poderia aceitar a representação feita pelo Psol. O partido pediu a abertura de um processo contra Bolsonaro por ele ter discutido com a senadora Marinor Brito (PSOL-PA) e por ter classificado de "promiscuidade" a possibilidade de um filho seu ter relacionamento com uma mulher negra em entrevista ao programa CQC, da TV Bandeirantes.

Em seu relatório, Sérgio Brito defendia a abertura de processo para que se investigasse se Bolsonaro cometeu "abuso de prerrogativa parlamentar". Os deputados do Conselho, no entanto, entenderam que não se pode punir um parlamentar com base em suas opiniões.

Conselho de Ética da Câmara quer votar caso Vargas antes de Argôlo

Conselho de Ética deve publicar notificação de Vargas

Conselho de Ética abre processo contra Argôlo

Conselho de Ética instaura processo contra Argôlo por relação com doleiro preso

Conselho de Ética aprova abertura do processo de Vargas

Bolsonaro participou da reunião. Ele classificou como "lixo" a acusação contra ele. "É revoltante e me dá asco ser representado por questões como essa". O deputado voltou a fazer ataques ao kit anti-homofobia que foi preparado pelo Ministério da Educação mas não chegou a ser distribuído. O parlamentar concluiu sua exposição fazendo novo ataque a homossexuais. "Sou parlamentar com p maiúsculo e não com h minúsculo de homossexual".

Obsessão. O líder do Psol, Chico Alencar (RJ), rebateu as críticas de Bolsonaro. "Ele

tem verdadeira obsessão com homoafetivos", disse Chico. O líder do Psol afirmou que Bolsonaro tem "ódio à diferença". O deputado Jean Willys (Psol-RJ), homossexual assumido, também discursou. Ele afirmou que a liberdade de expressão não pode ser usado para ferir a dignidade alheia e também atacou Bolsonaro por ele evitar comentar a acusação de racismo devido à entrevista ao CQC. "Sou homossexual com h maiúsculo de homem, mais homem que o senhor que fugiu da acusação de racismo porque racismo é crime e se refugiou na homofobia".

FONTE: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-de-etica-rejeita-processo-contrabolsonaro,738532>

Conselho de Ética rejeita representação contra Bolsonaro

MARIA CLARA CABRAL
DE BRASÍLIA

29/06/2011 ☉ 17h06

 Recomendar

85

 Tweetar

25

 +1

0

 OUVIR O TEXTO

 Mais opções

Por dez votos a sete, o Conselho de Ética da Câmara rejeitou nesta quarta-feira a representação contra o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ). A maioria dos integrantes do colegiado entendeu que o deputado tem o direito de expressar a sua opinião e portanto votou contra o relatório de Sérgio Brito (PSC-BA), que pedia a abertura do processo.

[Conselho de Ética instaura processo contra Bolsonaro](#)

Durante a sessão, Bolsonaro trocou acusações com Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Chico Alencar (PSOL-RJ).

PUBLICIDADE

Se é para enfrentar
o trânsito parado,
que seja em um carro
de parar o trânsito.

↓ passe o mouse



Mercedes-Benz

Wyllys disse que Bolsonaro tinha que limpar sua boca para lhe dirigir a palavra. "Tenho orgulho de ser chamado de veado por outro veado. E o sr. tem que lavar a boca, pois sou homossexual com 'h' maiúsculo, de homem, coisa que o sr. não é", afirmou.

Wyllys disse que Bolsonaro usou da homofobia, que não é crime, para justificar o crime de racismo.

A representação contra Bolsonaro, de autoria do PSOL, diz que ele foi racista ao responder uma pergunta feita pela cantora Preta Gil, durante o programa "CQC", da TV Band, em março passado. Ao ser questionado qual seria a reação dele se seu filho se apaixonasse por uma negra, o parlamentar respondeu: "Preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco e meus filhos foram muito bem educados. E não viveram em ambiente como lamentavelmente é o teu".

Outro fato citado na representação é a briga entre Bolsonaro e a senadora Marinor Brito (PSOL-PA), na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Após a retirada do projeto que criminaliza a homofobia da pauta de votação, enquanto a relatora da proposta, Marta Suplicy (PT-SP), concedia entrevista à imprensa, Bolsonaro exibiu um panfleto contra a ampliação dos direitos dos homossexuais, o que irritou Marinor, que chegou a bater na mão do deputado. Marinor tentou impedir que Bolsonaro exibisse o panfleto e o chamou de homofóbico, o que acabou resultando em discussão.

Jean Wyllys deixou o Conselho logo após a polêmica, mas Chico e Bolsonaro chegaram a trocar ofensas. O representado chamou o colega do PSOL de "mentiroso, imoral". "Vou tirar você [Chico] do armário", disse Bolsonaro.

"Tá nervoso é? Isso é diversionismo", respondeu Chico Alencar.

Sérgio Brito, relator do caso, se disse surpreso e lamentou o fato de a atitude de Bolsonaro poder continuar a mesma, sem nenhum tipo de punição.

FONTE: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/06/936565-conselho-de-etica-rejeita-representacao-contrabolsonaro.shtml>

#fofices

Rosto de filho de Natalie Portman é fotografado pela primeira vez

AA + | - Enviar O F5 errou ?

Recomendar 83

Tweet 16

+1 0

21/10/2011 - 10h35
DE SÃO PAULO

O rosto do filho da atriz Natalie Portman, foi fotografado pela primeira vez nesta sexta.

O pequeno Aleph já havia sido dicado antes, mas esta foi a primeira vez que os paparazzi conseguiram uma foto de seu rosto.

Ao perceber a presença do fotógrafo a atriz tentou cobrir o rosto do filho com um cobertor, mas já era tarde demais.

Com quatro meses de idade, Aleph é fruto do relacionamento de Natalie com o ator Benjamin Millepied.

PUBLICIDADE

Mensais a partir
de **R\$ 199,***

*Ref. Prestação durante a obra - Ap. 203 BLTI - Teresita

Subsídios de até
R\$ 25.000,*

*Consulte condições



A atriz Natalie Portman e seu filho Aleph

Diferentemente de outras atrizes, Portman parece não ter entrado na obsessão para voltar à forma e pareceu à vontade com sua barriguinha.

FONTE: <http://f5.folha.uol.com.br/fofices/994355-rosto-de-filho-de-natalie-portman-e-fotografado-pela-primeira-vez.shtml>